



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Canções e cores da nação brasileira:
Uma análise historiográfica das obras de Rodrigues de Carvalho
(1903 – 1937)**

Ana Luiza de Vasconcelos Marques

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Área de concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA– PB
AGOSTO – 2013

**CANÇÕES E CORES DA NAÇÃO BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS OBRAS DE
RODRIGUES DE CARVALHO
(1903 – 1937)**

Ana Luiza de Vasconcelos Marques

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Área de concentração: História e Cultura Histórica
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA– PB
AGOSTO – 2013

M357c Marques, Ana Luiza de Vasconcelos.

Canções e cores da nação brasileira: uma análise
historiográfica das obras de Rodrigues de Carvalho (1903-1937)/
Ana Luiza de Vasconcelos Marques.-- João Pessoa, 2013.
167f. : il.

Orientador: Raimundo Barroso Cordeiro Jr.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. Carvalho, José Rodrigues de, 1867-1935 - crítica e
interpretação. 2. Historiografia. 3. História e cultura histórica.
4. Práticas culturais. 5. Representações. 6. Sociabilidade.

UFPB/BC

CDU: 930.2(043)

**CANÇÕES E CORES DA NAÇÃO BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DAS OBRAS DE
RODRIGUES DE CARVALHO
(1903 – 1937)**

Ana Luiza de Vasconcelos Marques

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/ ____/ ____ com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Jr.
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Examinador Externo

Prof. Dr. Élio Chaves Flores
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Suplente Externo

Profa. Dra. Telma Dias Fernandes
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba
Suplente Interna

Aos meus pais, que sempre prestaram apoio e souberam valorizar as minhas escolhas.

Ao meu companheiro, Rafael, pela paciência, companhia e sobretudo, pelo imenso amor e carinho durante toda essa jornada.

Ao meu sogro, João Batista Peixoto Pimenta (in memoriam)
pelo exemplo de perseverança, coragem e fê.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, guerreira e amiga fiel, pelo amor incondicional, incentivo aos estudos, apoio e motivação.

A *Rafael Dias*, meu companheiro e agora esposo, pelo carinho, paciência, atenção, disposição e, sobretudo, por continuar acreditando nas minhas “utopias” como historiadora e professora de História.

A meu orientador, *Raimundo Barroso Cordeiro Jr*, pela confiança, conselhos, paciência, compreensão e contribuição na orientação e conclusão deste trabalho de dissertação. Obrigada pelo incentivo à realização da referida pesquisa e pelo alcance deste objetivo em minha vida.

Aos professores *Élio Chaves Flores*, *Jean Carlo de Carvalho* e *Telma Dias Fernandes*, pela incansável contribuição, críticas, observações e indicações de leitura que foram de grande valia para que eu chegasse até aqui. Agradeço também desde já pela presença e sugestões aos demais membros da banca examinadora, aos professores *Antonio Clarindo Barbosa de Souza* e *Luciano Mendonça de Lima*, que apesar do pouco contato, certamente contribuirão de maneira eficaz e construtiva neste momento tão importante de finalização do meu mestrado.

Aos professores e também amigos, *Waldecir Chagas*, *Fabrizio Moraes* e *Marisa Tayra*, por acompanharem toda a minha trajetória acadêmica compartilhando histórias, conselhos, sugestões, críticas, livros, artigos, cervejas e risadas. Assim, agradeço novamente pelas palavras e pelo total incentivo na minha trajetória ao ofício de historiadora.

Aos colegas de mestrado e amigos/as, em especial, Sylvia, Germana, Leonardo, Bruno, João Paulo, Simone, Leandro, Julio e Vânia pelo apoio, colaboração e discussões para além da vida academia (*vide* bar do Orlandinho).

Aos amigos/as queridos: Luísa Gadelha, Sylvia Brito, Mariana Rosal, Patrícia Capanema, Victor Beavis, Rafael Jardim, Aline Guerra, Marcilene Barbosa, Deyse Amarante e Danielle Costa pelos gestos de carinho, amizade, companheirismo, serenidade, compreensão, incentivo e palavras de conforto. Já diria Cecília Meireles que “é preciso não esquecer de nada”; por isso não me faço esquecer que sem vocês seria bem mais difícil completar essa etapa.

E, por fim, um agradecimento em especial a Deus, orixás ou entidades afins que cultivem o bem e a paz da humanidade.

*“Todos estes que aí estão
Atravancando o meu caminho,
Eles passarão.
Eu passarinho!”*

Mário Quintana

RESUMO

Intitulada *Canções e cores da nação brasileira: Uma análise historiográfica das obras de Rodrigues de Carvalho (1903-1937)*, esta dissertação propõe discutir como o José Rodrigues de Carvalho (1867-1936) se insere meio ao processo de formação da nação brasileira, tomando como objeto de análise as obras *Cancioneiro do Norte* (1903) e *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil* (1937), do já referido autor. Neste sentido, mediante as reflexões acerca do folclore e do regionalismo nordestino serão abordadas, através do viés da Cultura Histórica, como as concepções históricas relativas às ideias de “nação”, “raça”, “miscigenação” e “cultura” permeiam o discurso de Carvalho, evidenciando também as práticas culturais do cotidiano em voga observadas pelo autor, sobretudo, atentando para como foram produzidas as representações sobre os portugueses, índios e africanos elaboradas por ele. Não obstante, apesar desta pesquisa ter como principal guia a análise das obras de Rodrigues de Carvalho, pretende-se apresentar no presente estudo o lugar social do autor, considerando sua trajetória intelectual, profissional e engajamento na política paraibana; ao perpassar por agremiações literárias, academias de letras e institutos históricos na virada do século XIX para o século XX, no propósito de compreender como foi estabelecido o seu vínculo de sociabilidade nesses espaços em meio a outros intelectuais.

Palavras-chave: Rodrigues de Carvalho, nação, práticas culturais, representações, sociabilidade.

ABSTRACT

Entitled *Canções e cores da nação brasileira: Uma análise historiográfica das obras de Rodrigues de Carvalho (1903-1937)*, this paper proposes to discuss in which way José Rodrigues de Carvalho (1867-1936) is inserted through the Brazilian nation formation process, taking as object of analysis the works *Cancioneiro do Norte* (1903) and *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil* (1937), both from the aforementioned author. In this sense, over the reflections on folklore and Northeastern regionalism will be addressed over the standpoint of Historical Culture, as the historical conceptions related to the ideas of "nation", "race", "miscegenation" and "Culture" integrate Carvalho's speech, also highlighting the daily practices observed by the author, specially, noticing how were produced the representations of the Portuguese, Indians and Africans developed by him. Nevertheless, despite this research has as a main aim the analysis of the works of Rodrigues de Carvalho, it is intended to present in this study the social place of the author, considering his intellectual and professional journey and political engagement of Paraíba; running through literary associations, academies and historical institutions at the turn of the nineteenth to the twentieth century, in order to comprehend how his bond was established in this space among other intellectuals.

Keywords: Rodrigues de Carvalho, nation, cultural practices, representations, sociability.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I INTRODUZINDO ALGUMAS NOTAS: ELOS ENTRE IDENTIDADE NACIONAL, REGIONALISMO E OUTRAS CONCEPÇÕES RELATIVAS À IDEIA DE NAÇÃO.....9

1.1 A formação da nação brasileira: interpretações, rupturas e continuidades.....	10
1.2 Dilemas de uma nação mestiça: teorias raciais e a questão da mestiçagem.....	20
1.3 A raça e o meio	29
1.4 Os discursos regionalistas.....	32
1.4.1 <i>I Congresso Regionalista do Nordeste</i>	33
1.4.2 <i>Regionalismo e modernismo: (Entre)cruzando fronteiras</i>	36
1.4.3 <i>Norteando tradições, resistências e permanências</i>	38

CAPÍTULO II ENTRE O LIRISMO E O PALANQUE: LITERATURA, SOCIABILIDADE E POLÍTICA NO COTIDIANO INTELECTUAL DE RODRIGUES DE CARVALHO 45

2.1 Do parnasianismo às tradições clássicas: um giro pelos movimentos literários da Paraíba.....	50
2.2 Os grêmios literários.....	53
2.2.1 <i>A Padaria Espiritual</i>	55
2.2.1.1 <u>O periódico O Pão e as críticas a Rodrigues de Carvalho</u>	57
2.2.2 <i>O Centro Literário</i>	61
2.3 As academias de letras.....	65
2.4 Os Institutos Históricos.....	68
2.4.1 <i>Instituto Histórico e Geográfico Paraibano</i>	69
2.4.2 <i>Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano</i>	74
2.5 A Faculdade Livre de Direito do Ceará.....	75
2.6 Entre condores e bacuraus: Rodrigues de Carvalho e a política epitacista.....	78
2.6.1 <i>Epitácio Pessoa e as polêmicas partidárias</i>	80

CAPÍTULO III DA POESIA ANÔNIMA AO CANCIONEIRO POPULAR: REPRESENTAÇÕES DOS ÍNDIOS, NEGROS e PORTUGUESES NAS PRÁTICAS CULTURAIS DO NORDESTE.....87

3.1 Revisitando as páginas do <i>Cancioneiro</i>	87
3.2 “Aspectos da influência africana na formação social do Brasil” e os anais do Congresso de Recife.....	90
3.3 O Primeiro Congresso Afro-Brasileiro do Recife.....	91
3.4 A recepção das obras.....	96
3.5 Os cantos de natureza popular e o papel dos cantadores	100
3.6 Algumas considerações sobre o folclore e a literatura nacional.....	110
3.7 Índio em representação.....	116
3.8 Negro em representação.....	119
3.9. Português em representação.....	127

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	137
ANEXOS.....	150

CAPÍTULO I

INTRODUZINDO ALGUMAS NOTAS: ELOS ENTRE IDENTIDADE NACIONAL, REGIONALISMO E OUTRAS CONCEPÇÕES RELATIVAS À IDEIA DE NAÇÃO

*“Ao sopé da Borborema
Onde um eterno poema
Vai cantando o sabiá,
Erguem-se as rudes cabanas
Como as tabas indianas
Da minha aldeia - o Tauá”.*
(Rodrigues de Carvalho)

Entre pilhas de livros e estantes cobertas de mofo da Biblioteca Pública do Estado da Paraíba e, mais precisamente, na seção intitulada História da Paraíba, eis que uma obra de nome *Cancioneiro do Norte* (1903) despertou-me a curiosidade de folhear suas páginas já umedecidas naquela prateleira. Ao iniciar a leitura do livro, me deparei com um universo de canções, cartas, poesias, telegramas; em narrativas permeadas de manifestações culturais, questões raciais e reflexões de cunho regionalista, que engendravam representações do Nordeste na Primeira República (1889-1930).

Com o decorrer do tempo, comecei a frequentar diariamente a Biblioteca Pública, fazendo do *Cancioneiro* meu companheiro de manhãs e tardes, que rapidamente se passavam, assim como as suas páginas que logo se esvaíam em minhas mãos. Ao finalizar a leitura, ainda surpresa com o teor das narrativas ali presentes, questionei-me: “Quem afinal fora o autor deste livro?”, ou melhor, “Quem afinal fora Rodrigues de Carvalho¹?”.

Através deste questionamento iniciei uma série de pesquisas sobre o autor, sem perceber que seria esse o ponto de partida para o esboço do meu projeto de mestrado. Nessa trajetória, encontrei outras fontes, como jornais² e revistas³ assinadas pelo próprio Rodrigues de Carvalho, que em suma abordavam o cotidiano nordestino através da prosa e da poesia.

Todavia, foi com o “achado” do trabalho *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil*, escrito e apresentado em 1934, no I Congresso Afro-Brasileiro realizado no

¹ José Rodrigues de Carvalho nasceu no dia 18 de dezembro de 1867, no povoado de Tauá, pertencente ao município de Alagoinha, no antigo território de Guarabira, Paraíba. Deixou uma bibliografia bastante diversificada em ensaios jurídicos, como também em obras literárias. Faleceu no dia 20 de janeiro de 1936, em Recife, sendo sepultado na capital paraibana a 21 do mesmo mês e ano (PINTO, 1970, p. 17).

² Em primeiro momento, tive acesso aos jornais (datados entre os anos de 1890 a 1910) *A União*, *A Comarca*, *Gazeta do Comércio*, *Estado da Paraíba* e *O Paraibano*. Tais fontes encontram-se disponíveis nos acervos da Biblioteca Irineu Pinto do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), na Biblioteca Dumerval Trigueiro da Fundação Casa de José Américo e no sítio eletrônico: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaiseifolhetins/acervo.html>.

³ Inicialmente, tive contato com as *Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (nº1, 2 e 4), *Revista Era Nova* (nº7) e *Revista do Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba* (nº8). As publicações estão datadas entre 1909 a 1936.

Recife e organizado por iniciativa de Gilberto Freyre que tive a confirmação de que meu objetivo não se destinava mais ao estudo biográfico sobre Rodrigues de Carvalho⁴ e sim, às suas obras⁵. Vale frisar que neste trabalho, Carvalho tratou de maneira mais enfática a “miscigenação”, muito embora não tenha utilizado tal terminologia, preferindo o termo “caldeamento”⁶.

Ao encerrar a leitura do trabalho acima citado e perceber a presença de elementos que suscitavam a formação da identidade nacional, outra interrogação me foi posta: “Rodrigues de Carvalho possuía um projeto de nação?” Se sim, como esse projeto se configurava em suas obras? Em linhas gerais, foi através deste inquietamento que esta pesquisa surgiu. Entretanto, afora isso, me cabem outras motivações. Dentre elas, destaco a necessidade de contribuir para o debate historiográfico no que concerne às regiões afastadas do centro de decisão político-econômico do país.

O gosto em estudar temáticas relativas à raça, identidade e etnia e o interesse pelas obras de Carvalho também podem ser somados como motivação, e estão intrinsecamente relacionadas às reuniões e atividades desenvolvidas no grupo de pesquisa *Cotidiano, Cidadania e Educação*, coordenado pelo Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas e pela Profª. Dr. Maria Lindaci Gomes de Souza, do qual fiz parte por cerca de três anos. Além deste grupo de pesquisa, a concessão com uma bolsa de iniciação científica PIBIC/CNPq, também coordenado pelo Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas e intitulado *O Culto dos Orixás: Uma Prática de Reinvenção da Cultura Africana*, foi essencial para a continuidade de estudos em tais temáticas. O propósito de ambos os projetos consistia em discutir as diversas práticas culturais e educativas dos negros, além de perceber a capacidade dos escravizados de reinventarem no Brasil o universo cultural africano. Essas experiências certamente contribuíram na fundamentação teórica deste e de outros trabalhos de temática similar.

Por fim, destaco a relevância de estudar o *Cancioneiro do Norte*, bem como os *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil*, no sentido de enfatizar as obras de Rodrigues de Carvalho, como um dos elementos para pensar a cultura histórica gestada entre intelectuais nordestinos no final século XIX e início do século XX.

⁴ Contudo, ainda que meu enfoque não seja a *persona* Rodrigues de Carvalho, é preciso frisar que o sujeito e sua obra são de máxima importância aos estudos sobre intelectuais. Sendo assim, no decorrer deste trabalho será apresentada uma breve introdução sobre o autor e o contexto ao qual está inserido, no intuito de traçar um paralelo entre ele e suas narrativas e com a finalidade de identificar como se constituem seus interesses e particularidades em meio à construção de seus escritos.

⁵ Quando menciono as obras de Rodrigues de Carvalho, me refiro apenas ao livro *Cancioneiro do Norte* (1995) e aos *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil* (1967).

⁶ O termo “caldeamento” era considerado sinônimo de “miscigenação” ou “mistura de raças”.

Desta forma, tendo como base as duas obras acima referenciadas, proponho a partir do recorte historiográfico que vai de 1903⁷ a 1937⁸, discutir como Rodrigues de Carvalho se insere em meio ao processo de formação da nação brasileira. Neste trajeto, também serão abordados, através do viés da Cultura Histórica⁹, os aspectos sociais e culturais emaranhados no cotidiano narrado por Carvalho, em meio a reflexões acerca do folclore e do regionalismo nordestino, bem como questões raciais relativas ao período em questão, de forma a indicar as peculiaridades do Nordeste, que transitam entre o regional e o nacional. No entanto, conforme já evidenciado, apesar desta pesquisa ter como principal guia a análise das *obras* de Rodrigues de Carvalho, pretende-se também conhecer o lugar social¹⁰ do autor.

O primeiro momento desta pesquisa se ocupou de leituras, fichamentos e, posteriormente, de discussões a respeito do próprio Carvalho e seu percurso pelos mais variados “espaços de sociabilidade”¹¹ enquanto intelectual negro¹² e político¹³. Seguindo essa perspectiva e burilando as fontes acerca de Rodrigues de Carvalho, nota-se que, apesar de conceituados estudiosos como Luís da Câmara Cascudo (1962), Gilberto Freyre (1937) e José Américo de Almeida (1995) publicarem comentários laudatórios em relação às obras e ao próprio Rodrigues de Carvalho, são raros os estudos dedicados à sua produção intelectual. Sendo assim, foram encontradas apenas notas biográficas bastante resumidas e, por vezes, informações desencontradas e fragmentadas sobre sua trajetória social e política, em livros, trabalhos e artigos de escritores e estudiosos como: Liberato Bittencourt (1914), Pedro

⁷ O *Cancioneiro do Norte* teve sua primeira edição publicada em 1903, entretanto utilizo nesta pesquisa a quarta edição desta obra, em que constam algumas páginas de acréscimo feitas pelo próprio Rodrigues de Carvalho, em 1928, no sentido de atualizar vários dados antes divulgados. Sendo assim, prefiro fazer uso desta edição aumentada, no intento de aproximar as ‘temporalidades históricas’ entre as duas obras, aqui estudadas.

⁸ Assim como outros trabalhos apresentados no I Congresso Afro-Brasileiro do Recife, *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil* foi impresso e publicado pela Biblioteca de Divulgação Científica, em 1937, sendo portanto este o recorte aqui escolhido por se tratar da primeira publicação acerca deste estudo. Contudo, faço uso do livro, que tem o mesmo título do trabalho e foi lançado e editado em 1967 pela Imprensa Universitária, em comemoração ao centenário de Rodrigues de Carvalho. Com exceção da atualização ortográfica da época, não houve nenhuma alteração e/ou acréscimo ao texto original, sendo o mesmo impresso na íntegra.

⁹ Faço alusão ao conceito de Cultura Histórica sobredito pela historiadora Angela de Castro Gomes, que se apóia no conceito tomado por Le Goff de Bernard Guenée, para caracterizar “a relação que uma sociedade mantém com o seu passado” (2007, p. 46).

¹⁰ Lugar social na perspectiva da “operação historiográfica” de Michel de Certeau (1982). Para Certeau, a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita.

¹¹ Enveredo ao conceito de “sociabilidade” discutido pelo historiador Jean François Sirinelli, que segundo ele, “reveste-se, portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo ‘redes’ que estruturam e ‘microclima’ que caracteriza um microcosmo intelectual particular”. (1996, p. 253)

¹² Para evidenciar as estratégias, dilemas e dificuldades impostas aos intelectuais negros a partir do final do século XIX, farei uso das considerações de Florentina Souza (2010), Antonio Guimarães (2004) e Regiane Mattos (2009).

¹³ Para pensar a relação entre os “homens de letras” e a política brasileira, bem como a ideia de nação fabricadas pelos intelectuais na virada do século XIX para o século XX, me apoiarei nas discussões evidenciadas por estudiosos como Daniel Pécaut (1990), Sérgio Miceli (2001) e Wilma Perez Costa (2006).

Baptista (1936), João Rodrigues Medeiros (1936), Oscar de Oliveira Castro (1955), Octacílio Queiroz (1968), Demócrito de Castro e Silva (1969), Luís Pinto (1970), José Ferreira de Lima (1995) e Afonso Pereira da Silva (2004).

Desta feita, no que concerne ao caráter fragmentado do “biografado”, se faz necessário salientar que não é possível apreender o todo essencial do sujeito em questão e muito menos reiterar essas narrativas biográficas marcadamente suscitadas pelos relatos de memória, como uma “verdade” única e absoluta. Assim, conforme adverte Angela de Castro Gomes, “os registros de memória dos indivíduos modernos são, de forma geral e por definição *subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas*” (2004, p.13) (grifo meu).

Para tanto, norteio a discussão da temática em torno de três capítulos. No **Capítulo I**, por se tratar da introdução deste estudo enfatizarei como a pesquisa surgiu, como ela se guiou e qual a proposta do estudo, introduzindo, por conseguinte, como as concepções históricas relativas às ideias de “nação”, “raça”, “miscigenação” e “cultura” permeiam o discurso de Carvalho, analisando a sua inserção no processo de construção da nação brasileira e no regionalismo.

No **Capítulo II**, apresentarei respectivamente o autor e sua formação intelectual, considerando os dados biográficos relativos à origem social de Rodrigues de Carvalho, escolaridade, percurso profissional, intelectual e o seu engajamento na política paraibana; perpassando por agremiações, academias de letras e institutos históricos na virada do século XIX para o século XX.

No **Capítulo III**, analisarei, a partir das duas obras de Carvalho, suas reflexões acerca do folclore, no âmbito de delinear os valores e tradições do Nordeste; evidenciando também os cantadores populares e as práticas culturais do cotidiano em voga observadas pelo autor, sobretudo atentando para como foram produzidas as representações sobre os portugueses, índios e africanos elaboradas por ele.

Para que os propósitos dessa pesquisa fossem alcançados, foram realizadas consultas aos acervos do Instituto Histórico Geográfico Paraibano, da Academia Paraibana de Letras, do Núcleo Educacionista e Arquivo Afonso Pereira, da Fundação Casa de José Américo, da Fundação Joaquim Nabuco, do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e da Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Diante desses acervos foi possível encontrar diferentes fontes de apoio sobre a temática em estudo, como jornais, revistas e documentos relativos à época em estudo.

1.1 A formação da nação brasileira: interpretações, rupturas e continuidades

Na virada do século XIX para o XX, enfocou-se a necessidade de se pensar quais seriam os elementos formadores da nação brasileira. De acordo com José Carlos Reis, era preciso saber “o que o Brasil foi, está sendo e o que se tornará?” (REIS, 2007, p.15). Neste sentido, surgiram interpretações de autores ligados a diferentes estilos de pensamento e propostas divergentes, que apresentavam diversos “brasis” e se disputavam em propor caminhos para o ideário de nação.

Desta forma, muitos intelectuais, independentemente da sua origem de classe, atuaram nessa tarefa de “pensar” o Brasil em prol de uma salvação nacional, procurando propagar suas propostas mediando aspirações nacionais e políticas governamentais (OLIVEIRA, 1990). Foi diante desta perspectiva que esses “pensadores” dividiam-se entre ideários que preferiam o passado brasileiro ao futuro ou mesmo priorizavam a ruptura do passado e construção de um Brasil futuro e moderno.

Em meio a esse cenário, pretendo neste capítulo identificar como as concepções históricas equivalentes à formação da nação brasileira perpassam pelo discurso de Rodrigues de Carvalho, reportando-me a priori a historiadores como José Carlos Reis (2007), Angela de Castro Gomes (1996), José Murilo de Carvalho (1987) e Astor Antônio Diehl (1998), para discutir a importância dos estudos de historiografia e de sua condução nas décadas de 1920 a 1930.

José Carlos Reis, ao tratar das diversas interpretações históricas decorrentes na *história da história*¹⁴, elucida a importância em compreender que as interpretações que se sucedem não se eliminam e nem substituem as anteriores. Conforme afirma Reis:

O historiador, para se diferenciar de mentirosos e falsários, deve buscar oferecer uma interpretação controlável racionalmente e, para isso, deve apoiar-se em problemas, conceitos e documentos. Mas a sua interpretação histórica não abole as anteriores e não evitará outras que se sucederão. Por isso, para Koselleck, o conhecimento histórico exige do historiador o exame crítico da historiografia anterior (REIS, 2007, p. 12).

É através deste enfoque que serão ponderadas neste estudo, em paralelo às análises das obras de Carvalho, diferentes “interpretações do Brasil” no período evidenciado, uma vez que

¹⁴ Para se discutir a importância dos estudos de historiografia, parece ser indispensável atentar para o sentido semântico e ambíguo deste conceito. Segundo Raimundo Barroso Cordeiro Junior, por “historiografia, portanto, compreende-se um tipo de estudo produzido a partir do conhecimento histórico, mas que lhe é diferente em conteúdo e propósito” (2003, p. 17). Entretanto, para superar essa ambivalência do termo historiografia, concordo com esse historiador ao seguir a ideia de história da história, permitindo o “alargamento de suas possibilidades de compreensão para além território do historiador” (CORDEIRO JR, 2003, p. 17).

elas orientam na percepção quanto a conduta dos atores sociais, na continuidade e mudanças da vida social e, conseqüentemente, nas relações de poder. Sendo assim, novas experiências surgem e são acrescentadas às precedentes e novas esperas são desenhadas.

Angela de Castro Gomes, no seu livro *História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo*, a partir do suplemento *Autores e Livros* do jornal *A Manhã* e nos artigos da revista *Cultura Política*, procura compreender o processo de constituição do saber e da disciplina da história do Brasil, além de ressaltar como a prática historiográfica cresceu e especializou-se no Brasil ao longo das primeiras décadas do século XX. Para tanto, a autora recorre aos “pensadores da história” numa categoria mais ampla de intelectuais do pensamento social brasileiro que atuaram desde fins do século XIX até a virada dos anos 30.

Neste contexto, destaco as considerações da historiadora acerca do distanciamento entre os intelectuais e a política antes e depois de 1930, visto que as obras de Rodrigues de Carvalho estão atravessadas nessa temporalidade. Segundo Gomes, aquela geração de intelectuais tratou de construir “outra tradição”, uma “outra” atitude mental, sendo a geração modernista a “mediadora da transição que se iniciara nos anos 20 e se completava nos anos 40” (1996, p.139). Ainda de acordo com a historiadora, os modernistas adequavam-se bem à tarefa, pois além de reinstaurarem a temática da brasilidade com feições militantes, eram os intelectuais disponíveis para o preenchimento dos cargos públicos do Estado Novo (GOMES, 1996, p.139).

Não obstante, o período republicano gerou expectativas e entusiasmos mediante as promessas democratizantes discursadas nos comícios, nas conferências e na imprensa. Segundo comenta José Murilo de Carvalho (1987), a mudança de regime despertava em vários setores da população a possibilidade de expansão de direitos civis e políticos, permitindo assim a sonhada ampliação da cidadania respaldada em propostas democratizantes. Em suma, conforme Carvalho:

A expectativa inicial, despertada pela República, de maior participação, foi sendo assim sistematicamente frustrada. Desapontaram-se os intelectuais com as perseguições do governo Floriano; desapontaram-se os operários, sobretudo sua liderança socialista e de participarem do processo eleitoral; os jacobinos foram eliminados. Todos esses grupos tiveram de aprender novas formas de inserção no sistema, mais fáceis para alguns, mais difíceis para outros. (CARVALHO, 1987, p. 37).

Devido também ao reduzido peso político pela consolidação do sistema oligárquico de dominação, muitos intelectuais desistiram da política militante e se concentraram no campo literário, aceitando postos públicos decorativos na burocracia. Portanto, apesar da

legitimidade dos intelectuais e da presença desses, na expressão de Sergio Miceli (2001), nos “anéis burocráticos”, não foi possível assumir um papel decisivo no processo social que fosse capaz de influenciá-lo na dinâmica de seus interesses. Conforme afirmam Bastos e Botelho (2010, p. 903), em crítica ao argumento de Miceli¹⁵, as mudanças sociais em curso no mercado não pareceram suficientemente fortes para romper com as bases tradicionais que transitavam em um contexto de crise e de transição social.

No entanto, isso não quer dizer que os intelectuais permaneceriam omissos quanto ao papel das ideias sociológicas e das relações de poder no interior da classe dirigente, uma vez que muitos se colocaram como “mediadores” entre as questões sociais e nacionais, na medida em que expressavam a presença da sociedade civil, bem como serviam de exemplo como atores sociais ao coletivo. No periódico *A Comarca*, em edição comemorativa de um ano de regime, marcado este pelo retrocesso no que se referem aos direitos sociais, Rodrigues de Carvalho refuta a opinião pública, ainda que vislumbrando a democracia e o progresso republicano:

Quanto è sublime e fecunda a ideia democrática! O Brazil, que ha um anno fez-se republica, como o gigante que ensaia as suas primeiras manifestações, tende a encaminhar-se na senda do progresso, não só devido á paz que acompanhou a grande transformação política, como, principalmente, pela constante decretação de reformas tão necessárias e liberaes. Entretanto a opinião publica, em grande parte, manifesta-se hostile ao primeiro governo da republica brasileira, talvez por não merecer-lhe a conducta de seus membros a confiança absoluta que só inspira o longo e doloroso tirocinio de velhos paladinos de uma crença. E de facto, o crime dos autores da grande revolução brasileira consiste na exclusão dos Saldanha Marinho, Silva Jardim, etc, etc. Todavia a ideia é sempre a mesma: - a republica está fundada; e a planta da democracia não morre; si no presente seus fructos não são todos sazoados, regue-se o solo em que medrou a liberdade, com o suor do nossos esforços patrioticos, e crentes, confiemos nos cultores do futuro¹⁶ (*A Comarca*, 15 de novembro de 1890).

A despeito disso, José Murilo de Carvalho frisa que, embora a República não tenha produzido correntes ideológicas próprias, circulavam mais livremente as ideias que antes ficavam contidas no “recatado mundo imperial”. Por conseguinte, intelectuais de classe média, bem como artesãos qualificados lançaram jornais de propagandas, no intuito de “democratizar a República” indo além das propostas de ordem liberal e positivista (1987, p. 24). Porém, mesmo que dentro da lógica liberal, o sistema republicano aos poucos perdeu seu

¹⁵ Ainda que em capítulo posterior seja feita alusão à análise de Sergio Miceli quanto à consolidação, criação e ampliação de postos políticos nas frentes de mobilização política e ideológica e se reconheça a sua importante contribuição no estudo das estratégias de inserção dos intelectuais, concordo com a hipótese de Elide Bastos e André Botelho (2010) quanto à tensão deixada pelo autor no que diz respeito à suposição da autonomia de um “campo intelectual” e suas relações com o processo social mais amplo.

¹⁶ Manteve-se aqui a ortografia referente à época transcrita (e assim será feito nas subseqüentes citações).

encanto, favorecendo a atuação dos “mais fortes” e decepcionando aqueles que contavam com a “sublime e fecunda” ideia democrática.

Tramitando para as discussões historiográficas norteadas a partir de 1920, conforme Astor Antônio Diehl (1998), a historiografia brasileira posicionou-se em duas diferentes orientações tendenciais. Uma primeira tendência possível da cultura historiográfica é a dos historiadores-sociólogos, mais diretamente influenciados pelas ideias modernistas, no qual a história factual cede aos poucos lugar às questões interpretativas, procurando enxergar para além do fato as suas implicações. Na segunda tendência, ganharam impulso à história da ocupação territorial, a história administrativa, a história econômica, a história da abolição da escravidão, as revoluções do século XIX e XX, bem como o processo de urbanização (DIEHL, 1998, p. 175).

As obras de Rodrigues de Carvalho se aproximam da primeira tendência citada por Diehl, em um contexto marcado pelo processo de formação da identidade nacional e, destarte, pela construção da ideia de nação¹⁷. Por sua vez, conforme explica Ricardo Luiz de Souza (2007, p. 18-23), as identidades nacionais são ritualizadas e ligadas a valores vinculados por pais fundadores que as encarnam como símbolos, na perspectiva de reverenciar um passado. Sendo assim, determinados símbolos e discursos são selecionados e elaborados propositalmente, no intuito de serem enquadrados em um corpo de tradições que atuam, finalmente, como elementos estruturantes na formação de identidade.

Em *A Invenção das Tradições* (1984), o historiador Eric Hobsbawm salienta o estudo das tradições, esclarecendo as relações humanas com o passado; sendo elas caracterizadas pela invariabilidade e, portanto, pela imposição de práticas fixas, tais como a repetição. Nesta obra, Hobsbawm (1984, p. 9) procura perceber como as tradições surgiram e se estabeleceram, utilizando-se do termo “tradição inventada”, na qual se incluem tanto aquelas que foram realmente inventadas e formalmente institucionalizadas, quanto aquelas que surgiram de maneira mais difícil de localizar em um período limitado e determinado de tempo. Em suma, para ele, essas tradições são reações ou situações novas que assumem ou estabelecem o seu próprio passado a partir da repetição quase que obrigatória, entendendo-as como:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam

¹⁷ Para melhor entender o conceito de nação como ideologia unificadora, faço menção a explicação de Eric Hobsbawm. Segundo esse historiador, as nações são fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas (HOBBSAWM, 1990, p.20).

inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. (HOBSBAWM, 1984, p. 10)

Por isso, de acordo com Hobsbawm (1984, p. 13), inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações bruscas, assim como há adaptação das tradições quando se faz necessário conservar velhos costumes em condições novas ou na perspectiva de usar velhos modelos para novos fins. Neste sentido, Rodrigues de Carvalho, ao colher e transcrever oralidades sobre as poesias populares e folgares, elucida como algumas práticas tradicionais foram apropriadas, modificadas, ritualizadas e institucionalizadas, no intuito de servir aos nossos propósitos nacionais. Para tanto, ao examinar a folgança do bumba meu boi, ele aborda sobre a sua origem e de como essa tradição foi tomando feições particulares ao ser adaptada por alguns Estados do Nordeste:

Entre os folgares mais comuns e mais arraigados na tradição popular figura o bumba-meu-boi, que supomos de origem pagã, vindo do Boi Apis egípcio, atravessando centenas de civilizações, adaptando-se a diferentes costumes, tomou no norte do Brasil uma feição particularíssima (e se não estou enganado já um Estado do norte se fez representar em Chicago, por ocasião da exposição, por uma dessas *troupes* de Mateus, chocalhos e viola). (CARVALHO, 1995, p. 53)

Sendo assim, a tradição atua como elemento estruturante na formação de identidades. Compartilhada por determinada sociedade, ela busca definir e tornar específica a sua própria identidade, além de criar uma identidade nacional. Logo, essas identidades são construções discursivas, não estáticas e permanentemente reformuladas, ou seja, “nascem de uma imagem construída, não verificável e não empiricamente demonstrável” (SOUZA, 2007, p. 25). Isso significa considerar que as identidades nacionais não são coisas com as quais já nascemos, mas que são constituídas e transformadas no interior da sua *representação*. É dentro dessa discussão que para Stuart Hall (2003), além de entidade política, a nação também produz um “sistema de representação cultural”.

De acordo com Hall, as pessoas participam da ideia de nação tal como representada em sua cultura nacional, sendo ela composta por instituições culturais, símbolos e representações; que ao produzir sentidos sobre a “nação”, podemos nos identificar e, sucessivamente, construir identidades. Para ele: “esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens dela que são construídas” (HALL, 2003, p. 51). Desta forma, Stuart Hall visualiza a identidade nacional pelo argumento de Benedict Anderson (2008) como uma “comunidade imaginada”.

Benedict Anderson define a nação como uma comunidade política imaginada, sendo ela intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Para o autor, “ela é *imaginada* por que mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros” (ANDERSON, 2008, p. 32), sendo então também imaginada como *comunidade*, posto que independentemente da desigualdade e da exploração efetivas existentes dentro dela, “a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34).

Neste âmbito, tomando as orientações sobre “comunidade imaginada” oferecidas por Benedict Anderson e tomadas por Hall, pretende-se observar como é contada a narrativa da cultura nacional nas obras aqui elucidadas, uma vez que Rodrigues de Carvalho se preocupava em construir identidades equilibradas ambigualmente entre o passado e o futuro, na perspectiva de partilhar símbolos e representações que dão sentido à nação. Neste sentido, era importante “restaurar as identidades passadas”, bem como “preparar para uma nova marcha para a frente” (HALL, 2003, p. 56), pois segundo frisa Carvalho no seu *Cancioneiro*:

Outros poetas de inspiração, ainda desconhecidos, vão também lembrados, para que o historiador da literatura pátria tenha amanhã por onde aquilatar o valor de nossa gente em matéria de coisas da inteligência. Êste livro não representa uma ambição literária, nem aspira à glória de obra limpa; êle significa um esforço por bem da intelectualidade anônima dos filhos do Norte. (CARVALHO, 1995, p. 104)

A emergência da busca de símbolos, signos e representações, ou seja, de elementos que emprestaram visibilidade à ideia de nação durante a década de 1920 possibilitou o surgimento de novos atores sociais, frente à multiplicação de abordagens e objetos. Nesta perspectiva, este estudo pretende compreender como nas obras de Rodrigues de Carvalho surgiram esses novos atores (enquanto sujeitos históricos), como foco para as suas simbologias e representações no que concerne à construção de identidades nacionais, tomando como caminho metodológico a história social, a partir do enfoque de Hebe Mattos (1997). Para a historiadora:

A história social mantém, entretanto seu nexos básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – *sociais* – na explicação histórica (MATTOS, 1997, p. 54).

Ao folhear o *Cancioneiro do Norte*, bem como o artigo *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil*, observa-se o quanto as suas narrativas são acompanhadas dos discursos de miscigenação e questões raciais que circularam no universo brasileiro nas décadas de 1920 e 1930. Afinal, para José Rodrigues “o verdadeiro brasileiro” é

o mestiço. E ele, assim como outros estudiosos negros e antropólogos autodidatas, reconhecidos como folcloristas ou jornalistas, tomaram a “cultura” ou os “costumes” africanos como tema de seus trabalhos (GUIMARÃES, 2004, p. 8).

1.2 Dilemas de uma nação mestiça: teorias raciais e a questão da mestiçagem

Para perceber como a concepção histórica relativa à ideia de “miscigenação” permeia o discurso de Rodrigues de Carvalho, tomarei como aporte teórico as análises de Ronaldo Vainfas (1999), o qual explica que a problemática da mescla cultural apareceu pela primeira vez sob o rótulo da “miscigenação racial”, formulada pelo alemão Karl Von Martius, na década de 1840. Martius afirmava que a chave explicativa para compreender a história do Brasil seria a fusão de raças. De certo modo ele esboçou a questão da mescla cultural, sem, contudo desenvolvê-la (1999, p. 3). Outros estudiosos como Capistrano de Abreu, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Mello Moraes, João Batista Lacerda e Oliveira Vianna também discutiram o viés da mestiçagem, compreendendo-a como processo degenerativo ou mesmo como solução através do branqueamento.

Contudo, foi Gilberto Freyre, na obra *Casa Grande e Senzala* (1933), que obteve maior destaque ao “positivar” a miscigenação herdada do período colonial. A partir de então, a acepção da miscigenação foi alterada, passando a ser utilizada por algumas correntes de intelectuais e segmentos sociais como elemento positivo de convivência racial. Desta forma, a mestiçagem proposta por Freyre foi valorizada como solução aos dilemas da integração nacional, numa visão pacífica, harmoniosa e conciliadora. No entanto, para melhor elucidar a temática racial apontada por Gilberto Freyre em termos culturais e compor um contraponto com as obras de Carvalho¹⁸, é importante frisar as considerações do já citado José Carlos Reis, que descreve o livro como uma obra neovarnhageniana:

é um reelógio da colonização portuguesa, é uma justificação da conquista e ocupação portuguesa do Brasil. O Brasil é visto como uma sociedade original e multirracial nos trópicos, obra do gênio português. (...) O livro genial de Freyre renovou a visão do Brasil das elites em crise. Ele revigorou o mundo que as elites luso-brasileiras criaram no passado e confirmou o elogio e a legitimação que lhe havia feito Varnhagen nos anos 1850. (REIS, 2007, p. 55)

¹⁸ Para este e outros exercícios de ordem comparativa, tomarei a análise oferecida por Peter Burke, o qual afirma que “é apenas graças à comparação que conseguimos ver o que não está lá; em outras palavras, entender a importância de uma ausência específica” (2002, p.40).

Gilberto Freyre valorizava a colonização portuguesa e preservava essa herança lusitana como uma influência positiva na miscigenação e, posteriormente, na definição do processo de formação da identidade nacional. Para isso, ele afirmava que somente a colonização latifundiária e escravocrata poderia ser capaz de enfrentar os desafios à civilização do Brasil, indicando assim o sucesso ao método adotado pelo português nos trópicos. Além disso, Freyre (2006) também considerava o português como favorável a colonização pela sua riqueza e variedade de experiências no decorrer do século XV, destacando dentre elas o conhecimento de plantas úteis e alimentares, bem como a vantagem adquirida pelo sistema de construção asiático, ao qual seria adaptável ao trópico americano, o da capacidade do negro para o trabalho agrícola. Desta forma, prossegue postulando pela defesa da colonização dos portugueses, a começar pelo cristianismo, pois para ele:

[...] todos esses elementos e vantagens viriam favorecer entre nós a colonização, que na América Portuguesa, como nas “colônias de proprietários” dos ingleses na América do Norte, repousaria sobre a instituição da família escravocrata; da casa-grande; da família patriarcal; sendo que nestas bandas acrescida a família de muito maior número de bastardos e dependentes em torno dos patriarcas, mais femeeiros que os de lá e um pouco mais soltos, talvez, na sua moral sexual . (FREYRE, 2006, p. 84-85).

Neste interim, Gilberto Freyre achava injusto acusar os portugueses de terem manchado com a escravidão a sua obra grandiosa de colonização tropical, pois foram eles os homens ideais para viver os trópicos, não se tratando de meros aventureiros, visto que aqui “vieram, venceram, ficaram e colonizaram” (REIS, 2007, p. 70). Em contrapartida, em artigo para a *Revista da Academia Cearense*, Rodrigues de Carvalho escreve *A proposito do bicentenário da morte de Antonio Vieira*, exaltando o padre Vieira pelo seu caráter, por sua dedicação enquanto enfermeiro, como orador inspirado e pela “sublime insaciabilidade de propagar a igualdade e difundir a instrução”. (*Revista da Academia Cearense*, 1897, p. 61). Mas, sobretudo, elogiava Vieira a propósito do mesmo preferir o colono holandês, descrevendo suas vantagens em relação à colonização portuguesa para o Brasil.

No decorrer do artigo, Rodrigues de Carvalho cita uma afirmação otimista de Sílvia Romero, quanto ao fato dos colonos portugueses apresentarem uma cultura adiantada. Muito embora acredite que Romero seja talvez a melhor “autoridade na matéria”, Carvalho julga como improcedente o seu argumento. Nesta perspectiva, começa a destrinchar comparações entre o “europeu do sul” e o “europeu do norte”¹⁹, salientando que não seria preciso estatística

¹⁹ Thomas E. Skidmore (1976, p. 44) ressalta que, naquele contexto, as ideias impulsionadas pela ciência natural reforçavam a autoridade intelectual da Europa, armando o raciocínio segundo o qual os europeus do Norte

alguma para provar o resultado compensador dos “países do norte” sobre os “do sul”. Para Rodrigues de Carvalho (1897, p. 65), ao Brasil, assim como a maioria dos países vizinhos, coube a infelicidade de ser dominado durante anos pelo ramo ibero-latino, “o menos disciplinador e o mais pobre” em exemplos de progresso no que condiz a todas as suas manifestações de atividades.

Mais adiante, Carvalho descreve em síntese o europeu do norte pelas suas “faculdades emotivas rudemente educadas”, o que segundo ele justifica o cunho subjetivista de seus trabalhos de arte; além de possuir “uma estreita identificação com vicissitudes da existência” e por isso ser necessariamente “o mais destinado a melhorar a sorte da humanidade”, concluindo que:

[...] nenhum povo há que respeite mais a característica dos habitantes do norte que o hollandez. A disciplina tradicional dos batavos; a pertinencia infatigavel na consecução de seus ideias; o vigor physico do saxônio e a sua inquebrantabilidade de caracter: a firmeza de vontade, e o espirito conservador de suas riquezas; plantarião no solo americano a semente de uma nação com melhores auspicios que a nação oriunda de portugueses. (*Revista da Academia Cearense*, 1897, p. 66).

Rodrigues de Carvalho prossegue a crítica ao colono português em oposição ao holandês, ressaltando a incapacidade do primeiro ao comércio e o heroísmo do segundo no trabalho, devido à capacidade de dilatar o seu território, construir diques, conquistar o mar e, como agricultor, beirar de verdura a desolação do norte. Desta forma, por fim, formula que nenhum desses conceitos escapou a imaginação de Vieira, que esteve por longo tempo na Holanda, e que amava tanto ao Brasil, “talvez mais que á primitiva pátria” (*Revista da Academia Cearense*, 1897, p. 67). Portanto, após relatar sua defesa ao Padre Antonio Vieira, Carvalho afirma acreditar que com um pouco mais de indulgência não tardaria muito para que o padre fosse absolvido quanto à injustiça que o historiador busca insinuar contra o seu nome.

Naquele momento, junto à discussão da temática racial e da proposta de história do Brasil introduzida por Von Martius, tornava-se corrente a afirmação de que o Brasil se constituiu através da fusão de três raças fundamentais, com potenciais distintos: o branco, o negro e o índio. Neste aspecto, nem todos os intelectuais concordavam quanto à interpretação dada a cada “raça” na perspectiva homogênea, buscando caracterizá-las a partir de suas especificidades.

tinham atingido o poder econômico e político superior ao dos outros devido à hereditariedade e ao meio físico favoráveis. Ao que parece, Rodrigues de Carvalho sucumbia a essas ideias, reiterando aos “países do norte” superioridade quanto ao processo civilizador.

Gilberto Freyre, ao comparar negros e índios no que concerne a formação econômica e social do Brasil, ainda que deixe claro que sua pretensão não é a de negar os critérios de tipos psicológicos a possibilidade de vantajosa aplicação à discriminação de traços étnicos, destaca a introversão do índio em contraste com a extroversão do negro africano. Porém, salienta que embora predomine a extroversão dos negros não se deve atribuir-lhe influência absoluta, pois para ele são os antecedentes e as predisposições de cultura do africano que devem ser tomadas em maior conta. Mediante a essa comparação e pautando-se em teses e teorias, a exemplo de escritor Waldo Frank (1889-1967) e do psicólogo William McDougall (1871-1938), Freyre justifica que talvez possa atribuir parte dessa superioridade ao negro devido a sua eficiência econômica e eugênica do regime alimentar, que segundo ele “é mais equilibrado e rico que o dos outros povos ainda nômades, sem agricultura regular nem criação de gado” (2006, p. 373).

Rodrigues de Carvalho, diferentemente de Gilberto Freyre que enaltecia o português, ainda que definisse o seu caráter como um “vago impreciso” pela sua impureza étnica, subjulgava ele como “ardoroso”, “egoísta” e “peninsular” em todas as manifestações contemplativas. Conforme Carvalho, o sangue luso sem a sedução do cruzamento cansaria sob “a canícula entorpecente do Equador” (CARVALHO, 1967, p. 6). Aos índios não apresentava um olhar muito otimista. Descreve-os como “apático”, “birrento”, “bisonho” e preso às tradições de seu “viver retardatário”, concluindo então que o índio, por si só, levaria o país a uma “solidão de mata virgem”, influenciando remotamente na formação intelectual do brasileiro.

Não obstante, restaria apenas ao africano enquanto matéria bruta a ser “amalgamada” para servir de máquina no trabalho de desbravação do Brasil. Para Carvalho, naquele momento nenhuma raça era tão adequada à formação do caldeamento como a africana, todavia argumentava que por conta da sua embrutecida origem e atrasada civilização, e, assim como os índios, sem o contato com as outras raças, eles seriam apenas uma “massa bruta inoperante” e “retardatária”, sendo preciso que: “os mercenários de carne humana iniciassem a desumana porfia sobre o Atlântico, no tráfego do homem, para que em terras de Santa Cruz se fundasse um alicerce de civilização que se ainda não tinha cúpula, possui sólidas paredes” (CARVALHO, 1967, p. 6).

Para tanto, baseando-se na ideia de uma “afinidade continental”, o autor discorre sobre as correntes marinhas advindas da África, que arrastavam areias e ventos cálidos do deserto ao nosso continente. Conforme Rodrigues de Carvalho (1967), foram publicados trabalhos paleontológicos realizados nos Estados Unidos, dando a classificação de conchas, crustáceos,

cetáceos, entre outros, elementos esses que só eram conhecidos como próprios da zona da beira mar, “daquelle lado do Atlântico”, e que naquele momento foram encontrados “à margem do rio Gramame, no Estado da Paraíba, pelo estudioso dêsses assumtos, que é o bel. João Domingues dos Santos, industrial paraibano” (CARVALHO, 1967, p.15-16).

Carvalho sustenta sua hipótese de afinidade, ao passo que, segundo ele, o trabalho de classificação confirmou o lado ocidental do Atlântico, o qual participa das mesmas coisas que a paleontologia supunha como exclusivas da África. Neste sentido, indica como consulta o mapa organizado pelo coronel João Domingues dos Santos, presente na sua obra *Calcáreo na costa da Paraíba*, do coronel, bem como a monografia de Carlota Joaquina Maury, *Cretáceo da Paraíba do Norte*, a qual aproveitou as coleções e estudos já apontados por Domingues.

Todavia, não é por acaso que Rodrigues de Carvalho se ampara nas hipóteses de ligação entre a América do Sul e o Continente Africano. A conclusão dessa teoria sugeria ao autor assumir um papel de naturalização ao “sequestro” da mão-de-obra do negro africano ao Brasil, sob o prisma da mestiçagem:

Se a natureza já havia predisposto, instituído mesmo nenhum o amplexo material dos dois continentes, era fatalidade histórica a vinda do braço negro, para confundir-se ao do sangue aborígene com a gradação do sangue português. Um fenômeno natural impunha todas essas afinidades ao sabor da civilização. (CARVALHO, 1967, p17).

Sílvio Romero, crítico e historiador que se propôs a pensar sobre as relações entre raça, cultura e nação, sendo portanto citado com bastante frequência nas obras de Carvalho, ainda que fizesse um elogio sobre a colonização e a herança portuguesa, visualizava os portugueses como povo inferior ao ramo “irmão-saxão”, por consequência do cruzamento entre ibéricos e latinos, que apresentam a impossibilidade orgânica de produzir por si. De acordo com Roberto Ventura (1991) e Thomas E. Skidmore (1976), Romero constrói uma teoria etnográfica hierarquizada, o qual se aproxima de Rodrigues de Carvalho, ao afirmar que o africano havia contribuído mais que o índio por ser um “agente robusto civilizador”. No entanto, apesar da superioridade atribuída ao “gene africano” quando comparado ao índio, se contradiz ao concordar com o abolicionista britânico William Wilberforce (1759-1833), ao repetir o seu argumento familiar e infundado de que os negros jamais criariam uma civilização. (SKIDMORE, 1976, p. 51).

Euclides da Cunha, escritor e sociólogo ao qual Rodrigues de Carvalho demonstrava admiração²⁰, embora também retomasse a questão da mestiçagem como fundamental para o

²⁰ As suas preferências e influências, seja na esfera literária quanto no campo da política, serão elucidadas de maneira mais minuciosa no capítulo seguinte.

processo de formação nacional, diferentemente do próprio Carvalho, Romero e Freyre, o primeiro acreditava que o sangue índio era um fator positivo quando misturado ao branco, considerando assim o mulato como degenerado e, por conseguinte, desvalorizando a herança africana. Para Euclides (2004), a mistura de raças quando extremada tornava-se um retrocesso, definindo o mestiço como racialmente inferior e quase sempre “desequilibrado”, “decaído”, “dispersivo” e “intruso”, características essas que denotam a sua “instabilidade” e que se restringiam a mestiçagem do litoral, pois nos sertões a integridade orgânica do mestiço era “imune de estranhas mesclas, capaz de evolver, diferenciando-se, acomodando-se a novos e mais altos destinos, porque é a sólida base da física do desenvolvimento moral ulterior” (CUNHA, 2004, p. 117).

Não obstante, ainda que Rodrigues de Carvalho, Gilberto Freyre, Sílvio Romero e Euclides da Cunha apresentassem disparidades quanto ao quadro de interpretação social em relação às três raças formadoras, aproximavam-se ao indicar o branco na posição privilegiada de “raça superior”. O próprio Carvalho, diga-se de passagem, ressalta em seu discurso a preferência pelo elemento africano na “formação intelectual do brasileiro”, justificando-a pelo “*contacto mais direto com o branco* e pela índole irrequieta da própria raça” (CARVALHO, 1967, p. 35) (grifo meu).

Durante o período de 1880 a 1920, a ideologia do branqueamento ganhou maior legitimidade científica, uma vez que as teorias racistas introduziam-se pelo Brasil, confirmando as ideias de que a raça superior prevaleceria no processo de amalgamação. Neste percurso, conforme explica Lilia Moritz Schwarcz (1993), foi diante desses debates de teorias raciais, pelo viés do modelo determinista racial, que a questão da raça era entendida como tema central para a compreensão dos destinos da nação. Ainda segundo essa autora, antes do termo *raça* se tornar um conceito fixo e natural, era entendido como um objeto do conhecimento cujo significado era constantemente renegociado, haja vista que neste contexto foram investidos diversos modelos biológicos de análise.

Nesse âmbito, o discurso racial vinculava-se aos projetos de cunho nacionalista, pois parecia oportuno imaginar uma nação em termos biológicos. Sendo assim, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável para justificar a construção de um argumento que fosse condizente ao jogo de interesses que se montava no país. Mediante a essa discussão, no artigo intitulado *Dando nome às diferenças*, Schwarcz (2001) aborda sobre uma série de

pensadores²¹ e teóricos das raças que, opondo-se à visão humanista, partiam de três proposições básicas:

A primeira tese afirmava a realidade das raças, estabelecendo que existiria entre esses agrupamentos humanos a mesma distância encontrada entre um asno e o cavalo. A segunda instituíra uma continuidade entre caracteres físicos e morais, determinando que a divisão do mundo em raças corresponderia a uma divisão entre culturas. Um terceiro aspecto apontava para a predominância do grupo “racio-cultural” ou étnico no comportamento do sujeito, conformando-se enquanto uma doutrina da psicologia coletiva, hostil à ideia do arbítrio do indivíduo (SCHWARCZ, 2001, p.19).

Thomas E. Skidmore (1976, p. 68), ao discutir sobre as teorias raciais, faz menção a três escolas do pensamento racista que emergiram no decorrer do século XIX. A primeira teve sua formulação nos Estados Unidos, ao qual deu curso entre a elite às ideias de diferenças raciais inatas e de “degenerescência” mulata. Já a segunda, conhecida como “escola histórica”, os pensadores partiam da suposição de que as raças humanas poderiam ser diferenciadas uma das outras. E, por fim, a terceira, definida pelo “darwinismo social”, amparada no processo histórico-evolutivo, evidenciava a predominância das raças “superiores”, dando a entender que as inferiores estariam fadadas a definhar e desaparecer. Segundo Skidmore, essas escolas influenciaram países da América Latina e, sobretudo, o Brasil, que era “vulnerável às doutrinas racistas advindas do exterior” (1976, p. 69).

Entretanto, partindo do pressuposto inerente ao processo de “importação” e esforço de adaptação quanto às teorias raciológicas que adentravam no Brasil, Renato Ortiz (2006) nega a tese de “imitação” defendida por outros intelectuais de que os brasileiros tomavam como cópia as teorias racistas da Europa. Logo, a escolha de escritores como Gobineau pela elite intelectual da época, não implicava em afirmar que essa orientação seria um consumo passível das teorias estrangeiras. Dentro dessa perspectiva, Ortiz explica que essas teorias eram demandadas a partir das necessidades internas brasileiras, ao passo que o dilema dos intelectuais daquele período era o de construir uma identidade nacional. Mas, para tanto, era “necessário se reportar às condições reais da existência do país” (ORTIZ, 2006, p. 30).

Com efeito, no Brasil, junto aos anos de 20 e 30, se deu a consolidação do ideal de branqueamento e, por conseguinte, a aceitação pelos formuladores da doutrina, que passaram a moldar o conceito de raça pelo viés de cultura e de caráter. Nesse filão, a “democracia

²¹ Schwarcz (2001) faz referência a Gobineau (1853), Le Bon (1894) e Kild (1875), destacando que esses pensadores acreditavam que as raças constituíam fenômenos finais e, por conseguinte, postulavam a existência de tipos puros, bem como compreendiam a miscigenação como sinônimo de degeneração, tanto na perspectiva racial quanto na social.

racial”²² de Gilberto Freyre entra em evidência, no propósito de reforçar o ideal de branqueamento ao enfatizar a positivação da ideia de mestiçagem, oferecendo ao brasileiro uma “carteira de identidade”, de modo que “o mito das três raças”, além de encobrir os conflitos raciais, possibilitava a todos uma grande representação nacional.

Acerca dessa discussão, Larissa Viana (2007) reconhece o lugar de destaque que o tema da mestiçagem ocupou na construção da nacionalidade, sobretudo na década de 1930, destacando alguns debates travados por diferentes historiadores que relacionam essa temática ao processo de colonização do Brasil. Segundo a autora:

A mestiçagem é um tema recorrente no pensamento social brasileiro desde o século XIX, período em que se tornaram mais acalorados os debates sobre a construção da nação em meio a um intenso diálogo com teorias e visões importadas da Europa, profundamente ligadas à noção de diferenças baseadas na raça. Sabe-se hoje da total inadequação desse conceito e de seus conteúdos hierarquizantes para o estudo das relações sociais, mas no século XIX muitos cientistas julgavam que a noção de raça era não só aplicável às sociedades humanas, como também determinantes dos comportamentos e potenciais dos indivíduos. (VIANA, 2007, p. 283).

Larissa Viana, a priori, se inspira nas discussões impostas por Freyre, o qual procura realçar a suposta presença de relações raciais de maneira mais harmoniosa durante o Brasil colonial, cabendo à mestiçagem o papel de equilibrar violentos antagonismos ao harmonizar elementos opostos. De acordo com Viana (2007, p. 269), foi em *Casa Grande e Senzala* que ele destacou as condições de reconhecimento social dos mestiços e a suposta tolerância racial que marcaria o caráter da nação. Nesta perspectiva, para Freyre, seria o mestiço, “europeu com sangue negro ou índio”, o tipo ideal de homem moderno para viver nos trópicos.

Sob o viés da mestiçagem, Rodrigues de Carvalho (1967, p. 5), assim como Gilberto Freyre, ressalta a importância dos “tres fatôres etnológicos”, dizendo-se vibrar como “latino mestiçado” e questionando que mal nos adviria em termos “sangue de origem africana” correndo nas veias. Para ele, o verdadeiro brasileiro era o mestiço:

Hoje, o verdadeiro brasileiro, o que é mais radicado à sorte, à grandeza, e à integridade do Brasil, é o mestiço. É da massa desse lusco-fusco etnológico que saem as mais fortes e sinceras vibrações do patriotismo. Enquanto o nosso sangue for o produto das três raças que se fundiram através desses quatro séculos evaporados, teremos quem defender a terra tão bem defendida por Henrique Dias, Camarão e Vidal de Negreiros (CARVALHO, 1967, p. 95).

²² Quanto à discussão desse conceito faço alusão à crítica de Ricardo Luiz de Souza, pois ainda que Freyre valorize o cruzamento racial no âmbito de dar aos elementos africanos e indígenas uma expressão nacional, a “democracia racial implica a crescente formação de um tipo étnico unificado que tende a levar o negro ao desaparecimento”. (2007 p. 170).

Retomando as ponderações de Larissa Viana, a autora também recorre à análise do historiador Carl Degler, o qual realiza um trabalho comparativo, publicado em 1971, discorrendo sobre as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos. Viana considera que as interpretações do historiador aproximavam-se com as de Freyre, porquanto ele também ressaltava o papel dos mulatos na explicação entre os sistemas escravistas dos dois países acima mencionados. Desse modo, havia no Brasil uma maior tolerância à mestiçagem, pois apesar da discriminação comum às duas sociedades, “o mestiço e o negro podiam ter um controlado acesso à mobilidade em um meio rigidamente hierarquizado, concedendo ao mulato, em particular, um espaço que seria impensável nos Estados Unidos pós-emancipação, segundo o autor” (VIANA, 2007, p. 275).

Nesse percurso, Rodrigues de Carvalho pode ser incluído nesta abordagem comparativa, visto que ele também fez ressalvas ao Brasil alegando superioridade quanto à repressão sistemática aos “homens de cor” praticada pelos Estados Unidos. Conforme Carvalho, o negro africano foi repellido dos Estados Unidos durante as suas “bases de formação” por pura antipatia racial e que, ainda naquela época (década de 1930), o negro era “segregado” e “abusado”, sendo regra o linchamento para todos aqueles que quisessem se infiltrar pelo cruzamento. Em defesa do Brasil, ele afirma que aqui foi diferente, justificando que o povoador português tinha predileção especial pelo “debuxo da família espúria”, da qual surgiram núcleos associativos até a formação atual de nossas condições étnicas (CARVALHO, 1967, p. 36). Neste âmbito, o autor argumentava que havia, somente da parte dos americanos, um “ódio de raça”, algo que passou distante da realidade do Brasil, pois apesar do “prejuízo da casta”, ao contrário dos Estados Unidos, existia aqui uma sociedade multirracial cuja “casta social”²³ mais reconhecida era a do mulato:

Nós, no Brasil, nunca mantivemos o ódio de raça, como na América do Norte. Sim, havia até certo tempo *um prejuízo de casta*; a mulher branca evitava casar-se com o preto; a religião repudiava-o igualmente. Um preto não poderia receber as ordens de padre católico, apesar de S. Benedict servir de exemplo de tolerância de Deus para com os de pele negra. Na Irmandade do Santíssimo Sacramento não ingressaria um mulato. E assim por diante, uma simples prevenção, que foi passando. (CARVALHO, 1967, p. 94-95).

Com o passar do tempo, a mestiçagem assumiu múltiplos sentidos em diferentes contextos históricos. De acordo com Thomas E. Skidmore (1976), depois da década de 30, intelectuais e porta-vozes da elite legitimavam um novo consenso científico, alegando que o negro não era intrinsecamente pior e que a pretensão racista de que a miscigenação resultava

²³ Para entender melhor essa discussão sobre as “castas” e os contraste entre os Estados Unidos e o Brasil mediante aos regimes discriminatórios que circulavam no período, ver (SKIDMORE, 1976, p. 70-72).

em degeneração era pura tolice. Por conseguinte, voltou-se a atenção para o africano, firmando interpretações positivas da miscigenação no Brasil.

Porém, junto à vantagem da miscigenação, Gilberto Freyre também tratou de associar a desvantagem da sifilização, argumentando que, depois da má nutrição, talvez a sífilis tenha sido entre todas as influências sociais “a mais deformadora da plástica e a mais depauperadora da energia econômica do brasileiro” (FREYRE, 2006, p. 110). No entanto, José Carlos Reis postula que Freyre não culpava a miscigenação pela sifilização, pois o mesmo justificava que, se o brasileiro sofria de uma inferioridade física, essa não deveria ser atribuída à raça ou à mistura de raças, mas à desnutrição e à sífilis, além de outros vícios; pois estas eram “razões históricas, portanto, corrigíveis e não razões biológicas, irrecorríveis” (2006, p. 73). Afinal de contas, para Gilberto Freyre, as consequências danosas da miscigenação eram oriundas das relações entre senhores e escravos e não das misturas de raças em si.

Porquanto, ainda que alguns discordassem da metáfora da degeneração, médicos e intelectuais da época traziam a convicção de que os defeitos e taras transmitidos pelo mestiço, entre elas a sífilis, o alcoolismo ou mesmo a loucura, provinham da herança biológica. Fernanda Rebelo (2007), em estudo publicado sobre *Raça, Clima e imigração no pensamento brasileiro na virada do século XIX para o XX*, explica que era comum o pensamento de que essas doenças podiam surgir através de cruzamentos de raça mal sucedidos, entre brancos e negros ou entre brasileiros brancos imigrantes “indesejáveis”.

1.3 A raça e o meio

Com o advento da microbiologia no Brasil, no final do século XIX, as controvérsias sobre a influência do meio na transmissão de doenças se aprofundam e os fatores climáticos começam a ganhar força ao serem apresentados como causa e contribuição para a existência de germes (REBELO, 2007, p. 168). Com o avanço da microbiologia, baseando-se na ambiguidade entre o moral e o técnico, uma nova higiene surge privilegiando medidas cientificamente fundamentadas, onde os primeiros higienistas se preocupavam com o contágio e com outras questões sanitárias, “tais como as condições de vida precária, a prostituição, o alcoolismo, a alimentação, a escola” (REBELO, 2007 *apud.*, CAPONI, 2002, p.177).

Nos anos de 1920, médicos e intelectuais passaram a reforçar a influência de fatores ambientais como responsáveis pela degeneração do brasileiro (CARRARA, 2004, p. 436). Por outro lado, no Brasil, nesta mesma década, a eugenia²⁴ por ser congruente às ciências

²⁴ Segundo definição de Francis Galton, a eugenia é “a ciência que lida com todas as influências que melhoram as qualidades natas de uma raça; também aquelas que as desenvolvem à máxima vantagem”. (1909, p. 35). Para

sanitárias era interpretada por alguns como um novo ramo da higiene, de modo que os eugenistas brasileiros enfatizavam mais o discurso de reforma sanitária do que genética, além de não realizarem as distinções entre natureza e cultura (REBELO, 2007, p. 172).

Apoiando-se na noção de meio ambiente e suas relações com os seres vivos, Rodrigues de Carvalho (1967, p. 29), ao dissertar sobre o cruzamento do latino com o africano, de mistura com o índio e questionando sobre a possibilidade de dar um resultado matemático sempre igual, respondia que não seria possível sem as exigências da saúde, seleção, trabalho e educação moral. Para Carvalho, todos esses fatores estavam adstritos ao meio ambiente, inclusive a hipótese de que os indivíduos nascidos no nordeste estariam diminuindo de porte. Segundo ele, isso ocorria não por motivo de ancestralidade e sim pela questão do meio (também social) e dos elementos associativos:

Os rapazes atingem, em regra, a um metro e sessenta e três centímetros. No exército distinguem-se os batalhões compostos de nortistas pelo tamanho dos soldados. As mulheres ficam *nanicas*, na expressão da ironia popular. Por que esse fenômeno de degradação racial? Não é isto por motivo de ancestralidade. Sim por questão dessa tortura do meio e dos elementos associativos: o homem é doente de impaludismo, bôba e sífilis; usa álcool com excesso; alimenta-se parcamente; a natureza é extenuante pelo calor excessivo e constante; há falta de higiene, de conforto, de descanso metodizado. As preocupações do espírito analfabetizado são a luta pelo pão. São elementos opressivos ainda: a defesa contra o poderoso ou contra o banditismo; as eventualidades dos fenômenos climáticos; o desconforto; a luta cruel e inconsciente com o meio hostilíssimo sob todos os aspectos em suma. (CARVALHO, 1967, p. 29-30).

Neste segmento, junto à noção de raça, o *meio* aparece como um elemento imprescindível como argumento no pensamento brasileiro da época. Conforme o sociólogo Renato Ortiz (2006, p. 16), a história brasileira necessitava de termos deterministas para explicar a natureza indolente do brasileiro e as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual. Desta forma, as noções de raça e meio foram indispensáveis para a construção de uma identidade brasileira enveredada pelo nacional e o popular.

Ademais, para além da referência ao meio e sua interação com o habitat natural, Rodrigues de Carvalho destacou o fator biológico. Conforme o autor, se caso predominasse exclusivamente o elemento negro, o aviltamento ou decadência de parte, de forças e da resistência orgânica não atingiriam a semelhante abatimento, pois “os fatos biológicos predominantes no Brasil-Norte não são promissores para a conservação de uma raça forte” (CARVALHO, 1967, p. 31). Sendo assim, do mesmo modo que outros autores daquele

Nancy Stepan, a “eugenia no Brasil deve ser vista como parte de um entusiasmo generalizado pela ciência como ‘sinal’ de modernidade cultural” (2004, p. 337).

período, ele também se preocupava com a herança biológica e sucessivamente, com os fatores relacionados ao meio em que se “naturalizavam”.

Embora enveredasse a falta de higiene e a educação como algumas das principais causas elencadas ao fenômeno que ele chama de “degradação racial”, Rodrigues de Carvalho ridicularizava o processo de eugenia como uma questão de moda e acentuava a importância da saúde, da alimentação e da boa moral no que diz respeito à crítica ao aperfeiçoamento das raças:

É de pura fantasia essa teoria de que o aperfeiçoamento das raças depende dos processos de eugenia. Uma questão de idéias de moda. Todo jornalista, ou intelectual de gabinete, que se preze, sente-se bem citando Galton, como ha algumas décadas era de bom efeito citar Spencer, Augusto Comte e companheiros. Estão na “agulha”, como a bala de rifle, aquêles e êsses nomes: Freud, Frank, Hankins, Keith e Jennings. Muito bem. Mas o segredo da criação continua impenetrável, como do mistério dizia Kant: “... o resto é silêncio...”. O essencial, mesmo sem exame a microscópio, é que os indivíduos gozem de boa saúde, sejam selecionados sob êsse ponto de vista nas relações do casamento. Sejam bem alimentados; trabalhem consoante as aptidões; eduquem os dons de espírito de modo que a boa moral exista como um ponto cobiçado a atingir. (CARVALHO, 1967, p. 29).

Deste modo, Rodrigues de Carvalho fazia uso dos determinismos climáticos, raciais e geográficos²⁵, na medida em que lhe era conveniente utilizá-las, pois conforme Lilia Schwarcz foi neste paradoxo que a elite brasileira reelaborava as ideias deterministas adotando ora o darwinismo social, sem que se problematizassem as implicações negativas da miscigenação e ora o evolucionismo social, respaldando-se somente na perspectiva de que raças humanas estavam em constante evolução e “aperfeiçoamento”, obliterando-se da ideia de que a humanidade era una (SCHWARCZ, 1993, p. 18).

Para Renato Ortiz, por conseguinte, a lógica que preside o pensamento dos intelectuais se decompõe em dois momentos. No primeiro, atribui a escolha entre os diferentes objetos a serem sincretizados em detrimento às teorias disponíveis. Já o segundo, concentra-se no interior dessas teorias, selecionando os elementos considerados pertinentes pelo sistema-partida, no caso a problemática racial (2006, p. 33). Neste âmbito, de acordo com o autor, vivia-se naquele período um momento de indecisão, fazendo com que os intelectuais das classes dominantes reproduzissem, ainda que em níveis diferenciados, “uma exigência

²⁵ Segundo Lilia Moritz Schwarcz (1993, p.58), paralelamente ao evolucionismo social, a escola determinista geográfica e o determinismo de cunho racial tornaram-se bastante influentes. A primeira, que tinha como maiores representantes Ratzel e Buckle, argumentavam que o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionada pelo meio. Já o determinismo de cunho racial, também denominado de “darwinismo social” ou “teoria das raças”, enaltecia de maneira pessimista a miscigenação, naturalizando as diferenças sociais e responsabilizando a natureza pelas desigualdades instituídas.

histórica que transparece claramente no interior do discurso ideológico elaborado” (ORTIZ, 2006, p. 35).

Contudo, Carvalho não se prendeu somente à questão racial. Além de estudar o meio físico e sua influência sobre o “ambiente moral”, ele também se preocupou em delinear as “múltiplas modalidades do espírito do nortista”, que segundo o próprio autor se revelam nas suas credences e folganças. Para Rodrigues de Carvalho era preciso oferecer ao povo o resultado de sua própria vocação artística, sendo essa fruto da “espontaneidade anônima, característica do espírito meridional do brasileiro”. (CARVALHO, 1995, p. 47)

1.4 Os discursos regionalistas

Tendo como foco discutir como o Nordeste se insere em meio ao processo de formação da nação brasileira proposto por Rodrigues de Carvalho, dialogarei em torno dessa região, tendo como base a propagação dos discursos regionalistas através da perspectiva abordada por Silveira (1984), Castello (1961) e Azevedo (1984). Trabalhar este discurso é preciso, no sentido de observar se as obras de Carvalho se aproximam, por exemplo, de um dos pilares do movimento regionalista proposto na década de 1920 por Gilberto Freyre, na concepção de “desenvolver o sentimento da unidade do Nordeste²⁶”.

Como bem salienta Rosa Maria Godoy Silveira, na introdução de sua obra *Regionalismo Nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*, a ideologia regionalista já demonstrava contornos mais nítidos desde a reorganização do espaço brasileiro no século XIX (SILVEIRA, 1984, p.16). No entanto, demarco com maior expressão a ideologia regionalista do século XX, no colapso da descentralização política e consequente crise na organização do espaço regional “nordestino”, sobretudo com o início da industrialização no Sudeste.

O regionalismo surgiu como elemento caracterizado da consciência local no âmbito de evidenciar a unidade nacional. De acordo com José Aderaldo Castelo (1961, p. 17), os defensores do regionalismo consideravam-se portadores de uma verdadeira orientação regionalista, sendo esta a única forma de exprimir os aspectos da realidade brasileira, de sua paisagem física e social, de modo que pudesse nos conduzir à compreensão mais exata da totalidade que a integra.

O movimento regionalista ganhou força com a coordenação e definição crítica através da realização do I Congresso Regionalista do Nordeste, que ocorreu de 7 a 11 de fevereiro de

²⁶ Ver Gilberto Freyre (1996).

1926, no Recife, por iniciativa do Centro Regionalista do Nordeste²⁷. Ainda conforme Castelo buscava-se um novo sentido “unionista” do Brasil, no âmbito de retomar os valores e tradições do Nordeste, dado que o movimento aspirava, portanto, “uma reorganização do Brasil, em que cada brasileiro, despido de roupagem européia” deveria voltar-se para o seu meio, visando sempre uma “articulação inter-regional” (1961, p. 52-53).

1.4.1 I Congresso Regionalista do Nordeste

O I Congresso Regionalista do Nordeste contou inicialmente com a participação de Carlos Lyra Filho, Moraes Coutinho e Gilberto Freyre, e posteriormente, com uma comissão designada especialmente pelo Centro Regionalista do Nordeste e responsável pela elaboração do regimento interno, composta por Moraes Coutinho, Luiz Cedro e Odilon Nestor (FREYRE, 1977, p. 176). Sobre a realização do I Congresso Regionalista, presidido pelo professor Odilon Nestor e inaugurado no salão nobre da Faculdade de Direito de Recife, alguns jornais da época veicularam informações sobre a programação, sessões e reuniões plenárias. O *Jornal do Brasil* e o órgão *A Província* destacavam antecipadamente a instalação do Congresso, evidenciando os diversos assuntos pautados pelos regionalistas e o interesse que despertava principalmente aos arquitetos:

Na cidade do Recife, realiza-se no dia 7 de fevereiro próximo, o 1º Congresso Regionalista do Nordeste. Este Congresso vem despertando bastante interesse nos meios intellectuaes, porque nelle serão discutidos diversos assumptos pela primeira vez estudados em nosso paiz, taes como urbanismo, defesa architectonica, architectura paisagista, hygiene das habitações, etc. Os nossos architectos estão bastante interessados pela sua realização (*Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1926).

[...] o Congresso... Regionalista se propõe a tratar dos assumptos, os mais variados: a defeza do nosso patrimonio artístico, a physionomia das cidades, a unificação intelectual, os maracatus, os sambas, o miudinho; o candomblé, o passo da ema, o sae azar, o chão de barriguinha, os torrados, o cuscus; o angu de milho; a papa de maisena; a tapioca de coco; o macasado; a brôa de gomma, o mingau de araruta, o peixe frito, o pirarucu, a pipoca, e... segundo informou-me um amigo até a gaiola de passarinhos! Certamente de tudo isto ficará encarregado o Sr. Gilberto Freyre... (*A Província*, 29 de março de 1925).

Em relação às teses apresentadas, de acordo com os jornais *A Província*, em sua edição de 16 de outubro de 1925, e o *Jornal do Brasil*, em edição do dia 26 de janeiro de 1926, a programação geral dividia-se em duas partes. A primeira parte definida como

²⁷ O Centro Regionalista do Nordeste foi inaugurado em Recife nos idos de 1924 e presidido por Odilon Nestor (1874-1968). Sobre a sua fundação e o programa de ação, ver: (GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez, 2007, p. 290-296).

Problemas Econômicos e Sociais estava aliada a cinco temas que tratavam sobre: 1º - Unificação econômica do Nordeste. Ação dos poderes públicos e dos particulares; 2º - Defesa da população rural, habitação, instrução e economia doméstica; 3º - O problema rodoviário do Nordeste. Aspecto turístico e valorização das belezas naturais da região; 4º - O problema florestal. Legislação e meios educativos; 5º - Tradições da cozinha nordestina. Aspectos econômicos, higiênico e estético. Já a segunda parte, intitulada de *Vida Artística e Intelectual*, foi distribuída em quatro temáticas, sendo elas: 1º - Unificação da vida cultural nordestina. Organização Universitária. Ensino artístico. Meios de colaboração intelectual e artístico. Escola primária e secundária; 2º - Defesa a fisionomia arquitetônica do Nordeste. Urbanização das capitais. Planos para as pequenas cidades do interior. Vilas proletárias. Parques e jardins nordestinos; 3º - Defesa do patrimônio artístico dos monumentos históricos; 4º - Reconstituição de festas e jogos tradicionais.

Conforme as edições entre os dias 7 a 11 de fevereiro, do órgão *A Província*, durante a sessão inicial foi servido aos congressistas um almoço ao ar livre à maneira pernambucana pelos antigos estudantes do curso jurídico de Olinda e dos veranistas de Ponte d'Uchoa e de Poço. As reuniões plenárias foram realizadas no salão de conferências do Departamento de Saúde e Assistência, onde foram discutidas e apresentadas várias teses de diferentes congressistas e magistrados, sendo bastante aclamado e causando “optima impressão” o trabalho “A esthetica e as tradições da cosinha nordestina”, de Gilberto Freyre. Segundo a edição do dia 11-02-1926 do já referido jornal, o Congresso encerrou-se na quinta-feira, com um jantar servido à moda regional nordestina, nos terraços do Departamento de Saúde e Assistência.

Foi no I Congresso Regionalista que surgiu a polêmica sobre o *Manifesto Regionalista*, pois Gilberto Freyre (1996, p. 47) afirma ter lido o texto de seu “Mani-festo” naquela ocasião, muito embora só tenha sido publicado em 1952. Contudo, de acordo com Roseli Cunha (2007), assim como Wilson Martin, o escritor e jornalista Joaquim Inojosa desconfia da autenticidade dessa afirmação, lançando três volumes nomeados *O movimento modernista em Pernambuco* (1968) e mais tarde, “com outros dois libelos tão desajeitados quanto o primeiro: *Pá de cal* (1978) e *Susum corda!* (1981)” (CUNHA, 2007, p. 108).

De qualquer maneira, tendo ou não lido o Manifesto, o que se sabe é que naquele momento Freyre acentuou uma importante reflexão sobre a necessidade de preservação da identidade cultural de cada região brasileira. Em vários artigos publicados entre os anos 1918 e 1925, especialmente no *Diário de Pernambuco*, Gilberto Freyre já pregava um regionalismo que, a partir das nossas peculiaridades e condicionantes específicos de diferentes regiões

geográficas, vinha ao encontro de uma grande unidade cultural. A culinária foi uma das questões mais enfocadas por ele, tida como indispensável e primordial para a manutenção da identidade nacional. Segundo Ricardo Luiz de Souza (2007, p. 184), a culinária representava para Freyre um fator tanto de identidade nacional quanto regional, pois ambas além de indissociáveis serviam para ligar o indivíduo ao seu passado, seja na perspectiva histórica quanto pessoal, resgatado por meio de lembranças sensórias.

O Congresso Regionalista e as ideias regionalistas perpassadas por Freyre e demais participantes²⁸ foram difundidas e aceitas entre alguns escritores e artistas influenciados pelo movimento regionalista. Conforme evidencia Tadeu Rocha em sua obra *Modernismo e Regionalismo* (1964), houve grande influência do regionalismo em Alagoas. Não é à toa que o jornalista Mario Marroquim publica uma crônica no *Jornal de Alagoas*, transcrita posteriormente no órgão *A Província*, exaltando a necessidade de Alagoas representar o Congresso Regionalista e colaborar eficientemente com o Centro Regionalista do Nordeste “para salvar das nossas tradições o que ainda for possível salvar” (*A Província*, 14 de abril de 1925).

Porém, esse movimento repercutiu também nos Estados vizinhos. Na Paraíba, ainda que reconhecidos romancistas e poetas da época como José Lins do Rego (1901-1957) e José Américo de Almeida (1887-1980) não tenham participado do Congresso, de acordo com Manuel Diégues Júnior, em prefácio dos *Anais do cinquentenário do Congresso Regionalista do Recife* (1976), ambos os escritores inspiraram-se nas ideias afloradas pelo movimento regionalista, repercutindo direta ou indiretamente em suas obras e, sobretudo, nos “romances regionalistas”²⁹. No que concerne a José Rodrigues de Carvalho, muito embora também não tenha comparecido ao evento regionalista, em vários trechos de suas obras sente e elucida o terreno do regionalismo. Em um pequeno trecho da edição de 1928 do *Cancioneiro do Norte*, em notas intituladas *Antes do Prefácio*, Carvalho ressalta:

Sente-se que a displicência intelectual do momento nos leva para um terreno extravagantemente regionalista, em matéria literária. Do Rio Grande, da Amazônia, de Minas, de S. Paulo e Bahia, livros e mais livros de assuntos

²⁸ Conforme José Aderaldo Castello (1961, p. 51-54) participaram diretamente do Congresso: Amaury de Medeiros, Gouveia de Barros, Ulysses Pernambucano, Carlos Lyra Filho, Luís Cedro, Samuel Campelo, Aníbal Fernandes, Joaquim Cardoso, Mário Melo, Mário Sete, Manuel Caetano Albuquerque, Odilon Nestor, Moraes Coutinho, Antônio Inácio, Júlio Belo, Samuel Hardman, Gaspar Peres, Pedro Paranhos, Leite Otílica, Ascenso Ferreira e, naturalmente, Gilberto Freyre.

²⁹ O “romance regionalista” tinha como intuito esboçar os conflitos e contradições de um Brasil moderno, urbano e industrializado, em meio aos problemas da seca, a decadência dos engenhos de açúcar, além de descrever as “peculiaridades” paisagística, humana e cultural. A estudiosa Lúcia Miguel-Pereira caracteriza o romance regionalista em analogia à figura do turista, na sua ânsia em “descobrir os encantos peculiares de cada lugar que visita, sempre pronto a extasiar-se ante as novidades e a exagerar-lhes o alcance” (MIGUEL-PEREIRA, 1973, p. 180).

puramente regionais aparecem, ocupando lugar nessa confusa feira-livre de literatura da hora que passa. (CARVALHO, 1995, p.31).

Em seguida, ele salienta que os jornais do Rio de Janeiro proclamavam a excelência de concepções como “Esta negra Fulô, esta negra Fulô”³⁰, achando de início ruim. Mas, depois de tanto ouvir as sugestões alheias, já achava lindo o poema da negra “engendrando” ciúmes a senhora e “entontecendo” o senhor branco. (CARVALHO, 1995, p. 31). Isso demonstra que, apesar de não ter tomado parte do movimento, não implica afirmar que tenha agido em total hostilidade à pregação regionalista.

1.4.2 Regionalismo e modernismo: (Entre)cruzando fronteiras

Perpassando ainda sobre os propósitos do regionalismo e a repercussão do modernismo, a priori, além dos autores citados anteriormente, reporto ao livro *Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*, de Neroaldo Pontes de Azevedo (1984), o qual trata, em pormenores, o confronto em Pernambuco entre o Modernismo e os defensores da vertente regionalista-tradicionalista. Segundo esse autor, essa divergência entre modernistas e regionalistas era reflexo “das disputas entre facções oligárquicas que, em partidos opostos, aspiravam ao comando político do Estado” (AZEVEDO, 1984, p. 175).

Para José Aderaldo Castello (1961, p. 15-17), o modernismo foi um movimento de renovação da cultura brasileira, particularmente no campo literário, responsável por exprimir o caráter crítico de revisão temática e revigorar o caráter legítimo e autêntico do espírito criador da nossa literatura. Neste âmbito, quando o modernismo se encaminhou na direção do nacionalismo, foi na realidade local de cada região do país que ele foi procurar nos conteúdos brasileiros uma nova forma de arte (AZEVEDO, 1984, p. 176). Sendo assim, conforme explica Azevedo, era em torno desse ponto que o modernismo e regionalismo se davam as mãos, embora a postura dos dois movimentos fosse diferente:

A perspectiva dos que defendiam o regionalismo como bandeira era particularmente estática. Não havia a preocupação em extrair a essência brasileira do passado, para o qual eles estavam voltados, e dinamizá-lo, no presente e no futuro. A posição teórica dos modernistas, por sua vez, era no sentido de extrair do passado o que houvesse de essencialmente brasileiro, para retomar a tarefa de criação, no presente, de uma arte brasileira. (AZEVEDO, 1984, p.176).

³⁰ Rodrigues de Carvalho estava fazendo referência ao poema *Essa Negra Fulô*, de Jorge de Lima (1895 – 1953). Para José Nivaldo de Farias (2003, p. 57), muito embora esse tenha sido um dos primeiros poemas modernistas de Lima, ainda assim foi coroado pelos seus dotes regionalistas.

Com efeito, os confrontos entre as duas correntes de ideias culminavam nos jornais da época, que tomavam um dos lados para divulgar as produções e defender propostas em torno do modernismo e do regionalismo, que agitaram Pernambuco e, conseqüentemente, o Nordeste no decorrer dos anos 20. Segundo Azevedo, dentre outros periódicos³¹, os regionalistas ancoravam-se também no *Diário de Pernambuco* fazendo acusações ao governo federal pela interferência indevida em Pernambuco e promoviam a defesa pelo regional, a nível político, cultural e artístico. Por outro lado, o *Jornal do Comércio* pertencia na época aos irmãos Pessoa de Queiroz, ligados à família do presidente Epitácio Pessoa, que abrigava a propaganda modernista e confrontava com hostilidade a pregação regionalista. Todavia, em tom de crítica aos dirigentes do jornal, o autor enfatiza que esses últimos tinham como palavra de ordem imitar São Paulo, privilegiar o urbano e proclamar a necessidade de progresso, ou seja, “tudo vazado em metáforas oriundas de realidades marcadas pela pressa, pela rapidez, pela velocidade” (AZEVEDO, 1984, p. 176).

Em consonância aos escritores modernistas, Roberto Ventura (1991) explica que eles procuravam incorporar à escrita a fala do cotidiano e as tradições populares, bem como se preocupavam em romper com o debate entre pares, predominantemente no movimento crítico de Recife, de modo que pudessem conquistar um público mais amplo e diversificado. Neste sentido, o escritor e modernista Mário de Andrade pretendia elaborar uma gramática brasileira e integrou elementos orais e populares à linguagem literária (VENTURA, 1991, p. 130). Mas, no que tange à repercussão do “modernismo” do Rio e de São Paulo, Gilberto Freyre reafirmou seu pioneirismo e relutou em dizer que foi quase insignificante a influência sobre seu grupo. No entanto, Castello (1961, p. 37) afirma que Freyre não se opôs completamente ao movimento modernista, uma vez que ele criticava-o para ressaltar o sentido próprio ou independente das manifestações regionalistas do Nordeste (Recife), ao mesmo tempo em que reconhecia afinidades entre os dois movimentos. Na introdução de *Região e Tradição* (1941), observava e em restrição apontava alguns pontos em comum, como as reações às convenções clássicas, o espírito acadêmico e o purismo lusitano da língua.

A conservação dos valores tradicionais servia de pretexto para os regionalistas se defenderem contra a onda de “modernismo” que seguia arbitrariamente contrária aos interesses locais. Já os modernistas colocaram, sob a mira da crítica, a tradição bacharelesca

³¹ Os periódicos *Revista da Raça*, *Frei Caneca* e *A Província* colaboravam como veículos de divulgação das propostas e produções regionalistas. Sobre demais órgãos de matérias regionalistas e modernistas, ver: (AZEVEDO, 1984, p. 175-187).

da cultura brasileira que havia impregnado a Escola de Recife³². Para Mário de Andrade a tradição configurava-se como arte a ser preservada. Era um entrave à modernidade. Não obstante, para Gilberto Freyre, “a modernidade surgia como uma ameaça à tradição de cuja preservação depende a identidade brasileira.” (SOUZA, 2007, p. 175). Desse modo, não foi por acaso que Freyre não teceu elogios a Mário de Andrade, além de ter excluído o escritor no que concerne aos estudos acerca do folclore brasileiro.

Neste âmbito, mesmo que aparentemente se aproximasse mais das tendências regionalistas, não se sabe ao certo entre os dois movimentos de qual lado estava Rodrigues de Carvalho. Escreveu durante anos para o *Jornal do Comércio*, contudo não proferiu nenhuma palavra sobre a pregação modernista. Chegou a sofrer perseguição de Eitácio Pessoa para deixar de ser correspondente do mencionado jornal, mas isso ocorreu em razão de discordâncias político-partidárias entre ambos. Quando escreveu as duas obras aqui analisadas, Carvalho situava-se na encruzilhada de um Brasil imposto pela modernidade. No entanto, norteava-se pela tradição, que segundo o próprio autor era um elo espiritual que ligava “os povos com todos os segredos da poesia” (CARVALHO, 1995, p. 61). Dessa forma, para ele, não só a tradição como também o folclore enraizavam-se juntos na sobrevivência da identidade nacional.

1.4.3 Norteando tradições, resistências e permanências

Na década de 1920, os valores e tradições nordestinas além de defendidos eram constantemente reafirmados na orientação de uma cultura brasileira. Neste sentido, tradicionalismo e regionalismo foram conceitos em muitos casos confundidos e adotados pelos intelectuais do período. Conforme Azevedo, os monumentos, edifícios e patrimônios históricos recebiam maior destaque neste debate, tendo como consequência a não descaracterização das cidades nordestinas, pois “as propostas em torno da revalorização da tradição, pelo apreço e defesa dos valores regionais, são marcadas por uma visão conservadora, tendo no passado o seu ponto de referência, com ideal perdido a ser recuperado” (1984, p. 31).

Norteando também essa discussão sobre regionalismo e tradição, em sua obra *A*

³² Foi um movimento que surgiu entre os anos de 1860 e funcionou como difusor de “ideias novas” impulsionadas pela efervescência da juventude estudantil e demais intelectuais acadêmicos da Faculdade de Direito do Recife que buscavam alcançar uma renovação no campo do pensamento sociológico. Contudo, muito mais do que abolicionismo ou republicanism, os membros da escola defendiam reformas no nível cultural em que as ideias eram concebidas como fatores anteriores à sociedade. (VENTURA, 1991, p. 121).

invenção do Nordeste: e outras artes, Durval Muniz de Albuquerque Junior (2009, p.32-33) procura levantar as condições históricas de possibilidades dos vários discursos e práticas que deram origem ao recorte espacial Nordeste, bem como compreender por meio de alguns caminhos como se produziu, no âmbito da cultura brasileira, essa região. Para tanto, Albuquerque Junior busca pensar o Nordeste como:

Uma identidade espacial, construída em um preciso momento histórico, final da primeira década do século passado e na segunda década, como produto do entrecruzamento de práticas e discursos “regionalistas”. Esta formulação, Nordeste, dar-se-á a partir do agrupamento conceitual de uma série de experiências, erigidas como caracterizadoras deste espaço e de uma identidade regional. Essas experiências históricas serão agrupadas, fundadas num discurso teórico que pretende ser o conhecimento da região em sua essência, em seus traços definidores, e que articula uma dispersão de experiências cotidianas, sejam dos vencedores, sejam dos vencidos, com fragmentos de memórias de situações passadas, que são tomadas como prenunciadoras do momento que se vive, de “ápice de consciência regional” (ALBUQUERQUE Jr, 2009, p.33)

Neste âmbito, examinando minuciosamente as obras de Rodrigues de Carvalho, percebe-se a sua preocupação em buscar, sejam nas experiências vivenciadas pelo seu cotidiano ou mesmo a partir do olhar dos poetas e repentistas por ele mencionados, formulações caracterizadoras do Nordeste. Carvalho, em o *Cancioneiro do Norte*, impõe abordagens discursivas para esboçar e reproduzir a sua “verdadeira” imagem do Nordeste:

Este livro é um reflexo da vida do nordeste, com alguns elementos de outros Estados. A religiosidade das classes humildes; a sua ignorância no seio da civilização; as secas; os heroísmos de uma população sofredora; a tortura dos fracos, sob a pata do elefante dos “mandões”; a vida litorânea; a lavoura nas diversas zonas; a vida pastoril dos sertões adustos; a emigração para a Amazônia; o cangaceirismo, a fusão da sub-raça; aí estão contidos nesse amálgama de concepções anônimas a que dei o nome de Cancioneiro do Norte. (CARVALHO, 1995, p.26)

Esmiuçando estereótipos imagéticos e discursivos acerca do Nordeste, Rodrigues de Carvalho colhe e seleciona diversos repentistas³³, desafios e versos de cantadores; tendo como finalidade comprovar que “a poesia do norte é o espelho fiel da alma desta parte do Brasil” e, portanto faz questão de incluir alguns exemplos do “lirismo de poetas nortistas, sempre sonhadores e contemplativos” (CARVALHO, 1995, p. 394). Diante de poetas e repentistas, nota-se que Carvalho buscar construir em fragmentos um Nordeste enveredado em narrativas de pessoas anônimas, histórias de cangaceiros, de banditismo, de disputas políticas, de lendas,

³³ Fazemos alusão ao conceito de “repente” de acordo com Silvio Essinger, ao qual afirma que: “se caracteriza pelo improviso - os cantadores fazem os versos ‘de repente’, em um desafio com outro cantador. Não importa a beleza da voz ou a afinação – o que vale é o ritmo e a agilidade mental[...]” (1999, p.1).

de santos, de crimes, do sertão e das secas. De acordo com Albuquerque Jr, a escolha desses elementos, que se faz em meio a uma multiplicidade de outros fatos, não é aleatória. “Ela é dirigida pelos interesses em jogo, tanto no interior da região que se forma, como na sua relação com outras regiões” (2008, p. 61-62).

O regional para o intelectual regionalista era um desfiladeiro de elementos culturais raros e autênticos, no qual era resgatado o que estava prestes a ser passado, tomando elementos do folclore e da cultura popular com um olhar distante que procurava marcar o pertencimento a mundos diversos (ALBUQUERQUE Jr, 2009, p.65). No decorrer do século XX, mediante as transformações urbanas e os ares da modernidade que se difundiam em todo o Brasil, era culturalmente reforçado um espaço da tradição como resistência e luta pela permanência. Sendo assim, conforme afirma Albuquerque, o folclore seria o alicerce para o discurso tradicionalista, bem como elemento de integração do povo nesse todo regional:

O folclore apresenta, pois, neste discurso tradicionalista, uma função disciplinadora, de educação, de formação de uma sensibilidade, baseada na perpetuação de costumes, hábitos e concepções, construindo novos códigos sociais, capazes de eliminar o trauma, o conflito trazido pela sociabilidade moderna. O uso do elemento folclórico permitiria criar novas formas que, no entanto, ressoavam antigas maneiras de ver, dizer, agir, sentir, contribuindo para a invenção de tradições. Construir o novo, negando a sua novidade, atribuindo uma pretensa continuidade, como estavam fazendo com a própria região. Ele seria esse elo entre o passado e o presente. Ele permitiria “perpetuar estados de espírito”. (ALBUQUERQUE Jr, 2009, p. 92).

Neste ínterim, assim como outros intelectuais, Rodrigues de Carvalho se preocupava em delinear este discurso tradicionalista, tomando a história como um lugar de produção da memória, a partir da afirmação de uma continuidade conjugada por sujeitos reveladores de uma dita “verdade eterna” que se prolifera dentre as suas lembranças, como uma forma de organizar suas próprias vidas. Nessa linha, enfatizava-se a tendência bairrista do regionalismo em atribuir ao Nordeste o título como a “mais brasileira de todas as regiões”, objetivando valorizar tudo aquilo que fosse característico da região. Desse modo, sobre as manifestações religiosas e folgares populares, Carvalho (1995, p. 48) elucidava em exemplos os folgares de natureza popular como “uma face original” pela qual se poderia estudar o “nortista”.

José Rodrigues Carvalho, inserindo-se como defensor de uma tradição popular, em suas obras também registrou e transcreveu de maneira “saudosista” uma série de cantos que embalavam as crianças “no recesso do lar nortista”. Segundo ele:

Quer se trate de manifestação religiosa, quer de folgares genuinamente profanos, a expansibilidade do nortista é a mesma, prima por um característico de alacridade impulsiva e verdadeira. Pelas fazendas ou pelas cidades, a mesma alegria: são as crianças que se agrupam às calçadas, num

regozijo feliz, entoando cantinelas ternas, repassadas de uma dorlência saudosa: “Senhora D. Arcanja/ Coberta de ouro e prata, /Descubra o seu rosto, /Que eu quero ver-lhe a cara”. (CARVALHO, 1995, p. 83).

Conforme Renato Ortiz (2006), a memória de um fato histórico existe enquanto tradição, sendo esta mantida pelo esforço de celebrações sucessivas. Neste sentido, “a memória popular (seria mais correto colocar no plural) deve, portanto, se transformar em vivência, pois somente desta forma fica assegurada a sua permanência através das representações teatrais” (ORTIZ, 2006, p. 135). Mas, além de “cristalizar” as manifestações folclóricas engendradas pela cultura popular, Carvalho pretendia “consagrar” os escritores e poetas anônimos que contribuíram no que tange “as nossas criações literárias” e que segundo ele, estavam esquecidos:

Hoje temos uma perfeita noção do que seja o folclore e a sua importância histórica. Escritores de imputabilidade lhe deram mão forte: João Ribeiro, filólogo e escritor de fino quilate; Gustavo Barroso, cronista e observador estimado; Afrânio Peixoto, romancista e cientista; Basílio de Magalhães, Leonardo Motta, colecionadores inteligentes e ilustres, e... tantos outros; fazem honra à classe dos que se têm devotado a esse estudo, outrora esquecido. (CARVALHO, 1995, p. 25)

No Brasil dos anos 20, conforme afirma Pécaut (1990, p. 69), junto à ideia de “edificar” a nação, os projetos dos intelectuais esboçavam a necessidade de organizar a cultura e contribuir para fundamentar o político, tendo em vista que ambos os termos eram inseparáveis e, portanto, seria preciso fundi-los ao quadro do nacionalismo. Nesta empreitada, Ortiz destaca que os fenômenos culturais sempre encerram em uma dimensão onde se desenvolvem relações de poder e que sendo assim as manifestações populares podem então ser analisadas no poderio destas imbricações. Deste modo, para discutir a concepção de cultura recorro a este autor, o qual afirma que:

A cultura enquanto fenômeno de linguagem é sempre passível de interpretação, mas em última estância *{sic}* são os interesses que definem os grupos sociais que decidem sobre o sentido da reelaboração simbólica desta ou daquela manifestação. Os intelectuais têm neste processo um papel relevante, pois são eles os artífices deste jogo de construção simbólica. (ORTIZ, 2006, p. 142).

Sendo assim, para o intelectual que sustentava a missão de organizar a cultura, bem como identificar e construir uma identidade nacional que fosse autêntica, era preciso delimitar as fronteiras de uma política que procurava se impor como legítima e enraizada na própria história brasileira. Por conseguinte, o processo de criação do material folclórico era caracterizado como espontâneo, enfatizando-se geralmente o seu aspecto “ingênuo”, “inculto”

e “inconsciente”.

Sobre a palavra “cultura”, Manuel Diégues Júnior (1995) atenta que Rodrigues de Carvalho não fez uso deste verbete e nem da “transculturação”, haja vista que a primeira ainda estava começando a disseminar na Europa através dos livros do antropólogo Edward Burnett Tylor (1832-1917) e da escola histórico-cultural. Quanto à segunda palavra, ele explica que surgiu somente depois, de início sendo chamada de “aculturação” pelos especialistas norte-americanos. Nesta perspectiva, ainda de acordo com Diégues Jr., Rodrigues de Carvalho antecipa os modernos estudos, visto que em 1903 já procurava caracterizar as produções folclóricas por zona e não por etnia. O que ele via na zona era justamente o elemento cultural em contato, produzindo pela fusão ou absorção dos elementos originais novos elementos, marcados pela feição do ambiente. Portanto, era a partir daí que indicava “a existência de diversas múltiplas modalidades do espírito no nortista” (DIÉGUES Jr, 1995, p. 15).

Em sincronia com esta diversificação de “modalidades do espírito no nortista”, entremeados pelo “hibridismo etnológico”³⁴ dos elementos africanos, portugueses e indígenas, Rodrigues de Carvalho retrata em seus estudos o trabalho e rotina diária, destacando tanto no *Cancioneiro do Norte*, quanto em *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil* os cocos de roda. De acordo com este estudioso, o coco era uma dança inocente, na qual se reuniam moças e rapazes, “formando uma grande roda, saindo cada figura por sua vez, a dançar na roda, cantando, batendo palmas, em rojão binário, ao toque de tambores e ganzás” (CARVALHO, 1995, p. 291). Ainda conforme Carvalho, os cocos começaram nos engenhos de açúcar, passando em seguida para as praias e mais tarde, foram invadindo os salões das cidades. Eis um pequeno trecho dos cocos da Paraíba colhido por Carvalho (1995, p. 331) sobre o trabalho nos engenhos de açúcar e a participação da família no mover das moendas:

*Côcos da praia do poço
(Paraíba)*

Engenho nôvo!
Engenho novo!
Engenho novo, bota a roda prá rodá...
Roda o pai
Roda a mãe
E roda a fia...
E eu também sou da famia

³⁴ Segundo Rodrigues de Carvalho, dos elementos africanos, portugueses e indígenas permaneceu apenas a reminiscência, estampada no tipo, nas ações e nos costumes do brasileiro atual. (1995, p. 34). Para Peter Burke (2003, p. 16) isso pode ser definido de “hibridismo cultural”, ou seja, a perda de tradições regionais e locais e também o aparecimento de reações étnicas ou nacionalistas bem como a tensão entre regionalismo e mestiçagem.

Também quero embolar.

Rodrigues de Carvalho, ao descrever a estrutura poética e temática dos côcos, levanta críticas a uma crônica carnavalesca, de Guilherme de Almeida, publicada no *Jornal*, do Rio de Janeiro, em 18 de março de 1928. Para Carvalho, nessa crônica se incluíam estrofes e cantos de cordões cariocas, “copiando a criação insulsa dos poetas sem estro das praias paraibanas” (CARVALHO, 1995, p. 332-333). Mais adiante, ele ainda aponta exemplos de outros tipos de côcos “sem idéias e sem versos” (CARVALHO, 1995, p. 333), além de, posteriormente, afirmar ironicamente que a poesia estava em falência.

Nesse sentido, Carvalho elucida uma provável rivalidade com o “Sul”, ao assumir os côcos como uma prática genuína e originada do “Norte”³⁵. Sobre tais divergências entre Norte *versus* Sul, Albuquerque Jr. enfoca que “a rivalidade entre as regiões teria seguido, lado a lado, a animosidade contra a metrópole”, afinal de contas, segundo ele “as regiões do Brasil, se definiriam, então, por histórias diferentes, grupos espirituais típicos; com usos, heróis e tradições convergentes” (ALBUQUERQUE Jr, 2009, p. 89). E, além disso, segundo adverte Stuart Hall (2003), mesmo com as especificidades de cada região, vale a pena lembrar que não há uma cultura pura, autêntica e autônoma.

Ao questionar sobre o tipo definido do brasileiro, salienta que no “sul” já se positivavam características de “certa perfeição original”, assim como o rio-grandense, o paulista e o paranaense também já estavam quase definidos. Quanto a Capital Federal, que na época era o Rio de Janeiro, por se tratar de uma cidade cosmopolita, não era possível “prefixar”. Já no que diz respeito ao “centro”, era o “bahiano mulato” em maioria que dominaria os outros indivíduos de várias origens. E, por fim, de Alagoas ao Piauí, era o branco, o preto, o caboclo, o mulato, o curiboca, o *assa*³⁶ e, sobretudo, o “cabra” que caracterizava a “miscelânea” daquela região. Conforme Rodrigues de Carvalho, o “cabra” tinha um caldeamento especial. Ele era cinquenta por cento de africano, quarenta do índio e dez de um ariano fugido pelo entorpecimento do clima. Desse modo, Carvalho conclui que:

O cabra é o “homem” da canalha nortista. Forte, irrequieto, trabalhador, valente, inconstante, nem sempre leal. Dêle se faz o soldado inconsciente na luta, o braço da lavoura, o jangadeiro dominador das ondas. Raramente o cabra, o espécimen por excelência do caldeamento acima proporcionado,

³⁵ Vale ressaltar que até a década de vinte do século passado, o Brasil ainda era referenciado como se fosse composto por duas grandes porções: o Norte e o Sul. Neste sentido, quando se deu a separação Norte e Nordeste, inicialmente estes termos ainda eram atrelados como sinônimos e, portanto, constantemente associados, indicando ser esse um momento de transição, em que a própria ideia de Nordeste não havia ainda se institucionalizado (ALBUQUERQUE Jr, 2009, p. 83).

³⁶ Rodrigues de Carvalho define o *assa* como “um tipo de tez branca avermelhada com os cabelos de fogo querendo ser pixaim” (1967, p. 32).

tem a dedicação afetuosa do africano ou a carinhosa estima do índio, do mameluco ou do branco (CARVALHO, 1967, p. 32).

Com efeito, Rodrigues de Carvalho afirma ser este um tipo de transição do brasileiro nortista. Para ele, o “cabra” representava um estado do brasileiro a firmar-se em um futuro remoto, quando as influências dessa antropologia transitória se positivarem no “tipo moreno de olhos negros, tez luzidia, grosseiro e impulsivo”, que seriam para o Brasil Norte o que era o mexicano na América Central (CARVALHO, 1967, p. 33).

Esforçando-se para evidenciar as particularidades do “nortista”, em relação à população de Pernambuco e da Paraíba, Carvalho (1967, p. 30) também denunciava alguns problemas sociopolíticos dessa região, tais como as “doenças infecciosas”, “a prepotência dos senhores da lavoura e da criação”, a “pobreza extrema”, o “arrôcho do mais forte”, a “analfabetização das massas” e a “política de extermínio”. Porém, por outro lado versava uma imagem positiva ao brasileiro do “norte”, ao afirmar que este possuía as qualidades como “hospitaleiro”, “inteligente”, “sequioso do saber”, “emotivo” e, sobretudo, “sonhador”.

Neste sentido, José Rodrigues de Carvalho se preocupava em evocar as especificidades e tradições em torno dessa região como um repositório original da mentalidade popular, postulado frequentemente na direção de um saudosismo. No entanto, conforme elucidado neste primeiro momento e nos capítulos posteriores, à medida que buscava enfatizar um passado mítico, glorioso e legítimo da cultura brasileira, destacadamente nordestina, Carvalho cartografava em suas (entre)linhas o espaço regional em representações, estereótipos *imagéticos* e discursivos “desenhados” muitas vezes de forma assertiva, homogênea e generalizante.

CAPÍTULO II

ENTRE O LIRISMO E O PALANQUE: LITERATURA, SOCIABILIDADE E POLÍTICA NO COTIDIANO INTELECTUAL DE RODRIGUES DE CARVALHO

Para dar início e circunscrever o perfil de José Rodrigues de Carvalho na atividade intelectual em detrimento ao conteúdo de suas obras, foi realizado um levantamento biográfico acerca do sujeito acima mencionado. No entanto, antes convém destacar a pretensão deste trabalho em remeter à História Intelectual na perspectiva de Carl Schorske (1988), o qual indica que neste campo particular de pesquisa deve o historiador buscar situar e interpretar a obra no tempo e inscrevê-la no cruzamento de duas linhas de força:

Uma vertical, diacrônica, pela qual ele relaciona um texto ou um sistema de pensamento a tudo o que o precedeu em um mesmo ramo de atividade cultural (pintura, política, etc.); a outra horizontal, sincrônica, pela qual o historiador estabelece uma relação entre o conteúdo do objeto intelectual e o que se faz em outras áreas na mesma época (SCHORSKE, 1988, p. 17).

Para Francisco Falcon, boa parte dos historiadores prefere a denominação de história intelectual pelo fato deste campo abranger o “conjunto de formas de pensamento, em lugar da tradicional história das ideias” (1997, p. 93). Não obstante, esse autor salienta que há distinções terminológicas entre a história das ideias e história intelectual em termos de conteúdos e métodos de cada uma delas (KRIEGGER, 1980 *apud.*, FALCON, 1997, p. 94). Segundo ele, diferentemente da história das ideias, que se remete a textos nos quais os conceitos articulados constituem os agentes históricos primários, a história intelectual procura fazer alusão a textos bem mais abrangentes, preocupando-se em “romper com os limites estabelecidos ao visar inserir o estudo das ideias e atitudes no conjunto de práticas sociais.” (FALCON, 1997, 94-95). Por outro lado, Jean Sirinelli (1996) observa que embora haja uma fronteira entre a história das ideias e a história dos intelectuais há um vasto campo de pesquisa a ser explorado através da reinserção da aculturação dessas ideias no meio intelectual em seu ambiente social e cultural, e por sua recolocação em situação num contexto histórico.

Na maioria das pesquisas realizadas sobre a formação intelectual do sujeito em questão, é priorizado em detalhes a sua trajetória, desde a iniciação do mesmo nas primeiras instituições escolares até o último “degrau” de sua formação. Contudo, no que diz respeito à vida intelectual de José Rodrigues de Carvalho, a sua condução nos leva para outros caminhos muito além dos bancos escolares. Ao que consta em relatos biográficos, Carvalho ingressou tardiamente na faculdade, todavia começou ainda muito jovem a circular ativamente pelas rodas literárias, vinculando-se em atividades práticas e de autodidatismo, haja vista que sua

produção intelectual incide em temas que regem não só ao direito, mas em uma variedade de questões no âmbito da literatura, sociologia e história.

Todavia, mesmo em contato prévio com as fontes, é notório que a maioria dos relatos privilegia uma orientação política a respeito do autor, enfatizando em elogiosos adjetivos o seu temperamento e reconstruindo então uma “cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas” (LEVI, 1996, p.168).

Pode-se também identificar que parte das obras sobre o intelectual em questão foram realizadas por encomenda da família que “por uma série de circunstâncias, são os principais interessados em cultuar a contribuição (econômica, política, intelectual, científica, qualquer que seja) do biografado, o que não deixa de ser uma estratégia de rentabilizar o capital familiar disponível” (MICELI, 2001, p. 350). Todavia, também se pode encontrar um segundo conjunto de obras a título de homenagens ou reconhecimento póstumo, coligidas no intento de “reconstruir e reedificar pedra por pedra, como se tratasse do Colosso de Rhodes nas destroçadas praias do mar Egeu, a estátua ainda não moldada em bronze desse esquisito e nômade JOSÉ RODRIGUES DE CARVALHO, extrovertido, gordo e bom como Balzac e Chesterton [...]” (SILVA, 2004, p. 99).

Desta forma, nota-se por parte de seus biógrafos o esforço de reviver e reinterpretar o passado, bem como contribuir para que os acontecimentos, no que concerne à vida de Rodrigues de Carvalho, não caiam no esquecimento, pois segundo Pedro Luis Navarro Barbosa é em vista disso que “a memória torna-se um agente da história, uma vez que as representações do passado, com seus mitos e deformações, podem também influenciar a realidade e o curso dos acontecimentos históricos” (BARBOSA, 2003, p. 115).

No entanto, apesar de enfatizar o lugar social de Rodrigues de Carvalho é preciso ressaltar que o foco deste trabalho não tem como intuito reconstruir e/ou reproduzir em pormenores a sua biografia. Sendo assim, o objetivo deste capítulo resulta em analisar o processo de formação intelectual de Carvalho e seu percurso em meio aos mais variados “espaços de sociabilidade”, observando também a sua articulação entre a esfera literária e a esfera política, haja vista que segundo Daniel Pécaut³⁷ “os projetos dos intelectuais eram inseparáveis da vontade de contribuir para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente” (1990, p. 22). Contudo, é pertinente frisar que, assim como as memórias, o uso das

³⁷ Faço alusão ao livro *Os Intelectuais e a política no Brasil*. De acordo com Pécaut (1990, p. 11-17), o propósito desta obra é de estabelecer como duas gerações, a de 1930 e a de 1954-1964, de opções políticas tão divergentes, puderam ser solidárias na construção de uma cultura política. Para tanto, o autor analisa a trajetória política dos intelectuais que se vincularam à “sociologia”, o que segundo ele é um critério bem pouco restritivo.

biografias será de grande importância e contribuição no presente texto, pois de acordo com o sociólogo Sergio Miceli³⁸:

[memórias e biografias] fornecem dados e informações de categorias de escritores que ocupam momentaneamente posições diferentes no campo [literário]. Enquanto as biografias são dedicadas aos autores que desfrutavam de uma posição dominante ainda vivos ou, então, àqueles autores que os embates posteriores acabaram convertendo em objetos de uma consagração póstuma, o gênero memórias constitui uma estratégia a que recorrem no mais das vezes intelectuais dominados. (2001, p. 16).

Levando-se em conta a relação entre o produtor e o objeto do relato biográfico e partindo do pressuposto da infância de Rodrigues de Carvalho, o garoto “baixote, rechonchudo, côr de chocolate, alegre e buliçoso” (NÓBREGA, 1962, p. 114), filho dos humildes agricultores, Manuel Rodrigues de Carvalho e Cândida Maria de Carvalho, aos dez anos concluiu o primário na escola do latinista Manuel de Almeida Cardoso, onde também trabalhou como guarda-livros (SILVA, 2004, p. 98). Depois seguiu para Mamanguape, tanto no sentido de fugir da seca que assolava a população nordestina em 1877, bem como na perspectiva de buscar melhores condições de vida, visto que aquele município na época era o centro do comércio exportador de algodão. Além disso, o seu tio Manoel Honorato da Silva, conhecido naquela região como Manoel Barão, possuía comércio na região e, portanto, convidou-o para trabalhar juntamente com ele como caixeiro³⁹.

Diante deste contexto, um movimento intelectual conhecido como “geração de 1870”⁴⁰ se formava durante o fim do Império, o qual adotava ideias europeias, edificava novos sistemas filosóficos e tecia críticas ao *status* monárquico e programas de reformas. Neste sentido, pode-se dizer que foi mais do que tudo um movimento político de contestação ao *status quo* imperial por parte dos grupos sociais que estavam insatisfeitos com o regime fechado, conservador e que não se modernizava.

Para além deste cenário, sabe-se que durante os últimos anos do século XIX estavam em ebulição os movimentos de abolicionistas, dentre os quais participavam pessoas de vários

³⁸ A obra de Miceli a qual se faz menção, *Intelectuais à brasileira*, trata das relações entre os intelectuais e a classe dirigente no Brasil, na perspectiva de discorrer sobre os principais setores em expansão no âmbito do trabalho no qual concorriam os postulantes às carreiras intelectuais.

³⁹ Segundo Sergio Miceli: “A maioria dos intelectuais desse período pertencia a famílias de “parentes pobres” da oligarquia ou, então, a famílias de longa data especializadas no desempenho dos encargos políticos e culturais de maior prestígio” (2001, p. 81). No caso de Rodrigues de Carvalho, foi o seu tio quem deu a ele a primeira oportunidade de se “desgarrar” do seu lugar de origem.

⁴⁰ Quanto a esse movimento, Angela Alonso (2000) faz uma análise do ponto de vista da experiência compartilhada por seus membros, adotando a dinâmica política e conjuntura local da época em debate. Segundo Alonso, “(...) o movimento nem era alheio à realidade nacional, nem visava formular teorias universais. As teorias estrangeiras não eram adotadas aleatoriamente, sofriam um processo de triagem: havia um critério *político* de seleção” (2000, p. 36).

setores da sociedade, entre eles jornalistas, comerciantes, lojas maçônicas e caixeiros. Muito embora fosse bastante jovem neste período, não há registros de que Rodrigues de Carvalho tenha atuado nestes movimentos, nem se posicionado como intelectual negro. Talvez, no decorrer de sua vida, tivesse a predileção de firmar-se como mestiço, já que para ele era esse último o “verdadeiro brasileiro” (CARVALHO, 1967, p. 95). Mas também não escondia a sua identificação para com intelectuais e líderes negros, como Tobias Barreto (1839-1889), Henrique Dias (? - 1662) e João Cândido (1880-1969). A respeito deste último, conforme um de seus biógrafos, o jornalista Octacílio de Queiroz (1968, p. 16), Carvalho tinha admiração por João Cândido, o “almirante negro” da Revolta da Chibata⁴¹, tendo inclusive um retrato dele pendido em seu gabinete de trabalho.

Também não foi encontrado nenhum periódico da imprensa alternativa negra⁴² em que ele tenha feito parte, haja vista que esse era o único espaço para divulgar a cultura e realizar reivindicações políticas, já que segundo Mattos (2009, p. 1888) a imprensa brasileira pós-abolicionista não proporcionava espaço suficiente para divulgar os eventos promovidos pelas comunidades e associações negras. Todavia, conforme Florentina Souza, ao discutir a produção textual dos escritores afrodescendentes, salienta que isso não significa que os intelectuais negros como José Rodrigues de Carvalho não tenham buscado articular ações que viabilizassem escapar da discriminação, “porém as teias costuradas pela sociedade, mais especificamente por representantes das elites culturais impediram que muitas das tentativas tivessem maior alcance” (SOUZA, 2010, p. 188).

Nessa empreitada, tendo como pano de fundo os “rastros” da geração 1870 e os movimentos pré e pós-abolicionistas, no início da década de 80 do século XIX, já no período de decadência econômica de Mamanguape, Carvalho fez o curso de humanidades no Lyceu Paraibano e, ao lado de João Pereira de Castro Pinto e junto à cooperação técnica de Júlio Pacífico, fundou *A Comarca*. Carlos Dias Fernandes, companheiro na juventude de Rodrigues Carvalho, narra sobre a iniciativa do semanário em seu romance autobiográfico nomeado *Fretana*:

[...] o Zé Rodrigues, moço guarda-livros, sobrinho de Manoel Barão, mais dado às Camenas que a Pitágoras, com as suas taboas e algarismos. Foi à sua

⁴¹ Mais informações sobre esse movimento conhecido também como a Revolta dos Marinheiros ver Maria Inês Roland (2000).

⁴² Dentre os principais jornais criados por negros desde o final do século XIX, Regiane Augusto de Mattos (2009) destaca: *A Pátria* (1889), *O Menelick* (1915), *O Alfinete* (1918), *O Kosmos* (1922), *Tribuna Negra* (1928), *Progresso* (1928) e *O Clarim da Alvorada* (1928).

iniciativa e fervorosa idealidade que se deveu “A Comarca”, hebdomadário de letras e informações, que constitui nesse tempo o maior acontecimento da cidade pelo fulgor que emprestavam ao radioso periódico os estros conjugados dos dois amigos Joca e José (João Pereira de Castro Pinto e José Rodrigues de Carvalho - expliquemos) ajudados da cooperação apagada e técnica de Júlio Pacífico. Nêsse pequeno jornal fez Castro Pinto a sua estreia de publicista e José Rodrigues entremostrou as possibilidades de sua inspiração lírica, que, nessa época, se bipartia entre os solaus de amor e as mordacidades da sátira, do epigrama, assim prometidas no roteiro dos “Cafunés”. (FERNANDES, 1936, p. 18)

Rodrigues de Carvalho, na companhia dos jovens amigos Castro Pinto e Carlos Dias Fernandes, partiu para João Pessoa na ambição de ascender na literatura paraibana. Na capital, em 1892, fundou a sociedade *Club Cardoso Vieira*⁴³, em homenagem a Manuel Pedro Cardoso Vieira, deputado geral (1878-1880) pela Província da Paraíba do Norte e um dos grandes agitadores republicanos (GUIMARÃES, 2000, p. 53). Porém, mesmo distante de Mamanguape, Carvalho ainda estava vinculado nas sociedades literárias daquele município, inclusive, sendo apontado em registro pelo jornal *A União* como um dos sócios fundadores do *Club 7 de setembro*:

No anno p. p. fundara-se aqui um Club que tendo fins recreativos era tambem um preito da mocidade mamanguapense á gloriosa data de nossa emancipação política, pois que a tomara por titulo. [...] A mesma associação passou á direcção de nova directoria; e como um tributo a esses encorajosos moços, devemos estampar o nome dos fundadores do Club, sua directoria transacta e vigente, bem como do alto dessas columnas saudar a todos elles. Socios fundadores: Virgilio Gomes da Silva, João Serrani, Hemeterio Lyra, Augusto Luna, *José Rodrigues de Carvalho*, José Lopes Baptista. (*A União*, 11 de setembro de 1897) (grifo meu)

Não obstante, ainda que envolvido ao “destino” literário, de acordo com Queiroz (1968, p.15), Rodrigues de Carvalho meteu-se novamente no comércio por conta própria e sem êxito rumou para Recife, mas, pouco ficou na capital pernambucana. Morou também no Rio Grande do Norte, em Natal, entretanto, no ano de 1894 partiu de mudança para Fortaleza, local ao qual se adaptou bem e se demorou por alguns anos conquistando maior espaço e reconhecimento enquanto intelectual-poeta⁴⁴ (PINTO, 1970, p. 13).

Destarte, Rodrigues de Carvalho, ao tramitar por diferentes agremiações e institutos históricos, fez parte de um universo intelectual ligado a um conjunto de redes de sociabilidade

⁴³ Este clube de caráter literário era composto em sua maioria por empregados do comércio e ficava localizado na região central de João Pessoa (MARTINS, 1979).

⁴⁴ De acordo com as fontes aqui consultadas, durante sua estadia na capital cearense, Rodrigues de Carvalho não atuou somente nos círculos literários da época. Dedicou-se ao magistério, à escrituração mercantil e às letras. Foi durante 12 anos contador do banco do Ceará, professor de Geografia no Lyceu Cearense, professor de lente de Lógica na Escola Normal e catedrático de Contabilidade na Escola de Comércio de Fortaleza.

diversas. Neste sentido, compreendem-se as redes de sociabilidade em uma dupla dimensão que engloba não só a ideia de rede, como também os espaços de afetividade, pois segundo explica Angela de Castro Gomes:

[...] O primeiro, contido na idéia de rede, remete às estruturas organizacionais da sociabilidade através de múltiplas e diferentes formas que se alteram com o tempo, mas que tem como ponto nodal o fato de se constituírem nos loci de aprendizagem e trocas intelectuais. Salões, cafés, casas, editoras, academias, escolas, revistas, manifestos e mesmo a correspondência de intelectuais são lugares preciosos para a análise do movimento de fermentação e circulação de ideias. (GOMES, 1993, p. 65).

Desta forma, de acordo com a autora o espaço da sociabilidade pode ser geográfico, bem como afetivo, podendo nele apreender os vínculos de amizade e cumplicidade, além de corroborar com “a marca de uma certa sensibilidade produzida e cimentada por evento, personalidade ou grupo especiais” (GOMES, 1993, p. 65). Para tanto, se faz *mister* perceber como Rodrigues de Carvalho se organizou em meio aos círculos de sociabilidade e como estabeleceu a sua relação afetiva em meio a esses espaços de fermentação intelectual.

2.1 Do parnasianismo às tradições clássicas: um giro pelos movimentos literários da Paraíba

Mesmo residindo no Ceará, acompanhava e opinava sobre os “movimentos” literários que perpetuavam pela Paraíba, tentando se fazer presente através dos jornais do Estado. Ainda que ressentido sobre o fechamento do *Club Cardoso Vieira*, Rodrigues de Carvalho escreveu para o amigo Francisco Barrôso, em carta publicada pelo órgão *A Gazeta do Commercio*, congratulando a fundação do *Club Castro Pinto*:

Amigo Francisco Barrôso, peço que transmita aos fundadores do <<Club Castro Pinto>> as minhas sinceras felicitações pela viabilidade de tão arrojado commettimento. O tributo que a Parahyba acaba de render ao maior talento da geração de talentos de minha terra, tomando-lhe o nome por estímulo, no combate das letras, orgulha-me e convence-me de que nem sempre a ingratidão da terra natal é a única recompensa para seus filhos illustres. Que os passos do Dr. Castro Pinto no caminho da posteridade, e o arrependimento da Parahyba em esquecer Cardoso Vieira, sejam um incentivo efficaz para o engrandecimento dessa nesga de terra que adoro como filho.- Rodrigues de Carvalho. Iracema, (Fortaleza) 22-10-85. [*Gazeta do Commercio*, 22 de outubro de 1895].

Em contrapartida, convém destacar que antes mesmo de desembarcar, em 1894, no Ceará, já publicava poemas, além de se fazer colaborador, correspondente e redator de vários

jornais⁴⁵ e revistas⁴⁶. Segundo Luís Pinto (1970), Rodrigues de Carvalho era um sonetista, trovador, sextilista, parnasiano e lírico. Tanto na forma quanto no ritmo, na métrica e na musicalidade, a sua poesia era “da mesma cadência de Raimundo Correia, Bilac, Emilio de Menezes, e quase que afirmava, de Casemiro de Abreu” (PINTO, 1970, p.19).

Octacílio Queiroz assim como Luís Pinto pontua que a poesia de Carvalho “prende fortemente as raízes à parnasiana tradição” (1968, p. 51). Ainda de acordo com Queiroz, o poeta tinha influência de Gonçalves Dias e de romântico-paisagísticos, “em temas campestres, saudoso recordar dos luares, das estrêlas, da terra, das praias, da aldeia de origem.” (1968, p.51). Já Afonso Pereira da Silva (2004) ressalta que Carvalho não chegou a ser um romântico, mas foi concessivamente um pré-romântico, possuindo ainda um estilo levemente camoneano ou pós-renascentista. Além disso, para ele o poeta chegou ao ponto de misturar particularmente em seus trabalhos literários o clássico e o popular, tornando-se difícil a caracterização da verdadeira prosa (SILVA, 2004, p. 152).

Segundo este *métier*, em uma entrevista concedida à revista *Era Nova*, no ano de 1925, numa seção intitulada como *Album de Mlle. Analice Caldas*, José Rodrigues de Carvalho diante de uma série de perguntas pessoais, quando questionado sobre seus escritores preferidos, cita: Eça de Queiroz, Ruy Barbosa, Euclides da Cunha e o Padre Bernandes. A respeito do seu poeta favorito, responde sem exitar: “O nosso Raymundo Corrêa” (QUEIROZ, 1968, p. 125).

Mediante as publicações de Rodrigues de Carvalho em alguns jornais entre o final do século XIX até meados do século XX, encontra-se com bastante vigor seus registros de poesias e prosas poéticas no *Estado da Paraíba*⁴⁷. Inseridas ao Parnasianismo⁴⁸, as poesias de Rodrigues de Carvalho perpassavam objetividade, contenção lírica, vocabulário culto, sinalizando, em geral, sua preferência pelo soneto. Neste sentido, debruçado entre o estilo

⁴⁵ Escreveu em jornais tais como: *A União*, *Gazeta do Comércio*, *A Comarca*, *O Paraibano*, *O Comércio da Paraíba*, *Diário do Estado*, *República* (Recife), *Jornal Pequeno* (Recife), *Estado da Paraíba*, *O Jornal* (PB) e *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro).

⁴⁶ Trabalhou como redator da *Revista Acadêmica* (1903-1908), *Revista Ceará* (1905), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano* (1909-1912) e a *Revista Era Nova* (1921).

⁴⁷ Neste órgão declaradamente republicano, Rodrigues de Carvalho publicou sistematicamente a sua produção poética trabalhando ao lado de Argemiro de Sousa, Castro Pinto e Elizeu Cezar. Sobre algumas prosas e poesias ver jornal *Estado da Paraíba*, publicações de janeiro de 1891 a julho de 1893. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html>. Acesso em 05 mai. 2012.

⁴⁸ Segundo afirma Alfredo Bosi: “O nome da escola [Parnasianismo] vinha de Paris e remontava a antologias publicadas a partir de 1866, sob o título de *Parnasse Contemporain*, que incluíam poemas de Gautier, Banville e Lecomte de Lisle. Seus traços de relevo: o gosto da descrição nítida (a mimese pela mimese), concepções tradicionalistas sobre metro, ritmo e rima e, no fundo, o ideal de impessoalidade que partilhavam com os realistas do tempo” (s. d., p. 246).

parnasiano e o apego à tradição classicista, a maioria de suas poesias configuravam referências à figura feminina buscando sempre divinizá-la.

A representação da figura feminina em seus sonetos desenvolvia contornos de intensidade à mulher, mergulhados entre o divino e a chama; o amor e a paixão; ou seja, em numerosos sentimentos que provocavam no EU-lírico a obsessão irrepreensível em meio a essa relação ambígua, em que prazer e dor se misturavam. Sendo assim, eram poemas desse tino que, imbuídos em versos românticos, langorosos e sofrendores, incentivam a idealização das relações amorosas (D'INCAO, 2006).

Sobre a publicação em livros de teor exclusivamente “poético”, destaco: *Coração* (1894); *Prismas* (1901) e o *Poemas de Maio* (1901). Na primeira obra citada, Rodrigues de Carvalho segue com a narrativa conduzida pelo borbulhar de sentimentos eclodidos por vários sujeitos em intitulados “corações”:

[...] em *Coração* já apresenta uma conduta diversa, sem, todavia, abandonar a temática de formação. Os pés do poeta gordo continuavam no chão sêco. Mas, no novo livro rebenta-se o amor, a mulher desponta na limpidez do belo, e o poeta humano se enfeixa no próprio enfeixe da vida. São os títulos dos capítulos de “*Coração*” de singular escolha: “O coração de um poeta”; “o coração de uma donzela”; “um coração de noiva”; “o coração de uma messalina”; “o coração de um condenado”; “o coração de uma monja”... (PINTO, 1970, p. 19)

[...] Rodrigues de Carvalho consegue modelar em versos alexandrinos, correctos e vibrantes, o enredo simples mas sublime do seu magnífico poemeto. E’ elle uma deliciosa phantasia em que o coração humano autopsiado falla ao bisturi que o retalha e que se conserva surdo as suas lamentações, continuando impassível a separa-lhe as fibras ainda palpitantes. (*Gazeta do Commercio*, 19 de fevereiro de 1895)

Em relação ao *Poemas de Maio*, que abre a obra homenageando sua cidade natal, foi exaltada por Coriolano de Medeiros como “o seu principal volume de literatura” sendo “verdadeiramente, rigorosamente paraibano”(1936, p. 115), mas criticado por parte de seus biógrafos que atribuíram os seu versos como “anêmico, furtando à lírica romântica e agreste de Gonçalves Dias”, deixando-o “depresso e consumido” (SILVA, 2004, p. 130).

Neste segmento, dentre tais obras citadas, foi na coletânea *Prismas* que o poeta “rompeu” com a objetividade parnasiana e ganhou renome a partir da projeção do soneto *Seios*, que em quatorze versos tratava de enfatizar a sensualidade da mulher, descrevendo em minúcias as suas características físicas. “Nessa onda, flutua, com a ostentação das rosas

acompanhantes de Ofélia no rio da morte, o famoso soneto⁴⁹ idólatra daquela parte ‘ofegante’ da anatomia da mulher” (SILVA, 2007, p.98). Mas foi em meio a elogios e anos após a sua divulgação que o escritor José Américo de Almeida, na *Revista Era Nova* (1921), levantou umas críticas desfavoráveis ao poema, desprezando a semântica do poeta, a licença poética e as rimas por ele utilizadas:

[...] Cumpre reduzir este soneto á sua intrinseca inferioridade, para que elle não continue a usurpar a gloria do nosso lyrismo. Não tem elle nenhum lavor artistico. As rimas são pobres e triviaes e, na sua maioria, da mesma categoria grammatica: “offegantes e errantes, estância e infância” [...] Nem todos alcançam o poder das rimas varas de Emilio de Menezes; mas não devem ser desdenhados os requisitos do effeito musical e do elemento surpresa na identidade dos sons, sob pena de falhas toda impressão estética [...] (*Revista Era Nova*, n. 7, 1921, s/p)

Rodrigues de Carvalho, conforme informa Luís Pinto (1970, p. 27), contestou todas as críticas de Almeida. Contudo, as desavenças entre Carvalho e outros intelectuais não pararam por aí. Rodrigues de Carvalho era um polemista. Em facécias e quadrinhas, rebatia os seus adversários. Apelidou e fez epigramas a Joaquim Nabuco; em entrevista, ironizou a morte do político José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) e censurou intelectuais devido aos erros gramaticais, ortográficos ou sintáticos publicados pelos mesmos em jornais. Nas agremiações e sociedades intelectuais que sacudiram o Ceará e que Carvalho participou a atitude não poderia ser muito diferente. Contribuiu, polemizou e foi recebido entre críticas e aplausos.

Segundo explica Roberto Ventura (1991), foi através das polêmicas que os letrados lutaram por suas ideias e grupos, bem como pela “sobrevivência” ou “morte” no que condiz à cena da literatura e do jornalismo, visto que os escritores combativos e bacharéis polemistas faziam uso do suporte material, a exemplo dos jornais e revistas, de modo que pudessem exercer a crítica literária e se tornarem populares entre o público leitor e as camadas médias.

2.2 Os grêmios literários

Na virada do século XIX para o século XX, começam a surgir espaços menos oficiais e que marcavam de fato o tom da “República das Letras”. De acordo com Motta Santos e Maria Angélica Madeira (1999, p. 80) era nos espaços mundanos, tais como salões, livrarias e

⁴⁹ O soneto *Os Seios* (1901), foi enaltecido na época pela crítica literária em geral como obra-prima, sendo inclusive levado para o francês, espanhol e italiano (PINTO, 1970). Inclusive, este soneto foi incluído e publicado em 1904 na coletânea *Sonetos Brasileiros* (Século XVII – XX), de Laudelino Freire, como melhor produção do gênero do autor, seguida do respectivo retrato e pequenas notas biográficas sobre o referido Rodrigues de Carvalho.

confeitarias por onde circulavam modas, livros, jornais e revistas, ou seja, em suportes materiais que abrangiam um repertório de informações e ideias adotadas por diferentes intelectuais.

Em detrimento à proliferação desses espaços, inúmeras agremiações abrem suas portas e se tornam mais abrangentes pelo país. No Ceará, o aparecimento dessas sociedades na província é motivado, segundo Luciana Brito, “com o intuito de promover a fermentação de ideias, o gosto artístico e, principalmente, a formação de um público leitor” (2011, p. 114). Para Brito, antes das agremiações surgirem, não havia ali nenhum estímulo às produções intelectuais e artísticas, bem como à publicação de livros.

Mediante a ação das agremiações, revistas e jornais literários foram lançados, dando maior contribuição para as letras cearenses, além de alavancar a carreira de alguns intelectuais. Conforme Sânzio de Azevedo (1982, p. 123), o pesquisador cearense Leonardo Mota, em *A Padaria Espiritual* (1938), enumerou mais de 80 grêmios, incluindo os Gabinetes de Leitura que povoaram o interior do Ceará no século XIX.

Porém, diante da diversidade de grupos culturais elucidados por Mota e vislumbrando os grêmios literários que Rodrigues de Carvalho fez parte ou mesmo foi mencionado, destacam-se a Padaria Espiritual, (1892 - 1896), o Centro Literário (1895 - 1904) e a Academia Cearense (1894-1903). Para Cardoso (2007, p. 3), estas agremiações apresentaram em comum a preocupação com a “regeneração” política e social, na perspectiva de garantir a ordem pública e elencar propostas institucionais à implantação do novo regime.

Em meio às agremiações literárias, Carvalho tramitava enquanto criador ao participar da criação literária ou no progresso do saber, bem como mediador ao contribuir para a divulgação e vulgarização dos conhecimentos dessa criação e desse saber. Para tanto, engajou-se nesses “espaços de sociabilidade” mediante um grupo de intelectuais que se organizavam “em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes.” (SIRINELLI, 1996, p. 248). Afinal, para Jean François Sirinelli, o meio intelectual constitui um “pequeno mundo estreito” onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista, que segundo ele “é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão” (1996, p. 249).

2.2.1 A Padaria Espiritual

A Padaria Espiritual surgiu em 1892, a partir de uma série de reuniões organizadas por um grupo de rapazes que ocorriam nas mesas do Café Java, um quiosque localizado nas intermediações da Praça do Ferreira, no centro de Fortaleza. O objetivo deste grupo, de acordo com Luciana Brito (2008, p.47-48), era de despertar nos cearenses o gosto artístico, especialmente o literário, tendo como proposta produzir algo original e, quando necessário, ousado, cumprindo com a promoção da literatura no Ceará através de um programa de instalação inovador elaborado por Antônio Sales (1868-1940), o idealizador da sociedade. Sobre a criação do Programa de Instalação da Padaria, Sânzio de Azevedo descreve que:

[...] Criado por Antônio Sales, sua fama repercutiu por todo o País, graças ao bem-humorado Programa de Instalação, onde os “padeiros” eram proibidos de recitar ao piano, citar a Rosa de Malherbe, usar o tom oratório (sob pena de vaia), e falar de animais e plantas que não fossem do Brasil [...] Como disse Leonardo Motta no livro que escreveu sobre o grêmio, a “Padaria” fez como se voltassem para o Ceará “as vistas dos mais eminentes homens de letras do Brasil (AZEVEDO, 1982, p. 124)

Sobre os integrantes da Padaria, a mesma era composta por um Padeiro-Mor (presidente), dois Forneiros (secretários), um Gaveta (tesoureiro), um Guarda-Livros, na acepção intrínseca da palavra (bibliotecário), além de um Investigador das Coisas e das Gentes, que se chamava “Olho da Providência” e de Amassadores (sócios). Ainda de acordo com o Programa de Instalação, todos os sócios receberiam a denominação geral de Padeiros e deveriam registrar em um livro especial o nome comum e o nome de “guerra”, sendo este último escolhido e utilizado para assinar os trabalhos nesta agremiação.

A Padaria Espiritual foi limitada em vinte o número de sócios⁵⁰, inclusive a Diretoria, no entanto podia admitir sócios honorários, estes denominados de Padeiros-livres. Essa agremiação apresentou duas fases, sendo a primeira a “mais brincalhona” datada 1892 a 1894 e a segunda a mais “compenetrada” que teve início com a sua reorganização em 1894 e seguiu até 1898 (AZEVEDO, 1970). Foram seus Padeiros-Mores Jovino Guedes (1892 a 1894), José Carlos Júnior (1894 a 1896) e Rodolfo Teófilo (1896 e 1898).

Sobre os seus membros, a maioria era proveniente dos setores “médios” e “baixos” de Fortaleza, em grande parte oriundos do interior, aspirantes a certos instrumentos letrados e que tinham o intuito de destacarem-se como literatos. Conforme ressalta Cícero Filho (2007), grande parte deste grupo vivenciava um novo momento histórico da república em que muitos

⁵⁰A princípio foram vinte sócios, mas, posteriormente foram admitidos mais quatorze. Ver Leonardo Mota (1938).

intelectuais estavam desiludidos com o advento da “nova ordem”. Sendo assim, a Padaria, com a condução do poder letrado, caminhou na direção de uma visão “civilizada”, incutida numa “cultura popular”, na perspectiva de investigar e analisar a verdadeira “alma” do povo cearense (FILHO, 2007, p. 121).

Neste segmento, a Padaria Espiritual criticava os valores capitalistas advindos da Europa⁵¹, buscando valorizar a cultura popular de Fortaleza e respectivamente, tudo aquilo que fosse “genuinamente cearense”. Para tanto, seria preciso preservar os costumes, crenças e linguagem popular local, transpondo a concepção “folclórica” da sociedade literária artística. Diante dessas questões, os “padeiros” demonstraram aversão ao estrangeirismo, além de se proporem a organizar um Cancioneiro Popular, de modo que fosse propagada a diversidade da cultura popular cearense.

Para os membros da Padaria, a literatura era um dos pilares responsáveis pela “formação da consciência do país”, tendo como alicerce o discurso crítico biológico de cunho positivista, uma vez que este ajudava a enaltecer o discurso “regionalista-nacionalista” defendido pelos intelectuais padeiros. Afinal de contas, “naquele tempo de violenta imposição da cultura européia, que destruía os costumes locais, era necessário valorizar a diversidade cultural cearense e, por consequência, a cultura nacional” (BRITO, 2008, p. 221).

Em um período marcado pela indiferença e marasmo das letras, os “padeiros” demonstraram orgulho, desdém, simpatia e piedade; ingredientes fundamentais para a produção de *O Pão*, um periódico que conforme Cícero Filho (2007) registrava toda a “superioridade” de José de Alencar.

De acordo com Newton Gonçalves (1981), o memorialista Pedro Nava (1903-1984), filho e sobrinho de “padeiros”, avançou em algumas interpretações pessoais sobre a Padaria, mas exagerou ao afirmar que essa agremiação foi um movimento extremista, anticlerical, antirreligioso e levemente anarquista. Para ele, não havia em *O Pão* nenhum indício das hipóteses acima levantadas, além de subjugar que quando Xavier de Castro⁵² morreu os “padeiros” mandaram celebrar missas desmentindo o anticlericalismo e a antirreligiosidade do item 26 do Programa da Padaria no todo, um divertimento inocente, uma “plaisanterie” em malícia (GONÇALVES, 1981, p. 64). Neste sentido, Newton Gonçalves afirma que a Padaria Espiritual e *O Pão* representaram o papel primitivo do riso, além de não dispensarem o hino e as crônicas sociais que soavam de maneira tipicamente burguesa, no melhor estilo da época.

⁵¹ É preciso destacar que essa crítica elucidada pelos padeiros está voltada para o crescente materialismo germinado pelo capitalismo europeu.

⁵² Augusto Xavier de Castro (1858-1895) foi um dos membros da Padaria Espiritual.

2.2.1.1 O periódico *O Pão* e as críticas a Rodrigues de Carvalho

Ao ter acesso à lista dos trinta e quatro sócios durante as duas fases da Padaria, muito embora alguns biógrafos relatem que José Rodrigues de Carvalho fez parte desta agremiação, seu nome não aparece entre os “padeiros”. Talvez tenha ocorrido alguma confusão dentre os nomes dos intelectuais, uma vez que há um sócio chamado José Carvalho, que muito embora também tenha realizado obras e estudos dedicados ao folclore nordestino, nasceu em Crato/CE.

Por outro lado, Sanzio de Azevedo explica que alguns intelectuais, mesmo que não tenham atuado no grupo como “padeiros”, bem como não apresentassem nome de guerra, ainda assim tiveram suas obras publicadas na Padaria ou mesmo receberam títulos como “Padeiro-Mor Honorário”:

Houve figuras importantes que não foram da “Padaria” é claro. Oliveira Paiva, por exemplo, embora seja às vezes citado como “padeiro”, não pertenceu ao grêmio. Seu romance, porém, foi anunciado na 4ª capa do citado livro de Sabino Batista, com uma das obras a ser publicada pela entidade. Juvenal Galeno, por sua vez, se não foi “padeiro”, com nome de guerra e atuação no grupo, teve a glória de receber o título de “Padeiro-Mor Honorário”, quando se completou 59 anos de idade. (AZEVEDO, 1970, p.29)

Não obstante, mesmo que Rodrigues de Carvalho não tenha participado como membro da Padaria Espiritual, o que se sabe é que seu nome sempre circulou junto aos “padeiros”. No *Almanach do Ceará*⁵³ e *Almanach Popular Brasileiro*⁵⁴, onde ambos divulgavam obras, esboços biográficos, anedotas, textos literários e anúncios, Carvalho e alguns integrantes da Padaria foram colaboradores literários, dividindo as mesmas edições e quando não, seções literárias. Para tanto, essa agremiação planejou organizar e publicar anualmente o *Almanack do Ceará*, pois se pretendia, segundo o Programa, em artigo de número XXXVII: “Publicar-se-á, no começo de cada ano, um almanaque ilustrado do Ceará, contendo indicações úteis e inúteis, primores literários e anúncios de bacalhau” (AZEVEDO, 1970, p. 11).

Porém, não foi encontrado nenhum registro que comprove a publicação deste *Almanack* idealizado pela agremiação. No entanto, alguns padeiros, tais como Antônio Sales, Juvenal Galeno, Sabino Batista, José Carvalho, Lopes Filho, Antônio de Castro e Álvaro Martins mantiveram vínculo com outros almanaques da época, publicando sonetos, contos e poesias no *Almanach do Ceará* e *Almanach Popular Brasileiro*. Todavia, apesar dessas

⁵³ Almanaque organizado por João Câmara no fim do século XIX.

⁵⁴ Almanaque organizado por Alberto Rodrigues também em fins do século XIX.

possíveis colaborações, foi somente no órgão *O Pão* que Rodrigues de Carvalho se fez mais presente nas falácias entre os “padeiros”.

O Pão foi criado pela Padaria Espiritual como uma espécie de porta-voz para os interesses da agremiação, no intuito de servir como veículo disseminador do pensamento e ideias da agremiação, na medida em que divulgava suas produções literárias, “pois além de sanar os problemas relacionados com a edição em volume, a publicação dos textos nas colunas do jornal também era uma forma de sondar a aceitação do público” (BRITO 2008, p. 61). *O Pão* teve duas fases imbricadas com as etapas da Padaria, marcada pela sua reorganização, em 1894, e pela entrada de novos membros, tais como Rodolfo Teófilo, José Carlos Junior, X. de Castro e Antonio Bezerra. Na primeira fase (1894-1895) foram publicados seis números⁵⁵ e na segunda (1895-1896), apresentaram-se trinta números. Ao que vale salientar este periódico também foi distribuído fora do Estado do Ceará e funcionou, a contento, como órgão de intercâmbio cultural.

De acordo com Sanzio de Azevedo (1970), vários dos componentes da Padaria eram simbolistas, entretanto não havia ligação com a poesia simbolista de Cruz e Sousa e sim diretamente de Portugal, através do livro de Antônio Nobre (1867-1900). Mas, ainda segundo Azevedo, havia poetas desta agremiação que não comportavam designação de simbolista, como foi o caso de Antônio Sales, Álvaro Martins, Antônio de Castro, Sabino Batista, entre outros; todavia, nenhum destes “chegou a ser, pelo menos no tempo da ‘Padaria’, um perfeito parnasiano, tão autenticamente quanto Lívio Barreto foi um verdadeiro simbolista” (1970, p. 29).

Mais comprometido com a estética realista-naturalista, Antônio Sales, em artigo publicado em *O Pão* sobre o livro *Prismas*, de José Rodrigues de Carvalho, faz uma análise das três partes da obra – *Blocos*, *Ruínas* e *Salgueiros*, pautando-se em duras críticas. Primeiro, ao examinar o livro, salienta que sua forma é bastante defeituosa, tendo ainda alguns versos “errados e frouxos” ou mesmo compostos por “ritmos imperfeitos”. Em seguida, Sales passa a apontar minuciosamente esses versos adjetivados por ele também como “duro” e “áspero” ao ouvido, reescrevendo-os e exemplificando-os, na tentativa de comprovar ao público leitor que:

Por essas amostras vê-se bem que o poeta não é forte em metrificacão,e quanto a outros requisitos da fôrma, notámos-lhe pobreza de rimas, coisa patente sobretudo nos seus sonetos, onde quase nunca têm os quartetos rimas similares, e pobreza de vocabulário, o que dá lugar á repetição enfadonha de

⁵⁵ Conforme Newton Gonçalves (1981), nas primeiras publicações da primeira fase de *O Pão* não havia matérias de expressão literária, nem em termos de conteúdo e forma. O periódico apresentava algumas quadras humorísticas, piadas, notícias do movimento turístico e uma incipiente crônica social.

palavras – pyrilampo precito, nimbo, goino, etc. (*O Pão*, 31 de outubro de 1896)

Os polemistas, mesmo sem que houvesse posições para explicar a causa do conflito, buscavam apontar os erros de seus interlocutores. Roberto Ventura (1991) explica que, mais do que por razões de possíveis diferenças de perspectiva teórica ou ideológica, essas polêmicas se estabeleciam por motivações pessoais e por disputas pelo poder intelectual. Segundo ele, as diferenças eram marcadas em “um sistema intelectual em que estas não são profundas, sendo antes distinções inseridas em modelos de pensamento bastante semelhantes” (VENTURA, 1991, p. 146).

Nos parágrafos adiante, Sales confessa apreciar as concepções e intenções filosóficas utilizadas pelo poeta, mas logo depois o ataca novamente em críticas, fazendo reparos gramaticais, além de mencionar falta de clareza das expressões, imperfeições nas imagens, incoerência entre as estrofes, problemas na metrificação e de afinidade entre as premissas e conclusões. Não obstante, o que se pode notar é que os comentários de Antonio Sales opõem-se com maior veemência às imagens desenhadas por Carvalho, quando referenciados à subjetividade e à imaginação, que afinal descortinavam a falta de objetividade e nitidez evocada pela prosa realista-naturalista e partilhada pela poesia parnasiana:

Luto cor de rosa e palmeiras azues... Em que extranho paiz se darão estas aberrações do colorido? Ou está o poeta soffrendo de daltonismo? [...] As exigencias metricas fazem o poeta resar num collar quando toda a gente que resa o faz num rosario. (*O Pão*, 31 de outubro de 1896)

Otacílio de Queiroz justifica as críticas sofridas por Rodrigues de Carvalho pela Padaria Espiritual, tendo como pretexto o lugar de origem do autor e as precárias condições intelectuais oferecidas pela sua “pequena província”:

(...) o Ceará era fértil áqueles tempos em academias, associações e grêmios literários e a **Padaria**, datando de 1892, congregava nomes tais como Adolfo Caminha, Rodolfo Teófilo, Antônio Sales e Oliveira Paiva. Podemos imaginar a desigualdade dos lutadores. Rodrigues de Carvalho, chegado de sua pequena província, sem guias espirituais autênticos, sem bibliotecas, mestres que lhe abreviassem as dificuldades, sem leituras bem orientadas nem prestígio, decerto no mas ingente autodidatismo, só poderia ali realizar, no caso, uma proeza de valor isolado como ainda sói ocorrer em relação a muitos, que mourejam em determinadas províncias, sob a precariedade do mesmo autodidatismo. (QUEIROZ, 1968, p. 17)

Em contrapartida, Carvalho também recebeu ponderações positivas neste mesmo órgão da agremiação, a exemplo de sua obra *Coração*, que muito embora tenha sido abordado

pelo uso incorreto de expressões e, sobretudo, de concordância, Antônio Sales, o Moacyr Jurema⁵⁶, elogia o poemeto ressaltando que o mesmo causou uma boa impressão de leitura, “onde há formosos [versos] alexandrinhos e brilhantes imagens” (*O Pão*, 1 de fevereiro de 1895). E, concluiu o artigo, felicitando a obra como “uma bonita amostra do talento poético do Sr. Rodrigues de Carvalho, com o qual nos congratulamos” (*O Pão*, 1 de fevereiro de 1895).

Destarte, todas as suas quadrinhas publicadas em *O Pão* foram aproveitadas e posteriormente publicadas na primeira edição do *Cancioneiro do Norte*, que logo ganharam espaço em outras antologias e atualmente são consideradas patrimônio poético do folclore nacional. Neste sentido, Leonardo Mota inclui Rodrigues de Carvalho entre estudiosos e folcloristas renomados que contribuíram de maneira inédita para a Padaria e de sobremaneira aos estudos folclóricos do país:

Pondo de lado o que é encontrável em Sílvio Romero (Cantos Populares do Brasil, 1883), tenho em consideração apenas os versos que, publicados n’O Pão, figuraram em Rodrigues de Carvalho (*Cancioneiro do Norte*, 1903), Pereira da Costa (O Folclore pernambucano, 1908), Osório Duque Estrada (O Norte, 1909), Simões Lopes Neto (Cancioneiro Guasca, 1910), Carlos Góis (Mil quadras populares brasileiras, 1916), Afrânio Peixoto (Trovas brasileiras, 1919), Gustavo Barroso (Ao som da viola, 1921) e América do Brasil (Cancioneiro de trovas do Brasil Central, 1926). (MOTA, 1938, p. 83) (grifo meu)

Os destaques dados às obras de Rodrigues de Carvalho acompanharam as duas fases do *Pão*, jornal este que, segundo Leonardo Mendes (2012), chegou ao fim em outubro de 1896, devido às condições precárias quanto à circulação regular dos periódicos, aliada ao pouco interesse demonstrado pela população em relação à habitual leitura de textos literários.

No entanto, mesmo diante de todas as dificuldades que atravessaram essa agremiação, a Padaria Espiritual é considerada uma das experiências culturais mais importantes do Ceará, pois de acordo com Luciana Brito, ela foi responsável pela reunião de escritores que ajudaram a compor parte significativa da atividade literária e da imprensa na província, bem como “participaram dos debates políticos, econômicos e sociais que ocorreram na região” (2008, p. 51). Além disso, foi a Padaria que juntamente com o Centro Literário deu impulso à criação dos chamados “Novos do Ceará”, um grupo de intelectuais que em sua maioria eram oriundos do interior e estavam literalmente envolvidos pelas atividades letradas em Fortaleza.

⁵⁶ Nome de guerra assinado pelo padeiro Antônio Sales.

2.2.2 O Centro Literário

No dia 27 de setembro de 1894, surge também no Ceará o Centro Literário, uma agremiação que teve sua origem nos corredores da redação do *Commercio* através da iniciativa de um grupo de escritores, tendo como sócios fundadores Álvaro Dias Martins e Temístocles Machado. Inicialmente o Centro foi composto por 30 membros, congregando “um número extraordinário de escritores das mais diversas tendências, como Guilherme Studart, Farias Brito, Pápi Júnior, Soares Bulcão, Quintino Cunha, Frota Pessoa, F. Weyne, Alba Valdez, Justiniano de Serpa, *Rodrigues de Carvalho*, José Albano e muito mais” (AZEVEDO, 1982, p. 124-135) (grifo meu).

Segundo afirma Leonardo Mota (1932), o Centro Literário surgiu em oposição à Padaria Espiritual, a partir do afastamento de Álvaro Martins e Temístocles Machado desta agremiação. O desacerto de ambos com a Padaria ocorreu tanto no âmbito das ideias, quanto em relação aos interesses políticos, que no geral divergiam dos outros “padeiros”. Todavia, apesar desta dissidência, as duas agremiações não se tornaram inimigas. Para tanto, basta folhear os jornais da época ou mesmo os próprios periódicos das duas agremiações para constatar que apesar das discordâncias havia o respeito mútuo entre os associados, ao passo que alguns padeiros como Jovino Guedes e Ulisses Bezerra fizeram parte do Centro Literário e nem por isso foram expulsos da Padaria Espiritual. Inclusive, os “padeiros” se posicionaram e defenderam com argúcia a Padaria Espiritual e o Centro Literário quando depreciados pela revista carioca *Thebaida*⁵⁷, na qual o redator Pedro, “o Eremita”, ironizou o “O Coração”, de Rodrigues de Carvalho, além de alegar que:

A ‘Padaria Espiritual’ e o ‘Centro’ [Literário] do mesmo nome são fábricas de roscas colossais, manejadas no grande forno do espírito Cearense pela pá do Sr. Antônio Salles, um padeiro de avental e cafurinha branca na cabeça, muito suado pelo calor do seu talento, enquanto o Sr. Lopes Filho agarra-se ao badalo colossal dos ‘Phantos’ e dobra-o e redobra-o pavorosamente, de tal modo que o som se espalha pelo Norte até a extrema latitude setentrional do Brasil e desce Sul abaixo até as fronteiras com o Rio da Prata, como se fosse um Quasímodo das Letras, disforme, anguloso, corcunda, endemasiado, cheio da ‘grimace’ fantástica do ‘Som’. Não bastava isto. *Aparece agora o Sr. Rodrigues de Carvalho, autor do ‘Coração’*. Ahamos que o Sr. Carvalho devia ser nomeado o sacristão do ‘Centro Literário’ do mesmo modo que o Sr. Lopes é o da ‘Padaria’ por que em versos de sino, não há nenhum, como os desse ‘Coração’ malfadado. (... ..) A Arte é a Arte! E nunca essa filial do Ceará no grande meio, a ‘Semana’, farmacêutica da prosa e agente dos

⁵⁷ Órgão dos simbolistas do Rio de Janeiro.

produtos das duas fábricas cearenses; não é tão pouco, atualmente, o parnasianismo lírico e desbocado dos cantadores de serenta, a clorose anímica de meia dúzia de indivíduos sonhadores e beócios que invadem e estragam como filoxeras, a vinha sagrada do Senhor! É preciso reação e como tal, a 'Thebaida', aceitando todo o produto de talento e de nervos, terá sempre a sua recusa e a sua janela gótica fechada para esses bárbaros da atualidade, trazidos de um vento perverso, assolando as planícies nevadas da Arte, semeando má das suas celebrações e aguerrindo o Norte contra o Sul pela palavra de desbocados padeiros do Ceará. (Thebaida, 1 de maio de 1895 *apud.*, CAROLLO 1980, p. 392-393) (grifo meu)

Conforme se pode notar, os debates se desenrolavam em longas citações e demonstrações de erudição de forma que o tema inicial desencadeasse a polêmica e se tornasse pretexto para que dois ou mais interlocutores exibissem a sua retórica. Neste sentido, os debatedores assumiam uma orientação autoritária marcada pela preocupação em contradizer as colocações de seus adversários, perpetuando em um infundável monólogo em que cada um dos oponentes se esforçava em reafirmar suas próprias virtudes. Para Roberto Ventura (1991, p. 146) existia nas polêmicas da época um padrão de confronto entre o locutor e seu oponente que se poderia chamar de reflexivo, definido pelo caráter de réplica e pela necessidade de revide ao adversário.

No jornal *O Pão*, o padeiro José Carlos Júnior, de nome de guerra Bruno Jaci, devolveu as críticas desdenhando o redator em alcunhas, desmerecendo a sua escrita e coerência textual; retrucando em total defesa cada frase enveredada para as agremiações e ofendendo sarcasticamente a Thebaida:

Barbaros é o título de... artigo (?) no qual uma pobre alma que dá pelo tolos nome de *Pedro, o eremita*, com uma logorréia de phrases desconexas, características de cerebração atrophiada, arrumou meia dúzia de desaforos á Padaria Espiritual, ao Centro Litterario e ao Ceará. [...] Mais adiante, Pedro o Folião, depois de ter nomeado o sachristão do Centro Litterario o Rodrigues de Carvalho e da Padaria o Lopes Filho, ameaça depois [*ilegível*] desses cargos, promettendo vir elle mesmo exercer as funções de sineiro do Ceará. Quando quizer o Ceará é hospitaleiro e quem procura as suas plagas é sempre bem recebido. A Padaria não tem sinos nem nos consta que os tenha o Centro. Mas não faltam sinos e sinetas onde Pedro, o sachristão satisfaça a predilecção que tenha pelos badalos. Até mesmo no hospício de Porangaba há uma sineta cujo o badalo não é tão collossal como o do Lopes. [...] Termina Pedro a sua verborrhagia dizendo que para nós estão sempre fechadas as janellas ghoticas da Thebaida. Não é preciso que se incomodem. Podem deixar abertas as suas grutas (os anachoretas da verdadeira Thebaida nunca tiveram janellas). Nós não iremos lá. Com doidos não queremos negocio. É demais: um homem que se preza não entra por uma janella: entra sempre por uma porta que se abre hospitaleira, ou pela brecha que abriu á força. E além disso, nós estamos convencidos de que a esta hora vocês já têm janellas gradeadas de ferro e estão sujeitos ao regimen das duchas e das camisolas de força (*O Pão*, 15 de julho de 1895).

A sátira à retórica e à polêmica fazia alusão crítica ao personalismo do debate cultural e político não só no âmbito da ideia, mas principalmente na perspectiva de almejar glória e renome do orador, encobrendo a vacuidade do pensamento pela dicção elevada e linguagem empolada (VENTURA, 1991, p. 105).

Assim como a Padaria Espiritual, o Centro Literário também chegou a publicar seu próprio periódico, sendo este uma revista de nome *O Iracema*, que tinha como objetivo estudar as obras e vida de José de Alencar. Seu primeiro número foi publicado em abril de 1895, sob a direção de Pedro Moniz e Julio Olympio. Já o segundo número teve entre os seus redatores Rodrigues de Carvalho, que mais tarde, quando a revista tornou-se trimensal, ficou responsável pela redação literária juntamente com Alvaro Martins e Pedro Moniz.

Sobre essa segunda publicação, os “padeiros” não pouparam elogios à revista, destacando os avanços em relação ao número anterior:

Desta vez damos o primeiro logar a esta bella revista do Centro Litterario, que, depois de uma auzencia de mezes, appareceu de novo e muito mais garrida e bem feita. A distincta collega está em tudo melhorada do 1 ° n. tanto na parte intellectual sobre direcção de Rodrigues de Carvalho, Pedro Moriz e Francisco Carneiro, como na parte artistica confiada á typographia Studart que caprichou em apresentar aos rapazes do Centro um trabalho digno. Traz um variado cabedal de bons versos e bôa prosa devido a pennas já bastantes conhecidas em nosso meio litterario. Entre as producções de valor destacamos as duas primorosas estrophes H. Castriciano, intituladas – *Na solidão*, onde ha grande somma de sentimento e correção; e quanto ao mais não podemos fazer maior elogio ao *Iracema* do que dizer que em nada desmerece dos creditos do Centro Litterario. (*O Pão*, 15 de julho de 1895).

Porém, em meio aos elogios havia também as divergências entre os órgãos das agremiações. Um dos pontos de maior destaque se concentra em relação à proposta de mudança do nome da capital cearense de Fortaleza para Iracema apoiada pelo Centro Literário⁵⁸ e discordada pela Padaria.

No *Pão*, na coluna *Os Quinze Dias*, Antônio Sales não se conformava com a ideia “aventada” por alguns, ressaltando que: “O nome de fortaleza vae muito bem a esta cidade – cabeça de um Estado, cuja energia e resistencia são proverbiaes” (*O Pão*, 15 de fevereiro de 1895).

Entre altos e baixos, a revista *O Iracema* publicou durante dois anos inúmeros textos, bem como prestou auxílio a grupos congêneres (BRITO, 2011, p. 118). O Centro Literário aproveitou algumas destas publicações e desenvolveu atividade editorial, lançando livros e

⁵⁸ Pode-se observar em algumas cartas ou publicações de jornais do final do século XIX, que quando Rodrigues de Carvalho residiu em Fortaleza, o poeta assinava no campo da cidade e/ou data o nome *Iracema*.

organizando conferências literárias, que muitas vezes partiam dos mais diversos recursos, com o objetivo de formar um público leitor que tomasse gosto pelas obras literárias.

Segundo informa a *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, firmam os créditos dessa agremiação “*Clamydes, O Coração, Os Pescadores da Tahyba, Versos de hontem, Mytos, Prismas, Facetas, Ruínas, O Simas, Farfalhas, Poema de Maio, Amaryles, Agonia Suprema, e* outras valiosas publicações devidas às pennas de Ulisses Sarmiento, *Rodrigues de Carvalho...*” (*Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, 1899, p. 232.) (grifo meu).

Assim como *O Pão*, o órgão do Centro Literário também passou por dificuldades em se manter, pois apesar de ter o comprometimento dos membros, o subsídio público prestado pelo Governo não era suficiente para as despesas da impressão. Em um artigo elaborado para *O Pão*, destaca-se essa problemática com o meio público e a boa vontade pela “prosperidade intelectual” no Ceará:

O Pão e o Iracema são sustentados em grande parte pela bolsa dos redactores, e si tanto não acontece ás revistas do Instituto e da Academia é porque o Governo lhes concede uma pequena subvenção annual. [...] Em todo o caso, não é completa a nossa desillusão: - ha boa vontade, ha talento e emulação nesta geração cearense entre a qual já se contam alguns nomes de valor e donde podem sahir com mais algum tempo de estudo e de trabalho escriptores que venham a honrar as letras [ilegível]. Quanto á formação de um publico que os estime e consagre, não é lícito aventar hypothese alguma... (O Pão, 15 de outubro de 1895).

Todavia, ainda com todos esses obstáculos mediante as condições precárias que atingiam esses dois periódicos, a circulação foi mantida, muito embora a qualidade editorial por vezes tenha deixado a desejar, tendo inclusive razoável perenidade. De qualquer forma, *O Pão* e *O Iracema* conseguiram divulgar suas propostas, que, diga-se de passagem, eram essencialmente culturais, apresentando em suas páginas matérias ligadas concomitantemente à literatura e à arte em geral. Segundo Luciana Brito, “era, assim, uma tentativa de criar um jornalismo alternativo à prática intrinsecamente opinativa que marcava a imprensa até aquele momento” (BRITO, 2011, p. 119). Neste sentido, o Centro Literário não só influenciou Rodrigues de Carvalho nos seus escritos como também alavancou a carreira dele enquanto poeta, conquistando mais espaço na imprensa literária e em outras instituições significativas que serão apontadas a seguir.

2.3 As academias de letras

Tendo como missão⁵⁹ construir uma “pátria” por intermédio da arte, da ciência e da política, em fins do século XIX, a partir da iniciativa de intelectuais como Lucio de Mendonça (1854-1909) e em meio ao sucesso da *Revista Brasileira*, de José Veríssimo (1817-1956), foi manifestada e concretizada a ideia de criação da Academia Brasileira de Letras, tendo à frente como seu primeiro presidente e patrono o escritor Machado de Assis (1839-1908). A Academia Brasileira de Letras representou as tendências estéticas e perspectivas de profissionalização do crítico e escritores na virada do século, aderindo, portanto a feições literárias ligadas à afirmação profissional dos letrados.

Segundo Motta Santos e Maria Angélica Madeira (1999), além de ser considerada “guardiã-mor” dos valores da língua portuguesa, a ABL definiu um modelo ideal de intelectualidade da *belle époque*, sendo talvez este “o lugar, por excelência, de legitimação da emergente geração de literatos, ponto de referência obrigatória no estabelecimento de valores e na determinação de outras posições” (SANTOS; MADEIRA, 1999, p. 77).

De acordo com Silva (1969) e Queiroz (1968), o poeta Rodrigues de Carvalho foi sócio da ABL, tendo inclusive parte de um livro seu publicado na *Revista da Academia Brasileira de Letras*, que tratava sobre os subsídios para o dicionário da língua nacional, trazendo à tona elementos indígenas, as gírias do “Norte”, os estrangeirismos e modismos portugueses adaptados à linguagem brasileira. Contudo, foi na Academia Cearense de Letras⁶⁰ que Rodrigues de Carvalho teve maior atuação, publicando obras literárias, análises e resenhas críticas em seus periódicos.

A Academia Cearense de Letras foi a primeira que Rodrigues de Carvalho ingressou e, diga-se de passagem, a mesma surgiu antes da ABL, sendo fundada em 15 de agosto de 1894. A Academia Cearense foi idealizada, em sua maioria, por motivadores do darwinismo político e intelectual, tendo entre os seus fundadores Guilherme Studart, Farias Brito, Antônio Bezerra Justiniano de Serpa, Valdomiro Cavalcante e Thomaz Pompeu de Souza Brasil, sendo este último o primeiro presidente desta instituição.

Sobre a identificação dos sócios da Academia Cearense, Gleudson Passos Cardoso (2007) destaca que diferentemente da Academia Brasileira de Letras, que estava diretamente

⁵⁹ Faço menção ao termo “missão” na perspectiva de Erasmo Viera (2000), o qual indica ser usado no discurso da intelectualidade brasileira a fim de expressar o dever e a ordem do engajamento político dos intelectuais.

⁶⁰ Ainda que esteja entre os patronos da Academia Paraibana de Letras, Rodrigues de Carvalho não chegou a atuar nesta instituição, pois a primeira foi fundada anos após a sua morte pelo professor Coriolano de Medeiros, em 14 de setembro de 1941. Contudo, a cadeira de nº29 só foi ocupada no ano de 1945, pelo Padre Manuel Otaviano, recepcionado pelo acadêmico Horácio de Almeida.

preocupada com as questões de ordem literária, esta agremiação inicialmente estava mais propensa a um viés mais científico e filosófico. Naquele momento, aqueles intelectuais absorviam os modelos evolucionistas, passando a “fazer do ecletismo e da leitura e interpretação de textos e manuais positivistas, darwinistas sociais e evolucionistas sua atividade intelectual por excelência” (SCHWARCZ, 1993, p. 41).

Neste sentido, os sócios que ali adentraram foram orientados pelas leis positivistas, evolutivas e sociológicas, seguindo os pressupostos teóricos e filosóficos de estudiosos como Charles Darwin, Herbert Spencer, Auguste Comte e Thomas Buckle. Segundo Cardoso, para os sócios da Academia Cearense seria “através do conhecimento científico dessas leis que o desenvolvimento social poderia ser garantido. Portanto, as próprias leis da sociologia tornariam possíveis aos grupos sociais identificar” (2007, p.7).

Por outro lado, nas publicações de Rodrigues de Carvalho referentes à Academia Cearense, o filósofo Emmanuel Kant (1724-1804) foi por ele o mais referenciado, principalmente quando a discussão se pautava sobre os direitos fundamentados na moral. Quando assumiu a vaga deixada por José Carlos da Costa Ribeiro Júnior, em 23 de maio de 1897, Carvalho escreveu um discurso de apresentação falando em “traços ligeiros” sobre a vida literária do acadêmico, homenageando seu antecessor enquanto jornalista e pedagogo, e claro, citando sempre Kant:

Quando os poderes públicos deixão na mudez das portarias as reformas do ensino tentadas por profissionaes ilustres, e o caráter nacional tende pelas normas rotineiras da educação, que é seu denominador commum, ao estado morbido de um marasmo cívico, visto que na phrase de Kant, a educação transforma a animalidade; para o nosso meio, ou antes para o meio brasileiro, afirmo-o sem reboço, José Carlos Junior era um educador emerito. (*Revista da Academia Cearense*, 1897, p. 44)

Carvalho foi o primeiro e único acadêmico a ser eleito na primeira fase da Academia Cearense, que se estendeu de 1894 a 1922. Foi com o parecer do livro *Prismas* que o mesmo se apresentou candidato à vaga, sendo esta obra muito aclamada pela comissão formada por Pedro de Queiroz, Álvaro de Alencar e Raymundo Farias de Brito. Durante a sua passagem pela ACL, Rodrigues de Carvalho se fez bastante presente nas sessões da instituição, apresentando muitas de suas obras literárias e jurídicas, como por exemplo o seu renomado trabalho de Direito Comercial intitulado *Cheque Visado* (1901).

Na *Revista da Academia Cearense*, que abarcava diversas áreas do conhecimento, desde artigos de história à biologia, Carvalho aproveitou o espaço para analisar

minuciosamente algumas obras publicadas pelo Centro Literário e Padaria Espiritual⁶¹, homenagear poetas e escritores, além de esmiuçar o seu descontentamento com a política oligárquica da época. Neste contexto, conforme argumenta Edgard Carone (1976, p. 66), durante a Primeira República, a falta de centralização resultou em liberdades locais e o poder tornou-se privilégio de uma camada social que possuía os bens de produção. Para Rodrigues de Carvalho:

O actual momento histórico da política brasileira, em que a reconstrução não está perfeitamente solidificada, traz á vida jurídica da nação uma certa anomalia, uma falta de equilíbrio, como a de se ressentir o corpo mutilado de súbito em diversos órgãos. O substituir-se de xofre a unidade política pela federação absoluta, e concomitantemente a vida judiciária fragmentada, como se vê; determinou essa falta de condições státicas, á manifestar-se em todos os phenómenos da vida nacional. A sonhada revisão constitucional; a aspiração de tornar-se a justiça una; e agora a projetada unidade processual; não passam de syntomas dessa falta de adopção do regimen federativo. (CARVALHO, 1904, p.102-106)

Para dar maior legitimidade aos seus discursos e interpretações, os sócios da Academia Cearense procuravam se respaldar cientificamente, a fim de orientar as suas decisões nas instituições do saber e política da época, na perspectiva de nortear um modelo no âmbito do ideário de nação brasileira:

(... ..) Os maiores juristas pátrios condemnão essa anomala diversidade de leis estadoaes que alteraram até a mais respeitável das instituições – o jury. Essa diversidade não afecta só as relações jurídicas, dissemelhantes de Estado para Estado como se fosse nação a nação: mas os elos ethnographicos e sociais. Um povo de uma mesma origem, crendo pela mesma religião, externando idéas por uma língua commum, preso pelo mesmo destino, não pode estabelecer o equilíbrio de seus direitos por essa multiplicidade de normas processuaes. E Tocqueville, (...) syntethisou neste juízo tendo quanto em outros termos constitue o theoria do meio, raça e momento, expedida por Montesquieu e ampliada por Taine: ‘Os povos resentem-se eternamente de sua origem. As circunstâncias que os acompanharam ao nascer e os ajudaram a desenvolver-se influem sobre toda a sua existência. – Se fosse possível a todas as nações remontar á origem de sua história, não duvido que ahi poderíamos descobrir a causa primaria das prevenções, dos usos e paixões dominantes, - de tudo em fim quanto compõe e que se chama de carácter nacional’. (... ..) Em syntese: A uniformidade processual no Brazil é uma necessidade palpitante; mas o meio de praticá-la sem receios e tiversações futuras da parte de algum Estado, não é aviltado pelo Illustrado Presidente do Rio de Janeiro (na época Nilo Peçanha); só o Congresso Nacional pode estabelecê-la coactivamente, de modo que de dia para dia não tenhamos a triste decepção de ver um mesmo assumpto tratado no motu continuo das máchinas legislativas dos Estados. (CARVALHO, 1904, p.102-106)

⁶¹ À exemplo, na edição de 1898, Rodrigues de Carvalho lança um olhar crítico sobre *Versos de Hontem*, de Pedro Muniz; *Myrtos*, de Themistocles Machado e *Maria Ritta*, do “padeiro” e romancista Rodolpho Theophilo.

Desta forma, segundo observa Gleudson Cardoso, Rodrigues de Carvalho pretendia propor um “modelo jurídico-político baseado no conhecimento científico – sobretudo, historiográfico, sociológico e etnográfico – para combater as práticas políticas condenadas, em linhas retóricas, pelos intelectuais em destaque” (2007, p. 12).

Entretanto, é pertinente frisar que apesar de todo o esforço, conforme elucida Florentina Souza (2010), nem sempre os intelectuais negros, como Carvalho, foram reconhecidos nos cânones acadêmicos. De acordo com essa autora:

Em vários momentos, principalmente no pós-abolição, o intelectual negro acreditou que a falta de preparo para o trabalho era o motivo de sua exclusão, e investiu na formação educacional e no aprendizado de rituais e normas do bem comportar-se e do bem falar então vigentes. A almejada inserção não ocorreu, pelo menos da maneira como a maior parte deles desejava. Foram tentadas vias diversas, de orientação integralistas, marxistas, socialistas e podemos observar que, mesmo partindo de vias teóricas e práticas diferenciadas, os intelectuais afro-brasileiros e suas produções acabavam “esquecidos”, ignorados, tratados como fora do lugar (SOUZA, 2010, p. 188).

Para tanto, a legitimidade desses intelectuais baseava-se em grande parte no reconhecimento social a partir do trabalho de outros intelectuais de maior prestígio, que na maioria dos casos pertencia a brancos. Sendo assim, mesmo ancorados de apadrinhamento político, dificilmente eram reconhecidos diretamente como “homens da ciência” ou “cientistas”. Mediante as observações de Antonio Guimarães (2004, p. 8), o lugar de onde podiam falar com autoridade e ter como espaço de consagração eram os Institutos Históricos e os Congressos Afro-Brasileiros. E, ao que vale salientar, José Rodrigues de Carvalho transitou ativamente por esses dois “lugares”.

2.4 Os Institutos Históricos

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi criado em 1838 e sediado no Rio de Janeiro como um estabelecimento que visava produzir de maneira homogênea uma história para a nação, conciliando em meio aos moldes iluministas a inserção de uma tradição de civilização e progresso para a sociedade brasileira. Conforme Guimarães (1988, p.6) e Schwarcz (1993, p. 24), cabia ao IHGB a tarefa de pensar e recriar um passado para o Brasil, no propósito de compor uma gênese da Nação, bem como inventar uma memória para o país construída no campo limitado da academia de letras, tendo como principal financiador e associado a figura de um monarca centralizador. Sobre os fundadores e sócios do Instituto,

sua escolha não foi aleatória, uma vez que eram escolhidos por suas relações sociais, “combinando desde políticos e proprietários de terra (a maior parte de seus sócios) até literatos ou pesquisadores de renome” (SCHWARCZ, 1993, p. 104).

Assim como o IHGB, os outros Institutos que depois surgiram também configuravam uma seleção em que se privilegiava uma elite local e que apesar da perspectiva totalizante se projetava em uma história de cunho marcadamente regional. No Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), dois dos quais Rodrigues de Carvalho esteve associado, a história local ocupava quase a totalidade dos trabalhos publicados em seus periódicos.

2.4.1 Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

No Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, sendo o primeiro que Carvalho ingressou⁶², os seus fundadores apresentavam semelhanças em relação ao perfil dos membros do IHGB. Quanto a este aspecto, Margarida Maria Santos de Oliveira (2011, p. 39) afirma que os fundadores do IHGP atuavam em cargos públicos e/ou burocráticos, tendo grande parte se formado no Liceu Paraibano e/ou Faculdade de Direito do Recife, ocupando posteriormente diversas funções na política paraibana, além de atuarem nos principais jornais da imprensa local.

Sobre a sua criação, este Instituto Histórico foi fundado em 7 de setembro de 1905, com o objetivo de organizar as fontes e escrever a história da Paraíba, a partir da perspectiva dos próprios paraibanos, uma vez que para os fundadores as crônicas existentes sobre a Paraíba estavam atreladas a Pernambuco e ao Brasil. Neste viés, Oliveira destaca que:

Escrever a história, catalogar as fontes, juntar todo material possível que servisse para glorificar o passado – era esse o sentido exato das iniciativas. Assim sendo, é bem exemplificador que o Instituto Histórico se empenhasse em requisitar os restos mortais de André Vidal de Negreiros, em adquirir os retratos de Duarte Gomes da Silveira e sua esposa, em descobrir o crânio de José Peregrino Xavier de Carvalho e em constituir uma comissão para elaborar um projeto de armas da Paraíba. A preocupação inicial, dado o desconhecimento da história paraibana, admitido pelo próprio Tavares Cavalcanti⁶³, fazia ser prioridade o cadastramento dos arquivos, o reconhecimento dos documentos, e a realização de escavações arqueológicas. Tudo isso com o objetivo principal de comprovar o processo histórico paraibano (OLIVEIRA, 2011, p.41).

⁶² Rodrigues de Carvalho ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano no dia 4 de março de 1906, o qual foi patrono e membro da comissão de redação da Revista do Instituto.

⁶³ Manoel Tavares Cavalcanti foi o primeiro Secretário do Instituto Histórico.

A *Revista do IHGP* surgiu em 1909, a fim de pôr em prática questões pertinentes ao Instituto que versavam sobre as mais variadas áreas da história, geografia e arqueologia, tendo como foco a produção da história paraibana. A organização interna da revista estava dividida em quatro seções: Crônica Social, Os mortos do Instituto, Bibliografia e Atas das sessões. Assim como o Instituto Histórico, este periódico enfatizava a tarefa de investigar e comprovar o processo histórico paraibano, ancorando-se na coleta de documentos históricos que eternizavam fatos e personagens passados em recordações, comemorações e homenagens.

Rodrigues de Carvalho, em artigo publicado na primeira edição da *Revista do Instituto*, demonstra a necessidade em “desvendar” os fatos descritos sobre *Mamanguape na política de 1822*, através das fontes apresentadas pelo amigo e “inteligente escrivão” Capitão Ignacio Serrano, após fazer uma limpeza em seus arquivos:

Fui recompôr a graphia, adivinhando-a, e bebendo n’aquella fontes informes que de algum modo testemunhão o que fôra o movimento político da província alguns mezes antes á Independencia, movimento que se aquilata pelo reflexo operado em Mamanguape (CARVALHO, 1909, p. 206).

Por conseguinte, Carvalho prossegue o texto abordando sobre a prosperidade agrícola de Mamanguape, enfatizando acerca da política na “Cidade da Parahyba do Norte” e os anticonstitucionalistas, que privados do poder resolveram tramar uma rebelião naquela província a fim de depor o Governo constitucional. Relembrando este movimento político, embora não tivesse “á mão os autos”, preocupou-se em elucidar “os factos principaes e alguns nomes” que “conserva de memória” sobre o plano da conspiração, que no final das contas foi descoberto e rechaçado. Por fim, após salientar o cenário de decadência da cidade, faz menção a Peregrino de Carvalho como “heroe parahybano”, que ao regressar de viagem a Mamanguape deixou “esse testemunho de submissão á Metropole, sonhando o velho jugo colonial” (CARVALHO, 1909, p. 209).

Conforme se pôde perceber, Rodrigues de Carvalho levou em consideração os objetivos listados pela entidade e pelo periódico, ao juntar mais “subsídios para a história da Paraíba, como também comprovar os fatos já conhecidos” (OLIVEIRA, 2011, p. 44). Nota-se também que o tratamento dado às fontes e aos documentos históricos por ele e por outros membros do IHGP se configura em princípios de cunho positivista⁶⁴, em que exalta os “grandes feitos” e os “grandes heróis” no ponto de vista factual.

⁶⁴ A concepção positivista aqui utilizada faz referência à corrente filosófica idealizada por Augusto Comte (1798-1857), que exerceu bastante influência sobre os intelectuais brasileiros no final do século XIX, na perspectiva de

Em síntese, além de contemplar os fatos, os fundadores do Instituto Histórico também deveriam cumprir com o dever de investigar as origens históricas do paraibano. Quanto a este aspecto, em *História da Parahyba*, Rodrigues de Carvalho atendia não só a necessidade de escrever uma história, como também reconstituía todo o processo histórico aos nativos daquele estado. Neste artigo, ele faz uma crítica ao salientar que ainda não havia sido publicada a “história da Parahyba”, de modo que qualquer registro acerca do passado paraibano seria inédito.

Desta forma, a ideia central que gira em torno do seu artigo é o que Margarida Maria Santos de Oliveira (2011, p.45) propõe chamar de *paraibanidade*, termo este usado “esparsamente” pelos membros do IHGP e que segundo essa autora pode ser definido como uma identidade paraibana. Na busca de escrever uma história própria e específica para a Paraíba, Rodrigues de Carvalho ironiza a vinculação de uma historiografia atrelada aos “nossos vizinhos”, que no caso se refere diretamente a Pernambuco:

Si escrevermos que o nosso torrão já mereceu as honras de um incêndio de guerra; que o hollandez aqui predominou, fazendo leis liberaes, nomeando os seus scabinos, correpondendo ás necessidades publicas; que a mór parte destes engenhos da várzea do Parahyba forão de propriedade dos pertinazes cultures dos *polders*; si referirmos umas tantas cousas que a nosso respeito referem as historias de nossos vizinhos; estou certo, a paciência da maioria dos leitores transbordaria do tédio narcotizante dos *caceteados*, e o somno reparador completaria o resto do enthusiamos pela narrativa. (CARVALHO, 1910, p. 206) (grifo meu).

Ao que se pode perceber, havia uma necessidade de desvincular a História da Paraíba de Pernambuco, buscando uma origem que estivesse focada, sobretudo, na fundação da Cidade de Nossa Senhora das Neves, no desejo de compor uma identidade paraibana que carregasse a marca da singularidade em sua história. Neste âmbito, ele dá continuidade ao artigo levantando questões em relação ao surgimento da Paraíba, ancorando-se sempre em apontamentos de caráter histórico e etnográfico. Para Rodrigues de Carvalho, era importante atentar para as tradições (muitas vezes esmiuçadas em “mitos fundadores”) e evocar a memória de um passado digno de recordação. Segundo ele: “A nossa historia temos capítulos pelo esquecimento paginas vivas que teem o grande merito de ser lidas á luz do sol, sem enganos typographicos e carestia das edicções” (CARVALHO, 1910, p. 206).

pensar a história como uma sucessão de fatos que por si só encerrariam em grandes feitos. Segundo Angela Alonso, a doutrina de Comte “traz uma concepção pacifista, onde a hierarquia social é consentida pelos que estão abaixo” (2011, p. 5)

Para tanto, era preciso também reconstituir personagens para dar margem a essas memórias⁶⁵. Ainda segundo Oliveira (2011, p. 50-51), desde a fundação do IHGP evidenciava-se a defesa da República, enaltecendo os seus heróis que vinham desde André Vital de Negreiros a Peregrino de Carvalho. Este último era constantemente retratado nos manuscritos de Carvalho, tendo seu nome ligado como mártir da Revolução de 1817⁶⁶, sendo ele o responsável em delinear os ideais republicanos nos “primeiros sonhos de liberdade”. Sua reverência a Peregrino era tamanha que nas últimas considerações do seu trabalho Rodrigues de Carvalho pede uma “placa singella”⁶⁷ para relembrar ao menos a prisão de José Peregrino de Carvalho.

Assim como a placa, o seu esforço pela publicação de documentos históricos sobre a História da Paraíba foi cumprido. Em outro trabalho publicado pela *Revista*, José Rodrigues de Carvalho analisa o livro *Historia da Provincia da Parahyba*, de autoria do historiador Maximiano Lopes Machado (1821-1895).

A priori, atesta sobre o estado físico e/ou estrutural da obra, declarando que o Instituto Histórico deveria ter se manifestado sobre o mérito do trabalho, no intuito de “completar os espaços que a traça ou o tempo abriram nos originaes” (CARVALHO, 1912, p. 478). Segundo afirma em seu artigo, uma das páginas encontrava-se com defeitos e o IHGP deveria ter se responsabilizado em ter sanado este problema. Ao folhear o livro, faz ressalvas ao intelectual e político João de Lyra Tavares (1871-1930), que conforme Carvalho, muito embora tenha tido competência ao escrever o prefácio da obra, deixou a desejar enquanto revisor na complementação das páginas ali desaparecidas.

Em seguida, parte para uma análise da obra em particular. Para ele, o livro não é nada mais do que uma coletânea sistematizada, composta por vinte capítulos, que trata dos fatos atinentes à Paraíba. Contudo, embora elogie o estilo do historiador, Rodrigues de Carvalho reclama que Lopes Machado havia emaranhado-se demais entre os assuntos da influência européia, dissertando longamente sobre alguns pontos e esquecendo-se de outros, a exemplo do meio físico do indígena, da escravidão e sua influência nos costumes e da questão religiosa na fase da inquisição.

Sobre essa perspectiva Carvalho identifica esses tópicos como elementos básicos de melhor estudo histórico, argumentando que não devem ser reduzidos a catalogar os

⁶⁵ Essas memórias, conforme concepção de Maurice Halbwachs (2006) são construções dos grupos sociais. Para o autor são esses grupos que determinam o que é memorável e os lugares onde essa memória será preservada.

⁶⁶ Também conhecida por alguns historiadores como a Revolução dos Padres. Ver Siqueira (2009).

⁶⁷ De alguma forma seu apelo foi ouvido, pois segundo nota do próprio Rodrigues de Carvalho, o *Clube cívico Benjamim Constant* tratou de colocar referida placa na Rua da Misericórdia (atualmente Rua José Peregrino de Carvalho), próxima a residência dos pais de José Peregrino de Carvalho.

acontecimentos sem antes traçar uma conexão nos fenômenos sociais entre si. Neste sentido, reflete uma configuração imbricada no sentimento nacional, na medida em que critica a história escrita por Machado, em que o seu enfoque maior é dado ao europeu. Sendo assim, nas palavras de Carvalho:

Não quer isto dizer que o Dr. Maximiano Machado tenha esquecido em absoluto semelhantes factores de nossa vida colonial; mas, tudo quanto escreveu a respeito, é relativamente diminuto, comparando-se ao desdobramento do quanto ocorreu determinado pela vida civilizada dessa Europa, eternamente ambiciosa (CARVALHO, 1912, p. 480).

Para encerrar seu artigo, discorre sobre os quinze capítulos restantes da obra, sustentando que eles não variam na concepção dos assuntos e que neles predomina a ideia de lutas e conquistas destinadas aos europeus. Mas, em suma, destaca que o referido volume, mesmo apresentando algumas lacunas, chegou para “completar a historia da Parahyba Colonial; fazer a da Parahyba Provincia e a dos nossos dias, a Parahyba Estado” (CARVALHO, 1912, p. 481).

Para além das pesquisas e publicações na Revista do IHGP, Rodrigues de Carvalho ao lado de outros sócios do Instituto escreveu para um folhetim chamado *Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba* (GEGHP). De acordo com Celso Mariz (1958, p. 30), esta publicação de minúsculo formato, produzida entre 1931 e 1941, se tornou um repositório de documentos e informações. Convém salientar ainda que neste folheto Carvalho deu início à divulgação do significado de vocábulos da Toponímia Indígena Regional. Escreveu também sobre as itacoatiras, opinando sobre uma possível origem fenícia daquelas inscrições (QUEIROZ, 1968).

No entanto, muito embora tenha se dedicado mais tempo como membro do IHGP, esse intelectual também tramitou por outros Institutos. Segundo Queiroz (1968), Carvalho foi um dos idealizadores sobre a criação do Instituto Histórico do Ceará⁶⁸, do qual fez parte. Mas foi no Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IHAGP) que José Rodrigues de Carvalho alçou vãos maiores, ao conseguir ocupar a presidência da Instituição.

⁶⁸ O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará foi fundado em 4 de março de 1887. Muito embora Rodrigues de Carvalho seja apontado ao lado do Barão de Studart e outros intelectuais como precursor da criação desta instituição, não foi encontrado nenhum registro seu quanto às publicações no periódico do Instituto.

2.4.2 Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano

O Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico Pernambucano, fundado em 28 de janeiro de 1862 e fruto de uma elite rural tradicional em decadência, surgiu tendo como função primordial a consagração da história pátria, aliada ao enaltecimento do papel da história local pernambucana nos “destinos do país” (SCHWARCZ, 1993, p. 117-118).

Sobre o perfil dos sócios, o IHAGP se assemelha aos demais Institutos, priorizando em seu quadro os grandes proprietários locais, alguns profissionais liberais e membros da Igreja. Assim como os sócios, a escolha do presidente também não era aleatória, sendo escolhida uma figura cujo papel era o de estabelecer vínculos entre a política institucional e a política oficial. E, neste contexto, na época em que foi presidente em fevereiro de 1935, José Rodrigues de Carvalho se enquadrava nas diretrizes desta função.

Sobre a Revista do IHAGP, preponderavam mais os artigos sobre a história local de caráter predominantemente político, que versavam desde trabalhos de história a memórias e homenagens a seus membros, a fim de exaltar a história patriótica e comemorativa ao resgatar fatos e os grandes personagens da historiografia pernambucana.

Para Lilia Schwarcz, talvez o IHAGP tenha sido o único em apostar “no ‘branqueamento’ como recurso para o desenvolvimento da região” (1993, p. 122). Ainda conforme essa autora, alguns historiadores também aproveitavam o espaço para divulgar os ideais do modelo bíblico monogenista⁶⁹ e a ideia de evolução, pois ainda que alguns manejassem os modelos poligenistas de análise⁷⁰, o que predominava era a aceitação do monogenismo no que concerne à situação local (SCHWARCZ, 1993, p. 122-123). Em sua passagem por este Instituto, Rodrigues de Carvalho fez parte da comissão de história e geografia, bem realizou um estudo sobre as Sesmarias, assim como ajudou a projetar a publicação do trabalho *Anais Pernambucanos*, de atribuição do historiador Francisco Augusto Pereira da Costa (OLIVEIRA, 1936; QUEIROZ, 1968).

Em linhas gerais, ao que dizem seus biógrafos, enquanto presidente trabalhou na perspectiva de divulgar a História de Pernambuco. No entanto, não passou muito tempo no cargo, deixando a presidência em menos de um ano. Ao renunciar o IAHGP, concedeu uma entrevista a Diêgues Jr, repórter do *Diário de Pernambuco*, que ao questionar sobre a sua

⁶⁹Segundo essa vertente, acreditava-se que todos os seres humanos teriam se originado de Adão e Eva e que aqueles que apresentavam diferenças notáveis entre os habitantes o resultado seria da degeneração ou perfeição do Paraíso do Éden (SCHWARCZ, 1993).

⁷⁰ De acordo com esse modelo, havia vários centros de criação, que corresponderiam às diferenças raciais. Para Rebelo (2007), em meados do século XIX, a hipótese poligenista passou a ser defendida como uma “verdade” científica.

saída Rodrigues de Carvalho respondeu: “Menino, não tenho geito praquilo não. É uma politicalha dos diabos, ninguém póde trabalhar para fazer qualquer coisa de proveitoso” (1936, p. 130).

Todavia, não se sabe se realmente a motivação de sua saída foi somente política. Octacílio Queiroz (1968, p. 66-67) salienta que durante sua estadia naquela instituição, Carvalho se desentendeu com o historiador e jornalista Mário Melo que, diga-se de passagem, teve bastante destaque enquanto membro e secretário do Instituto Arqueológico, sendo constante a publicação de pesquisas e estudos realizados por ele sobre o desenvolvimento histórico de Pernambuco.

De acordo com Jean Sirinelli (1996), no meio intelectual os processos de transmissão cultural são essenciais, pois um intelectual se define sempre por um elemento de referência explícita ou implícita. Desta forma, pode-se dizer que boa parte dessas agremiações e/ou instituições podem ter influenciado de alguma forma a vida intelectual de Carvalho. Mas isso não quer dizer que diante do fenômeno de intermediação não ocorressem rupturas e discordâncias no que condizem às teorias em voga. A exemplo disso basta folhear rapidamente suas obras para crer que, além de ironizar intelectuais como Galton, Spencer e Comte, se posicionava contrário ao aperfeiçoamento das raças pelo processo de eugenia, questão essa que nas primeiras décadas do século XX foi bastante discutida e aceita por uma parcela da *intelligentsia* brasileira.

2.5 A Faculdade Livre de Direito do Ceará

Grande parte daqueles que se fizeram sócios nos Institutos Históricos foram advindos das Faculdades de Direito. No que equivale à Região “Norte”, a primeira Escola de Direito foi sediada em Olinda, sendo transferida em 1854 para Recife, tendo como justificava a problemática da distância e/ou locomoção pelos membros do corpo docente.

Diferentemente do modelo político liberal implantado pela escola da Região “Sul”, localizada na cidade de São Paulo, em Recife prevalecia o modelo de análise caracterizado pelo darwinismo social e evolucionista, o qual atentava também para a questão racial. Conforme Schwarcz (1993, p. 123), talvez tenha sido Recife o centro em que mais se apegou de maneira mais radical às doutrinas deterministas da época.

No entanto, mais do que prestígio social, os estudantes dos cursos jurídicos, embasados nos grandes cientistas da época, buscavam contribuir para a produção ideológica do país, de forma que fosse proclamada a integração intelectual no âmbito de novas ideias

engendradas ao pensamento sobre o destino da nação. Porém, mediante à condução desses novos pensadores para além das funções políticas e culturais, a Faculdade de Direito atuava em outras instâncias:

A Faculdade de Direito atuava ainda como intermediária na importação e difusão da produção intelectual européia, centralizando o movimento editorial de revistas e jornais literários a demanda por indivíduos treinados e aptos a assumir os postos de parlamentares e os cargos de cúpula dos órgãos administrativos, além de contribuir com o pessoal especializado para as demais burocracias, o magistério superior e a magistratura. (MICELI, 2001, p. 115).

Portanto, foi pela falta de acesso e anseio de jovens desejosos por um bacharelado que na virada do século XIX para início do século XX foram instituídas Faculdades Livres de Direito em diferentes áreas do país, sendo parte delas implantadas por iniciativa do governo estadual. No Ceará, o principal estímulo para o surgimento do instituto de ensino em terras cearenses se deu com a criação da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1891.

Para Raimundo Girão (1986), foi a partir da iniciativa do professor Antônio Augusto de Vasconcelos (1852-1930), junto ao apoio do intelectual Tomás Pompeu de Sousa Brasil (1852-1929), que um texto foi elaborado e posteriormente lido em julho de 1897 pelo Chefe do Poder Executivo à Assembléia Legislativa, no qual se demonstrava a necessidade da instalação de uma Escola Jurídica no Ceará. Não obstante, foi com a força da Academia Cearense de Letras, que também objetivava segundo seu estatuto promover o exame de doutrinas e questões científicas, que se declarou a ideia de fundar uma Academia Livre de Direito no Ceará, em uma reunião realizada no dia 30 de agosto de 1901. Neste sentido, “discutiram a matéria, na referida sessão e na seguinte, de 13 de setembro, os Acadêmicos Farias Brito, Eduardo Studart, Alcântara Bilhar e *Rodrigues de Carvalho*” (GIRÃO, 1985, p. 422) (grifo meu).

Para tanto, foi apenas em fevereiro de 1903 e através da insistência de intelectuais e acadêmicos em manifestações pela imprensa que por fim foi fundada na presença de Tomás Pompeu e um grupo de bacharéis a *Faculdade Livre de Direito do Ceará*. Conforme afirma José Alfredo de Sousa Montenegro, assim como o Instituto do Ceará, a Faculdade Livre de Direito surgiu “no propósito de gerir o aperfeiçoamento político-jurídico e administrativo da gleba sofrida através do devassamento de sua história, de suas realidades física e culturais” (2003, p. 95).

Todavia, segundo afirma Girão (1985), a instalação oficial da faculdade só ocorreu em 1º de março, no mesmo dia em que foi empossado o Diretor da Faculdade e abriram-se as

aulas, sendo constituído o seu Corpo Docente com as seguintes disciplinas: Filosofia do Direito, Direito Romano, Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Civil, Direito Criminal, Direito Comercial e Direito Administrativo.

Mas, já nos seus primeiros anos de funcionamento, essa instituição enfrentou críticas do jornalista João Brígido, que em uma oposição ferrenha a política do Comendador Nogueira Acióli⁷¹, insinuava que a Faculdade era uma “fábrica de doutores”. Ainda de acordo com Raimundo Girão, ele e os demais opositores “punham em mira a Escola Jurídica e denunciavam que o Diretor era cunhado do Presidente, eram ali professores os Drs. Tomás e Antônio Acióli, filhos do Presidente, como professor o Dr. Francisco Jorge de Sousa, genro do Presidente” (1986, p. 144).

Rodrigues de Carvalho, além de participar do movimento pela abertura da Faculdade, fez parte da primeira turma de Direito, vivenciando o confronto político que dividia os estudantes em campos rivais e teve por fim a derrubada do governo, em 1912. Bacharelou-se aos 39 anos de idade e aproveitando-se da sua experiência em contabilidade especializou-se na cátedra do Direito Comercial, sendo um dos poucos advogados na época a exercer essa área. Sobre a sua carreira jurídica e que, diga-se de passagem, polêmica, Pinto (1970) e Queiroz (1968) comentam que:

Arrimou-se no Direito e foi grande também no seu campo. [...] Escreveu pareceres de Direito, que a Paraíba, na sua gíria, os apelidava de “Beijú virado”, cujo significado era o seguinte: pareceres assinados por Rodrigues de Carvalho eram liquidados, assim como beiju de debaixo da farinha de mandioca, o qual, quando virado, está cosido. (PINTO, 1970, p. 20; 24)

Nas audiências da Justiça ou literalmente, tradicional adversário acutilava-o com virulência que lhe era então peculiar, mas nem sempre levou a melhor, inclusive em ruidosa demanda judicial em que era parte a firma T. Barbosa Gouveia, orientando-lhe violenta catilinária sob o título: “No Vórtice do Escândalo”. A razão juridicamente considerada estaria com Rodrigues de Carvalho, é cousa dita de coevos (QUEIROZ, 1968, p. 39).

Vinculado à advocacia, Rodrigues de Carvalho também produziu ensaios jurídicos, como *Da Tentativa* (Ceará, 1905), *Cheque Visado* (Ceará, 1905), *Liberdade de Imprensa*⁷² (1918) e *Do recurso Extraordinário* (1920), esta última considerada obra-prima no gênero e que tratava sobre a síntese de doutrina e jurisprudência nacional (QUEIROZ, 1968; SILVA; 2004). De acordo com os relatos de seus biógrafos, Carvalho publicou a tese *Direito de*

⁷¹ Antônio Pinto Nogueira Acióli foi Presidente do Estado do Ceará tendo dois mandatos: o Primeiro sendo de 1896 a 1900 e o Segundo de 1908 a 1912.

⁷² Memória apresentada ao Congresso dos Jornalistas no Rio de Janeiro (SILVA, 2004, p. 150).

Crítica, apresentada em 1918 no I Congresso de Imprensa no Rio de Janeiro, sob os auspícios da Ordem de Advogados do Brasil (OAB), pela qual foi membro. Além destes trabalhos, ele também teve êxito na publicação de sua Monografia (ver anexo 1) sobre *A Borracha da Mangabeira e da Maniçoba do Estado da Parahyba* (1912)⁷³, sendo esta traduzida para o italiano e o inglês, a qual foi destinada a exposição internacional de Nova Iorque, em setembro de 1912.

Considerando esse contexto, Sérgio Miceli frisa que ao longo da República Velha os estudantes dos cursos jurídicos objetivavam a possibilidade de “ingressar nas carreiras ligadas ao trabalho político e intelectual ou, então, de ser convocados para escalões superiores de serviço público, no âmbito seja das administrações estaduais, seja do governo central” (2001, p. 118). No caso de Rodrigues de Carvalho, a sua pretensão não foi diferente. O “advogado de talento” e de “ferina ironia” prosseguiu em linha tênue entre o campo intelectual⁷⁴ e o campo político propriamente dito.

2.6 Entre condores e bacuraus: Rodrigues de Carvalho e a política epítacista

De acordo com Daniel Pécaut (1990), uma considerável parcela de intelectuais contribuía em diversas frentes que se desdobravam na atuação cultural e política. Sob esta óptica, muitos conciliavam os seus projetos e encargos institucionais ao serviço público, “assegurando-lhes, portanto, trânsito livre pelas principais instâncias do sistema de poder” (MICELI, 2001, p. 210).

Rodrigues de Carvalho, assim como parte considerável dos intelectuais da época, se entregou à ação política no pretexto de organizar o Estado e definir um rumo para a nação brasileira. Neste ínterim, foi eleito Deputado Estadual (1908-1912), ressaltando-se de sua atividade parlamentar a Lei que criou o Montepio do Estado⁷⁵, bem como a iniciativa da Lei da Bandeira⁷⁶, sancionada pelo então Vice-Presidente do Estado, Monsenhor Valfredo dos Santos Leal (1855-1942).

⁷³ Neste estudo, Rodrigues de Carvalho se empenha em fazer uma propaganda do cultivo e plantio da maniçoba, bem como aborda sobre o preparo e características da borracha de mangabeira. Ele acreditava que no futuro não muito distante poder-se-ia ter na indústria da borracha no Estado da Paraíba “uma rica fonte de riqueza publica” (1912, p. 22)

⁷⁴ O conceito de “campo intelectual” para Pierre Bourdieu (1974) remete à realidade empírica. Segundo ele, esse campo é o lugar, o espaço marcado pelos jogos de poder através da sua vinculação direta com o campo político.

⁷⁵ Instituição que busca proteger a previdência dos milhares de servidores públicos estaduais (QUEIROZ, 1968, p.20).

⁷⁶ Lei nº 266, de 21 de setembro de 1907, que introduziu o uso do brasão estadual nos documentos e papéis oficiais do Governo do Estado.

Segundo Demócrito de Castro e Silva⁷⁷ (1969, p. 43), além dessas atividades políticas, em 1912, foi nomeado Procurador-Geral do Estado, sendo logo em seguida chamado pelo governo Castro Pinto (1912-1915) a desempenhar as funções como Secretário Geral do Estado⁷⁸. Com efeito, Carvalho fazia parte de uma parcela de intelectuais que segundo Miceli (2001, p. 211), incluía-se a maioria dos cargos de confiança que de modo geral eram exercidos em comissão e davam direito a uma complementação salarial, estando eles vinculados à extensão dos interesses do poder central. Neste grupo, “o acesso às posições repousa, quase que por completo, nas provas de amizade e, por conseguinte, na preservação dos anéis de interesse de que são os legítimos porta-vozes e os principais beneficiários” (MICELI, 2001, p. 212).

Para tanto, não foi por um acaso que Rodrigues de Carvalho recebeu o convite do seu amigo de “longas datas”, o então governador Castro Pinto. Conforme já salientado, desde quando residiam em Mamanguape, os mesmos vinham firmando amizade e atuando juntos profissionalmente em instituições de caráter político-literário. A fundação da Universidade Popular⁷⁹, por exemplo, foi uma das primeiras ideias aplaudidas por Rodrigues de Carvalho e Castro Pinto, no seu quase um ano de governo. Ambos objetivavam-na no sonho de uma pequena burguesia liberal e letrada que, no fim das contas, no meio marcado pela politicagem, de largo analfabetismo de letras e de ofícios, “logo mais, se crestaria, abandonada, reduzida unicamente a umas tantas palestras de professores, médicos, engenheiros, bacharéis ou funcionários públicos” (QUEIROZ, 1968, p. 43).

Rodrigues de Carvalho e Castro Pinto também atuaram juntos no que diz respeito à repressão ao cangaceirismo⁸⁰. Ambos discorreram sobre os cangaceiros em livros e até mesmo no jornal oficial do Estado. Rodrigues de Carvalho publicou no seu *Cancioneiro do Norte* um telegrama de Antônio Silvino e relatos sobre a sua prisão; as façanhas de Lampião e a vida nômade dos bandidos (CARVALHO, 1995, p. 103). Já Castro Pinto geralmente divulgava para *A União* ingentes problemas locais, de 1912, da ordem pública, mas em especial sobre o cangaceirismo (QUEIROZ, 1968, p. 79).

Porém, ainda que houvesse bastante afinidade entre ambos, um só ponto foi crucial

⁷⁷ Demócrito de Castro e Silva (1913-1946) foi membro do IHGP e da APL. Em *Retratos Vivos de Paraibanos Mortos* (1969) Silva escreve uma pequena biografia sobre Epitácio Pessoa, Coelho Lisboa e Rodrigues de Carvalho.

⁷⁸ Espécie de Primeiro Ministro (SILVA, 2004, p. 147).

⁷⁹ A Universidade Popular da Paraíba foi fundada no dia 16 de janeiro de 1912, no propósito de reunir estudiosos e oferecer conferências sobre os mais diversos temas, desde a higiene doméstica à arte dramática.

⁸⁰ Faço alusão ao conceito de Rui Facó (1963), que compreende o cangaceirismo como um movimento contestador de ordem social. Para ele, a luta do cangaceiro “não era ainda uma luta diretamente pela terra, mas era uma luta em função da terra – uma luta contra o domínio do latifúndio semifeudal (FACÓ, 1963, p. 45).

para causar conflitos entre Rodrigues de Carvalho e Castro Pinto: a inimizade com o então Presidente Epitácio Pessoa. Entretanto, para Luís Pinto, além do seu desafeto com o “epitacismo”, Carvalho apresentava dificuldades em lidar com as questões político-partidárias que assolavam o governo:

A experiência de Rodrigues de Carvalho na política não foi das melhores. Era lá temperante para política! Não tinha alma nem fôrça para o partidarismo que se praticava no Brasil e na Paraíba. A oligarquia dos Machado com Walfredo Leal cedia, depois, aos Pessoa, ao crê ou morre do personalismo, daquele caudilhismo que Oliveira Viana estuda e define definitivamente. E isso mal grado a cultura e esplendor de Epitácio Pessoa. A culpa não era de homens. Era difícil arrancar as raízes do caudilhismo espanoamericano que promonavam das origens dos descobrimentos e eram herança fatal da política colonizadora da Península Ibérica. (PINTO, 1970, p.19-20)

Em suma, a polêmica se manifestava em outros setores da sociedade brasileira enquanto forma de representação e ação de modo específico de prática intelectual através da ruptura com o poder político contra o domínio oligárquico e as estruturas arcaicas do país. Rodrigues de Carvalho travou polêmica com Epitácio Pessoa, sobretudo, no campo da política partidária e no combate das lutas em oligarquias (VENTURA, 1991, p. 141).

2.6.1 Epitácio Pessoa e as polêmicas partidárias

Epitácio Pessoa, conforme elucida Anita Leocádia Prestes (1993), assumiu o poder em um clima generalizado de otimismo e confiança, no momento em que as oligarquias dominantes de São Paulo e Minas Gerais apoiaram-no como candidato de conciliação, além de ter sido aceito também pela maioria dos demais grupos oligárquicos regionais. Todavia, algumas dificuldades econômicas e agitações político-sociais contrariadas na crise desencadeada em 1920 assolaram o Governo epitacista (1919-1922):

A crescente subordinação do Presidente aos interesses econômicos e políticos de São Paulo e Minas Gerais, somada ao agravamento da situação econômica e social de amplos setores populacionais, assim como as características autoritárias do governo Epitácio provocavam descontentamento generalizado no País. Estava-se diante de uma crise política sem precedentes na história da República. Inaugurava-se uma década de intensa agitação política e grande instabilidade institucional, cujo desfecho seria, finalmente, a chamada “Revolução de 30”. (PRESTES, 1993, p.26-27)

No que concerne a esse contexto, o poder político na Primeira República levava ainda

a marca histórica do autoritarismo. Para Argemiro Brum (1998), a base de sustentação do sistema político desde o Império expressava-se em três elementos fundamentais:

O latifúndio cafeeiro, açucareiro e pastoril; a economia primário-exportadora; e o controle do poder político pelas oligarquias rurais. Esse controle do poder pelas oligarquias dava-se através das máquinas dos partidos republicanos estaduais e dos chefes políticos locais (“coronéis”). O voto não era secreto. As eleições eram controladas pelos detentores do poder. A coação e a fraude campeavam em todas as fases do processo eleitoral. A oposição nunca tinha vez. (BRUM, 1998, p.180)

É dentro, pois, dessa conjuntura, que Eptácio Pessoa (ver anexo 2) é apontado como uma das principais forças oligárquicas ao longo de toda a República Velha. Inclusive, utilizando-se do seu peso político, Eptácio lançou o seu ex-colega de Faculdade⁸¹, João Pereira de Castro Pinto (ver anexo 3), como candidato de consenso para alvaristas e epitacistas⁸². De acordo com Linda Lewin (1993, p. 271), a posse do governador Castro Pinto, em 22 de outubro de 1912, deu abertura para a dominação direta da oligarquia Pessoa na Paraíba. Contudo, mesmo com o poderio da oligarquia, ainda existia um obstáculo para o controle total de Eptácio. Mais conhecido como o “Padre”, o Monsenhor Valfredo Leal (ver anexo 4) ainda possuía grande popularidade entre muitos chefes Antigo-Liberais no interior. Neste sentido, Eptácio buscou uma estratégia para superar a oposição do Padre:

Após procurar ostensivamente chegar a uma posição de compromisso com os valfredistas, ao longo do ano de 1914, repentinamente declarou rompimento político formal com o Padre no início de janeiro de 1915. A questão que provocou a ruptura foi a da composição da chapa para a eleição federal a realizar-se em março. Assim, Eptácio impôs aos chefes locais, antes da eleição de 31 de janeiro para a Assembléia estadual, a necessidade de escolher um dos lados. Esta manobra possibilitou-lhe dirigir seus partidários a votar somente nos candidatos epitacistas, retirando o apoio aos valfredistas e, em consequência, revogando o pacto que fora selado entre Valfredo e ele pelo presidente Venceslau Brás. (LEWIN, 1993, p. 271)

Mediante esse cenário político, Rodrigues de Carvalho deu total apoio a Valfredo Leal nessa disputa entre *bacuraus* e *condores*⁸³. E, diante do personalismo marcante da dominação

⁸¹ Castro Pinto foi seu colega de turma conculinte na Faculdade de Direito do Recife, em 1886.

⁸² Antes de Eptácio Pessoa consolidar-se na política paraibana, havia outra força oligárquica predominante: O Alvarismo. De acordo com Rosa Maria Godoy Silveira (1999) o Alvarismo dominou a política estadual por 20 anos seguidos, tendo como condutor o fundador do Partido Republicado, Álvaro Machado, que assumiu o governo por dois mandatos, revezando-se constantemente com Monsenhor Valfredo Leal. Todavia, em linhas gerais, quando ocorreram as disputas pelo poder estadual, entre 1912 e 1915, Eptácio Pessoa e Valfredo Leal, que até então conduziam a liderança do Partido Republicado Conservador, romperam, dividindo também o PRCP em alas valfredistas e epitacistas (SILVEIRA, 1999, p. 62-63).

⁸³ Os valfredistas foram apelidados como *bacuraus* – “inspirados num pássaro com esse nome, conhecido por seu vôo curto (LEWIN, 1993, p.274) e os epitacistas autointitulados *condores* – chamados assim “porque

epitacista, isso significava uma afronta à desobediência ao líder político, até porque para os seus correligionários: “ou se estava com Eptácio ou se estava contra Eptácio” (SANTOS NETO, 2010, p. 201). Conforme descreve Octacílio Queiroz, Carvalho foi o adversário mais temido por Eptácio. Em uma carta endereçada a Castro Pinto em 9 de junho de 1914, Eptácio pede a exoneração de Rodrigues de Carvalho e ainda retruca sobre o apoio do último aos seus supostos adversários, pedindo uma solução a situação exposta:

[...] o seu secretário franca e rancorosamente ao lado dos meus adversários, estes senhores das mesas e das posições oficiais no interior, devido em grande parte a um trabalho lento e tenaz feito contra mim à sombra da sua bondade e confiança... Foi tendo em vista estas considerações que lhe falei na estranheza que aqui causava a permanência do Rodrigues de Carvalho na secretaria do Gôverno e armar-se com outro jornal (pois diz que conta já com o do Comércio) para a campanha próxima de acôrdo com o plano concertado em uma conferência que teve em Itabaiana com o Dr. Heráclito. Sinto que eu não possa ir agora até aí ou que V., passando o Gôverno ao Bandeira, não possa vir com licença até cá. Conversariamos melhor sobre este e outros assuntos. Seja como for, porém espero de V. o remédio para a situação que lhe acabo de expor. (PESSOA, 1962, p. 110-111)

Entretanto, a intriga política com seu “mais rancoroso inimigo” (PESSOA, 1962, p. 109) tornava-se mais intensa à medida que ambos recorriam à imprensa a fim de lançarem críticas em uma direta adversidade. Eptácio Pessoa, em cartas registradas em fins de 1914 a Castro Pinto, ressalta que soube através dos jornais que o próprio Carvalho havia pedido exoneração para disputar a cadeira de representação federal, após receber instruções na perspectiva de inculcar Valfredo Leal contra ele.

Por conseguinte, mesmo após deixar o cargo de secretário, Eptácio Pessoa prossegue rotulando queixas de Carvalho, ao seu “velho amigo” e destinatário, Castro Pinto. Em cartas e telegramas, Eptácio reclama a escolha do novo secretário geral do Estado, salientando que Rodrigues de Carvalho ainda continuava influenciando na secretaria por intermédio do seu substituto⁸⁴, a quem ele fazia como portador de propostas e indicações. Não obstante, também faz menção ao filho de Carvalho, ao ressaltar que ele havia se apresentado como candidato em Mamanguape e já adquirido um público. Revoltado, Eptácio Pessoa afirma que a política daquele município não deveria “continuar nas mãos de adversários do chefe do Partido”⁸⁵ (PESSOA, 1962, p. 124).

De acordo com Motta Santos e Maria Angélica Madeira (1999), o serviço público e o

Eptácio voava alto como uma águia” (LEWIN, 1993, p.274).

⁸⁴ Otacílio de Albuquerque (1874-1954), sobrinho de Valfredo Leal, ocupou a secretaria geral do Estado após a exoneração de Rodrigues de Carvalho.

⁸⁵ Vale ressaltar que Rodrigues de Carvalho também era integrante do Partido Republicano da Paraíba.

jornalismo eram os veículos responsáveis em absorver a intelectualidade emergente. No início do século XX, o jornalismo ganhava força como ofício compatível ao status de escritor e assim a imprensa se tornava a principal instância de produção cultural do período.

Desta forma, os jornais consolidavam-se como espaços de polêmicas e debates, além de apresentar informações, comentários e reportagens sobre os mais diversos assuntos, “possibilitando novas formas de expressão e de saber” (SANTOS; MADEIRA, 1999, p. 79). Sendo assim, os críticos recorriam às polêmicas na imprensa no âmbito de ampliar a circulação de suas ideias e divulgar seu nome. Para tanto, conforme Sergio Miceli (2001), os escritores que se engajavam nestes espaços institucionais viam-se obrigados a identificarem-se com os interesses do jornal para o qual trabalhavam, pois:

O controle dos jornais constituía um dos principais móveis de luta em que estavam envolvidas as diversas facções oligárquicas. Um jornal era forçosamente o porta-voz de grupos oligárquicos, seja daqueles que estavam no poder (a “situação”), seja daqueles que estavam momentaneamente excluídos do poder. (MICELI, 2001, p. 55)

José Rodrigues de Carvalho tinha acesso à escrita de dois importantes jornais da época: *A União*, órgão oficial do Estado e o *Jornal do Comércio*, renomado órgão do Rio de Janeiro, do qual era correspondente. Quanto mais se aproximava do período eleitoral, maior era a picuinha política entre Carvalho e Eptácio, uma vez que a legitimação deveria ser dada a partir da representatividade do voto. E, não obstante, no contexto da Primeira República, perpassava pela influência do chefe da oligarquia dominante. Sendo assim, o arranjo político e a fraude direcionavam e conduziam a máquina eleitoral, priorizando a liderança do partido oligárquico.

Segundo Queiroz (1968, p. 33), no mesmo dia do pleito ao Congresso, Rodrigues de Carvalho e Eptácio Pessoa tiveram uma discussão na Biblioteca do Estado sobre a legislação eleitoral. Mais tarde, em artigos e correspondências, Carvalho ainda pontuou denúncias de fraudes eleitorais para o *Jornal do Comércio*, bem como evidenciou em *O País*⁸⁶ a necessidade de pleitear a apuração para reconhecimento:

A notícia do rompimento na política da Parahyba foi acolhida em todo o Estado com entusiásticas manifestações de solidariedade ao senador Eptacio. Além desta capital e municípios, onde é sabida a maioria da facção do eminente senador, fizeram declarações de apoio os municípios de Serraria, Araruna, Bananeiras, Areia, Alagoa Grande, Espírito Santo, Campina Grande, Pilões, Teixeira, Patos e Guarabira. O Dr. José Rodrigues de Carvalho, ex-secretário do governo e candidato na chapa walfredista,

⁸⁶ Periódico republicano publicado no Rio de Janeiro, o qual Rodrigues de Carvalho também foi correspondente.

declarou a íntimo amigo reconhecer a maioria eleitoral do senador Epitácio, mas pleiteará confiado no reconhecimento. Os walfredistas publicaram hontem boletim assegurando contar com absoluta solidariedade dos proceres da política nacional. (*O Paiz*, 7 de janeiro de 1915)

Epitácio Pessoa faz uso deste mesmo órgão para rebater as críticas de Rodrigues de Carvalho e artigo de Simeão Leal⁸⁷, o qual atesta em publicação no também jornal *O País* que a maioria dos votos obtidos na Capital foi de “eleitores estranhos que ali votaram”. Neste sentido, o então Senador se respalda em dados a fim de desmentir os dois adversários e justificar sua vitória ao público leitor:

Nenhuma injustiça cometti taxando de patranhas as informações do Sr. Rodrigues de Carvalho. É a qualificação mais branda que poderia dar á série de inverdades com que aquelle senhor, traíndo a confiança da folha de que é correspondente, tem inundado as colunas do *Jornal do Commercio*. Diga-me o Dr. Simeão Leal que nome merece o indivíduo que, havendo requerido e tendo sob os olhos uma certidão igual à que possuo , provando que o eleitorado da Parahyba é superior a 33.500 cidadãos, manda dizer para aqui, com o intuito de me imputar uma fraude que só elle é capaz, que esse eleitorado não excede de 20.000 eleitores?! – Que, tendo á vista a prova authentica de que são mais de 677 os eleitores de Princeza, telegrapha ao *Jornal* affirmando que ali, onde compareceram sómente 539 cidadãos foram dados, como tendo votado, tôdos os alistados, inclusive mortos e mudados?! Que tendo lido na *União* os resultados, secção por secção, dos municípios de Umbuzeiro, Pedras de Fogo e Cabedello, affirma que aquella folha deixou de publicar esses resultados, considerando-os nullos?! Que assegura, com um arrojo de pasmar, que em Cabedello votaram eleitores que já haviam votado na capital, quando as listas de presença, que o Sr. Simeão póde verificar na Camara, mostram que isto é uma impudente falsidade?! [...] Diga o meu nobre contendor como julga, em sua consciencia, esse procedimento, e como se denomina, em portuguez, o acto de dizer de má fé o contrario daquillo que se sabe ser a verdade. (*O Paiz* , 24 de fevereiro de 1915).

Durante os discursos cada um dos oponentes se esforçava em afirmar o caráter pessoal e individual de seu ponto de vista, observando também as reações do público e a recepção do debate. Desta forma, Epitácio Pessoa com exagero retórico e teatral objetivava atingir o seu adversário e conquistar a simpatia do leitor ao se esforçar em expor as tensões e oposições que enveredava a Rodrigues de Carvalho, o seu inimigo, que aos poucos se tornava o principal intermediário de um processo comunicativo entre o polemista e seu público.

Além do periódico acima mencionado, Epitácio Pessoa escreveu cartas direcionadas à redação da *A União*, de *O Imparcial*⁸⁸ e do *Jornal do Comércio* prestando esclarecimentos

⁸⁷ Antônio Simeão dos Santos Leal (1874-?) nasceu em Areia/PB. Foi promotor público, chefe de polícia, vice presidente do estado da Paraíba, deputado federal e juiz de direito da comarca de Borborema (PB).

⁸⁸ Jornal estudantil do Grêmio Literário Artur de Oliveira, publicado no Rio de Janeiro.

acerca do pleito, negando a declaração de Carvalho sobre a suposta demissão de empregados vitalícios e declarando-se contra o anúncio dos “correspondentes da Paraíba do Norte”, a respeito do pagamento feito ao responsável pela propaganda da Paraíba na Europa, tido por eles como um ato irregular. Porém, apesar de todas essas desavenças destacadas pelos veículos da imprensa, isso não abalou a vitória do condor. Naquele momento, Eptácio tinha o poder por todo o estado, como também em todos os níveis de governo.

Em meio a essa ebulição política, Castro Pinto se posicionou intimamente contrário a Rodrigues de Carvalho, salientando que fora seu ex-secretário quem fez “cavalo de batalha de coisa simples e razoável” (QUEIROZ, 1968, p. 32-33). Ainda neste contexto, Castro Pinto já demonstrava o seu desejo em abandonar o governo, conforme descreve Eptácio Pessoa em cartas ao Marechal Hermes da Fonseca⁸⁹ e ao Monsenhor Valfredo Leal datadas ainda em 1913. Assim, em 1915, ao final dos embates entre “bacuraus” e “condores”, Castro Pinto renuncia e embarca permanentemente para o Rio de Janeiro.

No entanto, mesmo quando Sólon de Lucena assumiu brevemente o Governo do Estado⁹⁰, Eptácio Pessoa ainda enfrentou discordâncias em relação ao ex-secretário. Em correspondência ao governador referido, se mostra insatisfeito com a nomeação de José Rodrigues na comissão de orçamento, que, segundo Eptácio, essa decisão causou mau efeito por se tratar de um “inimigo rancoroso que vive comprometendo situação com telegramas falsos...” (PESSOA, 1962, p. 260).

Na perspectiva de evitar as publicações e das contrariedades do “Dr. Roíz”⁹¹, Eptácio Pessoa, em trama com Félix Pacheco⁹², também insistiu pela retirada de Carvalho da correspondência do *Jornal do Comércio*, conforme se pode visualizar em carta enviada a Sólon de Lucena:

[...] O JORNAL DO COMÉRCIO publicou hoje uma carta minha contestando o telegrama de José Rodrigues sobre a suspensão de pagamentos. Aproveitei a ocasião para divulgar o que conseguimos em um ano de governo. – A propósito O JORNAL paga aí 2 correspondentes e mais a Agência Americana. Dados os embaraços em que se encontra toda a imprensa, pensa ele em suprimir os seus correspondentes nos Estados onde houver serviço da Agência Americana. Ontem o Félix Pacheco me sugeriu confiar o serviço desta a um bom correspondente, e anuir à supressão imediata da correspondência especial: desta sorte, continuaríamos a ter o serviço telegráfico e nos veríamos livres do José Rodrigues, sem ser por um ato pessoal do JORNAL contra este. Acho bom o alvitre. (PESSOA, 1962, p. 250.)

⁸⁹ Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923) foi Presidente da República entre 1910 a 1914.

⁹⁰ Sólon Barbosa de Lucena, após renúncia de Antônio da Silva Pessoa devido a problemas de saúde, assumiu em 1916 o governo da Paraíba por dois meses. (RODRIGUES; COUTINHO, 2000).

⁹¹ Alcinha dada a Rodrigues de Carvalho por Eptácio Pessoa. (SILVA, 2004, p. 148)

⁹² José Felix Alves Pacheco (1879-1935) foi um dos co-proprietários do *Jornal do Comércio*.

Porém, mesmo com todas as indiferenças sobressaltadas a Rodrigues de Carvalho, conforme indica Silva (2001, p. 148), anos depois Eptácio Pessoa soube reconhecer a procedência jurídica do seu adversário quando defendeu a constitucionalidade do imposto de incorporação, que foi realizada exatamente na época em que o primeiro foi convocado a seu contragosto para fazer parte da comissão que realizaria a proposta do orçamento.

Após inúmeros desentendimentos e polêmicas, Luís Pinto (1970) ressalta que mesmo “politicamente” abalado Carvalho ainda seguiu advogando (ver anexo 5). Em 1932 mudou-se para Recife, tendo como principal causa de sua “emigração” a morte de um de seus filhos. No entanto, continuava a advogar por lá e a compor seu saudosismo em versos pela “querida Paraíba dos coqueirais, que falam em silêncio”⁹³. No entanto, conforme ressalta Octacílio de Queiroz, quando convidado por um amigo para retornar a advocacia na capital, respondeu em gracejo: “Ah, a advocacia na Paraíba... é cacimba que deu na pedra (Mas mesmo assim pediu ao companheiro que ‘os seus ossos descansassem no Boa Sentença’, o cemitério da cidade)” (1968, p. 46). E assim o fez. Em 20 de janeiro de 1936, aos 69 anos, José Rodrigues de Carvalho (ver anexo 6 e 7) falece em Recife, sendo sepultado no então referido lugar.

⁹³ Exemplo desse saudosismo é a carta enviada por Carvalho para o amigo e poeta Américo Falcão (1880-1942) meses antes de falecer. Nesta carta, escrita em 24 de junho de 1935, já bastante abatido, Rodrigues de Carvalho relata seu encontro ao livro *Visões de Outrora*, de Américo Falcão e de como este livro lhe servira de conforto naquele saudoso São João: “O seu livro, afinal, foi um travesseiro de paina, consolador e amigo”. Apensa à carta, numa tira de papel, deixou ainda duas quadrinhas ao confidente (QUEIROZ, 1968, p.69).

CAPÍTULO III

DA POESIA ANÔNIMA AO CANCIONEIRO POPULAR: REPRESENTAÇÕES DOS PORTUGUESES, ÍNDIOS E NEGROS NAS PRÁTICAS CULTURAIS DO NORDESTE

*“É gênero obrigatório em terras do Brasil:
cantar a mulata, a morena e os beijos quentes, como
ardências de fogo sobre um mar de sonhos”*
(Rodrigues de Carvalho)

O *Cancioneiro do Norte* e *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil* foram obras produzidas e publicadas em tempos e espaços diferentes. No entanto, ambas se aproximam quando o assunto é folclore, principalmente no que diz respeito às manifestações culturais quanto ao “elemento negro”. Mas, ao que vale salientar, a maior parte das informações sobre essa temática foram aproveitadas do *Cancioneiro* para enfeixar o já mencionado trabalho de Rodrigues de Carvalho, apresentado em 1934, no *I Congresso Afro-Brasileiro* e posteriormente publicado em 1937.

A partir dessas duas obras proponho analisar neste capítulo as reflexões acerca do folclore, recorrendo a folcloristas como Câmara Cascudo (1962) e Mário de Andrade (1963), que se debruçaram na exegese do folclore brasileiro, bem como estudiosos que vinculem uma visão contemporânea do folclore, a exemplo de Renato Ortiz (1992). Seguindo este percurso, pretendo evidenciar as práticas culturais do cotidiano em voga observadas pelo autor, sobretudo, atentando para como foram produzidas as representações⁹⁴ sobre os portugueses, índios e africanos elaboradas por ele. Para tanto, antes de partir para os objetivos propostos será feita uma breve “arqueologia” das obras de modo que possam ser apresentadas questões relativas à estrutura e ao conteúdo concreto no espaço e no tempo em que foram escritas.

3.1 Revisitando as páginas do *Cancioneiro*

Enveredando cronologicamente pelo *Cancioneiro do Norte*, a edição aqui referenciada é a quarta (ver anexo 11) dessa obra, lançada no ano de 1995. Segundo consta nas primeiras páginas do livro, essa publicação foi sugerida pela Comissão Paraibana de Folclore, que marcava na época o 60º aniversário do falecimento de Rodrigues de Carvalho e o 92º da

⁹⁴ Para o estudo do conceito de representações, tomarei como aporte teórico as discussões de Roger Chartier (1990). Para ele, as representações “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de um grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17). Nessa perspectiva, de acordo com Chartier, entende-se as representações como um “campo de concorrências e de competições cujos desafios se anunciam em termos de poder e de enunciação” (1990, p. 17).

primeira edição do *Cancioneiro*. De acordo com o secretário da educação e cultura, Iveraldo Lucena da Costa, a segunda edição, feita na Paraíba, também foi acolhida e recomendada pelo Conselho Estadual de Cultura para que integrasse a Biblioteca Paraibana, pois a mesma atendia aos objetivos básicos dessa coleção. Além disso, o secretário também ressalta a importância dessa publicação, frisando que essa obra “coloca a disposição do estudioso da cultural popular nacional um livro indispensável e completamente esgotado”. (COSTA, 1995, s/p).

Na quarta publicação, além das anteriores, é aproveitada também a apresentação da terceira edição (ver anexo 12), escrita por Manuel Diégues Júnior e publicada em 1967, no Rio de Janeiro, pelo MEC/Instituto Nacional do Livro, em comemoração ao centenário de nascimento do autor. Na apresentação intitulada como “Louvação ao Cancioneiro do Norte”, Diégues Jr. faz um apanhado sobre a vida de Carvalho, a obra e as manifestações folclóricas que perpetuam no livro. Segundo ele, quando surgiu a primeira edição o folclore era ainda novidade e não era levado a sério, sendo considerado mais uma distração ou um passatempo, “mera brincadeira” (DIÉGUES Jr, 1995, p. 14).

A primeira edição⁹⁵ do *Cancioneiro do Norte*, impressa pela Tipografia Minerva, foi produzida e lançada em Fortaleza/CE, no ano de 1903. Tratando-se de comemorar o Tricentenário da vinda dos primeiros portugueses ao Ceará, Rodrigues de Carvalho diz achar oportuna esta publicação, por nela retratar fielmente a partir da poesia do “povo rude do norte” os três séculos de estagnação diante do “grande concerto da civilização universal” (CARVALHO, 1995, p. 100-101). De acordo com Carvalho foram incluídas na primeira edição algumas produções que revelavam o talento “espontâneo” do nortista, pois essas inclusões, ainda que não estivessem estruturalmente nos limites da poesia popular, atestavam “novas produções de literatura culturada, como documentação da nossa vida intelectual” (1995, p. 103).

Neste sentido, justificava ao leitor que as notas preliminares do *Cancioneiro do Norte* não obedeciam ao plano lógico que exigiria o prefácio metodizado sobre o folclore brasileiro. Para o autor, um prefácio exigia um estudo completo das fontes da poesia popular, dos contos, lendas e tradições, que ao que vale considerar eram essas as principais guias do autor no que cabe a referência e produção do livro. Por isso, reconhecia a falta de orientação filosófica e admitia as “lacunas” na obra e ao afirmar que o *Cancioneiro* era antes “um repositório da

⁹⁵ Por ser uma obra rara e de difícil acesso, não foi encontrada nenhuma imagem para ilustrar a capa referente a essa edição.

poesia anônima, coligida como cabedal de uma obra futura, que algum espírito perfeitamente educado no assunto pretenda mais tarde elaborar” (CARVALHO, 1995, p. 100).

Com efeito, devido à aceitação que logrou com a primeira e ao adquirir novos subsídios em 1928, o autor publicou na Paraíba uma segunda edição aumentada (ver anexo 13). Nessa edição Carvalho acrescentou uma quarta parte ao livro denominada de “Alma Lírica”, na qual ele reuniu poesias “não folclóricas” de poetas conhecidos. Para Diégues Jr. foi o que Rodrigues de Carvalho chamou de “Cantos Civilizados”, ao passo que viria a contrapor os cantos populares, uma vez que as lendas, narrativas, tradições e contos constituíam a história literária de um povo. A despeito disso, Carvalho destaca o ineditismo deste trecho da obra, ao frisar que:

Colhendo as estrofes dos poetas anônimos, todos do interior, entendi que para, se fazer um estudo sem solução de continuidade, não era de desprezar o “mostruário” do lirismo das cidades. Assim, aditei ao Cancioneiro uma parte inédita: “Alma Lírica”, compreensiva dos cantos civilizados. (CARVALHO, 1995, p.27)

Na segunda edição o autor incluiu uma introdução nomeada de “Antes do Prefácio”, bem como transcreveu o prefácio da primeira publicação com algumas páginas de acréscimo, procurando atualizar vários dados antes divulgados. Para tanto, Rodrigues de Carvalho explica que na medida em que conseguia obter novas produções ele buscava ampliar, adaptar e refundir este volume, de forma que após certo tempo a poesia popular do norte ficasse enfeixada em uma “obra imorredoura”. Segundo ele, seu intuito não era de atestar os méritos de um colecionar, mas o valor próprio dessa poesia, uma vez que ela nasceu da “alma de três raças predispostas às contemplações da arte” (CARVALHO, 1995, p. 33). Com essa edição, assumia por fim que se considerava desobrigado a colher, assim como publicar trabalho deste gênero.

Sendo assim, Carvalho enfatiza que o livro compreende novas produções que refletem o que se tem passado de notável no seio do povo depois de 1903. Neste sentido, ele faz um apanhado geral sobre algumas mudanças históricas do período, muitas vezes transcrevendo estrofes e composições avulsas que tratam, sobretudo, em relação à política desde a época da monarquia e a respeito da vida partidária. Mas, em meio à diversidade de assuntos que transparecem a preocupação dos cantadores, o filão que se oferecia como o mais rico era, segundo o autor, o do cangaceirismo:

A prisão de Antônio Silvino, as façanhas de Lampião, a vida nômade dos bandidos, enriquecem páginas desta edição. Isso significa o nosso estágio de civilização em pleno século XX. A invasão de Prestes, o combate de Piancó, a morte do padre Aristides, são outros tantos acontecimentos que o folclore

perpetuará no “Cancioneiro”. (CARVALHO, 1995, p.27)

O sumário do *Cancioneiro do Norte* está dividido em quatro partes. A primeira parte do livro foi dedicada ao que chama “Poesia de diversas origens”; a segunda, “A décimas e cantos”, que igualmente aparecem na parte anterior; a terceira parte, “Notas sobre os Cantadores” se orienta quanto ao registro de cantadores populares “nortistas”; e a quarta parte, que finaliza o livro com o título de “Alma Lírica”, a qual apresenta trechos de composições de autores consagrados e de alguns que ainda não haviam saído do anonimato.

Rodrigues de Carvalho (1995, p. 25) enaltece a importância do seu *Cancioneiro* quanto ao pioneirismo da obra, ao afirmar que o mesmo foi publicado quando “a cantiga popular era motivo de chufa”, sendo este um dos primeiros livros no gênero. Nesta perspectiva, conclui o prefácio da segunda edição esmiuçando a sua variedade de temáticas ao evidenciar que “as origens da raça”, “as fusões do sangue”, “os costumes”, “as lendas” e a “nossa natureza” constituíam assunto obrigatório dos literatos, artistas e estudiosos; “e o *Cancioneiro do Norte* não é senão um espelho de tudo isso” (CARVALHO, 1995, p. 31).

3.2 “Aspectos da influência africana na formação social do Brasil” e os anais do Congresso de Recife

O livro *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil*, de Rodrigues de Carvalho, editado pela Imprensa Universitária em 1967 (ver anexo 14) em comemoração ao centenário do autor, é parte integrante do referido trabalho apresentado no Primeiro Congresso Afro-Brasileiro do Recife e publicado em dois volumes: “Estudos Afro-Brasileiros” e “Novos Estudos Afro-Brasileiros”. O primeiro volume (ver anexo 15) foi prefaciado por Roquette Pinto e editado pela Ariel, em 1935. Já o segundo (ver anexo 16 e 17) lançado em 1937 pela Biblioteca de Divulgação Científica e contou, a pedido de Gilberto Freyre, com o prefácio de Arthur Ramos, escrito em dezembro de 1936, o qual procurou analisar o evento e os estudos pertinentes à temática afro-brasileira.

Neste sentido não tem como abordar sobre o trabalho de Rodrigues de Carvalho sem antes mencionar a importância do Congresso do Recife, visto que foi lá que o autor argumentou sobre a influência do negro na formação da nacionalidade brasileira, bem como ficou responsável pela seção de folclore e arte. Portanto, farei aqui o caminho inverso: primeiro será abordado o evento e, em seguida, adentrarei na sua obra.

3.3 O Primeiro Congresso Afro-Brasileiro do Recife

O Primeiro Congresso Afro-Brasileiro do Recife ocorreu no Teatro Santa Isabel, entre os dias 11 a 16 de novembro de 1934, sob organização de Gilberto Freyre e do professor Ulysses Pernambucano, além da direção do pintor Cícero Dias. Durante o evento foram reunidas exposições de trabalhos de arte afro-brasileiras, além de várias expressões artísticas brasileiras que não estavam pautadas apenas na pintura, estendendo-se à música ou mesmo à culinária no traje popular de algumas regiões.

O Congresso do Recife teve como intuito discutir o papel do negro e a sua importância para o processo de formação da identidade sociocultural do país. De acordo com Freyre (1988) os trabalhos ali presentes traziam esclarecimentos e novos pontos de vista sobre a situação do negro e do mulato no Brasil, sua antropologia e relevância na nossa formação social e cultural. Desta forma, o congresso foi marcado pelo interesse na perspectiva de ressaltar “o negro como expressão de cultura” (SIQUEIRA, 2005, p. 46). O médico Raymundo Nina Rodrigues, inclusive, foi grande referência aos congressistas por ser considerado o precursor dos estudos sobre os problemas do Negro no Brasil, muito embora tenha sido criticado pelo próprio Gilberto Freyre ao salientar que o negro africano era biológica e sociologicamente inferior. Sendo assim, apesar das críticas, os organizadores do evento alinhavam-se à *escola baiana de Nina Rodrigues*.

O evento não se prendeu ao exclusivismo acadêmico ou cientificista, haja vista que ao lado da presença dos doutores o congresso também contou com a colaboração de yalorixás, cozinheiras, pretas de fogareiro, negros de engenho, rainhas de maracatu, analfabetos e semianalfabetos com um conhecimento direto aos assuntos afro-brasileiros. Para além desses, estudantes de medicina, engenharia, psiquiatras, intelectuais, jornalistas e representantes dos jornais do Rio de Janeiro contribuíram juntamente com os outros participantes ao cultivar o assunto por “simples gosto do pittoresco, por litteratice, por politiquice, por esthetismo, sem nenhuma disciplina intellectual ou scientifica, sem um sentido social mais profundo dos factos” (FREYRE, 1988, p. 351).

Mas, ainda que o Congresso tenha atraído a “bôa vontade de gente mais simples”, o evento também despertou o interesse de grandes especialistas, sociólogos e antropólogos em geral, recebendo aplausos de Franz Boas, além da participação do norte-americano Melville J. Herskovits, da inglesa Nancy Cunard e do antropologista brasileiro Roquette Pinto. Ademais, o evento também contou com o apoio do “Centro Religião da Humanidade do Apostulado Positivista do Brasil” no envio de todos os seus boletins referentes à situação do negro e com

a presença dos maiores artistas da época, tais como: Cícero Dias, Luiz Jardim, Manoel Bandeira, Di Cavalcanti, Santa Rosa e Tarsila do Amaral. Segundo Gilberto Freyre (1988), o evento teve destaque na primeira página do jornal *The New York Times*, bem como recebeu a colaboração de Rodolfo Garcia, Mário de Andrade, Arthur Ramos, Antonio Austregesilo, Bastos de Avila, Cunha Lopes e do entusiasta dessa iniciativa recifense, o professor Roger Bastide.

No dia 11 de novembro, às 15 horas, foi iniciada a sessão de abertura com a apresentação de trabalhos proferida por Ulysses Pernambucano, a qual discorreu a respeito de seus estudos etnográficos que estavam no momento em andamento e que tinham o negro como principal “objeto” de estudo. O evento prosseguiu com o debate de mesas temáticas, manifestações culturais afro-brasileiras, visitas, pequenas excursões e seções⁹⁶ que reuniam temas diversos. O último dia do Congresso foi encerrado com uma audição de músicas afro-brasileiras no Teatro Santa Isabel, sobre a direção dos professores Ernani Braga e Vicente Fittipaldi (Jornal Pequeno de Recife, 17 de novembro de 1934 *apud.*, PAZ 2007, p. 131).

Não obstante, um dos maiores destaques do evento se deve aos trabalhos apresentados. Como já foi enfatizado boa parte deles, embasados na área de psiquiatria e, sobretudo, na antropologia através de visões ideológicas muitas vezes convergentes, versava sobre a importância e influência do negro na formação social do Brasil. Contudo, além de inúmeras análises de questões que interessavam a etnologia à época, uma gama de pesquisadores e estudiosos enveredaram como objeto de discussão o elemento cultural. É neste âmbito que Clilton Paz (2007) aponta os seguintes trabalhos:

O negro na música do nordeste de Diógenes Junior; *Biblioteca do povo e coleção moderna* de Jorge Amado; *A arte do bronze e do pano em Daomé* de Melville Herskovit; *O negro e a poesia brasileira* de Odorico Tavares; *O negro na obra de Silvio Romero* de Paulo Barros; *O negro no folclore e na literatura do Brasil* de Renato Mendonça; ***Influência etnológica do negro no Brasil e Aspectos da influência africana na formação social do Brasil de Rodrigues de Carvalho***; *Influência indiana do negro no espírito do direito nacional* de Rubens Saldanha; *Fizeram os negros teatro no Brasil?* de Samuel Campello; *Musicalidade do escravo negro no Brasil* de Nair de Andrade; *O negro na arte popular e doméstica de Pernambuco* de Cícero Dias e Gilberto Freyre; *Ohum êniadiúdu* de Jacques Raymundo; *Vocabulário nagô* de Rodolpho Garcia; *A calunga dos maracatus* de Mário de Andrade. (PAZ, 2007, p. 233) (grifo meu).

⁹⁶ Sobre as seções Ulysses Pernambucanos ficou responsável pela “etnografia”, Olívio Montenegro por “antropologia, sociologia e etnografia”, Sylvio Rabelo por “psicologia social” e Rodrigues de Carvalho por “folclore e arte”. (PAZ, 2007).

De acordo com José Jorge Siqueira, as teses ali apresentadas enquadravam-se na tipologia arquetipa da “aculturação”, das “sobrevivências”, das “contribuições”, das “influências” negras, assim como se aproximavam de um “confinamento à moda dos estereótipos com que se ia construindo o imaginário da democracia racial no Brasil” (2005, p. 44). Para Siqueira, as intervenções do Congresso desviavam-se dos focos das questões objetivas, distanciavam-se dos temas centrais das relações étnico-sociais e padeciam de vícios etnocêntricos no trato da temática. Dessa forma, tomando como exemplo a locução *Aspectos da influência africana formação social do Brasil*, de Rodrigues de Carvalho, o autor critica os estereótipos e anedotas que culminam a maioria absoluta dos trabalhos exibidos no evento:

Segue-se então o receituário estereotipado: a sensualidade da mulher africana, a afetividade da raça, o picaresco das anedotas a flagrar o negro humilhado, com os atributos do desprezo, da inferioridade cultural, exemplificado em grosserias e deboches de toda sorte. Também, como de hábito nesse tipo de apreciação, lá estão os tributos aos talentos individuais e à criatividade artística. Ou ainda, ao quilombo dos Palmares, entendido como “arremedo de rebeldia cívica, grosseira e desarticulada”, embora exemplo contra a subserviência passiva, verdadeiro exemplo de orientação futura. Em suma, de forma monótona, seria essa a tônica da maioria esmagadora dos trabalhos ali apresentados. (SIQUEIRA, 2005, p. 45).

Tanto em *Influência etnológica do negro no Brasil* quanto em *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil*, Rodrigues de Carvalho busca analisar a contribuição do negro na formação da vida social, política e cultural do país, como um elemento constituinte de uma identidade nacional. Mas essa discussão não era exclusividade do autor, pois a constante preocupação em promover estudos a respeito do negro (africano e brasileiro) e de promover uma cultura nacional mestiça era função primordial do Congresso. Neste sentido, segundo Siqueira (2005, p. 14), além dos debates em torno das possíveis explicações para a formação da nação brasileira, a construção de programas de trabalhos variados possibilitou a própria elaboração conceitual da “raça”, mediante as concepções teóricas e sociais que lhe emprestavam múltiplos significados.

No *Jornal Pequeno de Recife*, Rodrigues de Carvalho enquanto redator escreve uma nota sobre o Congresso de Recife, exaltando a contribuição do evento na perspectiva de primar pela valorização do negro na sociedade brasileira, assim como atenta para influência étnica e seu papel no processo de construção da identidade nacional desde o período colonial:

A sua influência étnica, os efeitos de sua cooperação no trabalho da lavoura, a emotividade negra na formação da mentalidade patricária; o seu contingente patriótico na elaboração política da nacionalidade; as emulações artísticas do mestiço; em suma, a reivindicação de uns tantos direitos que até hoje passam como condições negativas da sub-raça. (*Jornal Pequeno de Recife*, 19 de outubro de 1934 *apud.*, PAZ 2007, p. 145).

Partindo desse pressuposto, o Congresso procurou reformular, através de novos estudos e pesquisas, a visão antropológica e social em relação ao negro, tida como negativa principalmente no pós-abolição. Para alguns intelectuais e estudiosos, ainda era presente a ideia de que após a abolição da escravidão o negro ficou largado à própria sorte, sendo este um problema vinculado à herança da escravidão. Foi neste âmbito que os trabalhos reunidos no Congresso foram compilados e transformados em anais, uma vez que tinham como objetivo divulgar e fomentar pesquisas que fizessem alusão ao negro e sua cultura sob todos os aspectos, apontando novos matizes aos estudos afro-brasileiros.

Em primeiro momento, Roquette Pinto afirmou que os anais do Primeiro Congresso Afro-Brasileiro do Recife não necessitariam de um prefácio. No entanto, observando a relevância do material escrito, apresentado e discutido durante o evento, resolveu prefaciar o primeiro volume. Para o autor, em matéria de antropologia e etnografia, aquela geração tinha o papel de estabelecer planos, juntar recursos e materiais, sistematizar as indagações, revisar a bibliografia, ou seja, preparar as fontes para as gerações futuras. Nesta perspectiva, aprecia a postura do evento ao dedicar uma maior atenção ao papel sociocultural dos negros e aos estudos afro-brasileiros, que seriam um manual de consulta diária:

O negro esperou bastante; mas valeu a pena. Consagraram-lhe um pequeno monumento singelo como a própria verdade sem rhetorica e sem lanjeoulas – alguns dos maiores espíritos do Brasil de hoje. Para os que passam a vida embrenhados no delicioso e árduo trabalho de pesquisar e recolher documentos anthropologicos e ethnographicos da sua terra – é uma alegria boa e sincera ver que as sciencias do seu trato dilecto vão agora fecundando almas de élite, empenhadas numa obra de conhecimento e gratidão, de sympathia e de humanidade. (ROQUETTE-PINTO, 1935, p. 3-4)

A respeito dos estudos acerca da incorporação do negro em seus estudos, Roquette Pinto justifica que eles só foram retardados devido a duas condições: primeiro pela educação clássica de formação portuguesa atribuída aos intelectuais da época e, por conseguinte, pela incineração de documentos históricos relativos à escravidão por determinação do Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, Circular n.º 29 de 13 de Maio de 1891⁹⁷. Neste sentido, indica também a ausência de estudos etnológicos e sociológicos acerca dos afro-brasileiros ao afirmar que, com exceção de dois ou três discípulos de Nina Rodrigues, naqueles últimos vinte e cinco anos não teria havido quem se lançasse ao estudo do negro no Brasil. E, por fim, destaca a

⁹⁷ Rodrigues de Carvalho também contestou a ação do ministro ao descrever o aviso que ordenou a destruição dos arquivos, bem como questionou: “qual mal nos adviria porque fomos irmãos de escravos, ou porque nas veias corre o sangue de origem africana?” (1967, p.5). Segundo José Siqueira (2005), o ministro Rui Barbosa estrategicamente incinerou as matrículas de escravos, pois buscava escapar das indenizações pleiteadas pelos proprietários (SIQUEIRA, 2005, p. 44).

iniciativa de Gilberto Freyre nesses estudos e realça a sua articulação com a palavra de “fé” e de “cultura”, ao encontrar a “réplica dos pertinazes e talentosos trabalhadores que ele conseguiu reunir no Congresso Afro-Brasileiro de Recife” (ROQUETTE-PINTO, 1935, p. 8).

No segundo volume prefaciado por Arthur Ramos que, nas palavras de Freyre era naquele período “a maior autoridade brasileira em assumptos negros” (1988, p. 352), esse estudioso escreve que muito embora não tenha feito parte da comissão organizadora do Congresso do Recife e muito menos participado diretamente das discussões das teses e moções apresentadas aplaudia a iniciativa do evento por trazer “novos angulos de visão”, “novos methods de pesquisas” e “novas directrizes” para o futuro dos estudos sobre o problema do Negro no Brasil (RAMOS, 1988, p. 12).

Neste mesmo espaço, Arthur Ramos faz uma pequena observação ao prefácio de Roquette Pinto, refutando a ideia do “eminente professor” quanto à trajetória dos estudos afro-brasileiros no Brasil. Explica que, desde 1926, na Bahia, o nome de Nina Rodrigues havia sido retomado no propósito de uma re-interpretação do “problema negro-brasileiro”, sob o viés de sua “escola imensa”. Segundo ele, estava tacitamente reconhecida pelo grupo do Recife a primazia nos estudos sobre “o problema do negro”, com a homenagem de Gilberto Freyre a Nina Rodrigues, referida no artigo *O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife* e pelo pedido do “sociólogo de Casa Grande & Senzala” quanto ao prefácio deste segundo volume. Para tanto, Arthur Ramos demonstra seu esforço em relação aos assuntos de etnografia e sociologia e enaltece os estudos sobre o “negro” que estavam surgindo e retomando a primazia deixada pelo mestre baiano:

Quando a atenção dos estudiosos brasileiros ainda não se achava, como hoje, voltada para os assumptos de ethnographia e sociologia negro-brasileiras, eu levantava, na Bahia, o brado de alarme contra a *conspiração do silêncio*, que devia cessar. Afranio Peixoto encabeçava a reedição de obras raras ou esgotadas de Nina Rodrigues. Monographias varias appareceram, contendo observações e estudos, que retomaram o fio interrompido com a morte do Mestre bahiano. A *Bibliotheca de Divulgação Scientifica*, que tenho a honra de dirigir, surgiu com a intenção, entre outras do seu programma, de actualizar os estudos sobre o problema do Negro no Brasil. (RAMOS, 1988, p. 12-13).

Para Arthur Ramos, a publicação deste volume pela Biblioteca *Divulgação Científica* representava um elo de aproximação entre a escola de Nina Rodrigues e o grupo que no Recife, sob a aspiração de Gilberto Freyre, tomou a iniciativa da realização deste Congresso. Desta forma, agradece em nome da Biblioteca pela colaboração aos estudiosos dos “problemas afro-brasileiros” e a Gilberto Freyre, pela oportunidade de “render ao Negro

Brasileiro, sob a égide de Nina Rodrigues, a reivindicação científica e humana que não lhe podia mais tardar”. (RAMOS, 1988, p.14)

3.4 A recepção das obras

A legitimidade do intelectual provém da complementação de três saberes destacados por Daniel Pécaut (1990, p. 39): a dinâmica das massas cegas, a organização do político e a formação da cultura. Neste sentido, é possível averiguar como “os encargos burocráticos interferem no trabalho intelectual, condicionando o perfil de investimentos culturais dos diversos tipos de escritores, definindo os conteúdos da condição intelectual e delineando as pretensões políticas e intelectuais dos letrados” (MICELI, 2001, p. 242).

No *Cancioneiro do Norte*, já nas primeiras páginas, nota-se esse engendramento político e intelectual no interior de sua obra, coincidindo com o momento de transformações em que se proclamavam os intelectuais no “rol” da elite autônoma e ao mesmo tempo proliferavam-se a “oligarquização” das instituições. Com efeito, neste livro Rodrigues de Carvalho apresenta-se como ideólogo e literário, aventurando-se em temas nacionais e peculiaridades locais, na missão de buscar um Brasil autêntico e na necessidade de formular um conceito de identidade⁹⁸.

Sobre esta obra, Octacílio Queiroz reproduz o comentário do escritor e pernambucano Alfredo de Carvalho (1870 – 1916), ao descrever o *Cancioneiro* como um “material novo e precioso para o estudo da nossa literatura oral” (QUEIROZ, 1968, p. 47); afirmando ainda que Carvalho já divergia de Silvio Romero (1851-1914) ao dizer que não existia o brasileiro com o “tipo antropológico” definido e que essa era a razão do seu livro ser distribuído em temas e motivos captados pelo povo, de modo a indicar áreas procedentes. Neste âmbito, o próprio Queiroz complementa que:

Há, no pequeno volume, através de sua exposição sucinta, uma surpreendente revelação, inédita quase em tudo, de anônimas criações de nossa alma popular, de versos e desafios de cantadores do valor de Romano, de Inácio da Caatingueira, de Manuel Cabaceiras, Chica Barrosa, Severino Pirauá, Bentivi e Madapolão, de Neco Martins e Francisco Sales. (QUEIROZ, 1968, p.48)

⁹⁸ Para o conceito de identidade utilizo a visão de Anthony Giddens (2005), em que “a identidade refere-se ao entendimento que as pessoas têm sobre quem são e o que é importante pra elas”. (GIDDENS, 2005, p.56)

No entanto, nem todas as suas críticas foram favoráveis ao livro do poeta, pois apesar de enaltecê-lo como uma “messe preciosa de lendas, estórias e maracatus”, aponta erros direcionados a sua última edição:

Na verdade, a pobre edição do “Cancioneiro” está eivada de pequenos erros de revisão, de impressão e até um ou outro cochilo do Autor, quando, por exemplo, à página 403 diz que José Albano – “levou-me uma tradução dos ‘Sinos’ de Schiller”. Há um engano de título, já o dissemos. Ou deveria tratar-se da conhecida obra poética de Edgar Poe – “Os Sinos” (The Bells) que o escritor Tasso da Silveira achava intraduzível em qualquer idioma? (QUEIROZ, 1968, p.50)

Pedro Baptista (1936)⁹⁹ em abordagem sobre Rodrigues de Carvalho como folclorista, também pontua sua análise sobre *O Cancioneiro*. Para Baptista, o poeta desprezou toda a originalidade para dar ao seu livro apenas o aspecto da coletânea:

No seu entender o importante seria joeirar, colecionar e publicar o material esparso, pelo qual pudesse o estudioso do futuro fazer a segura e definitiva classificação lastreada nas relações no observado, no deduzido das mesmas produções, fazer, sem aquele prurido, livresco e complicado, que Teófilo Braga empregava no seu livro “História das Novelas Portuguesas de Cavalaria” (BAPTISTA, 1936, p. 120).

Luís Pinto justifica que não poderia falar muito a respeito desse livro por ser tema de outro conferencista, mas ainda assim diz que “Rodrigues de Carvalho, nessa fase, ofereceu ao Brasil um manancial de relêvo e importância à cultura nacional. Li-o, agora, pela primeira vez. Como aprendi nos seus livros!” (PINTO, 1970, p. 20). Já Afonso Pereira da Silva ressalta que a obra mencionada não foi só um coletor de fatos históricos ou de índole popular, mas também uma obra científica e artística, pela sua originalidade:

Obra vagarosa, de paciente pesquisa e qualificações das peças, o “Cancioneiro” representa um grito de rebeldia. No fim do século, iniciara “em Fortaleza, campanha de nacionalização das nossas criações literárias”. Não compreendia como o estrangeiro intruso explorava os veeiros da América e vendia nos cabarés de Paris, ou nas feiras de Bagdá, a mercadoria virgem, adocicada pela natureza. Não entendia porque somente o provinciano mantinha hostilidade à província. (SILVA, 2004, p. 136-137)

O poeta e acadêmico Florival Alves Seraine (1910-1999), em artigo sobre *O Barão de Studart e o Folclore*, publicado na *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, classifica o

⁹⁹ Pedro Baptista (1890-1938) foi um dos fundadores do GEHGP e membro do IHGP.

Cancioneiro como uma obra de consulta indispensável aos estudiosos do Folclore Nordestino.

Para ele:

Em realidade, a obra folclórica de valor real e grandemente significativa para a sua época, antes da coleta apreciável do Barão do Studart, foi o “Cancioneiro do Norte”, de Rodrigues de Carvalho. A propósito desse ilustre cultor da Ciência que ora nos ocupa escrevíamos em memória apresentada ao I Congresso Brasileiro do Folclore (1951): Rodrigues de Carvalho, paraibano que entre nós viveu longos anos, participando significativamente de nossa vida cultural, foi um pioneiro com seu famoso “Cancioneiro do Norte”. Esta obra constitui manancial fecundo para o conhecimento demográfico da região, e embora, por via de regra, careça de valor interpretativo, significa bastante como “racolta”, coleção de material obtido nos próprios meios tradicionais. (SERAINÉ, 1986, 94-95)

Muito embora sua obra não tenha sido tão divulgada, conforme já frisado em linhas iniciais deste trabalho, conceituados estudiosos como Luís da Câmara Cascudo (1962) e José Américo de Almeida (1995) também teceram comentários sobre o *Cancioneiro do Norte*.

Luís da Câmara Cascudo evidenciou em 1962, no seu *Dicionário do Folclore Brasileiro*, algumas linhas e elogios referentes ao *Cancioneiro do Norte*. Para Cascudo, a obra é um clássico nos estudos sobre o folclore, “numa época de perfeita indiferença pelo assunto” (CASCUDO, 1962, p. 664). Neste mesmo âmbito, Diégues Jr. (1995, p. 12) concorda com folclorista, salientando que este foi um dos primeiros livros no gênero e que nele inscreve-se um reflexo da vida do norte, através das manifestações do seu folclore. Já o escritor e político José Américo de Almeida, de acordo com as notas introdutórias de Iveraldo Lucena da Costa¹⁰⁰, considera o *Cancioneiro do Norte* como: “repositório de maior validade da psicologia das camadas obscuras como observação e mesmo interpretação de uma época ou de um acontecimento” (CARVALHO, 1995, s/p).

Ao folhear o *Cancioneiro do Norte*, observa-se o quanto Carvalho delineava os aspectos culturais, políticos e sociais emaranhados no cotidiano do Nordeste no século XX, sobretudo, ressaltando representações acerca dos portugueses, índios e negros. Nesse *métier*, de acordo com Angela de Castro Gomes (1998), é notória a intenção e o esforço, de intelectuais como Rodrigues de Carvalho em esboçar as características da realidade brasileira:

A eficácia de tal esforço, que envolve a permanente construção simbólica da identidade nacional, está diretamente correlacionada às condições de plausibilidade das interpretações formuladas, o que só pode ser avaliado em razão de uma congruência tanto com a realidade social sob análise como com os paradigmas políticos e intelectuais vigentes em determinado

¹⁰⁰ Secretário da Educação e Cultura e presidente do Conselho Estadual de Cultura, em 1995. Costa foi o responsável pelas ressalvas da obra 4ª edição do *Cancioneiro do Norte* e por sintetizar a importância em integrar o livro dentro da coleção da Biblioteca Paraibana.

momento (GOMES, 1998, p.498).

José Rodrigues de Carvalho, assim como outros autores ligados a diferentes estilos de pensamento e propostas divergentes se empenhavam em traçar diversas interpretações da realidade social brasileira e se disputavam em propor caminhos para o ideário de nação. Naquele momento a questão da “identidade nacional” estava no centro do debate intelectual, tendo em vista que se fazia necessário conceber interpretações à realidade nacional e delimitar referências para o pensamento social brasileiro. Desta forma, para Motta Santos e Maria Angélica Madeira (1999, p. 80), os intelectuais e artistas ficaram imbuídos da missão de construir uma pátria por intermédio da arte, da ciência e da política.

Por sua vez, junto aos debates sobre a identidade, as narrativas de Carvalho acompanhavam os discursos de miscigenação que circularam no universo brasileiro nas décadas de 1920 e 1930, como uma questão central para a compreensão do destino da nação. Desta maneira, apesar de traçar algumas abordagens sobre as “fusões da raça” no *Cancioneiro do Norte*, foi com o artigo *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil*¹⁰¹, apresentado no I Congresso Afro-Brasileiro, que Rodrigues de Carvalho adentrou de maneira mais incisiva na temática da miscigenação.

Sobre os *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil*, Gilberto Freyre toma nota deste trabalho em alguns trechos do seu livro *O Nordeste* (2004), enfatizando sobre o mestiço do Nordeste: “Para Rodrigues de Carvalho, como para outros observadores, a olho nu da vida do Nordeste, o mestiço da região está se degradando ou deteriorando sob mais de um aspecto; está ficando nanico [...]”. (2004, p. 173).

No parágrafo seguinte, Freyre salienta que não há motivo para pessimismo, a não ser estético, tendo em vista que segundo ele a elevação da estatura não é índice de robustez, independentemente de outros fatores. Neste sentido, afirma que: “muita perturbação de crescimento existe na população mestiça – como na branca pobre e na negra, do Nordeste – por efeito de condições precárias da vida” (FREYRE, 2004, p.173).

A respeito dessa obra, Octacílio Nóbrega concorda com Gilberto Freyre ao destacar José Rodrigues como um observador e autodidata, além de encarecê-lo pela sua “sensibilidade das coisas e da alma de nossa gente humilde”, frisando-o como um dos mais “autênticos anunciadores”:

¹⁰¹ Este e os trabalhos restantes de outros autores apresentados no I Congresso Afro-Brasileiro foram reunidos e publicados posteriormente no livro *Estudos Afro-Brasileiros*, organizado por Gilberto Freyre e editado pela Ariel, em 1935. No entanto, a obra a qual faço referência ao final deste artigo, possui outra edição publicada pela Fundação Joaquim Nabuco, de 1988.

E foi apenas, um antecipador na captação das genuínas fontes de criação popular ou folclórica do Nordeste, desvendando caminhos por onde outros, melhor e mais aperfeiçoados, mais tarde, iriam prosseguir e estudar. Os “Aspectos da Influência Africana na Formação Social do Brasil” refletem, sem dúvida, certa improvisação a olho nu, mas de uma viva inteligência, de uma vocação, talvez perdida, de cientista social (QUEIROZ, 1968, p.59-60).

De acordo com Afonso Pereira da Silva, quanto ao estilo, José Rodrigues de Carvalho lembra Euclides da Cunha (1866-1909) em seu livro *Os Sertões*, muito embora seja mais romântico e leve na rítmica poética. Para Silva, ele era um sociólogo, um etnográfico e um dos mais lúcidos prosadores da língua na província, concluindo que:

Nem mesmo no “Cancioneiro” alcança tão alto vôo, e diga-se, não descreve, mas analisa e conclui. Compara-a e critica... Sua leitura deve ter sido vastíssima. E não lhe são estranhos historiador e folclorista, botânico ou naturalista brasileiro. Os termos científicos sempre distantes dos termos literários dispõem-se de tal forma a ponto de uns não afetarem outros, mas necessariamente tangentes, como se à terra o céu encostasse. Na prosa, nega tudo quanto de versicular apresenta em sua poética e em seu lirismo mesclado de influências alienígenas. Quando, sobretudo, traça o perfil do negro, vai-lhe às origens e desce-lhe à alma encorpada. E que grandeza arrancando dos ardentes areais do Sudão o negro esguio, tórto delgado, nariz egípcio, maçãs estreitas e olhar vivaz! (SILVA, 2004, p. 141).

Circulando entre os “homens de sciencia” e os “homens de letras”, seja no seu *Cancioneiro* ou nos *Aspectos da influência africana*, assim como outros intelectuais do seu tempo, José Rodrigues de Carvalho estava disposto a encontrar uma história para o Brasil, tendo como base três raças formadoras que deveriam conviver harmonicamente, respeitando as hierarquias e desigualdades biológicas. Neste ínterim, era preciso refletir sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro, objetivando adaptar aos modelos teóricos viáveis em voga e descartar “o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país” (SCHWARCZ, 1993, p. 19). E nesta empreitada seria ele, enquanto negro e intelectual, um dos responsáveis em mediar e fundamentar uma interpretação simbólica no processo de construção da identidade nacional.

3.5 Os cantos de natureza popular e o papel dos cantadores

As pesquisas folclóricas desde as primeiras décadas indicam que a poesia popular surgiu como produto de uma criação de certo modo coletiva, espontânea e natural, assinada pelo anonimato, de autoria indefinida e plural. Contudo, em contraste com a especificidade associada à poesia popular, pode-se observar um sistema de manipulações e ambiguidades ao limitar e impor tais características a pesquisa da poesia iletrada.

Cláudia Matos (1995) observa que a primeira tentativa de caracterizar uma “poesia popular” foi proposta pelo pensador alemão Johann Gottfried von Herder (1744-1803) ao estabelecer em 1773 a distinção entre *Naturpoesie* (poesia da natureza) e *Kunstpoesie* (poesia de arte). A poesia de natureza é empreendida como um saber não formal, intuitivo e isento de conceituações obscuras e exatas, sendo ela, portanto, gerada no ímpeto imaginativo do homem primitivo e rústico. Nela se incluem não só os mitos e lendas, como também os cantos anônimos de tradição oral. Na poesia da arte, emana a reflexão individualizada, muito embora o alcance coletivo de manifestação poética apontada por Herder não seja concebido necessariamente pela ausência de autoria reconhecida.

Ao destrinchar as obras de Rodrigues de Carvalho, percebe-se que a sua contribuição quanto à coleta de narrativas orais se aproxima mais da condição da “poesia de natureza”, ao pontuar por diversas vezes no registro de suas fontes a “intelectualidade anônima”, enfeixar o “talento espontâneo do nortista” e enaltece-las enquanto “profunda verdade na poesia do povo”. Cláudia Matos (1995, p. 346) explica que na passagem da tradição oral ao registro escrito há uma preocupação no discurso do coletor e na metodologia do registro no que se refere à fidelidade da coleta, enveredando a uma suposta neutralidade de modo que não haja dúvidas sobre a evidência dos fatos. Para a autora, a pesquisa folclórica alinhava-se com a orientação da historiografia positivista do século XIX, que se baseava no princípio da objetividade dos fatos, imparcialidade e transmissão das fontes.

Essa postura quanto ao preceito de fidelidade da transcrição é definida na apresentação do *Cancioneiro do Norte* nas palavras de Manuel Diégues Jr. ao elencar sobre a contribuição de Rodrigues de Carvalho em relação ao recolhimento das “manifestações folclóricas”, relatando sobre a naturalidade em que os fatos foram coletados, a diversidade dos registros e o pioneirismo do autor conforme as citações abaixo:

E aí surge a contribuição de Rodrigues de Carvalho, recolhendo na sua Paraíba, no Ceará, no Rio Grande do Norte, o que lhe chegava aos ouvidos e ao registro de poesia popular, de folgedos, de lendas, de tradições. A esse material, publicado tanto quanto possível, fiel ao elemento recolhido, antecedeu um estudo que dá base a todo o livro, procurando explicar, e não raro interpretar, os elementos folclóricos da paisagem nortista. Vale a pena reler-se essa introdução para se ter uma idéia de quanto havia de pioneirismo nas concepções de Rodrigues de Carvalho. (DIÉGUES Jr, 1995, p. 14).

Um outro aspecto desta obra de Rodrigues de Carvalho que merece um destaque especial, refere-se às diversas manifestações folclóricas que ele registrou. Vejam-se as páginas sobre o mês de maio, por exemplo; é um retrato fiel de como naquela época – e talvez ainda hoje – se comemorava o mês de Maria no interior. A descrição nos parece não apenas de uma naturalidade expressiva, mas sobretudo de uma fidelidade extrema ao

ambiente em que se fazem os festejos a Nossa Senhora, no mês que lhe é dedicado. (DIÉGUES Jr., 1995, p. 19).

A propósito da prospecção do material relativo à cultura popular, Cristina Ribeiro (2005) afirma que já isso era alvo de interesse por parte de estudiosos pioneiros do folclore brasileiro desde o final do século XIX. A partir deste período, grande parte dos estudiosos do folclore se propôs a analisar o tema na perspectiva etnográfica e antropológica, “apresentando coletas de cantos e contos, bem como análises raciais, linguísticas e dos costumes do povo nas províncias do Norte” (RIBEIRO, 2005, p. 151). Os documentos de literatura oral são considerados valiosos objetos de estudo utilizados pelo agente letrado, o qual tem o papel de registrar por escrito a “voz” do popular.

De acordo com Maria de Fátima Batista (2002), o Nordeste é bastante rico quanto a seu cancionero e romanceiro. Para tanto, faz uma série de levantamentos indicando Celso de Magalhães como o primeiro autor a se interessar pelo assunto a partir de coletas no Maranhão, Pernambuco e Bahia, publicadas em 1873 no jornal *O Trabalho*, sob o título de *A poesia popular brasileira*. Em seguida, destaca José de Alencar com a publicação do *Nosso Cancioneiro* em 1874 e Sílvio Romero com a primeira edição dos *Cantos populares do Brasil* lançada em Lisboa em 1883. Por fim, menciona a edição de 1903, do *Cancioneiro do Norte*, “levantado principalmente na Paraíba” e, em 1908, a obra *Folk-lore Pernambuco*, de Francisco Pereira da Costa, a qual revelou uma extensa bibliografia da cultura popular nordestina.

Diégues Jr. propõe evidenciar o caráter precursor da obra de Rodrigues de Carvalho ao indicar que esse poderia ter sido o primeiro registro sistemático na literatura folclórica no que condiz aos cantadores do Nordeste. A fim de comprovar o pioneirismo do autor elucida que, com exceção da obra *Cantores* (1920), de Leonardo Mota, não parecia ter qualquer estudo acerca dos cantadores, salvo eventualmente alguma referência esporádica, sem maiores aprofundamentos, ainda sendo isso algo raríssimo. Neste sentido, Diégues Jr. não dispensou a comparação com renomados folcloristas ao informar que a contribuição de Carvalho superava na época a do próprio Sílvio Romero, este reconhecido por se contrapor aos artigos de José de Alencar em *Nosso Cancioneiro* (1875) e, sobretudo, por fundamentar as primeiras investigações sobre o folclore brasileiro através dos seus *Estudos sobre a Poesia Popular do Brasil* (1888):

Em José de Alencar como em Celso Magalhães, nada há referido; ambos se prenderam mais à chamada literatura tradicional, os romances que se

transmitem pela oralidade, cantados ou narrados; também em Sílvia Romero, nada encontramos a respeito. No curso de folclore de João Ribeiro, que, aliás, é posterior ao *Cancioneiro do Norte*, igualmente nada foi registrado sobre os cantadores. Só em 1920 Leonardo Mota aparece, magnificamente aliás, com o seu *Cantadores*, hoje livro clássico e fundamental para conhecimento desse gênero de folclore. Ao *Cantadores* seguiram-se outros livros do mesmo autor, ampliando a soma de informações a respeito. (DIÉGUES Jr, 1995, p. 17).

Embora Carvalho não cite em nenhuma de suas obras a figura de Mário de Andrade é importante evidenciar a sua contribuição à etnografia e ao folclore no que rege a coleta e o registro de fontes. Contudo, poder-se-ia dizer que Andrade era um “etnógrafo modernista”, visto que ao contrário dos primeiros folcloristas, afastou-se dos sentimentos nostálgicos e procurou “sintetizar-se com as novas demandas do mundo moderno, produzindo um novo discurso acerca da identidade nacional brasileira” (ANDRADE, 2010, p. 178).

Em seus estudos folclóricos, Mário de Andrade buscou resgatar a música popular como a mais completa expressão da identidade nacional. Buscava constantemente a autenticidade na música erudita e no folclore elaborando parâmetros de modo que pudesse avaliar o grau de nacionalização dos documentos musicais a partir da análise de elementos estéticos, como a melodia, a harmonia e o ritmo (QUINTERO-RIVERA, 2000, p. 89). Portanto, a autenticidade deveria ser paradoxalmente cristalizada através da própria criação e da crítica. Para Andrade (1977), o compositor brasileiro que perdesse o folclore de vista e de estudo fatalmente se desnacionalizaria e deixaria de funcionar.

Conforme Souza (2007), Mário de Andrade defendeu a criação de uma arte nacional que funcionasse como transposição da cultura popular. Neste âmbito, o seu interesse pela cultura popular gerou projetos de coleta e pesquisa que aspiravam uma maior sistematicidade. Para o poeta, a diminuição da distância entre a cultura erudita e o povo só seria possível a partir da apropriação por parte dos elementos da cultura popular (SOUZA, 2007, p. 119).

Marta Rossetti Batista (2004) afirma que Andrade tinha um enorme acervo responsável por armazenar livros, revistas, recortes, fotografias, manuscritos, obras de artes e objetos que documentavam seu tempo e seu lugar na cultura brasileira, como artista e pensador. Mário de Andrade criticava a ausência de outros campos necessários ao estudo do folclore, mas procurava prestar a sua contribuição com a coleta de “documentos musicais”. Ademais, não se considerava folclorista, assim como tinha o intuito de fornecer uma documentação mais voltada para a música. Em síntese, explica: “Já afirmei que não sou folclorista. O folclore hoje é uma ciência, dizem... Me interessa pela ciência porém não tenho capacidade pra ser cientista. Minha intenção é fornecer documentação pra músico”

(ANDRADE, 2002 *apud.*, ANDRADE, 2010, p.178-179). Assim como Carvalho, o poeta documentou sobre as músicas afro-brasileiras e a influência negra no folclore, divulgando posteriormente suas conclusões sobre *Os Congos* em conferência lida na Sociedade Felipe d'Oliveira e realizada em 1934, no Rio de Janeiro.

Na iniciativa de recolher manifestações artísticas e culturais, Mário de Andrade realizou viagens etnográficas pelas regiões Norte e Nordeste entre os anos de 1927 e 1929 e registrou-as em seu diário de bordo intitulado *Um Turista Aprendiz* (2002). Maristela Andrade (2010) explica que para além da pesquisa etnográfica, essa viagem também serviu como base para sua estética modernista, assim como para a sua atuação enquanto homem público na década seguinte, quando chefiou o Departamento de Cultura do Município de São Paulo. Durante a pesquisa, Mário de Andrade também teve como foco o registro sobre os nativos habitantes do lugar, sobretudo, dando maior ênfase aos indígenas conforme indicam as fotos que compõem seu livro.

Na viagem ao Nordeste Mário de Andrade se concentrou nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Permaneceu nesta região entre 27 de novembro de 1928 a fevereiro de 1929 fazendo inúmeros registros sobre diversas músicas, festas e danças dramáticas como as Folias de Reis, Pastoris, Cheganças, Congos, Aboios e os Caboclinhos. A Nau Catarineta, os cantadores de “cocos”, os variados Bumba meu boi e os Congos apareciam constantemente entre as suas anotações na visita aos três estados, muito embora sofressem modificações que variavam de acordo com a especificidade de cada região.

Todavia, quanto ao estado da Paraíba, especialmente em João Pessoa, o grupo carnavalesco dos caboclinhos predominou em detalhes nas suas páginas de registro. Segundo Andrade, a performance dos caboclinhos era caracterizada como um bailado, sem cantigas e com uma figura de destaque, uma espécie de pajé responsável pela iniciação da dança dramática conhecido como “caboclo velho”. A orquestra era composta de ganzá, bombo e gaita de quatro furos e o grupo representava algumas danças dramáticas de caráter primário, enumerando algumas delas, a exemplo da dança do tombo, do cipó e da peleja de guerra (ANDRADE, 2002, p. 283-285). Ao assistir o ensaio do Cabocolinho de Cruz, na capital paraibana, em crônica do dia 5 de fevereiro de 1929, Mário de Andrade se queixa da ausência de documentações acerca desse folguedo popular:

Uma das nossas danças dramáticas de que menos se tem falado são os “Cabocolinhos”. A culpa dessa ausência de documentação vem dos nossos folcloristas, quase todos exclusivamente literários. O que se tem registrado nos livros de folclore é quase que unicamente a manifestação intelectual do

povo, rezas, romances, poesias líricas, desafios, parlendas. O resto, moita. Ora os Cabocolinhos são caracterizadamente um bailado. Se dança. Não tem cantigas e só de longe em longe uma fala, tão esquematizada, tão pura que atinge o cúmulo da força emotiva (ANDRADE, 2002 *apud.*, BATISTA, 2004, p.37).

Para Mário de Andrade (1963) as modas, lundus, toadas, cocos, faxineiras, bendenguês, sambas, cururus, maxixes e os inventores delas, ou seja, “toda essa riqueza agente e exemplar” estavam sovertidas no abandono. Entretanto, ao que vale ressaltar, foi a partir dessa viagem que conseguiu recolher um extenso material sobre as danças populares e outras informações que ultrapassaram a finalidade exclusiva de disponibilizar uma documentação destinada ao músico.

Em contrapartida é importante reiterar que Rodrigues de Carvalho, ao que consta, já havia feito boa parte dos registros enunciados por Mário de Andrade. Ainda na virada do século XIX para o século XX, Carvalho passou a colher e registrar diferentes práticas culturais, desde folguedos de natureza popular a danças de cunho mais dramático, a exemplo dos tão aclamados e já citados “caboclinhos”. Todavia, é interessante observar que dentre os seus transcritos, principalmente ao longo do *Cancioneiro*, ainda que analise uma variedade de festas, danças e tradições, não se pode desconsiderar que o autor privilegia um maior espaço aos cantos de natureza popular e ao papel dos cantadores. Sendo assim, dedica boa parte dos seus escritos aos rapsodos sertanejos, mostrando a significação e a importância de sua cantoria, além de esmiuçar sobre a “originalidade desse tipo de povo” e reunir uma série de informações a respeito de vários cantadores:

Há, no *Cancioneiro do Norte*, informações sobre Francisco Romano, Bernardo Nogueira, Inácio da Catingueira, Manoel Caetano, que eram os mais populares naquele momento; há transcrição de desafios e cantorias, nesta parte, como também havia feito na segunda parte, dedicada a décimas e cantos. Aí, nesta parte segunda do livro, encontram-se fragmentos de desafios, além de versos sobre o encontro de Manoel e o diabo, e sobre a gesta de Liberato, que era muito comum entre os cantadores da época. (DIÉGUES Jr., 1995, p.17-18).

A respeito dos materiais fornecidos sobre os cantadores, Rodrigues de Carvalho enfatiza que caso fosse catar e colecionar tudo que o “povo” tivesse produzido em caráter de poesia provavelmente teria que editar “volumes e volumes”. Todavia, devido aos limites de sua obra só seria possível apresentar algumas “mostras” de pesquisas que já se encontravam por toda a parte. Não obstante, apesar da ampla documentação, Maria de Fátima Batista critica o *Cancioneiro* como um exemplo concreto em relação a “indiscriminação da matéria

coletada, fazendo amontoar numa só coletânea romances, cantigas, desafios de cantadores e outros” (2002, p. 98).

Carvalho, ainda que não tenha organizado a coletânea de forma discriminada, buscou registrar o canto ao conservar a oralidade na preservação escrita do texto, assim como procurou elencar algumas notas mais gerais sobre os cantadores populares. Para Diégues Jr., Rodrigues de Carvalho traçou uma identificação nem sempre muito justa e que se diferia em grande parte do perfil do “cantador atual” que ao longo do tempo sofreu modificações. Ademais, o que se pode notar é que o folclorista faz uma leitura generalizada dos cantadores:

Quem conhecer a vida sertaneja do norte, as zonas brejosas e as praias, não pode ignorar a originalidade dêsse tipo do povo, devotado a um regime de vida de prazeres e folgares: o cantador popular. Quase sempre desocupados sem profissão classificada entre as classes laboriosas, boêmio por índole, valentão e desordeiro, seduzindo mulheres, dominando a canalha, eis os trovadores do povo a perambular de povoado em povoado, adivinhando casamentos e batizados, de viola ao peito, faca de ponta à cinta, lenço de ganga ao pescoço, cabelos em cachos sôbre a testa, usando jaquetas e camisa muito anilada. (CARVALHO, 1995, p.336).

Desta forma, ratifica também uma imagem do cotidiano boêmio atrelada ao cantador. Segundo Carvalho, depois do gole de aguardente, os cantadores vestiam a sátira do poeta popular, “intérprete do verdadeiro sentir do povo”:

O cantador anda invariavelmente aguardentado. Do domingo ao sábado, pernoitado, olhos raiados de sangue, vai de povoado em povoado, de fazenda em fazenda, em sua faina de ganhar a vida cantando, ora em desafio picaresco, ora em louvaminha barata ao *seu coronel*, ou à filha dêste, a Sinhazinha, moiçola gentil, que nem sempre vem à sala, quando há visita de homem estranho em casa. (CARVALHO, 1995, p.342).

Ao abordar sobre a cadência e o metro da poesia popular, Rodrigues de Carvalho (1995, p. 94-97) faz menção aos gêneros utilizados pelos cantadores e entoados nos engenhos de Pernambuco e de Alagoas, a exemplo das emboladas, do martelo e das carretias. A embolada em regra apresentava a última tônica em *a*, sendo formada invariavelmente em dois versos, tendo cada um deles doze sílabas, com a sucessão de sílabas agudas e breves, de duas em duas, formando um ritmo convidativo a danças; o martelo era mais simples, o qual consistia em quadra, redondilha bipartida na qual cada violeiro cantava dois versos por sua vez; e a carretia versava em sextilha de cinco sílabas.

Para o folclorista, a cantiga era dialogada em assuntos variados: “valentias, arrogâncias, desaforos cara a cara, o apurar de boas qualidades de raça, problemas e adivinhações” (CARVALHO, 1995, p. 97). Roberto Ventura (1991, p. 141) explica que tanto a poesia condoreira quanto a sertaneja veiculavam um modelo épico que valorizava a *valentia* e

a *coragem*, predados esses que eram igualmente importantes para estudiosos como Sílvio Romero, cujas polêmicas e poemas apresentavam características da poesia sertaneja e da tradição do desafio, imitando a sua forma para ironizar os adversários e provocá-los ao debate.

Por conseguinte, Carvalho transcreveu fragmentos de diferentes desafios no âmbito de revelar a agilidade entre os cantadores ao focalizar temas do momento ou ao provocar o adversário. Para tanto, reproduziu desafios na perspectiva de demonstrar os duelos replicados pelos adversários através de zombarias e provocações que eram revidados de modo que ressaltasse a superioridade sobre os oponentes. Neste íterim, registrou desafios de vários cantadores e improvisadores do Nordeste, sobretudo da Paraíba, tais como José Antônio da Cauhan, Chico Damião, José Maria, Rio Preto, Francisco Romano, Ignácio da Catingueira, Manuel da Cabeleira, entre outros trovadores de “igual quilate”. No geral, os cantadores além de mostrarem seus dotes de repentistas e improvisadores enalteciam suas qualidades e apontavam a fraqueza e covardia do adversário, sinalizando o que Roberto Ventura vem a chamar de “código de honra”:

A tradição do desafio é a expressão, no nível da poesia popular, do código de honra, que se mantém no Brasil devido à relativa inoperância dos aparelhos de polícia e de justiça. A polêmica e o desafio, assim como o duelo e a vendetta, são vias de reparação direta e pessoal das ofensas, regidas por um código de honra, cuja contra-parte é o exercício privado da violência. O código de honra enfatiza a valentia pessoal e a retaliação das ofensas, o que legitima a violência contra o agressor como comportamento nobilitado dos que a exercem, ao restabelecer a reputação e a integridade do agravado, ameaçados pelas injúrias lançadas contra sua pessoa (VENTURA, 1991, p.144).

Ao especificar os cantadores por Estados, destaca que os de Pernambuco confundiam-se com os trovadores do Rio Grande do Norte, do Ceará e da Paraíba. Cantavam sobre as intrigas por causa da terra, das destruições feitas por gados nos roçados, dos casamentos e das festas populares. Em relação ao Rio Grande do Norte e ao Ceará, ele também aborda a dificuldade de distinguir os cantadores entre ambos os Estados: “A mesma raça, o mesmo solo, a mesma natureza, as mesmas correntes de evolução etnológica; seria impossível destacar uma particularidade dêste ou daquele cultor da musa popular” (CARVALHO, 1995, p. 355). No Ceará atribui a vocação poética como característica dos cantadores, reproduzindo estrofes e quadras que encenam, do litoral ao sertão, diversas crônicas e poesias anônimas do cotidiano que Rodrigues de Carvalho identifica como “genuinamente cearense”.

Dentre os trovadores da Paraíba destaca os “irmãos Baptistas” como os “cultores” da

poesia popular por apresentarem uma obra anônima que representava uma rica fonte de informações ao cronista regional ao retratar a vida do nordeste. A fim de comprovar o curso dos acontecimentos registrados pelos dois irmãos, Carvalho transcreve versos sobre as batalhas de Virgulo Ferreira, o Lampeão, e os vários cangaceiros do bando pelos sertões do Nordeste, descrevendo o movimento de Alagoas do Monteiro, ocorrido em 1912, que tinha o propósito de provocar uma intervenção federal na Paraíba; e reproduz a passagem dos revoltosos da coluna Prestes¹⁰² pelos sertões da Paraíba:

Prenderam o Padre Aristides,
Deputado estadual,
Seu sobrinho José Ferreira,
O tabelião local,
E o coronel João Lacerda,
Prefeito Municipal.

Além destes muitos outros
Também foram aprisionados,
E morreram todos eles,
A arma branca – apunhalados!
Vítimas fiéis do dever,
Bravos, heróis, denodados!¹⁰³

Conforme Carvalho os Chagas Batistas esmiuçaram singeleza ao traçar o quadro emocionante do sacrifício do Padre Aristides quando um pequeno grupo de um dos destacamentos da Coluna Prestes adentrou em 9 de fevereiro de 1926 a então Vila de Piancó, no Alto Sertão da Paraíba. Ao lado de outros companheiros, o padre Aristides montou quatro piquetes para receber à bala a possível invasão dos revoltosos de Prestes que ao perceberem a má recepção dos habitantes se lançaram sobre a Vila e trucidaram o padre e seus homens remanescentes.

Ademais, evidencia que para além desses cantadores havia também aqueles que eram cultores de décimas, de glosas e de benditos que perpetuavam os acontecimentos mais

¹⁰² A Coluna Prestes foi um movimento político-militar liderado Luís Carlos Prestes e Miguel Costa que ocorreu na década de 20, em meio à crise da República Velha e ascensão do tenentismo. O movimento agia contra o poder instituído e que buscava reformas para o país no âmbito político e social. Ver Anita Leocadia Prestes (1997)

¹⁰³ Ver Rodrigues de Carvalho, “Sem título”, in *Cancioneiro do Norte*, p. 388.

notáveis da crônica popular, dando como exemplo “a prisão de Jesuíno Brilhante, os Quebra-Quilos, os Cangaceiros etc” (CARVALHO, 1995, p. 353). No entanto, um dos discursos que aparece com grande frequência nos repentes e desafios tomados por Carvalho é a questão da seca, sendo um elemento presente nas narrativas sobre os sertões, que ora é elucidado como um espaço relacionado aos desastres sociais e morais, e por outrora retratado como um espaço de saudades, de nostalgia e de tradição. Observemos alguns trechos abaixo:

O Sertão em derrota

Oh! que memória sensível
 Oh! que saudosa lembrança,
 Já não me resta a esperança
 De uma só apartação.
 Já não tenho o regozijo
 Das eras passadas,
 Ao eco das vaqueiradas
 Que se ouvia no sertão.
 Foi doloroso o passado,
 Inda tristonho o presente,
 Vê-se o povo pobremente,
 Quebrado, morto e arrasto,
 A falta daquelas reses
 Que nestes bosques pastaram,
 E muitas vezes trilharam
 Este campo imenso, vasto.¹⁰⁴

Foge povo do sertão

É-me preciso mudar
 Da terra em que vivo e moro
 Terra que eu amo e adoro,
 A minha pátria natal.
 Magino na beira mar,
 Me entristece o coração,
 Lagadiço, lameirão;
 Mas a fome não é peca.
 Nesta grande e horrível seca,
 “Foge povo do sertão”.¹⁰⁵

O inverno no sertão

Quando chove no sertão
 O gado berra, escramuça,
 O jumento rincha no campo.
 O porco, se espoja e fussa,
 Juntam-se os animais,
 Salta e berra a muinça.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Ver Rodrigues de Carvalho, “O sertão em derrota”, in *Cancioneiro do Norte*, p. 214-215.

¹⁰⁵ Ver Rodrigues de Carvalho, “Foge povo do sertão”, in *Cancioneiro do Norte*, p. 308.

O tema da seca é ressaltado por intelectuais como Rodrigues de Carvalho, seja na perspectiva de adotarem paradigmas naturalistas, tendo em vista que o Norte aparece como uma área inferior do país devido às próprias condições naturais, seja na iminência de lançarem uma crítica a toda cultura de importação, esboçando um nítido caráter geopolítico de integração dos grandes espaços interioranos à nação (ALBUQUERQUE Jr, 2009, p. 67-75).

Rodrigues de Carvalho menciona cantadores e poetas que tiveram destaque em sua obra, tais como Juvenal Galeno, Gregório de Matos, Barbosa de Freitas, Castro Alves, Tobias Barreto, Manuel de Barros, Manuel Bandeira, Américo Falcão, Da Costa e Silva, Álvaro Martins, entre outros nomes de autores anônimos ou já consagrados pela literatura brasileira. Neste sentido, Carvalho finaliza o seu *Cancioneiro* frisando a importância de organizar, estudar e, por conseguinte, julgar todo o material registrado em suas obras, pois: “Quem tiver amanhã de coordenar, estudar, metodizar todo esse material, é quem pode dizer se andei acertado ou não, poupando ao esquecimento todos quando vão alicerçando a história da literatura nacional” (CARVALHO, 1995, p. 394).

3.6 Algumas considerações sobre o folclore e a literatura nacional

De acordo com Thomas Skidmore (1976), no século XX, costumava-se medir o sentimento de identidade nacional pela capacidade de atingir a estabilidade política, assim como pelo relativo desenvolvimento de uma literatura autenticamente nacional. Para tanto, os escritores brasileiros deveriam descrever a flora e a fauna ou mesmo tomar as lendas e linguagens da cultura popular de modo que pudessem utilizá-las em suas obras.

Não obstante, neste mesmo período surgia, em contraposição a autonomia e originalidade da literatura brasileira, uma cultura marcadamente eurocêntrica, cujos principais jornais literários concentravam toda sua atenção na vida intelectual de Paris. Neste sentido, através do movimento ambíguo entre a reprodução da experiência européia e sua relativa diferenciação nos trópicos, buscava-se construir e evidenciar a literatura nacional.

Nesta perspectiva, a elite brasileira estava de fato “empapada de cultura francesa”, mas diferentemente do que Skidmore (1976, p. 168) afirma o filósofo e poeta Tobias Barreto (1839-1889) não foi o único “rebelde isolado e bizarro” que se opôs à cultura francesa. No primeiro parágrafo que introduz o *Cancioneiro do Norte*, pode-se observar de antemão que José Rodrigues de Carvalho inicia a obra repreendendo o componente eurocêntrico ao criticar

¹⁰⁶ Ver Rodrigues de Carvalho, “O inverno no sertão”, in *Cancioneiro do Norte*, p. 326.

o romance francês e a poesia francesa, que segundo ele “vinham para ditar as leis como os figurinos de *La Saison*¹⁰⁷” (1995, p. 25). Dessa forma, demonstrando nitidamente a sua orientação pela correlação entre nacionalidade e literatura, o autor registra em 1928, em linhas intituladas *Antes do Prefácio*, que há cerca de trinta anos iniciou em Fortaleza uma campanha de nacionalização “das nossas criações literárias” através de jornais, palestras e livros. Conforme Carvalho, essa campanha não só teve adeptos, como também deu resultados.

Para Roberto Ventura (1991), a história literária brasileira trouxe, em meio aos esboços no romantismo, a definição de uma entidade abstrata composta em obras e criações individuais que refletiam um “caráter” ou espírito “coletivo”: o *ser nacional*. Neste ínterim, o autor explica que se buscava uma essência, atribuindo à história literária a função de apresentar a identidade coletiva do povo brasileiro, de modo que sua “origem” fosse remetida à formação quase mítica de uma “tradição” nacional.

Até o início do século XX, a história literária foi marcada pelas noções de raça e natureza, na qual as origens do estilo literário eram referenciadas à ação do meio ambiente ou da mistura étnica. Foi junto à penetração das teorias raciais e positivistas incorporadas, sobretudo pela Escola de Recife, que circularam as primeiras abordagens sobre o folclore no pensamento nacional. Segundo Cristina Ribeiro (2005), tratava-se do advento dos primeiros folcloristas do Brasil, os quais eram representados, sobretudo, por intelectuais das províncias do norte. Sobre os folcloristas, Ribeiro destaca a abordagem e a relação entre cultura popular, folclore e literatura estabelecida por eles:

Na condição de literatos, políticos, religiosos e bacharéis em Direito e Medicina, os primeiros folcloristas abordam a cultura popular sob diversas frentes, dentre elas a que estabelece correspondências entre o folclore e a literatura. Embora lancem mão de uma pretensa precisão científica na análise do povo e suas manifestações culturais, associam-na a um processo evolutivo que os valoriza como tesouros *primitivos*, cristalizados no passado, e como fósseis valiosos para os estudos antropológicos (RIBEIRO, 2005, p. 151).

Neste sentido, os folcloristas retratavam uma nacionalidade em estado bruto, sendo o folclore apontado como o germe da literatura nacional. Para tanto, muitos afirmavam que o Brasil estava em estado embrionário de formação, assim como a originalidade de sua literatura e as ressalvas do atraso brasileiro, sendo essa ideia uma herança romântica. Rodrigues de Carvalho se enquadrava entre esses estudiosos do folclore que se preocupavam

¹⁰⁷ Jornal de moda francês que circulou em tiragem especial no Brasil entre 1872 e 1878. Adaptado em português, sob o nome de *Estação*, a versão brasileira deste periódico exemplificava a força do modelo francês e a ligação efetiva do público leitor com aquele periodismo. (MARTINS, 2008, p. 78)

em enfeixar, coletar e registrar fragmentos da literatura nacional. E diante deste quadro, em vários trechos do *Cancioneiro*, Carvalho concebe o folclore brasileiro enquanto importante “cabedal” e “precioso filão” da literatura, apreendendo-o como “embrião da história literária de um povo”, imbricado em lendas, tradições, cantos anônimos, contos e narrativas, ou seja, “em fragmentos que, como na Vênus de Milo, quando reunidos, dão um conjunto harmônico e sublime” (CARVALHO, 1995, p. 33).

Na metade dos oitocentistas, tornava-se mais relevante o movimento de intelectuais brasileiros que enfatizavam as raízes da nacionalidade no intuito de definir, bem como estudar a cultura popular, sendo antes conhecida na Europa sob o conceito de *folk-lore*. Tal conceito foi criado pelo arqueólogo John Thoms (1803-1885) e tinha a finalidade de definir a “sabedoria” ou a “ciência” do povo, bem como pretendia associar suas manifestações culturais à antiguidade arqueológica do homem (RIBEIRO, 2005, p. 146).

Como já foi sobredito, nos anos 20 o folclore surgiu junto a uma torrente de textos regionalistas que marcaram a época na urgência de buscar uma acepção de espontaneidade e autenticidade que trilhavam a coletividade homogênea, apoiada em elementos que representavam a nação. Na perspectiva de alguns folcloristas, o folclore era tido como uma cultura ingênua, não oficial, não dominante; sendo esta, portanto, resultante de expropriações e imposições no passado que modo que possam expressar o modo de “pensar, sentir e fazer” do povo¹⁰⁸. Em contraponto, outros folcloristas e estudiosos, a exemplo de Arthur Ramos, definiam o folclore como um índice de atraso que deveria ser combatido. Sobre as visões antagônicas quanto à definição do folclore, Carlos Rodrigues Brandão explica que:

Na cabeça de alguns, folclore é tudo o que o homem do povo faz e reproduz como tradição. Na de outros, é só uma pequena parte das tradições populares. Na cabeça de uns, o domínio do que é folclore é tão grande quanto o do que é cultura. Na de outros, por isso mesmo folclore não existe e é melhor chamar cultura, cultura popular o que alguns chamam folclore. E, de fato, para algumas pessoas as duas palavras são sinônimas e podem suceder-se sem problemas em um mesmo parágrafo. (1984, p. 23).

Juntamente com a discussão tomada por intelectuais e folcloristas, do que era ou não tido como material “autenticamente” folclórico, nas décadas de 1920 e 1930 o debate sobre a cultura popular como categoria atrelada ao “povo” e a “nação” muitas vezes era confundida enquanto sinônimo de folclore. Para formular esse debate, alguns críticos musicais e intelectuais como Fernando Ortiz (1965) transitavam pela ambiguidade do conceito entre o

¹⁰⁸ Conforme indica Carlos Rodrigues Brandão, o folclore também era, na ótica de Antônio Gramsci, uma *cultura de classes subalterna* que se opunha ao que chama de cultura oficial. Para Gramsci, o folclore deveria ser tratado como uma “concepção de mundo e de vida”. (1984, p. 102)

popular e o folclore, ao dizer que todo o folclore é popular, mas nem todo o popular é folclórico (como, por exemplo, o Hino Nacional ou as canções italianizantes da burguesia):

Ciertamente es a veces difícil de distinguir una música folklórica de una que sea meramente popular. Es cuestión de semántica. Cuando El término “pueblo” quiere decir la gente de las capas inferiores en La pirámide social, entonces música folklórica y música popular serán expresiones de igual sentido; pero El concepto de “popular” es mas amplio que el limitado al basamento estratigráfico de una determinada sociedad humana, que es donde están el folk y lo folklórico. (ORTIZ, 1965 *apud.*, QUINTERO-RIVERA, 2000, p.101)¹⁰⁹

Sendo assim, a distinção entre cultura popular e folclore só vai começar a ser destrinchada a partir dos anos 1950, devido principalmente ao papel do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). A partir daí, o folclore passou a ser tradição e a cultura popular foi tida como sinônimo de transformação. Mas antes o folclore era tido como emblema da construção de uma nação e ênfase de autenticidade, pois conforme salientava Mário de Andrade (1977, p.151) o compositor que perdesse de vista e de estudo o folclore nacional fatalmente se desnacionalizaria e deixaria de funcionar. E era dentro, pois, desse contexto que as obras de Carvalho estavam inseridas, ou seja, na perspectiva de elaboração de visões do nacional, buscando a partir do folclore os traços do “povo”, revelado a partir da fusão das “três raças”.

Nas notas preliminares do prefácio da primeira edição, Rodrigues de Carvalho disserta sobre a sua concepção de folclore fazendo alusão à importância dos estudos orientados por Melo Moraes Filho¹¹⁰ e Silvio Romero que, diga-se de passagem, são constantemente referenciados nas duas obras aqui analisadas:

O Folclore brasileiro, por cujo estudo tanto se esforçam Silvio Romero e Melo Moraes Filho, é incontestavelmente um precioso contingente para a história da literatura nacional. Os cantos e os contos de origem popular, revelando a fonte inspiradora das três raças em cruzamento, não só falam ao coração pela reminiscência de lendas e tradições que se extinguem, como são um atestado vivo da força intelectual de cada uma daquelas raças, a fundir-se no mestiço diante dessa natureza esplêndidamente vitoriosa. (CARVALHO, 1995, p. 32).

¹⁰⁹ Certamente é por vezes difícil distinguir a música folclórica de uma que é apenas popular. É uma questão de semântica. Quando o termo “povo” se refere às pessoas das camadas inferiores da pirâmide social, então a música folclórica e música popular são expressões do mesmo sentido, mas o conceito de “popular” é mais amplo do que limitado a uma específica estratigráfica de uma determinada sociedade humana, que é onde está o *folk* e folclórico (tradução minha).

¹¹⁰ Alexandre José de Melo Moraes Filho (1844-1919) foi poeta, folclorista e cronista. Publicou obras de grande importância etnográfica e folclórica, tais como: *Cancioneiro dos ciganos* (1885), *Os ciganos no Brasil*, *Festas populares do Brasil* (1888) e *Festas no Natal* (1895). Para mais informações acerca de suas obras, ver: www.objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1292556/or1292556.pdf.

Segundo Rodrigues de Carvalho, além da circunstância de ordem etnológica, o folclore era “genuinamente” popular, pois nele perpetuavam a sinceridade do povo refletida nostalgicamente através das crônicas, poesias e contos que atestavam todas as gerações. Para tanto, Carvalho (1995, p. 33) faz menção a diferentes folcloristas da Itália, Grécia, França, Espanha e Portugal, concluindo que todos eles foram colher na poesia do povo a fonte genuína do sentir de cada uma dessas nacionalidades. Neste sentido, por fim, para reafirmar sua ideia, reproduz uma citação do *Cancioneiro Popular*, de Theophilo Braga, em que este último ressalta a poesia do povo como uma “profunda verdade” sentida por filósofos, poetas e intelectuais de renome, como Platão, Lutero, Montaigne e Rousseau. Isso torna ainda mais nítida à linha tênue indicada por Carvalho entre o “povo” e os intelectuais como importantes interlocutores do folclore.

Mais adiante, leva em conta a discussão sobre a especificidade entre as “três raças” mediante a diversidade de práticas culturais dos portugueses, índios e africanos. Desta forma, critica a investigação do folclore no que concerne à busca das origens sobre cada elemento, questionando um “hibridismo etnológico” entre eles como resultado do meio em que se colhiam tais produções. Por conseguinte, esclarece que se perdia tempo em tal investigação, visto que a trova portuguesa “nada mais tinha de origem senão a índole”, a lenda tupi corria “confusa e inteiramente adulterada pelo costume” e o elemento africano ainda era “mais tênue e mais vago” (CARVALHO, 1995, p. 34). Portanto, Rodrigues de Carvalho entendia que dos três elementos restava apenas a reminiscência estampada nas ações e costumes do brasileiro, pois os cantos portugueses estavam entremeados de expressões indígenas e de onomatopeias africanas.

Por sua vez, ressalta que era difícil realizar um trabalho de seleção criterioso, pois as quadras, décimas, lendas e contos traduziam-se em costumes nacionais, contudo estavam saturados de ideias e expressões portuguesas. A respeito disso, ampara-se na *História da Literatura Brasileira* (1888), de Silvio Romero, em que o último cita diversos exemplos de poesia entremeada de versos portugueses, africanos e americanos. Com efeito, Carvalho salienta que não justifica Romero quando ele afirma a origem de cada conto ou canto das suas coleções. Para ele, era de suma importância estudar o meio, bem como o momento de sua criação, pouco importando a procedência de cada elemento:

Ao meu ver, cuidando-se da elaboração do folclore, pouco importa destacar elementos de per si; é preferível em cada verso ou em cada conto, estudar o meio e o momento da sua criação, e tirar dessas investigações um resultado mais proveitoso que o saber se a procedência é portuguesa, africana ou indígena: estudar qual a condição da nossa civilização, quais os elementos preponderantes para o respectivo aperfeiçoamento; qual o estágio mental das

duas raças selvagens, e a sua evolução em contato com a portuguesa. Pela concepção de um conto, pela harmonia de uma trova, muito se induzirá, sobre a evolução intelectual de qualquer povo em estado de formação ou decadência. (CARVALHO, 1995, p. 40)

Sílvio Romero foi uma das grandes referências nas obras de Carvalho por ser um dos pioneiros nos estudos folclóricos e literários do período. De acordo com Alfredo Bosi (2006), na literatura, como também nas demais artes e no folclore, Romero exprime diretamente fatores naturais e sociais. Entretanto, são as raças e a mestiçagem que determinam em última estância a natureza dos gêneros e conteúdo dos exemplos colhidos. Para ele, o erigir da literatura original repousaria no mestiço, repositório da fusão de elementos componentes do brasileiro, e pela incorporação das “faculdades de imaginação e sentimento dos selvagens do continente americano e africano” a uma “expressão civilizada” (VENTURA, 1991, p. 48). Neste viés, Sílvio Romero propõe a formação da nacionalidade literária no vínculo entre mestiçagem e poesia popular, relacionando a literatura brasileira ao cruzamento de raças e de línguas.

Rodrigues de Carvalho se aproximava de Sílvio Romero na medida em que abarcava ao folclore “as condições emocionais de cada raça, de cada povo e de cada civilização”, buscando atrelar em exemplos a fusão entre os três elementos, os quais eram apontados muitas vezes por meio de fábulas e origens míticas. Entretanto, apesar de privilegiar o discurso do mestiço, focou unicamente em cada elemento de modo que posteriormente pudesse demonstrar o “cruzamento” entre os “elementos formadores da história de um povo”, que segundo Rodrigues de Carvalho eram “modificados pelo meio e condições evolucionais da civilização brasileira” (CARVALHO, 1995, p. 100). Destarte, as manifestações culturais eram pensadas por Carvalho como fruto que se “naturalizava” dentro de um processo evolutivo de formação nacional. Desta forma, sua noção quanto ao sistema literário elencava uma série de perguntas que estavam interligadas a outros campos de conhecimento, sobretudo, enfatizando a história (enquanto origem) e a cultura popular (enquanto poesia):

Quando começou a poesia popular no Brasil? Onde primeiro espontou? Que influência mental orientou-a? Quais as correntes literárias que determinaram a sua marcha evolutiva, partindo da monotonia, da musa indígena às flexuras saudosas e picarescas da trova atual? (CARVALHO, 1995, p. 40)

Para o autor, ainda que atrelasse a representação indígena enquanto um dos pontos de partida, essas eram interrogações que só poderiam ser respondidas por hipóteses mais ou menos verossímeis.

3.7 Índio em representação

No tocante à temática literária indígena, Rodrigues de Carvalho cita o padre jesuíta José de Anchieta (1534-1597) para afirmar que o mesmo foi responsável em espalhar, envolta com as palavras evangelizadoras de fé cristã, autos, mistérios, dramas de fundo religioso e simbólicas divindades como ponto de partida que, posteriormente, vieram a germinar em nossa literatura.

Não obstante, faz menção a obra *Florilégio da Poesia Brasileira* (1850), de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), para destacar o trecho em que este historiador menciona o indígena e sua relação com o gênero da poesia enquanto músico e improvisador, revelando também que os índios, ainda que tivessem “boas vozes”, eram demasiadamente monótonos. Por fim, recorre a Mello Moraes Filho para contrapor a opinião de Varnhagen, pois o primeiro entende como “mera ficção essa idéia de ser o indígena brasílico dotado de inspiração poética” (CARVALHO, 1995, p. 41). Isso torna a sua fundamentação um pouco confusa, visto que embora Carvalho frise acatar Mello Moraes seu respaldo vai de encontro às afirmações enveredadas por Francisco Varnhagen no que tange à poética do índio.

Amparando-se e transcrevendo os versos colhidos *da Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, Rodrigues de Carvalho procura demonstrar em exemplos o estágio de poesia dos índios. Para ele, o expediente adotado por Anchieta através da escrita de versos na “língua indígena” em seus ensaios teatrais comprovava a presunção de que entre os índios exista pela poesia um campo muito proveitoso à missão da catequese. Logo, conclui que se a campanha “civilizadora” do jesuíta começou pela poesia fica fácil compreender que a poesia popular de inspiração indígena nasceu em contato com a influência religiosa.

A propósito da monotonia indígena, Carvalho destaca os cocos populares, ressaltando que a concepção é escassa e o vocabulário é paupérrimo. Quanto ao fenômeno na arte da harmonia musicada entre os índios, segundo ele não soavam senão em três notas; necessitando dos estribilhos repetidos nos cantos, das palmas ritmadas nas danças e de palavras de enxerto na trova. Em meio aos simples termos de gírias, conforme observado por Carvalho através de Varnhagen e Theóphilo Braga¹¹¹, as sílabas destacadas chegavam para completar a exigência da métrica, sendo algo bastante frequente na poesia popular no norte do Brasil. Neste âmbito, reproduz uma quadra boêmia cantada em roda que faz honra a São Gonçalo, o Santo casamenteiro:

¹¹¹ Theóphilo Braga é constantemente referenciado nas obras de Carvalho, sendo por ele considerado como “melhor folclorista da língua portuguesa” (CARVALHO, 1995, p. 51).

São Gonçalo foi à caça, caça, caça,
 Todo cheio de lacinhos, cinhos, cinhos,
 Em louvor do mesmo santo, santo, santo,
 Vou beber um bocadinho

Estrilho:

Dá-me, Deus, dá-me Deus,
 Gi-ti-ri-ti-ri-ti-ti . . .
 Dá-me Deus, dá-me, Deus,
 Gi-ti-ri-ti-ri-ti-ti¹¹².

Partindo para os rituais e cerimônias indígenas, Rodrigues de Carvalho faz uma análise entre as tradições e superstições ocorridas na antiguidade oriental, pontuando-as enquanto analogias quando comparadas com as práticas do índio ocidental e “nortista”. Segundo Carvalho, do mesmo modo que no norte as cerimônias de jurema se realizam do sábado para domingo, na Índia acontecia neste mesmo dia a prática de adoração de Holda, a lua.

O uso da couvade também é outro ponto enveredado por ele como “ensinamento histórico” perpetuado por “diversos povos primitivos”, sendo ainda praticado por homens em algumas tribos indígenas da Amazônia. Neste caso, durante a gravidez da mulher e logo após o nascimento da criança, o homem se recolhe à cama por dias no lugar da parturiente com a premissa em simbolizar que o filho será gerado através das entranhas do pai. Para além dessas analogias, Rodrigues menciona outras práticas concomitantes perpassadas de uma geração para outra, que segundo ele mantém singularmente a sua “essência”:

(...) como era prática na antiguidade, os indígenas fazem os seus aparatosos banquetes funerários quando morre um da comunhão; convidam as malocas vizinhas, matam caça durante dias, enfeitam o terreiro da habitação de penas multicores, amarradas em um mesmo fio, como bandeirinha de papel; e, reunidos, cantam, tocam, dançam e se banqueteam, chorando em seguida sobre as cinzas do morto, para que depois renovarem a cerimônia festiva. Muitos são os pontos análogos, por onde se verifica a identidade humana, senão por ter tido um berço comum, mas por ser comum a sua essência. (CARVALHO, 1995, p. 40)

¹¹² Ver Rodrigues de Carvalho, “O inverno no sertão”, in *Cancioneiro do Norte*, p. 52.

Abordando a respeito do carnaval, Rodrigues de Carvalho atenta para os diversos folgares que encenam pelas ruas, tais como cocos, maracatus, marujos (fandangos ou nau Catarineta) e o bumba meu boi. Todavia, seu maior destaque é dado aos *caboclinhos*¹¹³, descrevendo-os como “restos de diversão indígena”. De acordo com ele, nesse folguedo dezesseis ou vinte figuras ostentando trajes de cores berrantes, com enfeites de espelinhos e penachos à cabeça, empunhando arcos e flechas que eram manejados ao som de um tambor e de uma gaita. Com efeito, simulavam um combate até o surgimento do rei, o qual trajado de capa e espada era cortejado por dois culumins, que na gíria do folguedo eram conhecidos como os *perósmingus* (CARVALHO, 1995, p. 84).

Ademais, o autor discorre sobre as manifestações sagradas e profanas que marcavam o mês de maio e o São João, sobretudo, atentando para a presença indígena em meio a esses festejos. Para Carvalho, as danças de origem popular aliadas ao canto pelo ritmo e pelo tom picaresco completavam os dados exigidos pelo folclore. Em *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil* fala em pormenores sobre a variedade de cocos e a arte do canto, observando que tanto na “música instrumentada” quanto no “verso posto em sofá” há uma maior pobreza de notas na combinação dos sons entre as “raças inferiores” (CARVALHO, 1967, p. 49).

Sobre os Maracatus e o uso do maracá, Rodrigues de Carvalho elucida a “confusão” nos folgares e nome dos instrumentos entre índios e negros. Para o autor, o negro usa maracá e dança maracatu, entretanto os vocábulos são de origem tupi até porque na língua geral, maracatu quer dizer “toque bonito”. Desse modo, enfatiza como as “duas raças” se entrelaçam no que concerne às superstições, mandingas e feitiçarias enquanto complemento dos folgares. A respeito disso, Carvalho (1967, p. 50-51) procura descrever uma gama de rituais, costumes e crenças populares entre negros e índios que se misturavam nas “práticas do feitiço”:

Todos comungam um mesmo sistema: reunidos, sôbre uma esteira, sob o efeito capitoso de beberagens aguardentadas, tocam maracás feitos com caroços de mulungú, entoando frases cabalísticas, e fazendo medidas, depois transformam a cerimônia em dança. Homens e mulheres estão convencidos que, ao poder daquelas cerimônias o corpo está fechado a todos os males,

¹¹³ Convém ressaltar que Manuel Diégues Júnior (1995, p. 20-21) nega que os *caboclinhos* sejam considerados uma diversão indígena. Para Diégues Jr., embora o nome se prenda a grupos provenientes ou remanescentes de indígenas, a realidade é que se trata de um folguedo bastante influenciado pelo elemento negro, visto que os integrantes do grupo, apesar das evidentes modificações trajadas nas indumentárias indígenas, usavam o canto e a música marcadamente de origem africana. Para tanto, faz menção ao artigo *O auto dos Caboclinhos* (1952), do folclorista Teothônio Brandão (1907-1981), mais conhecido como Theo Brandão, responsável por fazer um estudo completo sobre os Caboclinhos, a partir da análise dos textos cantados e da música registrada em temas folclóricos do Nordeste, a fim de mostrar a influência preponderante dos elementos culturais africanos.

que os corações dos amantes ingratos se abrem em ternuras felizes. Rosários, sapos de boca cosida, bonecas, bichos de diversas qualidades engrudados em cera de abelha, ornamentados de fragmentos de bolacha, são os enfeites da *mesa*. (CARVALHO, 1967, p. 51)

No que concerne ao ritual de jurema, praticada comumente pelo indígena, Rodrigues de Carvalho (1967, p. 52-53) transcreve alguns versos do seu rito, que segundo ele é cantarolado em som gutural, acompanhado ao ritmo do maracá. Contudo, enfatiza que essa forma de catimbó¹¹⁴ era também praticada pelos africanos, visto que era notório certo hibridismo já no próprio termo utilizado para nomear o ritual. De acordo com Carvalho, o termo *catimbó* é da língua geral do indígena e significa “mato cheiroso” ou “planta cheirosa”, no entanto catimbó significa “feitiço” para o mestiço em geral. Não obstante, a jurema era utilizada nas mesas de feitiço, tendo um efeito narcotizante.

3.8 Negro em representação

Em *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil*, conforme já é evidenciado no próprio título do trabalho, Carvalho dedica um espaço maior para abordar o processo histórico-cultural e representações sociais no que condiz aos negros. Desta maneira, prioriza de antemão tópicos sobre o negro na condição de escravo, realçando o tema da importação, a condição dos importados, os lucros do comércio de escravos, a proporção superável de habitantes negros em relação aos brancos e a legislação sobre a escravidão em Portugal com vigência no Brasil.

Segundo afirma Roberto Ventura (1991, p. 46), com a mudança de padrão cultural, por volta de 1870, o negro e o escravo foram incorporados como objetos de discurso literário e cultural. Desta maneira, em termos literários, a incorporação do negro e do escravo se deu a partir de 1860, juntamente com o relativo desaparecimento do indígena como personagem ficcional ou assunto poético, sendo somente retomado e valorizado com o movimento modernista na década de 1920. Para o autor, os efeitos da escravidão, a exemplo da “perversão” dos costumes, “foi um dos temas mais recorrentes no pensamento abolicionista e nos textos literários que discutiram o cativo, visto como ‘cancro’ ou ‘infecção’ moral” (VENTURA, 1991, p. 46).

Há muitas passagens em que Carvalho relata o cotidiano do escravo na labuta e o regime de torturas que os “senhores” submetiam os “homens de cor”. Segundo o autor, o

¹¹⁴ A jurema também era chamada de catimbó, termo êmico que se tornou popularizado pela literatura clássica como “baixo espiritismo” (ROSA, 2009, p. 179).

africano era explorado nos campos, nos engenhos e no labor torturante dos afazeres que lhe eram confiados. Trabalhavam sem ter nenhum descanso durante o dia, eram mal alimentados, desnudos, sem higiene, além de dormirem no chão e algumas raras vezes nos jiraus de varas das senzalas. Todavia, posteriormente explica que mesmo apesar de todo o desconforto o escravo africano conseguiu manter a sua resistência física:

Despertavam aos gritos do feitor, ou ainda sôbre o “bacalhau”, relho cru, desse algoz. Às 5 da manhã já eram os escravos lançados à labuta incessante. Nenhuma ração premonitória das energias. Alguns levavam ocultamente na fralda da camisa um punhado de farinha com uma garra de *bacalhau de peixe*. A boia generalizada era distribuída às 11 horas do dia: um naco de carne de xarque da mais ordinária do mercado e sempre uma chícara de farinha de mandioca. Eis tudo quanto o “Senhor” guardava para os “seus negros”. À noite, pelas sete horas, era a ração complementar: sempre a carne de xarque ardida ou mofada com o *prato de pirão*. Café, não lhes era ministrado; rapadura ou merenda, só furtivamente, se o prêto as conseguia por meios escusos. Furtava do *partido* uma cana, chupando-a às ocultas, enterrava o bagaço para evitar a descoberta de furto, e o castigo, que era o de ser exposto ao *tronco*. *Arrancava um pé de macaxeira*, uma espiga de milho, ou *cavava* um cará selvagem... Aos domingos ia caçar punarés, pescar uns lólôs ou piabas no riacho, nunca no açude do senhor; porque o peixe era do “branco”. (CARVALHO, 1967, p. 25)

Neste sentido, percebe-se que Rodrigues de Carvalho oferecia contribuições significativas para a historiografia brasileira no que tange a temática da escravidão no universo colonial. Para tanto, reproduziu crônicas locais e relatos orais para complementar também os “espaços em branco” no tocante a historiografia literária brasileira. A oralidade não é só responsável pela perpetuação da rotina do escravo pelo viés de um *outro* ângulo, bem como é importante na reinvenção da história, memória e identidade do povo negro no Brasil. Um exemplo marcante da oralidade na cultura brasileira são as velhas negras que andavam de engenho em engenho enchendo os ouvidos das outras pretas e dos meninos brancos. Carvalho faz menção a uma senhora de Pirpirituba/PB, filha de africanos e octogenários, conhecida como “velha Torquata”, que tinha uma “memória invejável” e narrou a ele histórias sobre os “suplícios da raça”:

Certa vez, disse: “Era um prêto velho *das outras bandas*, muito velho, quase aleijado, só servia para comer. Meu *sinhô*, seu *Lalão* mandou fazer *a queima de um roçado*, e encarregou o prêto velho *de apagar o fogo p’ra não passar do asseiro p’ra outro lado*. O fogo se espalhou, o pobre velho ficou cercado de labaredas e *lá se foi queimado*”! O “senhor” costumava dar fim aqueles que só lhe serviam para dar despêsas (CARVALHO, 1967, p. 26).

Rodrigues de Carvalho descreve também os relatos da velha Torquata sobre as surras e castigos dados aos negros, salientando que para além do chicote o tronco era um aparelho

constantemente utilizado pelos senhores. Após passar horas suspenso em uma forte viga, a vítima ficava “sem fôrças” e muitas vezes “desfalecida” ou “falecida”. Mas, embora critique as rigorosas sevícias, de açoites e pancadas com que os senhores maltratavam os escravos, o autor faz uso desse mesmo discurso para justificar que foi devido a essa condição de tortura que a “raça negra” acabou influenciando na modificação antropológica do brasileiro. Para Rodrigues de Carvalho foi naquele “embrião de negregando estádio mental” em que se formou um esboço da “sub-raça” do que seria um dia a nacionalidade “impávida e aguerrida”, que no final das contas “seria o brasileiro atual estrênuo defensor desta vasta região de grandezas imprevistas” (CARVALHO, 1967, p. 8).

Ademais, apesar do regime de tortura imposto ao escravo, o folclorista ressalta que os negros também se divertiam “nas noites de domingo, ao luar, no pátrio fronteiro à senzala” (CARVALHO, 1967, p. 27). Conforme o autor, apesar do jugo tirânico da condição de escravos, os negros eram expansivos e inconscientemente alegres, pois costumavam rir a propósito de tudo. A respeito disso Carvalho incorpora o discurso do negro enquanto sujeito conformado, bem como conclui que a sorte afligia o escravo, porque para ele “o seu horizonte visual era aquele mesmo na vida” (1967, p. 47).

A partir do exposto, no que condiz ao cotidiano dos escravos nos engenhos, enfatiza que o canto acompanhava o trabalho bruto na enxada enquanto faziam apostas entre eles para saber quem limparia mais depressa as plantas daninhas ou faria as covas para o plantio da cana-de-açúcar nas várzeas de massapé. Sobre a “preta” ressalta que a mesma também era companheira daquela labuta sendo ela responsável por limpar e plantar o milho, carregando muitas vezes às costas um filho, mas sem deixar de lado a “alacridade naquela gente”. E nas noites de domingos aproveitavam o luar para fazer as suas danças, os cocos, os maracatus e os cambindas. Já nos dias “santificados” o elemento africano cantava nostalgicamente ao toque plangente dos atabaques e puitas¹¹⁵.

Em relação à musicalidade dos negros, Rodrigues de Carvalho afirma que a cantoria e o toque do batuque são monótonos, no qual o ritmo condiz como requebro e trejeitos nas diversas danças. Segundo ele, os negros cantavam cantigas guturais usadas na África, as quais eram escassas de sílabas entoadas em poucas notas ao batuque do zabumba com o acompanhamento da puíta, dos caracachás, ganzás ou mesmo pelas pancadas sob o arame do

¹¹⁵ Rodrigues de Carvalho informa ao leitor em nota de rodapé que a puíta, assim como o atabaque, é feita de um barrilote com uma de suas bocas coberta de couro bem esticado, só que acrescida de um certo aparelho que quando tocado faz o acompanhamento (1995, p. 49).

berimbau. Sobre a dança cambinda Carvalho retrata o canto e os movimentos feitos durante essa coreografia africana:

Os negros, em promiscuidade de sexo, conservam-se em roda dos tocadores, e de quando em vez sai um par de mãos dadas como a desconjunturar tôdas as articulações da espinha dorsal, inclinando-se para trás: “Vamos quebrar jirau... O... lê...”, repetem sempre êste estribilho, cantando até que a dança acaba. Esta é uma das mais esquisitas partes da coreografia africana, entre nós. Na dança cambindas os dançadores levam todo tempo acorados num movimento de sapo que obedece à música. (CARVALHO, 1995, p.50).

Em tópico que acentua sobre a afetividade do elemento negro, Rodrigues de Carvalho reproduz cantigas de ninar que foram bastante entoadas pelas mucamas para embalar as crianças. Para tanto, prioriza também as cantorias dos negros inspiradas invariavelmente pela preocupação com o trabalho. De acordo com ele, a moenda do engenho, a aguardente, as pessoas do contato diário, o gado e o cercado eram motivos dos folgares e dos versos obtusos. Neste sentido, transcreve “Ô lê lê vira moenda”, canção dos negros dos engenhos da Paraíba em que mistura cantos populares da faina dos escravos e o Pernambuco político de 1884 a 1888, com a propaganda abolicionista e a morte de José Maria¹¹⁶, que segundo Carvalho (1967, p. 61) se deu em uma eleição na matriz de São José, em Recife/PE:

Ô lelê vira moenda,
 Ô lelê moenda virou,
 Quem não tem uma camisa,
 Prá que quer um palito?

Bebe o caxeiro na venda,
 O patrão no Varadou,
 Eu estava em Itabaiana,
 Quando a boiada passou;
 Ô lelê vira moenda,
 Ô lelê moenda virou.

Eu estava em Beberibe
 Quanto a notícia chegou:

¹¹⁶ José Maria de Albuquerque Melo foi jornalista político e redator do jornal *A Província*. Conforme indica Rogéria Moreira de Ipanema (2010) José Maria foi assassinado a tiros pelo comandante da polícia enquanto visitava uma seção eleitoral do Recife e protestava contra ilegalidades praticadas pelo presidente da mesa ao exigir dos mesários a presença de um fiscal.

Mataram Zé Mariano,
 O comércio se fechou.
 Ô lelê vira moenda,
 Ô lelê moenda virou
 E Viva Joaquim Nabuco
 Com todo o seu pessoal
 E viva o cordão azul
 E o partido liberal!¹¹⁷

Em conformidade com Carvalho, essa música era entoada ao som de palmas, em uma espécie de dança em que o descendente do africano confundia os primitivos cantos com os do aborígene¹¹⁸, referindo-se à sua labuta, bem como às condições propiciadas pelo meio. Dessa forma, continua desenvolvendo a ideia de que há uma mescla constante entre os africanos e descendentes em meio à convivência com outros elementos, principalmente aqueles que vão de encontro às práticas culturais indígenas ou portuguesas.

Em compensação, é preciso considerar no que compreende ao elemento africano, o autor considerava-o responsável em ministrar “uma dose de talento criador, de inteligência, vivacidade, faculdades artísticas e um tom especial de emotividade” (CARVALHO, 1967, p. 35). Desta feita, Rodrigues de Carvalho considera que o africano ocupou um papel proeminente em todas as manifestações cívicas, artísticas, intelectuais e emotivas. A fim de comprovar o que foi dito, destaca nominalmente indivíduos negros que contribuíram para a história, música, pintura e poesia; citando exemplos e embasando sobre o que seria para ele o “poder formidável da formação intelectual dos brasileiros por influência africana” (1967, p. 40).

Ao enveredar sobre a República dos Palmares, o folclorista glorifica Henrique Dias, que nas palavras dele tem “pele de ébano e coração romano”, responsabilizando-o por ter traçado a maior epopeia de patriotismo negro induzido pelo trabalho árduo e eficaz quanto à formação da civilização brasileira. No que pauta a guerra do Paraguai (1864-1870), destaca General Tibúrcio (1837-1885), Antônio João (1823-1864) e Marcílio Dias (1838 – 1865) como símbolos de “bravura” e o General Osório (1808-1879) pela “predestinação de um gênio”. Na música faz referência ao padre José Maurício Nunes (1767-1830) como maestro da “capela imperial” e ao Antônio Carlos Gomes (1836-1896), compositor e maestro reconhecido pela ópera *Escravo* (1889).

¹¹⁷ Ver Rodrigues de Carvalho, “Ô lê lê vira moenda”, in *Cancioneiro do Norte*, p. 152.

¹¹⁸ Em vários momentos o autor se confunde utilizando a palavra “aborígene” como sinônimo ao “índio”.

Na pintura menciona o Pedro Américo (1843-1905), justificando que embora esse paraibano seja “requeimado ao sol do norte” não possuía os cabelos que denunciavam a “raça mártir”, sendo ele, portanto, moreno. Na poesia cita Gonçalves Dias (1823-1864) enquanto filho de mulata e como o maior dos poetas brasileiros, posto também que contemplou as palmeiras e os sabiás, assim como elevou o sangue tupi ao simbolizar os heróis indígenas em seus poemas. Rodrigues de Carvalho (1967, p. 38-39) acrescenta ainda o poeta pernambucano, José Natividade Saldanha (1796-1832), atribuindo às suas obras “riqueza dos talentos de fonte africana”; elogia José Basílio da Gama (1741-1795) chamando-o de “grande poeta épico” e caracteriza Gonçalves Crespo (1846-1883) ressaltando a sua delicadeza e graça na forma de poeta meridional. Com esses dados, Carvalho concluía que catalogar jornalistas, oradores, poetas, músicos e descendentes de africanos no Brasil significava remexer com toda a nossa vida intelectual para afirmar aquilo que todo mundo já conhecia. Em suma, explicitava que na história da intelectualidade brasileira não se podia recusar todo o relevo ao mestiço, o qual segundo ele tinha sangue positivo ou disfarçadamente africano.

Em vista disso, Rodrigues de Carvalho pontua que a relação dos mestiços brasileiros é muito extensa e que dessa forma todos nós seríamos “artífices dessa obra de inteligência e arte que acentua a nossa literatura” (1967, p.42). Mas mesmo assim se arrisca em exemplificar grandes nomes como Machado de Assis, Tobias Barreto e Gonçalves Dias, salientando que nas estrofes desses intelectuais há manifestações de um modo próprio de sentir e expressar pela emoção de maneira inimitável. Finalmente, após ainda mencionar outros sonetistas e poetas, conclui que mesmo medindo os elementos de nossa intelectualidade, de uma forma ou de outra, chegar-se-ia ao alicerce da raça negra:

Por mais que se tenha de medir os elementos componentes de nossa intelectualidade, fugindo a êsses fatores, baseando em outras fontes a razão de nossa feição criadora de motivos sempre desoladoramente humanos, chegaremos fatalmente ao imperioso e categórico fundamento da raça negra. E aí ainda temos a indicar o grandioso exemplo de Cruz e Souza, o negro retinto exteriormente e iluminado de sonhos e vulcões no pensamento. (CARVALHO, 1995, p.44).

Em termos de literatura, Rodrigues de Carvalho explica que a causa dos negros serviu para inspirar dramas, poemas e romances. A propaganda literária, segundo ele, influenciou bastante nas criações literárias, citando como exemplo obras clássicas, tais como: *A Escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães; *O Navio negreiro* (1869), de Castro Alvez e Mauro, o *escravo* (1864), de Fagundes Varela. Deste modo, procura afirmar a messe de modinhas,

quadras e sonetos no gênero de cantar a mulata para em seguida adentrar na literatura das ruas, o qual assegura que nela também se perpetuava o estado de “nossa formação”.

Outro tópico que o autor também dá relevo é sobre as superstições e crenças oriundas dos africanos. Conforme Carvalho os africanos são bastante supersticiosos no que concerne aos sofrimentos físicos e doenças, justificando-os como decorrência de causas naturais. Neste âmbito, o sapo é simbolizado como causador de males, sendo ele o inimigo irreconciliável do africano, pois: “No seu elementar entendimento, os bichos entram no corpo, e saem por efeito de benzedura, e beberagens entorpecentes” (CARVALHO, 1967, p. 85). Ademais, refere-se à cobra grande, a caipora e a outros personagens do folclore como irrefragáveis preocupações do negro e dos seus descendentes, reafirmando a crença nos fantasmas e nas aparições sobrenaturais. Neste sentido, Rodrigues de Carvalho procura reiterar que a lenda folclórica do Saci Pererê ainda era presente em São Paulo em termos de credence popular devido à relevância e à influência do elemento africano. Mediante essa perspectiva, transcreve os versos de Olavo Bilac (1865-1918) para que o leitor possa extrair a conferência sobre “O diabo” e a lenda brasileira do Saci, como uma “deixa” para atrelar poesia e folclore nas mesmas estrofes.

No que pauta as características do “preto”, Carvalho (1967, p. 93) descreve-o de maneira generalizada como valente e afetivo, muito embora em contrapartida afirme que entre os cangaceiros do nordeste o negro possuía o “requite da perversidade”, sendo não raro encontrar a “pusilanimidade nessa gente”. Para tanto, faz referência a um negro de Piancó/PB conhecido como Rio-Prêto, buscando esmiuçar respectivamente a imagem de um indivíduo violento, ébrio e perverso:

Matava por caçoadas, e vivia bebendo aguardante. Muitas vezes vertia o sangue da vítima no copo e misturava na dose da cachaça de seu uso. Era um tigre do sertão. Quando praticava um homicídio, diz a lenda regional, Rio-Prêto saía a dar rinchos como um burro. Por uma questão de honra, dois rapazes da família Leite, mandaram-no desta para a melhor numa emboscada. (CARVALHO, 1995, p. 93).

Não satisfeito, Rodrigues de Carvalho faz menção a outro sujeito chamado de “Serrote Preto”, o qual fez parte do grupo de Antônio Silvino¹¹⁹, para demonstrar a braveza e malignidade dos negros. Carvalho comenta, taxativamente, que Serrote era um negro grande, bruto e que tocava à irracionalidade: um “monstro da raça negra” (1967, p. 94). Conta ainda

¹¹⁹ Manoel Baptista de Moraes (1875-1944), conhecido popularmente como Antônio Silvino, foi um cangaceiro pernambucano responsável por diversos saques e assassinatos no interior do Nordeste (CARVALHO; RODRIGUES, 2012).

uma história de que Serrote matou com o punhal um fazendeiro de Ingá de Bacamarte/PB enquanto esse “infeliz sertanejo” ajudava-o com os arreios para o burro em que montava. No entanto, não foi o único a descrever Serrote Preto como um homem temido e malvado. O cronista e escritor campinense, Cristino Pimentel, descreve Serrote como um “cabra mal-encarado e de trunfa” que ao ser exibido no largo da Cadeia provocou alvoroço entre os que correram para ver o homem que parecia “uma fera acuada: a sua fisionomia mostrava a raiva que o roía por dentro” (CARVALHO; RODRIGUES, 2012, p. 19).

Por outro lado, segundo atenta Cristina Ribeiro (2005, p. 156), sob condição de escravo, o negro também foi omitido, rebaixado como raça bestializada, estrangeira e vinculada ao atrasado regime escravocrata. Como se pode notar, Rodrigues de Carvalho procura revelar a hostilidade do índio contra o negro, asseverando que este é sempre levado em conta como o mais inferiorizado. Em consonância com o autor, nas histórias populares, lendas e tradições, o elemento africano protagoniza a humilhação eterna por motivo de escravidão. Para tanto, cita diversas modalidades de desprezo, haja vista que segundo Carvalho havia uma preocupação constante de diminuir o negro, conforme exemplifica abaixo:

O branco é filho de Deus,
O mulato é enteadado,
O cabra não tem parente,
E negro é filho do Diabo.

Você diz que é branco fino,
Sem levar casta nenhuma,
Os cabelos da cabeça
Lhe sirvam de testemunha.

Todo branco vem de Deus,
Todo mulato é pimpão,
Todo o negro é feiticeiro,
Todo caboclo é ladrão.

O branco bebe champanha,
Mulato vinho do Pôrto,
Cabloco bebe aguardente,

E negro bosta de porco.¹²⁰

Carvalho (1967, p. 66) explica que essa forma generalizada de debochar do negro acentuava-se nos cantos e sambas dos engenhos, principalmente em Pernambuco e na Paraíba. Contudo, o negro não ficava inerte e reagia à cantoria diante da ironia martirizada do caboclo. Neste sentido, o autor atenta que era visível em chufas anônimas à oposição selada entre o caboclo indígena e o negro africano, pois os diálogos revelavam essa contínua “ojeriza das raças”:

Um tropeiro caboclo *argumentava* contra um colega da raça negra: “Caboclo tem um cabelo / Que se adoma em banha/ Quanto mais se passa o pente/ Mais o cabelo se assanha” O preto respondeu: “Caboclo não vai p’ro céu/ Nem que seja rezado; / Pois tem o cabelo duro,/Espeta Nosso Senhor”.. (CARVALHO, 1967, p. 71).

Todavia, apesar da reação do negro aos trovadores, havia um número maior de cantigas avulsas e de feição popular que corroboravam como sinônimo de ojeriza ao negro que advinham não só dos caboclos, bem como em grande parte dos brancos. Para Ricardo Luiz de Souza (2007, p. 117) o negro se tornou objeto de estudo em função das análises que tomavam como pressuposto sua inferioridade.

3.9 Português em representação

Para Carvalho e outros intelectuais do seu tempo, a busca de uma identidade específica só poderia ser compreendida na medida em que o Brasil assumisse as peculiaridades, tendo como base suas origens, que logo eram aliadas a elementos existentes em suas próprias tradições. Buscava-se, portanto, as origens também enquanto condição indispensável para o estudo da cultura popular. E, por conseguinte, atrelava-se ao estudo das tradições no sentido de resgatar elementos milenares no que fosse contemporâneo, de forma que pudesse demonstrar a universalidade de crenças e costumes que se encobriam sob o manto do regional.

Em algumas passagens, Rodrigues de Carvalho enfeixa o folclore como uma manifestação original, fecunda e de inculta riqueza intelectual, chegando a relacionar a poesia “anônima dos filhos do Norte” à origem comum no Brasil¹²¹. Contudo, ainda que ele destrinche diversas manifestações folclóricas como oriundas da região, o mesmo,

¹²⁰ Ver Rodrigues de Carvalho, “Sobre qualidades”, in *Cancioneiro do Norte*, p. 111.

¹²¹ Essa ideia do “Norte” ser retratado como origem e detentor dos costumes populares não surge por acaso. No debate travado por intelectuais da segunda metade do século XIX sobre o folclore ser considerado o novo símbolo da nacionalidade, segundo Cristina Betioli Ribeiro elegia-se unanimemente o *Norte* como “a região da genuína brasilidade”. (2005, p. 150)

contraditoriamente, cita uma grande variedade de práticas culturais populares das cidades “nortistas”, apontando-as em algumas passagens do seu *Cancioneiro do Norte* como uma “herança” originariamente portuguesa:

Ainda em qualquer casa das cidades do norte do Brasil, quase sem exceção, lê-se um papelito pregado por trás das portas: “Maria concebida sem pecado, livrai-nos da peste. Amém”. As parteiras, cheias de mistérios, bruxas necessárias a todos os lares pobres, nos momentos mais críticos de sua profissão, não recorrem aos estimulantes uterinos; colocam ao pescoço da parturiente um pesado badulaque de saquinhos com amuletos e orações, a que dão o nome de *Santo-Breve*. *E nada disto é originariamente nosso, é a Portugal que devemos tôdas essas tradições e abusões, cá deste lado do Atlântico, modificadas pelo fetichismo grosseiro e do negro da África* (CARVALHO, 1995, p. 68-69).

O “Birico” [...] ainda hoje é muito comum nas cidades e vilas da Paraíba êste brinquedo, no Ceará, apenas imitado pelos *caboclos*: oito figuras, trajadas mais ou menos burlescamente, de capacete emplumado à cabeça, e a dançarem uma espécie de quadrilha, ou contradança nas casas para onde são convidadas. Pela quaresma é o serra-velha: um grupo de vadios conduz barricas, serrotes e chocalhos, e às horas mortas estaciona à porta dos velhos mais rabugentos e jarretas, e improvisam versos picarescos, numa algazarra infernal, com exclamações, choros fingidos e tantas outras graçolas, supinamente agressivas a quem já desce os últimos barrancos da encosta da vida. *É uma variante das janeiras de Portugal*. (CARVALHO, 1995, p. 84-85) (grifo meu).

[...] o São João, é a festa das superstições, *são as lendas transplantadas pelo português, adaptadas em campo adequado: o espírito apoucado e fantasioso do indígena*. O milho verde, assado à fogueira, a canjica, as adivinhações pressagiosas do futuro... eis tudo. (CARVALHO, 1995, p. 87). (grifo meu).

As danças de origem popular, aliadas ao canto pelo ritmo e pelo tom picaresco, completam os dados que o folclore possa exigir. *De Portugal herdamos as que fazem as delícias do salão nas festas íntimas*. A Ciranda, por exemplo: “Ou Ciranda, ou cirandinha,/ Vamos todos cirandar;/ Vamos dar a meia volta,/Volta e meia vamos dar”. (CARVALHO, 1995, p. 88). (grifo meu).

Em meio a esse cenário, muito embora desde o século XIX fosse cada vez mais endossada a denegação de Portugal como ex-metrópole, a sua admissão como contribuição civilizadora na formação do Brasil era constantemente enaltecida (MELLO E SOUZA, 1997). Contudo, ao que se pode notar nas citações acima, buscava-se uma semelhança com o folclore

branco-europeu engendrado pelo romantismo alemão¹²² e que fosse ao mesmo tempo “ingenuamente autêntico” e adaptado a sua regionalidade.

No que rege a religiosidade popular, Rodrigues de Carvalho reflete sobre o desaparecimento da colaboração do povo nos cânticos da Igreja em Portugal após a interdição pelos Concílios. Desta forma, explica que no nordeste brasileiro essa colaboração estendia-se para além da Igreja, adentrando também na literatura popular. Para ele, havia uma inspiração filosófica e satírica, bem como uma “perfeita imitação dos antigos romances portugueses” (CARVALHO, 1995, p. 75). Neste *metier*, sobre os chamados pastoris, denominado por Carvalho como um misto de festa profana e religiosa em que o “menino Jesus é o pretexto da momentânea folia”, novamente o autor atrela essas representações demarcadas pela especificidade regional à herança portuguesa. Segundo o autor, dentre as danças e cânticos das pastorinhas, que estavam no auge na Paraíba e ainda mais no Estado de Pernambuco, havia uma “verdadeira cópia do velancico português” (CARVALHO, 1995, p. 73).

Com efeito, em meio a quadras, décimas, lendas e contos e por sua vez “saturadas de idéias e expressões portuguesas”, o autor afirma que também nos foi herdado de Portugal “essa espontânea vocação” para crer e praticar o ocultismo por meio da “credulidade religiosa”. Segundo Carvalho (1995, p. 66-67), a credice popular sobre a arte de curar relembra ainda costumes do estado fetichista, principalmente no que diz respeito à astrolatria. Conforme exemplifica o autor, a “mãe de família roceira” acreditava que caso não mostrasse o recém-nascido à lua nova seu filho poderia ser levado ou mesmo sofrer dor de barriga e outros achaques. Já um adulto que sofresse de linfatite¹²³ e tivesse os gânglios enfartados, ao invés de usar remédios e tônicos, deveria ele cortar a língua à lua.

Quanto às danças populares, Carvalho traça um paralelo entre o Brasil e Portugal no que concerne às cirandas. Conforme o autor, as cirandas em Portugal eram embaladas com canto a charola, folia, gitana, cativa, chacota e arremedilho. Já no norte do Brasil a ciranda reunia-se com o maracatu, a rolinha doce-doce e, comumente, com o baião. Tomavam-se diversas modalidades coreográficas e na arte do canto, tais como o desafio, o martelo, a ligeira, a embolada e a carretia. Ela era entoada em uma melopeia arrastada e cadenciada, sugestionando volteios entre os pares, homens e mulheres em uma grande roda, de mãos dadas. Rodrigues de Carvalho descreve “a imitação da ciranda, com um acento mais

¹²² De acordo com Cláudia Neiva de Matos (1994), o folclorismo germânico influenciou os intelectuais brasileiros oitocentistas. Vale ressaltar que o romantismo alemão apresentava como principal fundamento a rejeição do classicismo francês e do racionalismo. Para os românticos, seria através do sentimento que o indivíduo buscava a autenticidade de si mesmo.

¹²³ Inflamação dos gânglios linfáticos

brasileiro, e a rolinha doce, doce”, a qual saia “o par sapateando o binário de uma polca” (1995, p. 89).

Para Roberto Moreira (1996, p.14) a definição da identidade mediante ao contraste com o estrangeiro precisava ser complementada pela marca identificatória, tornando-se necessário resolver as contradições colocadas pela diversidade interna, surgindo daí a apropriação de manifestações culturais particulares para transformá-las em símbolos de coesão nacional. Contudo, ao mesmo tempo em que a heterogeneidade é lamentada pelas implicações com o modelo estrangeiro, por outro lado ela também é valorizada enquanto indicador de nossas singularidades:

Num momento a heterogeneidade é lamentada como uma imperfeição de que se deve envergonhar e um obstáculo para se atingir o modelo estrangeiro; em outro, ela é valorizada como motivo da nossa singularidade e um elemento promissor do qual se pode valer para a construção de um futuro nacional. (MOREIRA, 1996, p. 15).

É diante deste quadro que folcloristas como Rodrigues de Carvalho buscavam abordar a cultura popular sob diversas frentes, procurando associar as manifestações culturais a um processo evolutivo que procurava cristalizar o passado, valorizar tesouros primitivos e, sobretudo, encontrar as essências para que o cultivo do espírito nacional fosse retratado em “estado bruto”. Cristina Ribeiro (2005) afirma que grande parte dos estudiosos do folclore analisou o tema do ponto de vista etnográfico e antropológico, apresentando coletas de cantos e contos, assim como análises raciais, linguísticas e dos costumes do povo, nas províncias do Norte. Para a autora, poder-se-ia considerar sobre os estudos folclóricos que, num momento histórico em que havia um diálogo constante entre os campos do saber, “não necessariamente davam exclusividade a uma determinada ‘área científica’ de abordagem, dispondo, muitas vezes, da mescla de conhecimentos históricos, antropológicos, etnográficos e literários” (RIBEIRO, 2005, p. 163).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Este poeta que canta as coisas leves
O Mucuripe, os pássaros e as crianças...”
(Augusto dos Anjos)*

As interpretações da história dão sentido ao vivido ao atribuírem um ponto de vista em um presente a partir de um lugar social e um tempo específico. Desta forma, o desdobramento do tempo pode formular o processo histórico e, por conseguinte, interpretações inovadoras podem vir a surgir. Conforme evidencia José Carlos Reis (2006) há narrativas de narrativas, metanarrativas retrospectivas e interpretações de interpretações; concluindo assim que nenhum texto é saturado de sentido, exigindo sempre uma decisão contínua e possibilitando novos olhares a um determinado mundo histórico.

Destacando essa premissa, no capítulo I foi enfatizado como Rodrigues de Carvalho, assentado em suas interpretações, representava historicamente à realidade social no tempo histórico em que estava inserido. Para tanto, o autor enveredou por diferentes orientações no que tange à percepção da conduta dos atores sociais. Ao compor um contraponto entre as obras de Carvalho e o discurso elucidado por Gilberto Freyre, pode-se observar que ambos apresentavam interpretações distintas quanto à construção do “sujeito colonizador” no contexto do Brasil Colônia. Ao contrário de Freyre que enaltecia os portugueses como os homens ideais para viver os trópicos, Carvalho fazia oposição ao demonstrar a sua preferência pelo colono holandês, explicitando a disciplina, a pertinência pelos seus ideais e o vigor físico como uma das principais vantagens do “europeu do norte”. Para o autor, o português, além de egoísta e peninsular, não tinha capacidade para o comércio e nem de ampliar o seu território.

Contudo, viu-se que os índios também não foram muito bem recepcionados por Rodrigues de Carvalho no que condiz a colonização por considerá-los “retardatários” e “apáticos”, além de afirmar que somente influíam remotamente na formação intelectual do brasileiro. Não obstante, em contraposição a Euclides da Cunha que julgava o mulato como “degenerado” e aproximando-se da teoria etnográfica hierarquizada descrita por Sílvio Romero constatou que o africano havia contribuído mais que o índio por ser um “agente robusto civilizador”. Por conseguinte, mesmo que Carvalho fizesse juízo e relegasse o indígena e o africano enquanto “raças inferiores” quando comparado ao branco europeu, ambos também eram elencados pelo autor por suas influências e possíveis adaptações no estado ainda embrionário de formação da cultura popular “nortista”.

Segundo Carvalho, muito embora os africanos viessem de uma civilização atrasada somente eles, através do contato com outras raças, seriam tão adequados à formação do

caldeamento. Neste sentido, justifica que caso não tivesse ocorrido o tráfico de escravos para o Novo Mundo e o processo de caldeamento não tivesse se concretizado os africanos seriam apenas uma “massa bruta inoperante” e “retardatária”. Por outro lado, ainda que Rodrigues de Carvalho, Gilberto Freyre, Sílvio Romero e Euclides da Cunha apresentassem disparidades quanto ao quadro de interpretação social em relação às três raças formadoras, aproximavam-se ao indicar o branco na posição privilegiada de “raça superior”. No entanto, na concepção do autor, o “cruzamento” entre as três raças só teria êxito se cumprisse com as exigências da saúde, seleção, trabalho e educação moral; ressaltando que todos esses fatores estavam adstritos ao meio ambiente.

Ao burilar as obras de Rodrigues de Carvalho, nota-se a sua preocupação em delinear o discurso tradicionalista mediante formulações caracterizadoras do Nordeste, tomando a história como um lugar de produção da memória. Neste íterim, uma vez que moldava uma identidade nacional com base na definição de feições regionais, Carvalho realçava a tendência bairrista do regionalismo em conferir ao Nordeste o título da “mais brasileira de todas as regiões”, objetivando valorizar tudo aquilo que fosse genuinamente autêntico da região. Assim, enfatizava de maneira, sobretudo, nostálgica e saudosista às especificidades e tradições em torno dessa região como um “repositório original da mentalidade popular”.

No capítulo II foi realizado um levantamento considerando os dados biográficos relativos à origem social de Rodrigues de Carvalho, observando também o processo de formação intelectual do autor e sua trajetória em meio aos mais variados “espaços de sociabilidade”. Como bem atenta Jean François Sirinelli (1996, p. 247-248), a maioria dos itinerários traçados sobre os intelectuais segue linhas fragmentadas que apresentam complexas questões de interpretações, necessitando de esclarecimento e balizamento, sendo este então um instrumento de investigação histórica. Segundo ele, as estruturas de sociabilidade do meio intelectual são difíceis de apreender, no entanto o historiador não pode ignorar ou subestimar. Desse modo, pode-se concluir que, seja para escrever, ler ou mesmo compor, o intelectual necessita de envolvimento em um circuito de sociabilidade que o situe no mundo cultural, bem como lhe permita interpretar o mundo político e social de seu tempo (GOMES, 2004, p. 51). Seguindo esta trama apontada por Angela de Castro Gomes, pode-se salientar que com a participação de Carvalho numa rede de contatos (rede estas políticas e/ou sociais) foi demarcada a sua inserção no universo cultural.

Mediante os fatos expostos, compreende-se que Carvalho optou a princípio pelas atividades práticas, literárias e de autodidatismo, deixando em segundo plano a sua formação acadêmica e respectivamente o ingresso à faculdade de direito. Destarte, para além das

sociedades literárias Rodrigues de Carvalho tramitou por diferentes agremiações e institutos históricos, fazendo parte de um universo intelectual ligado a um conjunto de redes de sociabilidade diversas.

Na Padaria Espiritual, ainda que não tenha participado como “padeiro” nessa agremiação, Rodrigues de Carvalho teve seu espaço no periódico *O Pão* para lançar obras, como também para receber críticas principalmente quando seus poemas iam de encontro ao parnasianismo. No Centro Literário colaborou ativamente no órgão *A Iracema* publicando livros e desenvolvendo atividades editoriais, assim como se fez presente em reuniões e conferências literárias alavancando a sua carreira enquanto poeta e intelectual. No Ceará, foi mediante a ação dessas associações, revistas e jornais literários que as letras cearenses se expandiram. Conforme Cícero Filho (2007), agremiações como a Padaria Espiritual e o Centro Literário respaldaram-se no pensamento da historiografia tradicional cearense que estava assentada sobre as condições do meio, da raça e da evolução social. Logo, não foi por acaso que Carvalho fez uso dessas concepções em seus textos e discursos.

Nas Academias de letras, juntamente com outros sócios, Rodrigues de Carvalho foi orientado pelas leis positivistas, evolutivas e sociológicas. Nos Institutos históricos priorizou a história local, bem como procurou juntar subsídios para a história da Paraíba ao tentar reconstituir todo o processo histórico aos nativos desse estado no objetivo de exaltar factualmente os “grandes feitos” e os “grandes heróis” no que concerne ao passado memorialista paraibano. Vale ressaltar também que nesses espaços a discussão racial ganhou mais destaque, visto que através de tais estabelecimentos partiram respostas alternativas quando revistos os diferentes trajetos de uma mesma doutrina (SCHWARCZ, 1993, p. 66).

Aproveitando-se de “conchavos” e da amizade influente de Castro Pinto, ingressou com parcimônia na vida política. Porém, como Secretário Geral do Estado causou intrigas e gerou polêmicas devido às discordâncias político-partidárias e desavenças no combate das lutas oligárquicas travadas com Epiácio Pessoa. A imprensa foi utilizada como um dos principais meios ao evidenciar as lutas de poder e o jogo recíproco de ataques e contra-ataque marcados por divergências pessoais, como também por mecanismos ideológicos, a exemplo do paternalismo e a troca de favores. Assim, diante do personalismo marcante da dominação epitacista, Carvalho, mesmo advogando pela própria causa ao revidar todas as críticas lançadas por Epiácio, não teve êxito nos confrontos desencadeados com seu oponente.

No capítulo III, antes de partir para a análise das fontes, fez-se uma breve “arqueologia” das duas obras de Rodrigues de Carvalho, de modo que fossem apresentadas questões relativas à estrutura e conteúdo concreto no tempo e espaço em que foram escritas e

posteriormente publicadas. No *Cancioneiro do Norte*, observou-se a partir das edições aqui apresentadas a preocupação do autor em ampliar, adaptar e refundir através da coleta e registro de novas produções da literatura local e nacional.

Com efeito, Carvalho evidenciou diferentes práticas culturais do folclore regional, registrando festas, tradições, desafios e cantos de natureza popular. Outrossim, ao conceder o folclore brasileiro enquanto importante “cabedal” e “precioso filão” da literatura, buscou apreender e interpretar variadas manifestações e práticas culturais elencadas no nordeste, a exemplo dos folguedos de natureza popular, cocos de roda, bumba meu boi, orações, festejos de São João, além de diversas danças dramáticas, como os caboclinhos, manifestações do carnaval de rua e festas do mês de maio. Rodrigues de Carvalho reputava o folclore como algo “genuinamente” popular em que nele se perpetuava de maneira sincera e espontânea as crônicas, poesias e contos atestados pelo povo e transmitidos nostalgicamente de geração em geração.

Pelo fato do livro *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil* ser parte integrante do seu trabalho apresentado no Primeiro Congresso Afro-Brasileiro do Recife, foi abordado a priori a importância deste evento para em seguida adentrar propriamente na obra. O Congresso de Recife foi de grande valia aos estudos ainda inéditos a respeito do negro (africano e brasileiro), muito embora tivesse a finalidade de promover uma cultura nacional mestiça. Nele, Rodrigues de Carvalho procurou ponderar nos dois trabalhos apresentados à contribuição do negro na sociedade brasileira, atentando, sobretudo, para a influência sociocultural e seu papel no processo formação da nacionalidade brasileira desde o período colonial.

Entretanto, assim como boa parte dos trabalhos ilustrados no referido Congresso, em *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil* Carvalho ofereceu contribuições significativas para a historiografia brasileira referente à temática da escravidão. Mas, por outro lado, pontuou estereótipos que culminaram em generalizações a exemplo da sensualidade da mulher africana, afetividade da raça, inferioridade e reprodução de uma série de desprezos e torturas postuladas ao negro. Diante disso, para Silva (2010, p. 15), ao invés de rupturas teóricas, o que houve em muitos casos, foi a conservação de categorias advindas de um pensamento social brasileiro fabricado em espaços tais como os Institutos Históricos e Geográficos. Em compensação é importante reiterar que Rodrigues não se limitou ao quadro de vitimização do negro, haja vista que ele enfocou também as resistências, estratégias e recusa da população negra quanto à imposição ao homem branco.

Tanto no *Cancioneiro do Norte* quanto em *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil* Rodrigues de Carvalho coletou e transcreveu narrativas orais enfatizando, sobretudo, os cantos de natureza popular e o papel dos cantadores. Para ele era importante registrar as festas, danças e tradições da época produzidas pelo “povo” em caráter de poesia, bem como fornecer um material que viesse a expressar sobre a vida dos cantadores do Nordeste. Neste sentido, separou os cantadores por Estados elencando comparações e distinções entre os trovadores da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, de modo que pudesse evidenciar ao leitor especificidades quanto ao ritmo, métrica e musicalidade entoada pelos cantadores. Para tanto, percebe-se o prevalecimento de insultos, ironias e algumas vezes elogios em meio às cantorias.

Em consonância a isso, Diégues Jr, ao comparar Rodrigues de Carvalho com outros renomados folcloristas, destaca o pioneirismo do autor ao ressaltar que foi ele o responsável pelo primeiro registro sistemático na literatura folclórica sobre os cantadores. Não obstante, apesar de não ter realizado um estudo tão amplo, organizado e rico como o de Mário de Andrade quanto à coleta de “documentos musicais” e outros materiais pertinentes à cultura popular, Carvalho, ainda na virada do século XIX para o século XX, já havia feito boa parte dos registros enunciados pelo folclorista no que tange a coleta de diferentes práticas culturais, desde folguedos de natureza popular a danças de cunho mais dramático, a exemplo dos “caboclinhos”.

Quanto às práticas culturais dos portugueses, índios e africanos, enaltecidas pelo autor, Rodrigues de Carvalho ressalta que há um “hibridismo etnológico” entre as “três raças”, dado o exemplo dos cantos portugueses que segundo ele estavam entremeados de expressões indígenas e de onomatopeias africanas. Por conseguinte, compreende que é de suma importância estudar o meio em que se colhiam as produções, assim como o momento de sua criação, pouco importando a procedência de cada elemento.

A propósito das representações atribuídas especificamente aos “três elementos” acima citados, viu-se que Carvalho criticou a monotonia e a harmonia musicada dos índios evidenciando as poucas notas entoadas e a falta de estribilhos repetidos nos cantos; bem como elucidou a confusão nos folgares e nomes dos instrumentos entre índios e negros. Em relação aos negros, ainda que incorporasse o discurso do conformismo atrelado aos “homens de cor”, frisou a alegria, expansividade e colaboração nas manifestações cívicas, artísticas, intelectuais e emotivas. No entanto, mesmo frisando a influência africana na formação intelectual dos brasileiros, era aos mestiços que Rodrigues de Carvalho elencava como principal sujeito pela história da intelectualidade brasileira.

Quanto aos portugueses, cita uma variedade de práticas culturais oriundas do Nordeste, pontuando-as como uma “herança” originariamente portuguesa. Dessa forma, Rodrigues de Carvalho fez referência ao português enquanto agente civilizador na formação do Brasil, procurando também esmiuçar as semelhanças com o folclore branco-europeu na perspectiva de relacionar e adaptar de maneira “autêntica” as manifestações folclóricas a regionalidade nordestina.

Neste âmbito, situadas em um universo em transformação perante a tradição em vias de desaparecimento, as obras de José Rodrigues de Carvalho valorizavam as diversas fontes como meios legítimos da expressão popular, na medida em que reunia e resgatava a memória popular. Desse modo, pode-se concluir no estudo desenvolvido que o autor enaltecia os estudos folclóricos como expressão de nacionalidade e sinônimo de uniformidade, uma vez que resgatava elementos milenares no contemporâneo na perspectiva de enfatizar a universalidade de crenças e costumes na história da cultura popular. Assim como outros intelectuais, Rodrigues de Carvalho se preocupava com a ideia de construção da nação, ideia essa que se desdobra na necessidade de distinguir traços culturais típicos, afinal de contas, “é preciso dizer o que é o Brasil” (ORTIZ, 2006, p. 137).

REFERÊNCIAS

Fontes e documentos eletrônicos:

(Livros)

CARVALHO, Rodrigues de. *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil*. João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1967.

CARVALHO, Rodrigues de. *Cancioneiro do Norte*. 4.ed. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura, 1995.

(Jornais)

A PROVÍNCIA em Alagôas. *A Província*, Recife, 14. abr. 1925, ano 38. n 85, p. 5. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em 20 abr. 2012.

CARVALHO, Rodrigues de. A Mulher. *Estado da Paraíba*, João Pessoa, 4. dez. 1891. ano 2, n. 403, p. 2. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaise folhetins/acervo.html>. Acesso em 03 mai. 2011.

CARVALHO, Rodrigues de. A pátria de Iracema. *Estado da Paraíba, João Pessoa*, 5 mar. 1892. ano 3. n. 475, p. 2. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaise folhetins/acervo.html>. Acesso em 03 jun. 2011.

CARVALHO, Rodrigues de. A Republica brasileira. *A Comarca*, João Pessoa, 15. Nov. 1890, ano 1. n. 13, p. 2-3. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaise folhetins/acervo.html>. Acesso em 15 dez. 2012.

CARVALHO, Rodrigues de. A vida. *Estado da Paraíba*, João Pessoa, 14. jan. 1893. ano. 4. n. 4, p. 2. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaise folhetins/acervo.html>. Acesso em 03 jun. 2011.

CARVALHO, Rodrigues de. Aclamação. *Estado da Paraíba*, João Pessoa, 23. fev. 1892. ano. 3, n. 466, p. 3. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaise folhetins/acervo.html>. Acesso em 05 mai. 2011.

CARVALHO, Rodrigues de. Carta. *Gazeta do Comércio*, João Pessoa, 22 out. 1895. ano. 2. n. 204, p. 1-2. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaise folhetins/acervo.html>. Acesso em 15 jan. 2012.

CARVALHO, Rodrigues de. Íntimas. *Estado da Paraíba*, João Pessoa, 20. jun. 1893. ano. 4. n. 124, p. 1. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaise folhetins/acervo.html>. Acesso em 03 jun. 2011.

CARVALHO, Rodrigues de. No banho. *Estado da Paraíba*, João Pessoa, 21. jan. 1892. ano. 3, n.439, p.2. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html>. Acesso em 03 mai. 2011.

CARVALHO, Rodrigues de. Noite brasileira. *Estado da Paraíba*, João Pessoa, 21. jul. 1893. ano. 4. n. 146, p. 2. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html>. Acesso em 03 jun. 2011.

CARVALHO, Rodrigues de. Teu Rosto. *Estado da Paraíba*, João Pessoa, 10. jan. 1892. ano 3, n. 430, p. 2. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html>. Acesso em 03 mai. 2011.

CONGRESSO Regionalista do Nordeste. *A Província*, Recife, 16. out. 1925, ano 38. n 240, p. 3. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em 20 jan. 2012.

CONGRESSO Regionalista do Nordeste. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26. jan. 1926. ano. 36, n. 22, p. 9. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em 07 dez. 2012.

CONGRESSO Regionalista do Nordeste. *A Província*, Recife, 11. fev. 1926, ano 39. n 51, p. 5. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em 20 jan. 2012.

MAMANGUAPE. *A União*, Paraíba, 11 set. 1897, ano 5. n. 1167, p. 3. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em 07 fev. 2012.

MOACYR, Jurema. Bibliographia. *O Pão*, Fortaleza, 1. fev. 1895, ano 2. n. 9, p. 5. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em 05 jun. 2012.

MOACYR, Jurema. Com a Thebaida. *O Pão*, Fortaleza, 15. jul. 1895, ano 2. n. 20, p. 1-2. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em 03 jun. 2012.

MOACYR, Jurema. Os quinze dias. *O Pão*, Fortaleza, 15. fev. 1895, ano 2. n. 10, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em 07 jun. 2012.

MONTEIRO, Costa. Um Congresso Regionalista. *A Província*, Recife, 29. mar. 1925, ano 38. n. 74, p. 5. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em 14 jan. 2012.

PARAHYBA. *O País*, Rio de Janeiro, 07. jan. 1915, ano 30. n. 11.049, p. 5. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em 07 jun. 2012.

PESSOA, Epitácio. A eleição da Parahyba. *O País*, Rio de Janeiro, 24. fev. 1915, ano 30. n. 11.097, p. 2. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em 06 mar. 2012.

SALES, Antonio. Bibliographia. *O Pão*, Fortaleza, 31. out. 1896, ano 3. n. 36, p. 5-9. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em 05 jun. 2012.

SALES, Antonio. Carta de um carioca. *O Pão*, Fortaleza, 15. out. 1895, ano 2. n. 15, p. 2-3. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>. Acesso em 07 jun. 2012.

SANTOS, Ernesto de Paula. O coração. *Gazeta do Comércio*, João Pessoa, 19. fev. 1895. ano. 2. n. 32, p. 2. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html>. Acesso em 05 fev. 2012.

(Revistas)

ALMEIDA, José Américo de. Sonetos célebres. In: *Revista Era Nova*, João Pessoa, ano 1, n. 7, jul. 1921.

BAPTISTA, Pedro. O folclorista. In: *Revista do Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba*, João Pessoa, ano 4, n.8, 27, abr. 1936, p. 119-123.

CARVALHO, Rodrigues de. Assunto Bibliográfico. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, João Pessoa, v.4, n. 4, 1912, p. 478-481.

CARVALHO, Rodrigues de. A propósito do bicentenário da morte de Antônio Viera. Discurso de J. Rodrigues de Carvalho. In: *Revista da Academia Cearense*, Fortaleza, v. 2 , n. 46, 1897, p. 57-70.

CARVALHO, Rodrigues de. Direito Commercial, Cheque visado. Por J. Rodrigues de Carvalho. In: *Revista da Academia Cearense*, Fortaleza, Typographia Studart; T. VI, 1901, p. 135-145.

CARVALHO, Rodrigues de. Discurso de apresentação do acadêmico Sr. J. Rodrigues de Carvalho. In: *Revista da Academia Cearense*, Fortaleza, Typographia Studart; T. II, 1897, p. 39-48.

CARVALHO, Rodrigues de. História da Parahyba. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, v.4, n. 4, 1912, p. 478-481.

CARVALHO, Rodrigues de. História da província da Parahyba. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, v.2, n. 2, 1910, p. 243-247.

CARVALHO, Rodrigues de. Mamanguape na política de 1822. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, v.1, n.1, 1909, p.206-209.

CARVALHO, Rodrigues de. Unidade Processual: Memória lida perante a Academia Cearense pelo sócio Rodrigues de Carvalho. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*. Fortaleza: Typographia Universal; T. IX, 1904. p.102 - 106.

DIÉGUES JR. Manuel Balthazar Pereira. O amigo. In: *Revista do Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba*, João Pessoa, ano 4, n.8, 27, abr. 1936, p. 129-130.

GONÇALVES, Newton. A Padaria Espiritual. In: *Revista da Academia Cearense de Letras*, Fortaleza, ano 87, n. 42, 1981, p. 62-69. Disponível em: www.ceara.pro.br/acl/revistas/revistas/1981/ACL_1981_07_A_Padaria_Espiritual_Newton_Goncalves.pdf. Acesso em: 22 dez. 2012.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. A Proclamação da República e a Paraíba. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, nº 32 – março de 2000, p. 9-18.

LIMA, José Ferreira. Rodrigues de Carvalho, o parlamentar e jurista. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, nº 27, 1995.

MARIZ, Celso. O Instituto histórico na evolução cultura da Paraíba. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, ano 26, v. 13, 1958 p. 25-32.

MEDEIROS, João Rodrigues Coriolano de. O paraibano. In: *Revista do Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba*, João Pessoa, ano 4, n.8, 27, abr. 1936, p. 114-115.

OLIVEIRA, Matheus de. O historiador. In: *Revista do Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba*, João Pessoa, ano 4, n.8, 27, abr. 1936, p. 125.

SERAINÉ, Florival Alves. O Barão de Studart e o Folclore. In: *Revista do Instituto do Ceará*. [anual] V1. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1986.

STUDART, Guilherme. Ephemerides, Ceará Republicano. In: *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Typographia Universal; T. XIII, 1899. p.223 - 276.

(Textos na internet)

ESSINGER, Silvio. *Repente: batalha verbal no ritmo das violas*. [S.n.: s.l.], 1999. Disponível em: www.cliquemusic.uol.com.br/br. Acesso em: 20 fev. 2012.

IPANEMA, Rogéria Moreira de. *Desordem e regresso*. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/desordem-e-regresso. Acesso em: 5 fev. 2013.

Bibliografia:

Livros e capítulos de livros

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez. 2001.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANDRADE, Mario de. *Aspectos da música brasileira*. São Paulo: Ed. Martins, 1963.

ANDRADE, Mario de. *O banquete*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

ANDRADE, Mário de. *O Turista Aprendiz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes. *Modernismo e Regionalismo: Os Anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

AZEVEDO, Sânzio de. *A Padaria Espiritual (1892-1898)*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1970.

BARBOSA, Pedro Luis Navarro. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (org). *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

BATISTA, Marta Rosseti (org). *Religião e Magia/ Música e Dança/ Cotidiano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BITTECOURT, Liberato. *Homens do Brasil*–Vol.II (Parahyba). Rio de Janeiro: 1914.

BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cultrix. s. d.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é o folclore*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRUM, Argemiro J. A Crise de Transição da década de 20. In: *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis: Vozes/UNIJUÍ, 1998.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CAROLLO, Cassiana Lacerda. *Decadismo e Simbolismo no Brasil*. Crítica & Poética. – Rio de Janeiro/ Brasília: Livros Técnicos e Científicos/ INL; 1980. p. 392-393.

CARONE, Edgard. *A Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro – São Paulo: Difel, 1976.

CARRARA, Sérgio Luiz. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil entre-guerras. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

CARVALHO, Carlos Marcelo; RODRIGUES, Rosualdo. *O fole roncou! Uma história do forró*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Rodrigues de. Aspectos da influência africana na formação social do Brasil. In: FREYRE, Gilberto (org). *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Trabalhos apresentados ao I Congresso Afro-Brasileiro. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

CASCUDO, Luiz da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.

CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rêgo: Modernismo e Regionalismo*. São Paulo: Edart, 1961.

- CASTRO, Oscar de Oliveira. *Vultos da Paraíba*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1955.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. História da História ou da Historiografia como História Social. In: SÁ, Ariane Norma de Menezes e MARIANO, Serioja R. C. *Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX*. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2003.
- COSTA, Iveraldo Lucena da. O Pioneirismo do “Cancioneiro”. In: CARVALHO, Rodrigues de. *Cancioneiro do Norte*. 3.ed. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura, 1995.
- COSTA, Wilma Perez. Narrativa de viagens no Brasil do século XIX: Formação do Estado e trajetória intelectual. In: RIDENTI, M. S.; BASTOS, E. R; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2006.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Ática, 2004.
- CUNHA, Roseli Barros. Regionalistas Plásticos e transculturadores: uma aproximação literário-antropológica entre Gilberto Freyre e Ángel Rama. In: SEDYCIAS, João (Org.). *A América Hispânica no imaginário literário brasileiro: Brasil en el imaginario literario hispanoamericano*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007, p. 101-126.
- DIEHL, Astor Antônio. *A Cultura Historiográfica brasileira*. Do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- DIÉGUES JR. Manuel Balthazar Pereira. Louvação ao Cancioneiro do Norte. In: CARVALHO, Rodrigues de. *Cancioneiro do Norte*. 3.ed. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura, 1995.[1967]
- DIÉGUES JR. Manuel Balthazar Pereira. Prefácio. In: *Anais do cinquentenário do Congresso Regionalista do Recife* : reuniões realizadas de 06 a 15 de dezembro de 1976, no Recife - PE 1980. Recife : Massangana, 1980.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Unesp, 2006.
- FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- FALCON, Francisco. História das Ideias. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 91-125.
- FARIAS, José Nivaldo de. *O surrealismo na poesia de Jorge de Lima*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

- FERNANDES, Carlos Dias. *Fretana*. João Pessoa: Edigraf, 1936.
- FREIRE, Laudelino. *Sonetos brasileiros, séculos XVII-XX*. Rio de Janeiro: Oficina Politécnográfica de M. Orosco & C. 1904.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006 [1933].
- FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2004.
- FREYRE, Gilberto (org). *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Trabalhos apresentados ao I Congresso Afro-Brasileiro. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988 [1937].
- FREYRE, Gilberto. *Região e tradição*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1941.
- GALTON, Francis. *Essays on eugenics*. Londres: The Eugenics Education Society, 1909.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 38-57.
- GIRÃO, Raimundo. *Evolução histórica cearense*. Fortaleza, BNB. ETENE, 1985.
- GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. *Gilberto Freyre uma biografia cultural. A formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). *História da vida privada no Brasil: contrastes de intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 489-558.
- GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel et GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado*. Historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 43-63.
- GOMES, Angela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. São Paulo: DP&A Editora, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Programa, Mito e Realidade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

INOJOSA, Joaquim. *O movimento modernista em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Guanabara, s. d. [1968-1969] 3 vols.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

LEWIN, Linda. *Política e Parentela na Paraíba*. Um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MATOS, Cláudia Neiva de. *A poesia popular na República das Letras*: Sílvio Romero folclorista. Rio de Janeiro: FUNARTE/Ed. UFRJ, 1994.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista*: Imprensa e práticas culturais em tempos de República. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MATTOS, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS Ronaldo (Org.). *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINS, Eduardo. *Cardoso Vieira e o Bossuet da Jacoca*. Nota para um perfil biográfico. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura, 1979.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. *Formação da literatura brasileira*. Momentos decisivos (1836-1880). 8ª ed. Vol. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção*: de 1870 a 1920. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

MOTA, Leonardo. *A Padaria Espiritual*. Fortaleza: Edésio, 1938.

NÓBREGA, Humberto. *Augusto dos anjos e sua época*. João Pessoa: Universidade da Paraíba, 1962.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. *A cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas*: Cultura Popular. São Paulo: Ed. Olho D'Água, 1992.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PESSOA, Eptácio. *Na política da Paraíba (2ª fase: 1912-1915)*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.

PINTO, Luís. *Rodrigues de Carvalho, o jornalista*. Rio de Janeiro: Aurora, 1970.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os Militares e a Reação Republicana: As origens do tenentismo*. São Paulo: Petrópolis, 1993.

PRESTES, Anita Leocádia. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

QUEIROZ, Octacílio Nóbrega de. *O homem gôrdo de Tauá*. João Pessoa: Imprensa Universitária, 1968.

QUINTERO-RIVERA Mareia. *A cor e o som da nação: a idéia de mestiçagem na crítica musical do Caribe hispânico e do Brasil (1928 – 1948)*. São Paulo: Annablume, 2000.

RAMOS, Arthur. Prefácio. In: FREYRE, Gilberto (org). *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Trabalhos apresentados ao I Congresso Afro-Brasileiro. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1988.

REBELO, Fernanda. Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX. *Filosofia e História da Biologia*, v. 2, 2007, p. 159-177,

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

ROCHA, Tadeu. *Modernismo & Regionalismo*. 2 ed. Maceió: Imprensa Oficial. 1964

RODRIGUES, José Edmilson; COUTINHO, Maria de Fátima. (org) *Sólon de Lucena* [Série Histórica da Coleção PARAÍBA – Nomes do século, vol. 4]. João Pessoa: A União Editora, 2000.

ROLAND, Maria Inês. *A Revolta da Chibata*. São Paulo: Editora Saraiva, 2000.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 2 vols, 1888.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. (prefácio). *Estudos afro-brasileiros: Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935.

SANTOS, Mariza Veloso Motta; MADEIRA, Maria Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. Poder Político na Primeira República: Tradição oligárquica e prática personalista. In: ABRANTES, Alômia & SANTOS NETO, Martinho Guedes dos (orgs.). *Outras Histórias: Cultura e poder na Paraíba (1889-1930)*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

SCHORSKE, Carl, E. Viena. *Fin de Siècle: política e cultura*. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz.. Dando nome às diferenças. In: Eni de Mesquita Samara (org.), *Racismo & racistas: trajetória do pensamento racista no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP, 2001 p. 9-43.

SILVA, Afonso Pereira da Silva. *Trilogia*. João Pessoa: Editora do UNIPÊ, 2004.

SILVA, Demócrito de Castro e. *Retrato Vivo de Paraibanos Mortos*. São Paulo: Saraiva 1969.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. *Estrutura de poder na Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 1999.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Introdução. In: *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

SIQUEIRA, Antônio Jorge de. *Os Padres e a Teologia da Ilustração – Pernambuco 1817*. Recife: Editora da UFPE, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidade nacional e modernidade brasileira: O diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

STEPAN, Nancy L.. A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Florilégio da Poesia Brasileira*. Tomo I, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1987 (1ª ed., 1850)

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VIANA, Larissa. Mestiçagem e cultura histórica: debates. In: Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo (orgs.). *Cultura política e leituras do passado*. Historiografia e ensino de História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 269-286.

Periódicos e anais de congressos

ALONSO, Angela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração de 1870. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*, v. 15, n. 44, out., 2000, p. 35-55.

ALONSO, Angela. O Positivismo de Luís Pereira Barreto e o Pensamento Brasileiro no final do século XIX. In: *Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/textos/alonsopositivismo.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2012.

ANDRADE, Maristela Oliveira de. A viagem de Mário de Andrade ao Nordeste: Missão cultural e pesquisa etnográfica. In: *Cadernos de estudos sociais*. Recife, v. 25, n. 2, jul/dez., 2010, p. 171-182.

AZEVEDO, Sânzio de. *O Ceará e os grêmios literários*. In: *Revista de Letras* [publicada semanalmente], v. 5, n. 2, jul/dez. 1982, p. 123-126.

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. In: *Revista de Ciências Sociais*, v. 53, n 4, 2010, p. 889-919.

BATISTA, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita. O romanceiro tradicional popular: Origem e permanência no Nordeste do Brasil. In: *Conceitos*. Jul/dez., 2002, p. 94-99. Disponível em: www.ifce.edu.br/miraira/Patrimonio/Dramas/oralidade/O%20Romanceiro%20Tradicional.pdf. Acesso em: 10 fev. 2013.

BRITO, Luciana. A contribuição da imprensa literária fortalezense. In: *Revista Patrimônio e História*. v. 7, n. 2, dez. 2011, p. 109-126.

CAPONI, Sandra. Miasmas, micróbios y conventillos. In: *Asclepio – Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia*, v. 54, n 1, 2002, p. 155-182.

CARDOSO, Gleudson Passos. Cientificamente interpretadas e utilitariamente aproveitadas: A Academia Cearense e a Soberania do Conhecimento e das Leis Científicas. In: *Revista Intellectus*, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ano 06, v.1, 2007, p 8-18. Disponível em: <http://www.intellectus.uerj.br>. Acesso em: 21 jan. 2012.

FREYRE, Fernando de Mello. O movimento regionalista e tradicionalista e ao seu modo também modernista: algumas considerações. In: *Revista Ci. & Trop*, v. 5, n. 2, jul/dez., 1977, p. 175-188.

GIRÃO, Raimundo. A criação da Faculdade de Direito do Ceará. In: *Revista do Instituto do Ceará*. [anual] V1. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1986, p. 141-150.

GOMES, Angela de Castro. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 62-77.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Manoel Querino e a formação do “pensamento negro” no Brasil, entre 1890 e 1920*. Comunicação apresentada no 28 ° Encontro Nacional da ANPOCS, em Caxambu, outubro de 2004, p. 1-23.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/Vértice, n.1, 1988, p. 5-27.

MATOS, Cláudia Neiva de. *O anonimato natural: poesia popular e pensamento folclórico*. In: 3º Congresso ABRALIC. (3.: 1992: Niterói, RJ). Limites: Anais. Niterói: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 345-352.

MENDES, Leonardo. *Indícios de circulação de impressos em O pão da Padaria Espiritual, Fortaleza, 1892-1896*. Comunicação apresentada no Colóquio A circulação transatlântica dos impressos, em São Paulo, agosto de 2012, p. 1-8.

MONTENEGRO, José Alfredo de Sousa. Homenagem do Instituto do Ceará à Faculdade de Direito da UFC. In: *Revista do Instituto Histórico do Ceará*. [anual] Vol. 117. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2003, p. 95-102.

MOREIRA, Roberto S. C. *Identidade brasileira: velhas questões, novos desafios*. Comunicação apresentada no 20º Encontro Anual da ANPOCS. Encontro anual da ANPOCS, em Caxambu, outubro de 1996, p. 1-25.

NÓBREGA, Humberto. José Rodrigues de Carvalho. In: *Augusto dos Anjos e sua época*. João Pessoa: Universidade da Paraíba, 1962.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Paraíba: “Heroica desde dos primórdios”. In: *Revista eletrônica do CEDAP*, v.7, n.1, jun. 2011, p. 38-53. Disponível em: www.cedap.assis.unesp.br/patrimonio.../paraibaheroica-v7n1.pdf. Acesso em: 20 mai. 2012.

RIBEIRO, Cristina Betioli. Folclore e Nacionalidade na literatura brasileira do século XIX. In: *Tempo- Revista de História*, v. 10, nº 20. Rio de Janeiro: Departamento de História da UFF, 2005, p. 143-158.

SIQUEIRA, Jorge José. Os Congressos Afro-brasileiros de 1934 e 1937 face ao I Congresso do negro brasileiro de 1950: rupturas e impasses. In: *Revista Augustus*, v. 10, n. 21, jul./dez 2005, p. 41-49. Disponível em: www.apl.unisum.edu.br/augustus. Acesso em: 12 jan. 2013

SOUZA, Florentina. Autorrepresentação e intervenção cultural em textualidades afro-brasileira. In: *Revista da ABPN*, v. 1, 2000, p. 183-194.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. In: *Tempo- Revista de História*, Vol 4, nº 8. Rio de Janeiro: Departamento de História da UFF, 1999, p. 1-12.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: 6º Congresso Brasileiro de História da Educação. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2001. V1, p. 1-12.

Monografias, dissertações e teses

BRITO, Luciana. *O Pão (1892-1896): veículo de divulgação literária e instrumento de intervenção na realidade social cearense*. 2008. 248p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista.

CARVALHO, Rodrigues de. *Sobre a borracha da Mangabeira e da Maniçoba do Estado da Parahyba (Brazil)*. 1912. s/p. Monografia (Bacharelado em Direito). Imp. Off, Parahyba.

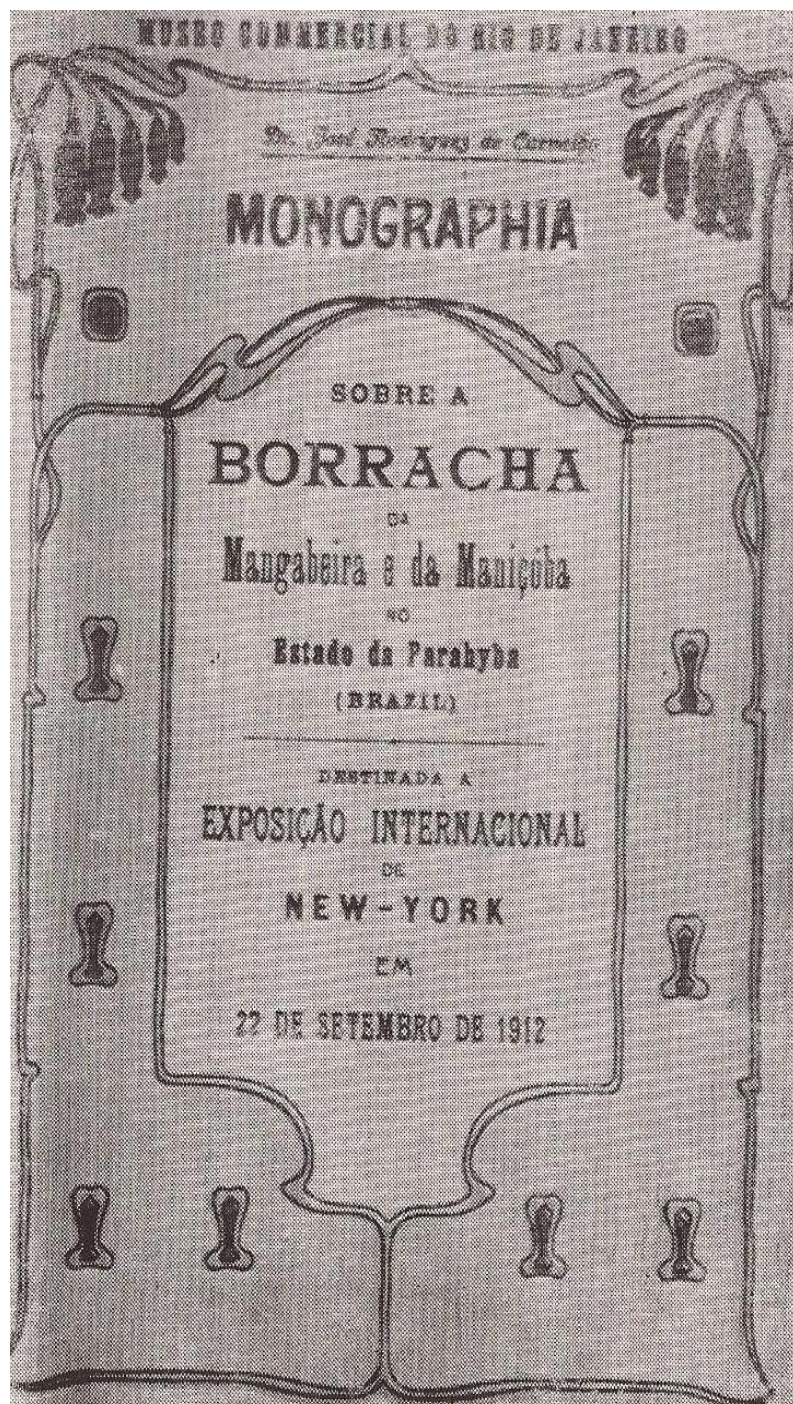
FILHO, Cícero João da Costa. *A Padaria Espiritual: cultura e política em Fortaleza no final do século XIX (1892-1898)*. 2007. 247.p. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

PAZ, Clilton Silva da. *Um monumento ao negro: memórias apresentadas ao Primeiro Congresso Afrobrasileiro do Recife, 1934*. 2007. 149p. Dissertação de mestrado (Mestrado em História Social). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ROSA, Laila Andresa Cavalcante. *As juremeiras da nação Xambá (Olinda-PE): músicas, performances, representações de feminino e relações de gênero na jurema sagrada*. 2009. 359p. Tese (Doutorado em Música). Programa de Pós Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, Sarah Calvi Amaral. *Africanos e afro-descendentes nas origens do Brasil : raça e relações raciais no II Congresso Afro-Brasileiro de Salvador (1937) e no III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia do IHGRS (1940)*. 2010. 275p. Dissertação de mestrado (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ANEXOS



ANEXO 1: Capa da edição da monografia de Rodrigues de Carvalho.
Fonte: QUEIROZ (1968, p. 142)



ANEXO 2: Epitácio Pessoa. Fonte: QUEIROZ (1968, p. 141).



ANEXO 3: Castro Pinto. Fonte: QUEIROZ (1968, p. 141).



ANEXO 4: Monsenhor Valfredo Leal. Fonte: QUEIROZ (1968, p. 141).



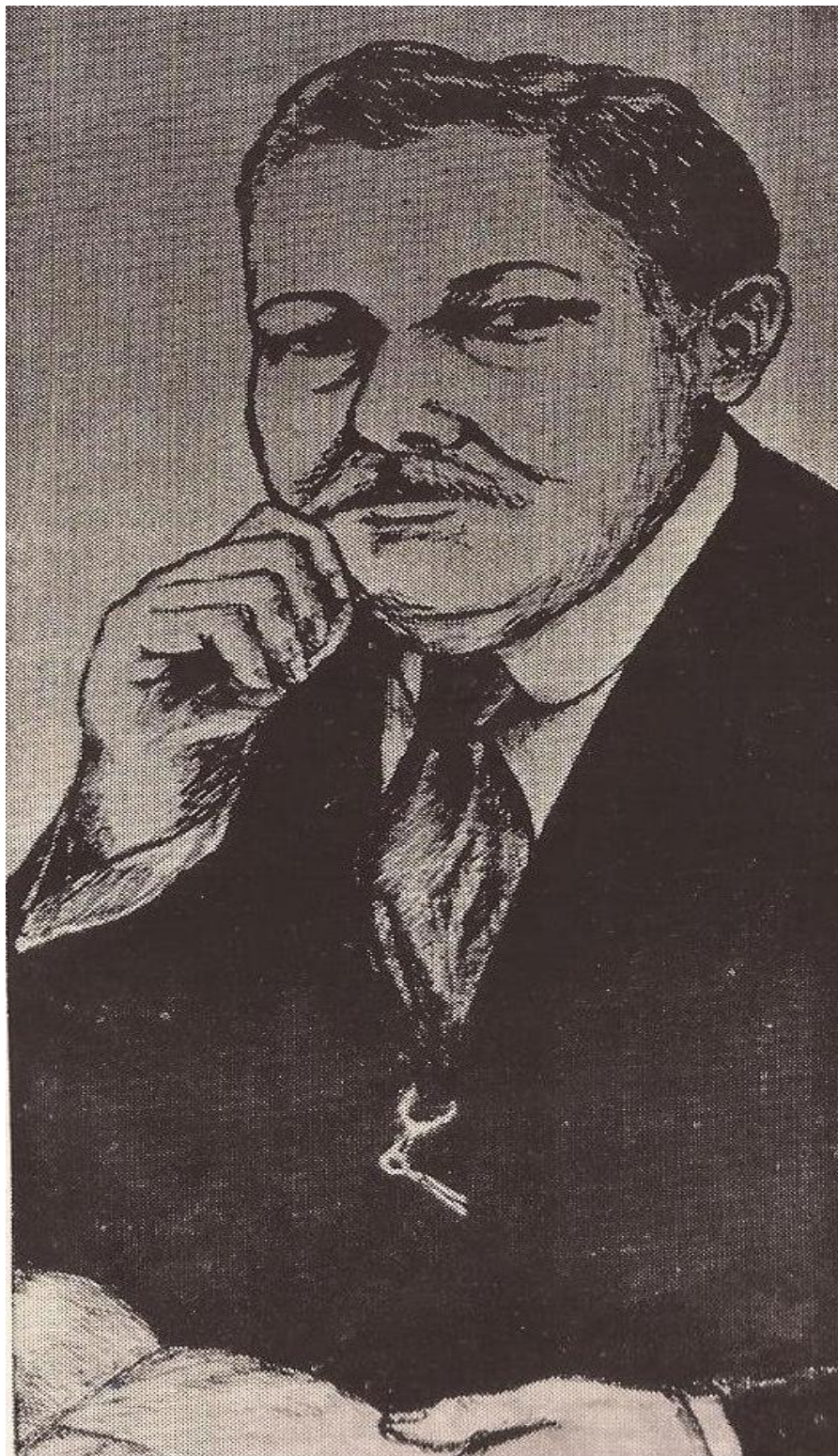
ANEXO 5: Escritório de advocacia de Rodrigues de Carvalho em João Pessoa/PB.
Fonte: QUEIROZ (1968, p. 144).



ANEXO 6: José Rodrigues de Carvalho. Fonte: QUEIROZ (1968, p. 141).



ANEXO 7: José Rodrigues de Carvalho já na idade de provecta, em Recife.
Fonte: <http://www.focandoanoticia.com.br/wp-content/uploads/2011/08/Rodrigues-244x300.jpg>



ANEXO 8: José Rodrigues de Carvalho em desenho de autoria do pintor paraibano Flávio Tavares realizado para a edição de *O Homem Gordo do Tauá*, de Octacílio Nóbrega de Queiroz.

Fonte: QUEIROZ (1968, s/p).

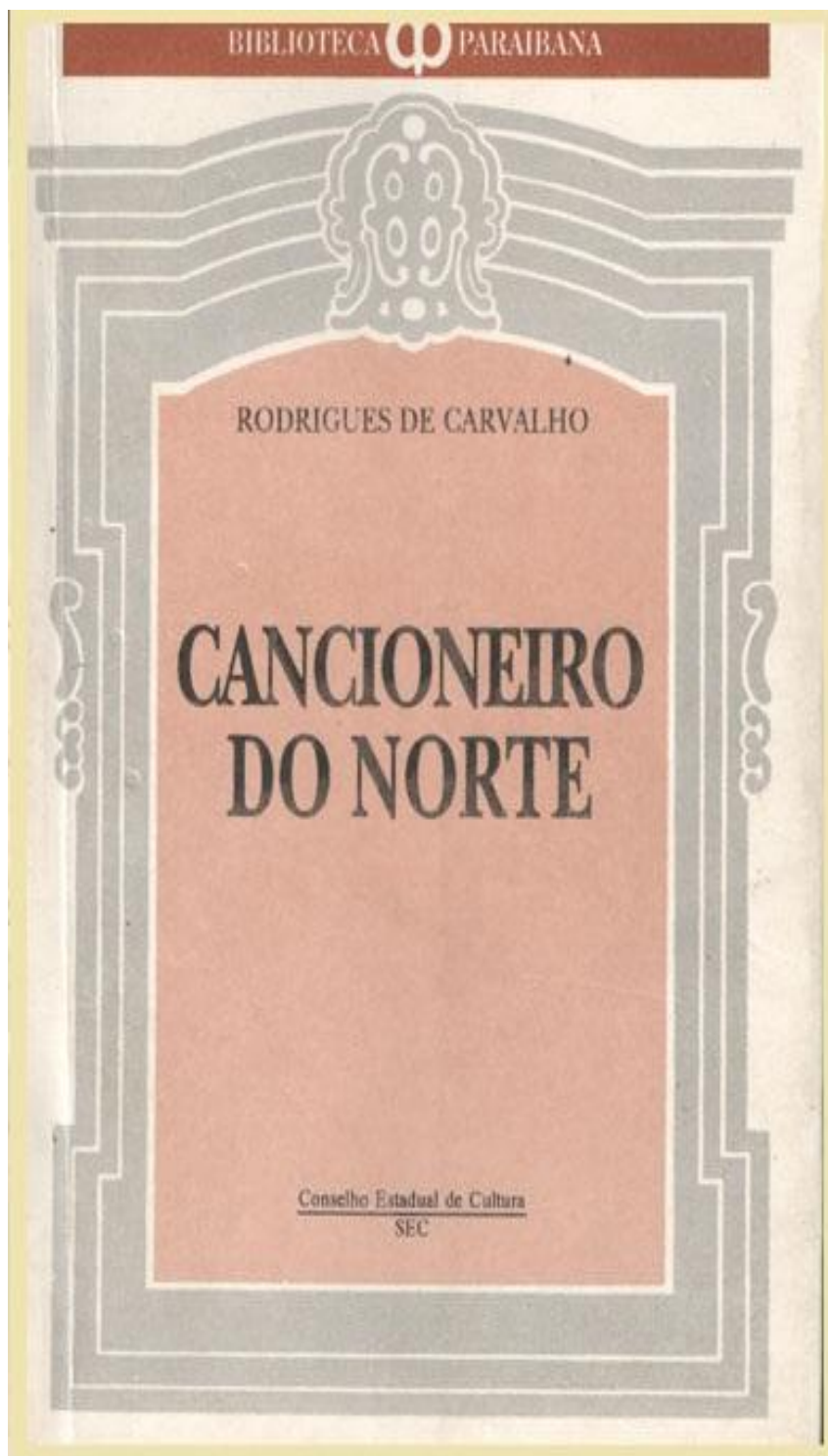


ANEXO 9: Residência de Rodrigues de Carvalho situada na avenida João Machado, João Pessoa/PB.
Fonte: QUEIROZ (1968, p. 141).



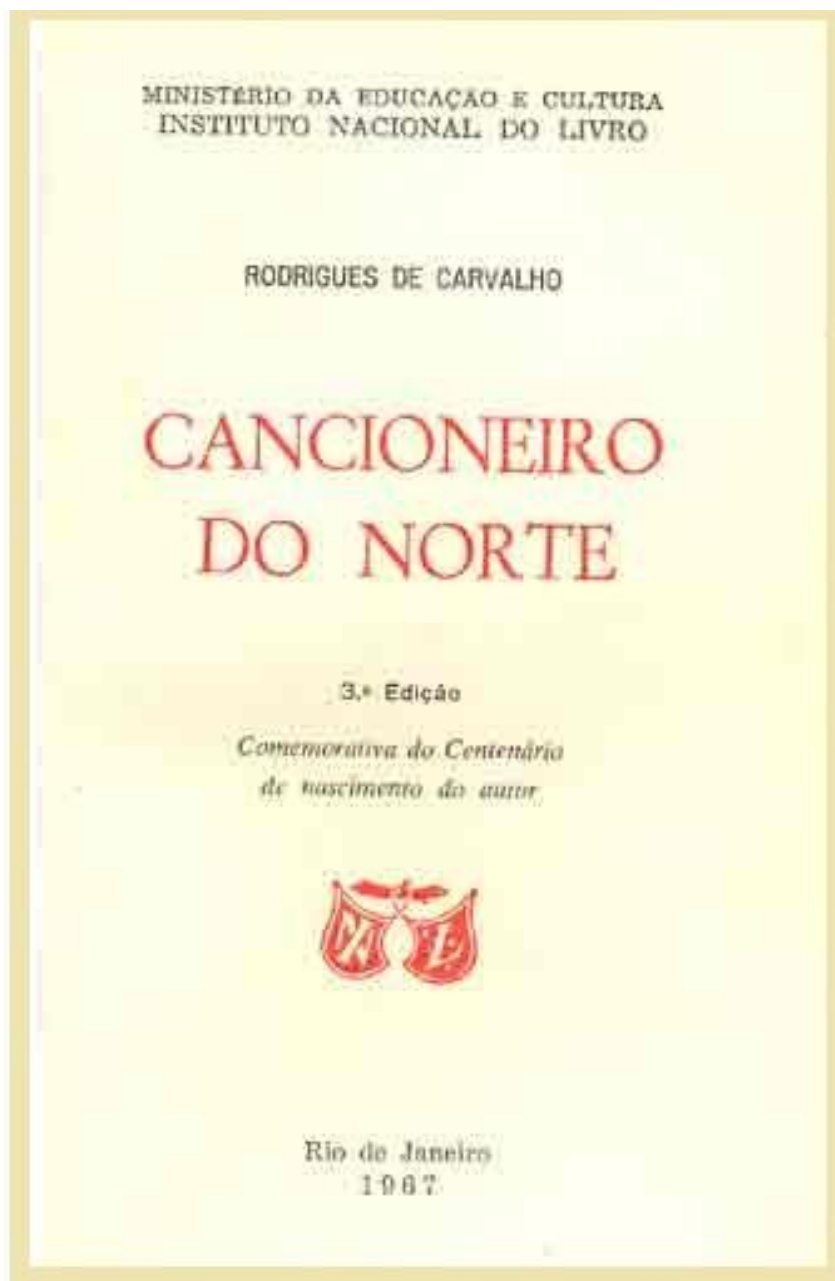
ANEXO 10: Biblioteca fundada em 1948, no município de Guarabira/PB, homenageando José Rodrigues de Carvalho.

Fonte: <http://www.focandoanoticia.com.br/wp-content/uploads/2011/08/Biblioteca-fundada-em-1948-homenageia-o-filho-ilustre-de-Guarabira..jpg>



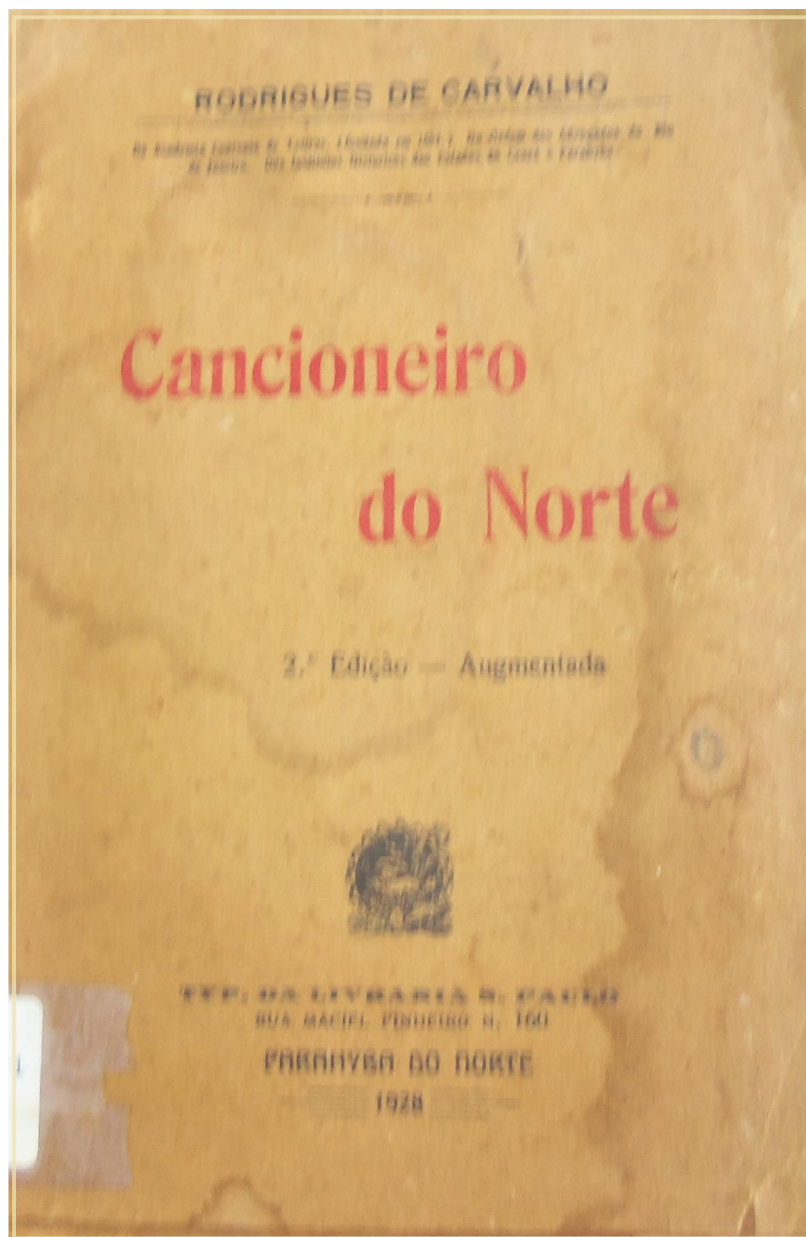
ANEXO 11: Capa da 4ª edição do *Cancioneiro do Norte* (1995)

Fonte: <http://www.focandoanoticia.com.br/wp-content/uploads/2011/08/Cancioneiro.jpg>

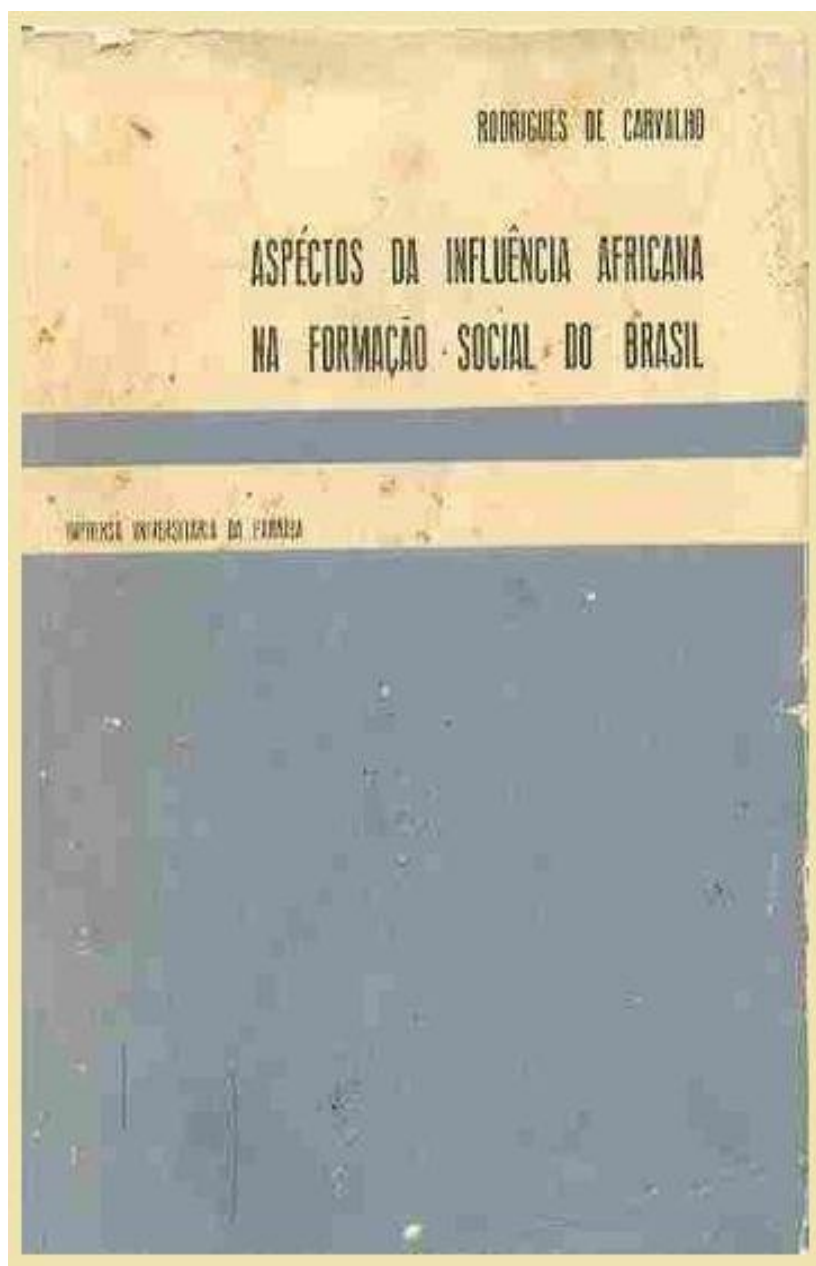


ANEXO 12: Capa da 3ª edição do *Cancioneiro do Norte* (1967)

Fonte: http://www.sebodomessias.com.br/loja/imagens/produtos/produtos/0/7667_835.jpg



ANEXO 13: Capa da 2ª edição do *Cancioneiro do Norte* (1928)
 Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano - IHGP



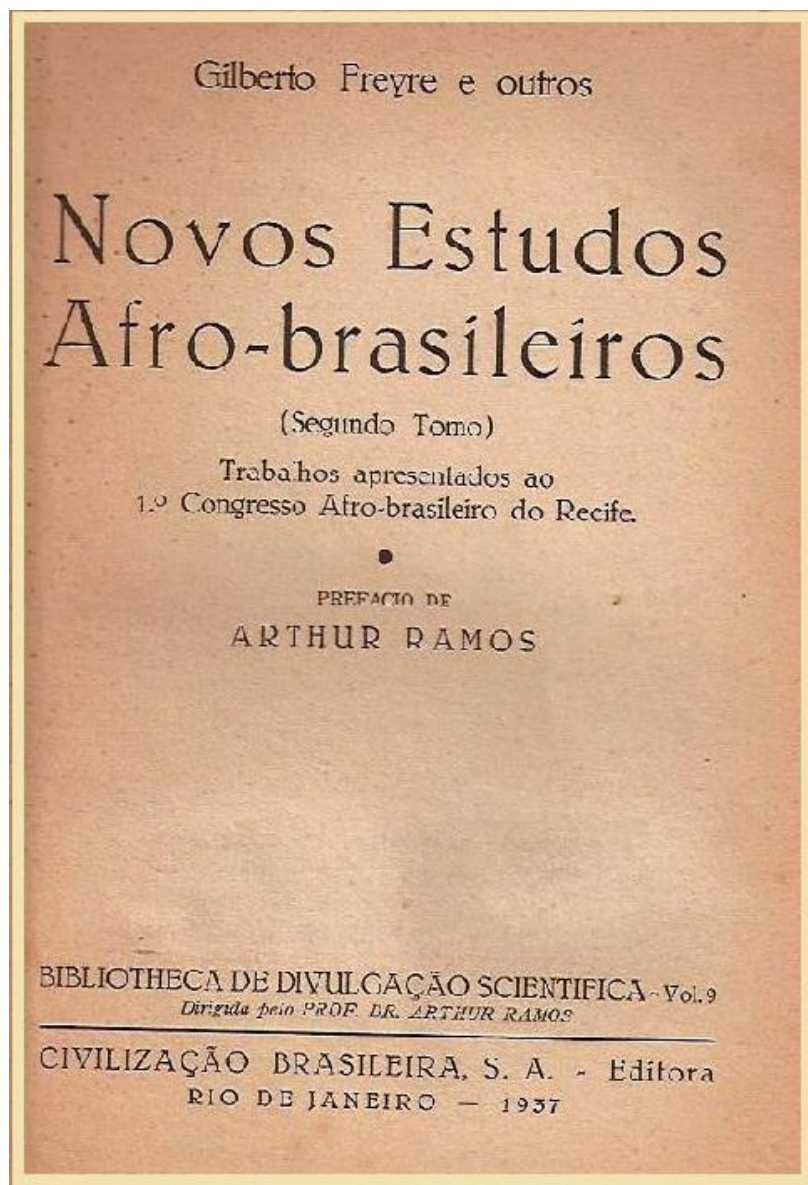
ANEXO 14: Capa do livro *Aspectos da influência africana na formação social do Brasil* (1967)

Fonte: http://img2.mlstatic.com/aspectos-da-influncia-africana-na-formaco-social_MLB-O-236370441_5940.jpg



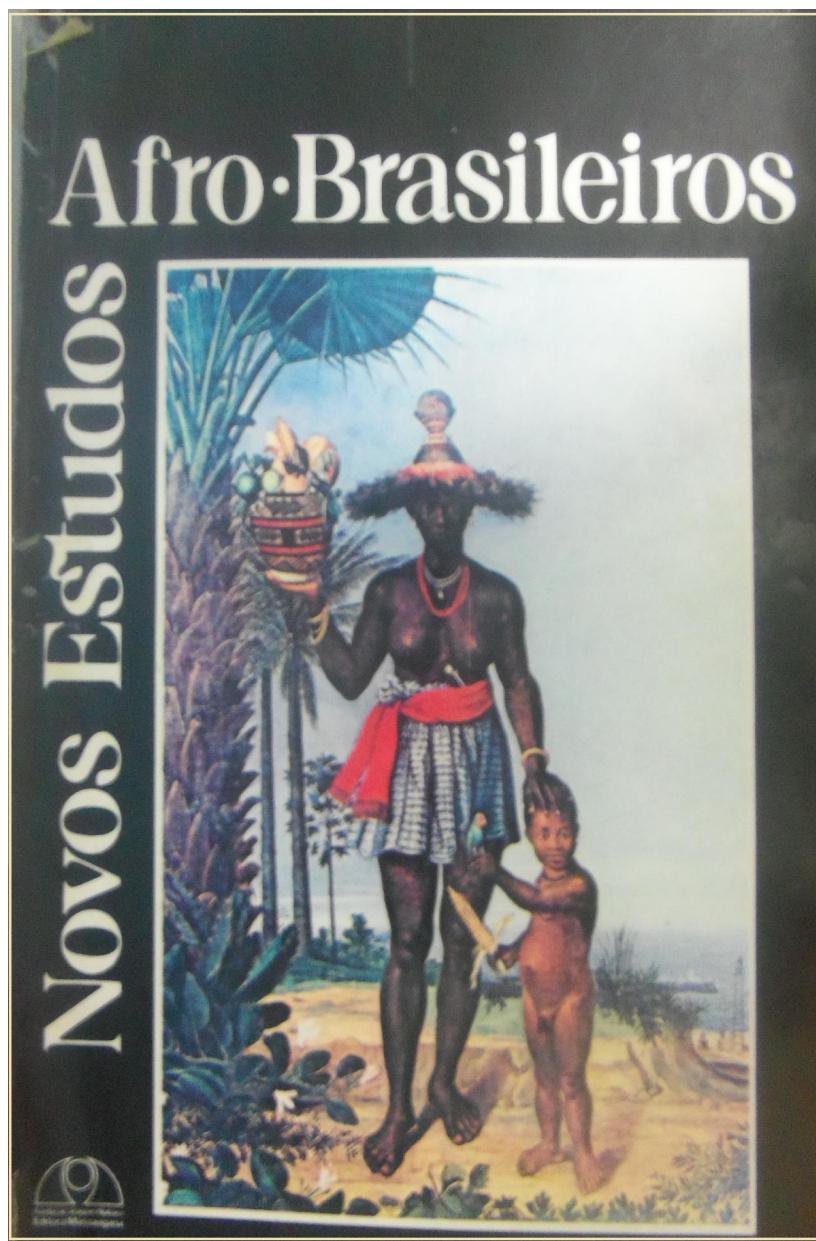
ANEXO 15: Capa do 1º volume de *Estudos Afro-Brasileiros* (1935)

Fonte: http://books.google.com.br/books/about/Estudos_afro_brasileiros.html?id=Ccp-AAAAMAAJ&redir_esc=y



ANEXO 16: Capa do 2º volume de *Novos Estudos Afro-Brasileiros* (1937)

Fonte: <http://biblioafrogriot.blogspot.com.br/2010/09/primeiro-congresso-afro-brasileiro.html>



ANEXO 17: Capa do 2º volume de *Novos Estudos Afro-Brasileiros* (edição de 1988)
Fonte: Acervo próprio